



**CONGRESSO
BRASILEIRO DE
HISPANISTAS**

22 a 25 de Agosto de 2016

UNILA | UNIOESTE

Foz do Iguaçu - PR

Organização:

Diana Araujo Pereira, Laura Amato, Laura Fortes e Livia Santos de Souza

Ensino de línguas e estudos de linguagem

1º Edição

Paraná

2018

Organização / Organización

Coordenação / Coordinación

Diana Araujo Pereira (ABH-UNILA) Jorgelina Tallei (ABH-UNILA) Alai Garcia Diniz (ABH-UNILA) Flavio Pereira (ABH-UNIOESTE) Giane Lessa (ABH-UNILA)

Comitê organizador / comité organizador

Diego Chozas (UNILA) Francisca Paula Maia (UNILA) Gregorio Perez de Obanos (UNILA) Ivan Bustinza Ulloa (UNILA) Ligia Andrade (UNILA) Livia Morales (UNILA) Livia Santos (UNILA) Mario Ramão (UNILA) Olga Viviana Flores (UNIOESTE) Tatiana Carvalhal (UNILA) Laura Amato (UNILA) Miriam Garcia (UNILA) Bruna Otani (UNILA) Laura Fortes (UNILA) Eduardo Rúbio (UNILA) Álvaro Gomes (UNILA)

Comitê Científico / Comité Científico

Luciana Freitas (UFF) (Presidenta)

Alfredo Cordivola (UFPE) Carlos Bonfim (UFBA) Celia Navarro Flores (Universidade do Sergipe) Eliana Sturza (UFSM) Graciela Ravetti (UFMG) Paulo Correa (UFRJ) Greice da Silva Castela (UNIOESTE) Luciana Montemezzo (UFSM) Luizete G. Barros (UEM) Margareth Costa (Universidade Estadual do Piauí) Mariluci Guberman (UFRJ) Neide Gonzalez (USP) Valeria de Marco (USP) Walter C. Costa (UFSC) Yazmín López Lenci (UNILA)

Pareceristas ad hoc

Antonio Ferreira (CEFET RJ), Dayala Vargens (UFF), Deise Piçanco (UFPR), Eliana Sturza (UFSM), Fabiele Stockmans de Nardi (UFPE), Greice da Silva Castela (UNIOESTE), Juan Pablo Martín (UFPE), Leticia Rebollo Couto (UFRJ), Ligia Couto (UEPG), Lívia Batista (UFBA), Luciana Freitas (UFF), Luizete G. Barros (UEM), Neide González (USP), Paulo Antonio Correa (UFRJ), Sandro Drumond Marengo (UFS) Literatura – cultura, Adriana Fiuza (UNIOESTE), Bethania Guerra de Lemos (UCM), Cristiane Checchia (UNILA), Cynthia Valente (UFSC), Elda Firmo Braga (UERJ), Imara Bemfica Mineiro (UFPE), Isabel Cristina Jasinski (UFPR), Raquel Cardoso (UFSC), Mariluci Guberman (UFRJ), Jorge Bracamonte (Universidad Nacional de Córdoba), Rosângela Schardong (UEPG), Silvina Carrizo (UFJF).

Logo

Alexandre Nunes de Moura e Sousa

Arte da capa e diagramação

Vanessa G. da Costa / Ideação Design

Número ISBN: 978-85-66188-10-3

Patrocínio:



Índice

Andrea Pizzutiello

COMPARANDO DOCUMENTÁRIOS-PROPAGANDA DAS DITADURAS MILITARES DO BRASIL E DA ARGENTINA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVO DISCURSIVA.....6

Camila da Silva Lucena

IDEOLOGIA LINGUÍSTICA NA/PELA IBERO-AMÉRICA: LÍNGUA, CULTURA E MEMÓRIA NA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO.....14

Carla Severiano de Carvalho

A NARRATIVA SOBRE O BRASIL NO JORNAL ESPANHOL *EL PAÍS*.....26

Dionisio Márquez Arreaza

OS USOS CONTEMPORÂNEOS DA RETÓRICA FUNDACIONAL LATINO-AMERICANA NO BRASIL E O HAITI.....48

Eliane Santos Leite da Silva

UM ESTUDO SEMÂNTICO-COGNITIVO DAS CONCEPTUALIZAÇÕES DE *TRABALHO* NO *EL PAÍS*.....55

Fernanda Arruda Abrantes

BILINGUAJAMENTO: EXPERIÊNCIAS ENTRE FRONTEIRAS LINGUÍSTICAS E ESPACIAIS.....66

Juliana Aparecida Gimenes

O TRADUTOR DE LITERATURA COMO MEDIADOR CULTURAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DOIS TRADUTORES DE *DOM CASMURRO* PARA O ESPANHOL82

Larissa Fostinone Locoselli

MURGA, MARACATU E ROCK: ALTERIDADES E FRONTEIRAS DISCURSIVAS EM PROCESSOS DE HIBRIDAÇÃO NA MÚSICA POPULAR LATINO-AMERICANA DOS ANOS 1990-2000.....100

Livia Grotto	
OCTAVIO PAZ E FABIO MORÁBITO, POETAS-TRADUTORES.....	112
Luciana Montemezzo	
TRADUCCIÓN <i>IN LOCO</i> : UNA EXPERIENCIA LORQUIANA EN ANDALUCÍA.....	120
Luizete Guimarães Barros (UEM)	
TEORÍA VERBAL DE ANDRÉS BELLO: APLICACIÓN A DATOS EN PRETÉRITO IMPERFECTO DE SUBJUNTIVO.....	135
Natalia dos Santos Figueiredo	
PROSÓDIA E O CONTATO LINGUÍSTICO DO ESPANHOL COM O PORTUGUÊS NA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	158
Regina Maria Gonçalves Mendes	
IMPLICAÇÕES DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	173
Ruben Daniel Méndez Castiglioni	
PABLO PICASSO: ESCRITOR SURREALISTA.....	185
Silvane Deila Feix e Cibele krause Lemke	
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E GESTÃO DE LÍNGUAS EM AULAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM REGIÃO DE FRONTEIRA – BRASIL/PARAGUAI/ARGENTINA.....	193
Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna	
UMA INTERPRETAÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A PUBLICAÇÃO DA “GRAMÁTICA DA LÍNGUA ESPANHOLA PARA USO DOS BRASILEIROS” (1920), DE ANTENOR NASCENTES.....	206

ANDREA PIZZUTIELLO

USP -FFLCH

COMPARANDO DOCUMENTÁRIOS-PROPAGANDA DAS DITADURAS MILITARES DO BRASIL E DA ARGENTINA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVO DISCURSIVA

O presente trabalho faz parte da pesquisa de mestrado na qual estamos comparando dois documentários-propaganda das ditaduras do Brasil (1964-1985) e da Argentina (1976-1983). Nossa pesquisa busca desenvolver uma análise enunciativo discursiva dos dois documentários que permita estabelecer relações com aspectos das suas condições de produção e com as características do enunciador e do co-enunciador. Trata-se dos filmes, *Brasil de ontem, hoje e amanhã*, exibido em 1975 na Rede Globo e *Ganamos la Paz*, exibido em 1977 no Canal 7 da televisão argentina.

Os dois filmes expõem a versão dos governos militares da situação política e social daqueles anos, justificando a necessidade de intervenção das Forças Armadas, que se apresentam como a única instituição capaz de conter o avance de um mesmo inimigo: o comunismo.

Nesta ocasião, faremos uma breve descrição dos dois filmes que formam nosso *corpus* e nos concentraremos em indagar sobre o funcionamento e as características do gênero documentário. Para isso, retomaremos o conceito de gênero discursivo formulado por Bakhtin (1979) e faremos uma caracterização do gênero documentário como proposto por Nichols (1997).

Brasil de ontem, hoje e amanhã

O documentário *Brasil de ontem, hoje e amanhã*, foi realizado em 1975, o que quer dizer 11 anos após o golpe militar, e mostra uma retrospectiva que começa no governo João Goulart, em 1961, passa pelo momento do golpe, em 1964 e pelas realizações de quatro dos governos do último regime militar.

O locutor em *off* narra as imagens apresentadas, a maioria imagens fixas de fotos de jornais, onde há multidões nas ruas, imagens de greves e a possibilidade de descontrole. Esse “caos” que havia durante o governo João Goulart, é interpretado como a “ameaça vermelha” que estava presente na América Latina desde 1959 com a

Revolução Cubana. O país está doente, e de acordo com o filme, sofria uma de suas piores crises: “ greves, ameaça de guerra civil, caos quase incontrolável, deterioração econômica e financeira, indisciplina invadindo os quartéis, inflação galopante”.

Essa versão do passado caótico justifica a necessidade de intervenção das Forças Armadas, que se apresentam como os salvadores da pátria, que foram intimados a cumprir uma missão, como podemos observar:

E o clamor de vozes conscientes encontrou eco em soluções inadiáveis, e as Forças Armadas, elas próprias mais do que ameaçadas foram chamadas, praticamente intimadas a cumprir a missão que o momento lhes impunha, restabelecendo a ordem e livrando o país dos trapos vermelhos que ameaçavam sufocá-lo..

A partir desse acontecimento, o documentário é dedicado a mostrar os benefícios trazidos pelos governos militares dos presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel, os ganhos obtidos com o crescimento do país na economia, bem como projeções de crescimento para o futuro.

Ganamos la paz

Realizado em 1977, ou seja, pouco mais de um ano depois do golpe de 24 de março de 1976, o documentário apresenta a Argentina como um país de natureza privilegiada, uma terra rica que atraiu olhares cobiçosos. São mostrados os tesouros nacionais, grandes nomes da história argentina, ganhadores do Premio Nobel e destacados esportistas. De acordo com o filme, o país vivia em paz até que “o câncer da violência ideológica contamina a América Latina”. No filme argentino também se faz uma retrospectiva da história, na qual o país está sob uma ameaça externa, um câncer que contamina e faz com que a sociedade adoença.

As figuras que representam o mal, o câncer ideológico e a subversão são inimigos apresentados e personalizados: Salvador Allende, Che Guevara, Mario Roberto Santucho, dirigente do *Ejército Revolucionário del Pueblo*. A ideia da sociedade enferma é reforçada pelo uso de enumerações relacionadas às partes do corpo humano: “puños en alto, golpes, sangre, heridos, muertos”, acompanhadas de imagens de cadáveres ensanguentados, médicos tentando reviver uma vítima na rua e muitas cenas de violência.

As Forças Armadas argentinas também se apresentam como salvadores da pátria: “Las fuerzas armadas se ven en la obligación de asumir el poder y lo hacen el 24 de marzo de 1976 para preservar la integridad de la Nación”. Finalmente, é mostrada a tranquilidade e a paz ganhada graças às Forças Armadas, com as imagens de um pai de família que anda nas ruas do centro de Buenos Aires, indo ao encontro da sua esposa e filha.

O gênero documentário

Nosso objetivo, nesta ocasião, é descrever aspectos que fundamentam a comparação em termos discursivos desses dois filmes institucionais produzidos em países e em épocas diferentes.

Nossa proposta é, assim como a de FANJUL (2015:509), indagar “potencialidades descritivas e explicativas de categorias como “gênero de discurso” e outras para a abordagem comparativa...”

Retomaremos o trabalho sobre os estudos linguísticos feito pelo filósofo e teórico russo Mikhail *Bakhtin* (1895-1975) para descrever a categoria *gêneros discursivos*:

Las diversas esferas de la actividad humana están todas relacionadas con el uso de la lengua. Por eso está claro que el carácter y las formas de su uso son tan multiformes como las esferas de la actividad humana, lo cual, desde luego, en nada contradice a la unidad nacional de la lengua. El uso de la lengua se lleva a cabo en forma de enunciados (orales y escritos) concretos y singulares que pertenecen a los participantes de una u otra esfera de la praxis humana. Estos enunciados reflejan las condiciones específicas y el objeto de cada una de las esferas no sólo por su contenido (temático) y por su estilo verbal, o sea por la selección de los recursos léxicos, fraseológicos y gramaticales de la lengua, sino, ante todo, por su composición o estructuración. Los tres momentos mencionados -el contenido temático, el estilo y la composición- están vinculados indisolublemente en la totalidad del enunciado y se determinan, de un modo semejante, por la especificidad de una esfera dada de comunicación. Cada enunciado separado es, por supuesto, individual, pero cada esfera del uso de la lengua elabora sus tipos relativamente estables de

enunciados, a los que denominamos géneros discursivos. (Bakhtin 1979: 248)

Dessa forma, faremos uma caracterização deste gênero, sem pretender delimitá-lo, mas sim descrever algumas de suas características tais como: o conteúdo temático, o estilo verbal e sua construção composicional. Para isso recorreremos também a alguns conceitos teóricos propostos por Bill Nichols, autor que incursiona no gênero documentário na sua obra *La Representación de la Realidad*.

De acordo com Nichols, (1997:44) o documentário pode ser considerado uma prática institucional com um discurso próprio. Ele tem o status de ser uma *prova* do mundo, pois sua preocupação fundamental é a representação do mundo histórico. Segundo o autor, a relação entre o documentário e o mundo histórico é a característica mais marcada do documentário:

El nexu entre el documental y el mundo histórico es el rasgo más característico de esta tradición. Utilizando las capacidades de la grabación de sonido y la filmación para reproducir el aspecto físico de las cosas, el filme documental contribuye a la formación de la memoria colectiva. Propone perspectivas sobre cuestiones, procesos y acontecimientos históricos e interpretaciones de los mismos. (Nichols, 1997:12)

O documentário mostra o aspecto físico de acontecimentos da história ou da contemporaneidade ao colocá-los em cena efetivamente, trazendo imagens de fatos já acontecidos. Pensamos que esta característica está relacionada com aquilo que Bakhtin (1979) denomina conteúdo temático, que corresponderia ao conjunto de temáticas possíveis de serem abordadas por um determinado gênero, como por exemplo a história ou a política.

Nos filmes, a representação de uma realidade histórica específica é vista e mostrada através da câmera, que é testemunha, que transforma o espectador em testemunha também, na qual a narração que acompanha essas imagens tem um papel protagônico na produção de sentidos. A materialidade verbal tem uma função central no documentário, a voz em *off* narra acontecimentos mostrando imagens e som que compõem a narrativa. E embora a imagem seja fundamental, é a palavra que domina o documentário, é através dela que a imagem e o som ganham um sentido específico,

colocado como uma verdade. As imagens ilustram uma questão, mas são as palavras as que expõem ou “traduzem” seu significado. Nesse sentido, observamos traços da forma composicional descrita por Bakhtin, que neste caso é o modo como se realiza o sequenciamento das imagens e do discurso da voz em *off*.

O documentário apresenta características de outros sistemas de não ficção que constituem o que o autor chama de “discurso de sobriedade”, como a Ciência, a Economia, a Política, a Educação e a Religião, que são sistemas que pressupõem que têm poder instrumental e que podem alterar o mundo, efetuando relações de ação e consequência.

Los discursos de sobriedad tienen un efecto moderador porque consideran su relación con lo real directa, inmediata, transparente. A través de ellos el poder se ejerce a sí mismo. A través de ellos se hace que ocurran cosas. Son vehículos de dominio y conciencia, poder y conocimiento, deseo y voluntad. (Nichols, 1997: 31)

O discurso de sobriedade convida o espectador a aceitar como verdadeiro aquilo que é narrado, gerando a expectativa de que se apresentará a solução de um problema ou de um enigma. No discurso de sobriedade são incorporados vocabulário e entonação específicos, uma abordagem do mundo que é marcada pela austeridade, pelo tom assertivo que passa a impressão de objetividade.

Modalidades de representação do documentário

Para Nichols, existem modos de representação que costumamos encontrar nos documentários; essas modalidades de representação são padrões organizativos em torno aos quais se estruturam a maioria dos textos. Ele atribui ao documentário modalidades de representação como padrões organizativos em torno aos quais se estruturam a maioria dos textos e classifica as modalidades como: expositiva, de observação, interativa e reflexiva. Vamos fazer uma breve descrição dessas modalidades e observaremos o funcionamento de uma delas.

O documentário expositivo se caracteriza pela voz em *off*, o som não sincrônico e as imagens que revelam o mundo histórico com objetividade. Por sua vez, o documentário de observação, que surgiu com a facilidade de transporte dos equipamentos de gravação sincrônica, é uma modalidade que permite o registro sem a interferência do realizador, a

câmera registra imagem e som, e o realizador não interfere diretamente. Com ainda mais mobilidade técnica, o documentário interativo surgiu da necessidade de deixar clara a perspectiva e a participação do realizador. Ele aparece, faz comentários e entrevistas diante das câmeras. Por último, o documentário reflexivo é aquele no qual se expõem as condições e a técnica da linguagem cinematográfica.

De acordo com a descrição dessas modalidades feitas pelo autor, consideramos que a modalidade de representação presente nos dois filmes é a modalidade expositiva.

O documentário expositivo se caracteriza pela voz em *off* e por imagens que revelam o mundo histórico com objetividade, utiliza o som não sincrônico, o que quer dizer que tanto a voz em *off* quanto a trilha musical são acrescentadas no estúdio de gravação, posteriormente ao momento da realização das filmagens. A voz em *off* se dirige ao espectador diretamente, com intertítulos ou vozes que expõem uma argumentação a respeito do mundo histórico. A voz em *off* tem a possibilidade de fazer extrapolações a partir dos exemplos concretos oferecidos nas imagens, ela ordena e hierarquiza as informações, interpreta dando mais ou menos ênfase, seleciona aquilo que será reiterado na argumentação para construir sentido. Podemos dizer que nesta modalidade de representação, a imagem está a serviço do verbal, a argumentação tem mais importância do que a continuidade espacial ou temporal que as imagens apresentam.

Nesta modalidade encontramos muitas vezes trechos de entrevistas ou de discursos, estes também estão subordinados à argumentação oferecida pelo filme. A voz e a imagem de terceiros estão incluídas em uma lógica argumentativa, cujo eixo está no discurso da voz em *off*. Essas outras vozes podem ser usadas como provas para justificar aquilo ao que se faz referência na voz em *off*, elas inclusive colaboram para reforçar ou refutar a argumentação de outra pessoa. O autor ainda afirma que se essa tarefa de incluir outras vozes for bem sucedida, nós não observaremos como o realizador utiliza essas testemunhas ou entrevistados para comprovar algo, mas sim a efetividade da argumentação.

O discurso do documentário coloca em cena uma instância enunciativa à qual é atribuída a organização da sequência que apresenta informação e conhecimento que compartilhará com aqueles que desejam saber e que, eventualmente, também podem ocupar o lugar do sujeito que sabe, o que quer dizer que esse sujeito que passa a saber

pode se transformar em um divulgador daquele conhecimento que o filme lhe proporcionou.

Nos filmes da modalidade expositiva, o uso de preceitos do discurso de sobriedade, a evidência das imagens e o uso de enunciados assertivos se tornam procedimentos centrais na construção de um vínculo de confiança com o espectador, gerando uma sensação de credibilidade.

Nichols (1997:59) também explora os supostos e expectativas que caracterizam a visualização de um documentário. Segundo ele, a expectativa do espectador do documentário passa pelo compromisso intelectual e afetivo com um tema, uma questão ou problema, que está mediado pela retórica da objetividade, característica do discurso de sobriedade. Outra expectativa do espectador de documentários é com relação à sua ânsia de conhecimento: ele se prepara para aprender algo sobre o mundo e desenvolve capacidades de compreensão e interpretação do processo que permitirão que ele entenda o documentário. O espectador de documentários da modalidade expositiva costuma alimentar a expectativa de que diante dele se abrirá um mundo racional no que concerne ao estabelecimento de uma conexão lógica causa/efeito (Nichols, 1997:68), ele espera uma sequência arranjada, verbalmente explicada e ilustrada pelas imagens.

A caracterização que até aqui fizemos do gênero documentário e da modalidade expositiva se aproxima das particularidades e recursos utilizados tanto no filme brasileiro *Brasil, de ontem, hoje e amanhã* quanto no argentino *Ganamos la paz*, no que diz respeito a seu conteúdo temático, que é a história dos acontecimentos políticos do Brasil e da Argentina durante as últimas ditaduras militares e no período imediatamente anterior; a seu estilo que é assertivo, cheio de afirmações; e a sua construção composicional, que é caracterizada em ambos casos pela voz em *off* que narra as imagens apresentadas.

Referências bibliográficas

BAJTÍN, M, M. El problema de los géneros discursivos. In *Estética de la Creación Verbal* 8ª edición Siglo veintiuno editores, Buenos Aires 1988

FANJUL, A. P. Unidades do discurso, indagação comparativa e proximidade linguística: perspectivas e limites da categoria de “gênero” in *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 50, n. 4, p. 508-517, out.-dez. 2015

NICHOLS, B. *La Representación de la Realidad*. Cuestiones y conceptos sobre el documental. Paidós, Buenos Aires, 1997.

Ganamos la Paz. Disponível em:

http://www.encuentro.gov.ar/sitios/encuentro/busqueda/index?tipo_funcional=todo&rec_titulo=ganamos+la+paz&submit=buscar.

Acesso em 27 novembro de 2016

Brasil de Ontem, hoje e amanhã. Disponível em: _

http://www.zappiens.br/portal/InfosVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiVuE6vJFgLgErqtI93rQ5JfVTF47BciOEI3iFksCEEJU.&idRepositorio=0

Acesso em 27 novembro de 2016

CAMILA DA SILVA LUCENA

UFPE

IDEOLOGIA LINGUÍSTICA NA/PELA IBERO-AMÉRICA: LÍNGUA, CULTURA E MEMÓRIA NA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO

Palavras iniciais

Enganam-se aqueles que pensam que discutir e teorizar a linguagem (ou sobre a linguagem/língua) é uma atividade sem importância. Basta observar que em todas as esferas das nossas vidas sociais a língua ocupa uma posição de destaque, muitas vezes decisiva. Para comprovar isso podemos pensar na influência e no poder que a mídia exerce através da linguagem. Também podemos pensar no modo como a língua é convocada para legitimar certas parcerias de integração entre países, tal como o mundo globalizado julgar importante. Como aponta Moita Lopes (2013, p.19) “a globalização e a modernidade recente constituem um mundo no qual a linguagem ocupa um espaço privilegiado. Este é um mundo no qual nada de relevante se faz sem discurso [...]”.

Dessa forma, pensando no discurso de integração da Ibero-América, presente na *Carta Cultural Ibero-americana*, este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre linguagem, cultura e memória a partir do conceito de ideologias linguísticas surgido na Antropologia Linguística americana na década de 70. Para este trabalho, defenderemos que as ideologias linguísticas além de estarem fundamentadas por questões políticas e culturais, também são determinadas por uma atualização de uma memória que atua na legitimação do que é almejado pelas ideologias linguísticas. Visamos, portanto, propor uma discussão inicial especulando o modo como isso se dá na *Carta Cultural Ibero-americana*¹.

Para o que estamos propondo será necessário pensar no conceito de Ideologias linguísticas a partir de Kroskrity (2004) e Moita Lopes (2013). Também partiremos da Análise do Discurso de linha pecheuxiana (AD), o que nos permitirá discutir teoricamente a partir da materialidade da língua a noção de memória através de Courtine (1981) e a dimensão discursiva de cultura com Rodríguez-Alcalá (2004) e De Nardi (2007).

1 Como toda discussão inicial será comum encontrar nesse trabalho algumas indagações sem uma problematização efetiva, visto que, o objeto de estudo, a Carta Cultural Ibero-americana, ainda está em processo de análise. Este trabalho na verdade porta-se como um problematizador de questões que serão analisadas em um momento posterior.

Cultura, memória e a proposta de integração

A ideia de integração para a região que engloba a América Latina é um desejo antigo, talvez uma utopia, que sempre está presente em discursos quando se pensa sobre o futuro da região. Alguns projetos ou acordos, como o Mercosul, são tentativas de integrar mais a região, porém com uma realização limitada, ele não consegue ser de fato efetivo para toda a América Latina. Pensando nisso, a OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos) propôs uma integração em um nível superior: pensar para além da América Latina, considerando outra região que está intimamente relacionada com ela, a região Ibérica, o que significa pensar na região Ibero-americana.

De acordo com o OEI, a Ibero-América é uma região de países com histórias e desenvolvimentos semelhantes o que favoreceria uma integração. Para legitimar essa ideia, convoca a cultura como elo unificador desta região e na *XVI Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno* em Montevideu em 2006, os países membros aprovam a elaboração da *Carta Cultural Ibero-americana*, um documento que registra formalmente o compromisso de integração dos países Ibero-americanos. Como encontramos na Carta:

Es un proyecto político de gran magnitud que sienta las bases para la estructuración del "espacio cultural iberoamericano" y para la promoción de una posición más fuerte y protagonista de la comunidad iberoamericana ante el resto del mundo, en uno de sus recursos más valiosos, su riqueza cultural.

No entanto, com a análise inicial da Carta entendemos que o fator econômico é o principal objetivo dessa integração e o elemento cultural é usado como um meio de justificar tal finalidade. A partir daí, a cultura é uma noção que está presente em todo documento e a partir dela são derivadas outras noções como "espaço cultural Ibero-americano" e "espaço cultural comum" que forjam a construção de uma unidade Ibero-americana. Porém, isso resulta problemático, uma vez que entendemos que o sentido de cultura que a Carta desenvolve restringe, define e regula o modo de ver e pensar a realização cultural na Ibero-América, bem como o indivíduo que compõe esse espaço. Assim, neste trabalho recorreremos aos trabalhos de De Nardi (2007), Rodrigues-Alcalá (2004) que visam a pensar a cultura a partir da perspectiva do discurso pecheuxtiana,

para então, fazermos um diálogo com a Antropologia Linguística aproximando dessa problemática a noção de ideologias linguísticas².

A noção de cultura em AD ainda não é muito desenvolvida teoricamente, porque estava em uma posição marginal, uma vez que a tradição de estudos em AD se importava em pensar principalmente em questões de língua e história. Mas, como Ferreira (2011) define, a cultura é algo que aparecia nos estudos do discurso como uma "presença ausente". Nos últimos anos é notável, como pouco a pouco, essa noção ganha importância e para a análise da *Carta Cultural Ibero-americana* torna-se essencial pensar e desenvolver a noção de cultura a partir de uma perspectiva discursiva.

Com De Nardi (2007) entendemos que a cultura tem uma dimensão política-histórica-social e que é um lugar de produção de sentidos. A cultura seria, então, uma construção socialmente localizada, determinada pela ideologia e feita por/para os indivíduos. De acordo com a autora:

Enquanto lugar de produção de sentidos, ideologia e cultura funcionam naturalizando sentidos, criando efeitos de evidência e verdade. Por meio desse funcionamento, mascaram-se as condições de produção que estão na base dos processos discursivos e culturais e faz-se com que enquanto alguns sentidos são legitimados, outros sejam sufocados, permanecendo, no entanto, latentes, abrindo espaços de imersão entre os furos dessa estrutura que os apaga. (DE NARDI, 2007, p.63)

Esse movimento de evidência e de verdade é o que nós identificamos na *Carta* até agora devido a uma análise inicial. Com isso, acreditamos que exista uma tentativa de convencimento de que a diversidade cultural da Ibero-América será preservada. Entretanto, encontramos falhas, pois como definido por Pêcheux "todo ritual tem falhas" (1997), uma vez que, ao pensar em que cultura é esta que está na Carta observamos a tendência de valorização de determinadas manifestações culturais que vão contribuir para uma homogeneidade, em oposição à heterogeneidade que define a região.

Diante desse panorama, temos como hipótese que na Carta Cultural Ibero-americana há uma mudança de sentido do popular para popularidade, quando se pensa a

² Este trabalho constitui um recorte da minha dissertação de mestrado que está em andamento. Com a disciplina Antropologia Linguística foi possível estabelecer mais uma discussão para o trabalho a partir da noção de ideologias linguísticas que se mostrou relevante para os objetivos estabelecidos. Por isso, decidi para este ensaio da disciplina iniciar desde já uma problematização, relacionando Análise do Discurso e Antropologia Linguística, uma vez que responde a uma exigência da disciplina e da pesquisa do mestrado.

cultura, tal como define Canclini (2008). Para este autor, o popular buscava o local e foi substituído pelo sentido de popularidade para responder a uma necessidade de busca do global, isto é, de acordo com “la industrialización de la cultura y su difusión según la lógica del mercado” (CANCLINI, 2008, p. 85). Então, em nome de uma globalização se populariza determinados aspectos das culturas da Ibero-América, obtendo como resultado uma “cultural global” da Ibero-América, e desse modo, é construído o efeito de unidade Ibero-americana. Essa unidade atua, portanto, na naturalização de sentidos sobre o que significa ser ibero-americano.

Responsável pela produção de efeitos de evidência, esta naturalização é legitimada pela atualização de uma memória que fundamenta e reafirma a produção de uma unidade cultural ibero-americana. Definida como um conjunto de já-ditos que retomam pelo discurso reatualizando-se (COURTINE, 1981, p.52), a memória é tomada como um lugar anterior, compartilhado e, ao mesmo tempo, atravessado pelo esquecimento. Para o autor tão importante quanto entender como a memória atualiza sentidos é entender como ela também trabalha para os silêncios, visto que:

Toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega...Isto é: em relação às quais esta formulação produz efeitos de memória específicos. (COURTINE, 1981, p.52)

Na Carta identificamos uma memória compartilhada pelos sujeitos ibero-americanos, porém esta memória está fragmentada apagando sentidos que não interessam a um discurso de integração. Diremos, então que *esses não-ditos* são silêncios (ORLANDI, 1995) e que estes são constituintes da Carta Cultural Ibero-americana, resultado dessa memória fragmentada, condição esta que também funciona como elemento constitutivo da Carta.

Para Orlandi (1995), o silêncio responde a uma política de sentido que se manifesta de duas formas: pelo silêncio constitutivo e pelo silêncio local. Entendemos que na Carta há um silêncio constitutivo, que seria o não-dito quando se diz algo. Aquilo que é apagado por ser indesejado. Então, esse silêncio se realiza através da repetição de um sentido que se cristaliza para diminuir as chances de que aquele não-dito apareça, já que são sentidos que não interessariam para a proposta de integração da Carta Cultural Ibero-americana.

Por exemplo, em nenhum momento, pelo menos até onde analisamos a Carta, encontramos referências à colonização exploratória na América Latina. Mas essa falta produz sentidos-outros, porque falar do desenvolvimento e história desta região e não falar sobre esse fato histórico é omitir uma das razões que explica diversas consequências desta região atualmente. A presença dos países ibéricos é justificada na Carta apenas pela semelhança de línguas e culturas, mas não se fala do por quê da semelhança. Dessa forma, a Carta está fundamenta na atualização de uma memória fragmentada, composta por silêncios que definem e regulam o modo de ver e pensar a cultura da Ibero-América que está definida na Carta. Como Chauí (2006, p. 61) define ao falar da cultura como alienação, “a cultura é o lugar de produção social da memória e do esquecimento”.

Por conseguinte, acreditamos ser possível pensar que a partir desse efeito de evidência, a Carta produz um “efeito de cultura”, já que trabalha em busca de uma unidade e uma homogeneização, com objetivo de causar uma identificação no indivíduo enquanto sujeito Ibero-americano. Estamos assim de acordo com Rodríguez-Alcalá (2004) quando fala que a cultura hoje assume o papel da religião na constituição do Estado nacional. A autora afirma que: “os processos de identificação nacional estão desse modo articulados a processos de identificação cultural, o que configura o atual funcionamento político do apelo à cultura.” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004, p. 1)

Ainda segundo Rodríguez-Alcalá o “amor a Deus” foi substituído por “o amor à pátria”. O que antes era uma subordinação ao soberano, agora é uma subordinação aos Estados nacionais, que interpela os indivíduos em sujeitos promovendo uma identificação destes com a cultura convocada, e, por sua vez, com as leis determinadas pelo Estado e legitimadas pelo “efeito de cultura”. De acordo com a autora:

As leis devem mostrar-se adequadas à cultura da nação com a qual os sujeitos se identificam, sendo essa adequação aquilo que justifica a subordinação a elas. É nessa confluência da identificação dos sujeitos e das políticas instituídas em torno da nação, através da cultura, que o Estado constrói sua legitimidade. (RODRÍGUES-ALCALÁ, 2004, p. 1)

Sendo assim, identificamos esse movimento na Carta, uma vez que esta objetiva provocar uma identificação de "ser ibero-americano" através da ideia de unidade cultural e do reconhecimento do sujeito ibero-americano como pertencente a um "espaço cultural

comum". O sujeito se vê em uma posição em que "não há dúvida", porque se ele faz parte desse cenário Ibero-americano de vínculos comuns, também compartilha do desejo de integração para alcançar um desenvolvimento efetivo do seu país e da região. O sujeito é chamado a se identificar com essa representação criada pelo "efeito de cultura" que o coloca no lugar de Ibero-americano, o induzindo a aceitar tudo o que vem legitimado a partir desta designação.

Se unindo ao apelo do elemento cultural, encontramos a realização de uma ideologia linguística que convoca as línguas, o português e o espanhol, como outro fator que justifica a integração. Sobre essa questão discutiremos um pouco adiante.

Ideologia linguística e a construção de um espaço cultural Ibero-americano

O conceito de ideologias linguísticas surgiu no contexto norte americano da Antropologia Linguística no final dos anos 70, com a publicação do artigo de Silverstein (1979) "Parasession on linguistic units and levels at the Chicago linguistic society". Silverstein defendia o reconhecimento de mais um "nível" de estudo da linguagem onde a ideologia linguística exerceria grande influência. Mas tarde esse mesmo teórico define ideologias linguísticas "como conjuntos de crenças sobre a linguagem articulada pelos usuários como racionalização ou justificativa da estrutura da linguagem e seus usos" (apud KROSKRITY, 2004, 498). Esta definição enfatiza o papel da consciência linguística como condição que permite os falantes refletirem sobre a estrutura da língua.

Dado esse ponto de partida, outros teóricos se dedicaram a definir e trabalhar o conceito de ideologias linguísticas. Com uma perspectiva mais sociocultural surge Judith Irvine (1989) relacionando a cultura, o social e a política para pensar a construção das ideologias linguísticas. Segundo Kroskrity (2004):

Exhibiting a more sociocultural emphasis is Judith Irvine's (1989: 255) definition of language ideologies as "the cultural system of ideas about social and linguistic relationships, together with their loading of moral and political interests." Here language ideologies are viewed as multiple and constructed from specific political economic perspectives which, in turn, influence "the cultural ideas about language." (2004, p. 497)

Dessa forma, compreendemos que as ideologias linguísticas “são múltiplas e advêm de perspectivas políticas, culturais e econômicas específicas”. (MOITA LOPES, 2013, p. 21) De acordo com Hoffnagel (2010, p. 101) são crenças sobre as línguas que “implícitas ou explícitas são usados por toda sorte de falante como modelos para a construção de avaliações linguísticas”. Tais avaliações podem definir a superioridade/inferioridade de línguas e variedades. Um exemplo disso é a polêmica de qual variação do Espanhol como língua estrangeira ensinar; ou mesmo a decisão de qual língua estrangeira ser ofertadas nas escolas; como exemplo também de avaliações determinadas por ideologias linguísticas têm as representações, muitas vezes depreciativas, do espanhol no Brasil.

Com esses exemplos que expomos da influência das ideologias linguísticas, podemos antecipar a determinação dessas ideologias na construção de imaginários sociais a partir de questões linguísticas. Por exemplo, a valorização do inglês em detrimento do espanhol acaba resultando também numa valorização da cultura americana, em detrimento das culturas de países de língua espanhola. Essas últimas são muitas vezes rechaçadas no Brasil, expondo a avaliação de inferioridade da língua espanhola no país. Dessa forma, concordamos com Hoffnagel quando fala que as ideologias linguísticas:

são crenças ou sentimentos sobre línguas e como elas são usadas em seus mundos sociais. E em todos estes casos as atitudes que se têm com respeito às línguas/dialetos são, em geral, extensivas às pessoas que as usam. Assim, por exemplo, se uma língua ou dialeto é desvalorizado as pessoas que falam também são desvalorizadas. (HOFFNAGEL, 2010, p. 100)

Após analisar o desenvolvimento conceitual dessa noção, Krosrity (2004) vai definir cinco níveis de organização das ideologias linguísticas. Moita Lopes (2010) ressalta que essas cinco dimensões são convergentes ainda que algumas possam se sobrepor a outras. Em síntese, a partir de Moita Lopes (2013) podemos dizer que as 5 dimensões são:

1. As ideologias linguísticas refletem os interesses de um grupo social e cultural específico.

2. As ideologias linguísticas são variadas, uma vez que os significados sociais se referem a uma multiplicidade de divisões sociais de gênero, classe social, geração, sexualidade, nacionalidade.

3. A consciência que os participantes de um grupo específico têm das ideologias linguísticas que adotam é variável.

4. As ideologias linguísticas fazem a mediação entre as estruturas sociais e a linguagem em uso.

5. As ideologias linguísticas tem a vez com o modo como elas são usadas na construção de identidades culturais e nacionais.

Diante do nosso objeto de estudo inicialmente analisado, a *Carta Cultural Ibero-americana*, as dimensões 1 e 5 se sobrepõem as outras e são questões que merecem reflexão considerando a proposta de integração como referência. Uma vez que, entendemos que a Carta além de refletir os interesses de um grupo social específico, contribui para a construção de uma identidade cultural Ibero-americana. Como afirma Moita Lopes (2013, p. 27) a dimensão 5 “é importante porque os conceitos de nação, etnia e de pertencimento a um grupo dependem crucialmente dela. Daí o investimento político dos governos na educação em uma língua e não em outra”.

Resulta também dessa última dimensão o fato de determinados grupos sociais serem valorizados, a ponto de se transformarem na representação máxima de uma identidade/ cultura, enquanto outros grupos/línguas/variedades sofrem um silenciamento. Esse é o movimento que encontramos na *Carta Cultural Ibero-americana* através da proposta de integração: há uma ideologia linguística que aproxima as línguas espanhola e portuguesa, esta ideologia está fundamentada na ideia de culturas semelhantes e é atravessada também por uma memória que legitima tal união. A Carta define que:

Las lenguas son fundamentales para la existencia de un espacio cultural común. **El español cohesiona, junto con el portugués, desde hace siglos, la existencia de una comunidad histórica, puesto que facilita la narración, la representación y el intercambio**, no solo de lo que nos es más específicamente propio, lo que nos diferencia, sino también de aquellos que nos acerca y no une. (CCI, p. 46)

Como podemos observar nesse recorte, além de um “efeito de cultura” a Carta também constrói um efeito de reconhecimento através das línguas. Se o espanhol e o português são línguas irmãs, também são irmãos os povos que falam essas línguas, isso segundo a Carta. É por meio da repetição desses efeitos que é sustentada a proposta de integração.

Voltando um pouco para a história de desenvolvimento dessa região, notamos que fazer apelo às línguas para propor uma integração entre países é uma jogada antiga já conhecida na América Latina. E como anunciamos no início dessa discussão essa ideologia linguística está fundamentada em uma memória que atualiza o desejo antigo de união dessa região. Segundo Celada e Rodrigues (2005, p. 2):

podemos decir que la “proyección de esta integración” encuentra eco en discursividades de la memoria de América Latina. En este sentido, es posible recuperar ciertos sintagmas –tales como “nuestra América”, “la Patria Grande”, “la América del Sur”, “todo el continente americano”– que designan, en sus vacilaciones, un “lugar común”. Con “lugar común” queremos decir un lugar de encuentro y de reconocimiento entre los varios discursos que, en los enredados trayectos de una memoria, contribuyeron a la proyección de un espacio por encima de los Estados nacionales, que convocara algunas seguridades y garantizase el poder dado por la unidad.

Porém, o que torna a Carta interessante é que se vai além da América Latina e mesmo assim essa memória é usada como base para a proposta de integração, com os devidos silenciamentos já mencionados nesse trabalho. Essa memória vai sustentar os ideais da ideologia linguística ibero-americana, pois atualiza no discurso os elementos de uma possível unidade.

Mas, ainda assim encontramos barreiras que impedem a realização dessa ideologia linguística da integração, uma vez que ela parece não se corresponder com o que de fato se realiza no Brasil. Isto é, o que ocorre é o predomínio do inglês, e dos bens de consumo relacionados a essa língua, e a desvalorização do espanhol.

Essa desvalorização poder ser observada através das representações que a língua espanhola tem no país. Por exemplo, é frequentemente designada como “língua fácil” e “de estudo não necessário” uma vez que é parecida com o português, dando lugar assim ao surgimento do portunhol. Segundo Celada e Rodrigues (2005) com o acontecimento do Mercosul nota-se uma luta para tentar diminuir esses preconceitos

linguísticos com relação ao espanhol. As autoras inclusive mencionam que no início do tratado do Mercosul o mercado industrial e empresarial já alertava para o fato de que “não basta o portunhol para fazer o Mercosul.” A Carta, aumentando sua área de atuação para a Ibéria, vai na mesma linha de pensamento e acredita que a proposta de integração não se realizará efetivamente até que ocorra uma integração primeiramente linguística.

No entanto, com relação a outras línguas presentes nessa região, observamos na Carta mais uma vez que as línguas indígenas aparecem como uma questão decorativa. Fala-se no reconhecimento dessas línguas, mas não em meios para que elas possam servir como meio de comunicação oficial efetiva. Com relação a essa questão não nos deteremos mais profundamente porque o documento ainda não foi analisado por completo o que não nos autoriza a especular mais sobre essa questão.

Globalização e línguas: palavras finais

Como vimos nessa discussão inicial que propomos para este trabalho, com a ideia de integração surge à necessidade de recuperar algo de semelhante para provocar uma identificação no outro e servir de justificativa para tal proposta. Sendo assim, a cultura e as línguas são os elementos escolhidos pela *Carta Cultural Ibero-americana* para estimular essa identificação. Através de um “efeito de cultura” e do reconhecimento através das línguas a *Carta* submete todas as cultural ibero-americanas segundo uma unidade. Como resultado, podemos observar a naturalização de certos sentidos produzidos em torno desse espaço, legitimada pela atualização de uma memória que regula o modo de ver e pensar a Ibero-América.

Arnoux e Del Valle (2010) analisando a perspectiva da integração Ibero-americana especula que o objetivo é criar um grande bloco econômico direcionando o cenário linguístico universal para a supremacia de três línguas: o inglês de um lado e do outro a dualidade espanhol/português. Ainda segundo os autores, como consequência da integração dessas duas últimas línguas já podemos observar o movimento de: tornar visíveis as línguas dos outros e de expansão das línguas próprias.

No Brasil, por exemplo, temos a lei do espanhol que torna obrigatório a oferta da língua espanhola no ensino médio, acompanha a tendência de viabilização da língua do

outro. Ainda pensando no Brasil, com relação ao segundo ponto, expandir a própria língua, vemos o país tomar a liderança na difusão da língua portuguesa ao propor um acordo ortográfico comum entre os países lusófonos e ao estimular o ensino de português como língua estrangeira. Desse modo, Arnoux e Del Valle vão defender que “en la actualidad, un campo particularmente interesante de investigación de las ideologías lingüísticas lo constituyen los procesos de integración regional debido a que han reestructurado el espacio de la lenguas nacionales”. (ARNOUX; DEL VALLE, p. 7) Acreditamos, pois, que analisar o modo como os países Ibero-americanos e a cultura desse grupo são representados através da integração da OEI, nos coloca diante de discussões onde o discurso revela-se um lugar privilegiado de análise, cabendo aos que se ocupam da linguagem compreender quais são os mecanismos por meio dos quais se realizam tais construções.

Referências

ARNOUX, E; Del Valle, j. *Las representaciones ideológicas del lenguaje. Discurso glotopolítico y panhispanismo*. Spanish in Context, número especial sobre “Ideologías lingüísticas”, John Benjamins: 2010.

CANCLINI, Néstor García. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

OEI. Carta cultural ibero-americana. Disponível em: <<http://www.culturasiberoamericanas.org/>>. Acesso em: 15 de dezembro 2015.

CELADA, María Teresa; RODRIGUES, Fernanda dos Santos Castelano. *El español en Brasil: actualidad y memoria*. Real Instituto Elcano, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. 11ª ed., São Paulo: Cortez, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques (1981). *Análise do discurso político*. São Carlos : Edufscar, 2009.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. *Um olhar discursivo sobre a língua, cultura e identidade. Reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira*. Tese

de Doutorado. Porto Alegre: PPG/Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. *Temas em antropologia e linguística*. Recife: Bagaço, 2010.

KROSKRITY, Paul V. *Language ideologies*. In: DURANTI, Alessandro. *A Companion to Linguistic Anthropology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

LEANDRO FERREIRA, M. C. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In: INDURSKY, F. MITTMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Orgs.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 67-91.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Ideologia Linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. da. (Org.). *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editora, 2013, p. 18-52.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. (2004). *Da religião à cultura na constituição do Estado Nacional*. XIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística. Maceió: ANPOLL.

CARLA SEVERIANO DE CARVALHO

UNEB/IFBA

A NARRATIVA SOBRE O BRASIL NO JORNAL ESPANHOL *EL PAÍS*.

RESUMO: O estudo objetiva analisar as publicações do correspondente internacional do jornal espanhol *El País* no Brasil, no ano de 2015. As estratégias textuais, os processos de construção das imagens e a tradução de tópicos tipicamente brasileiros para o público espanhol são, portanto, objetos da investigação que realiza o levantamento dos principais temas e abordagens presentes no periódico espanhol. Do ponto de vista teórico, o estudo apoia-se nos postulados da Análise Crítica do Discurso descrita por Fairclough (1992, 2001, 2003) e a sua articulação com a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, proposta por Motta (2005), uma vez que relaciona linguagem, ideologia e poder e entende os referidos discursos jornalísticos tanto como uma estrutura condicionante quanto um modo de ação e representação identitária em textos interculturais.

Palavras-chave: Brasil. Discurso. Mídia. Espanha. *El País*.

1 Considerações iniciais

A construção textual e discursiva da cobertura jornalística sobre o Brasil pelo jornal espanhol *El País*, a partir das publicações do seu jornalista correspondente, o espanhol Juan Arias, é analisada sob a ótica da Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001) e da Pragmática da Narração Jornalística (MOTTA, 2005).

São objeto de estudo os 57 textos escritos e publicados por Arias na versão *online* do jornal espanhol *El País* sobre o Brasil, no ano de 2015 (Ver Anexo A). A coleta de textos para a constituição do *corpus* do presente estudo foi realizada na página *web* do jornal espanhol *El País* (elpais.com) por meio da ferramenta de busca por autor.

A partir da reflexão sobre os conceitos oferecidos pelos pressupostos teóricos, espera-se responder aos seguintes problemas de pesquisa: 1. Como o correspondente internacional espanhol organiza a sua narrativa sobre o Brasil?; 2. Que efeitos são produzidos sobre as imagens que o seu leitor pressupõe sobre o Brasil?; 3. Qual a capacidade de produção de sentido dos gêneros discursivos jornalísticos e de seus instrumentos de recorte da realidade nas representações de identidades?

2 Mídia: representação de identidade x estereotipia

As circunstâncias do cenário contemporâneo de globalização e acesso às tecnologias da informação e comunicação tem potencializado a capacidade da comunicação social em difundir conteúdos de forma massiva e construir bens simbólicos, possibilitando, assim, a circulação de conteúdos midiáticos com referências comuns entre indivíduos desconhecidos e de diferentes culturas.

Desse modo, pressupõe-se que a mídia tem influenciado na percepção, na construção e no deslocamento das concepções de identidade em todo o mundo. A esse respeito, Ortiz (2006) descreve a mídia e as corporações como capazes de desempenhar as mesmas funções pedagógicas que a escola no processo de construção do sentido nacional. Para o autor, “mídias e empresas são agentes da constituição da memória internacional-popular, ao fornecerem aos homens referências culturais para suas identidades” (ORTIZ, 2006, p. 144).

Inferre-se, então, que meios de comunicação têm se colocado como um espaço de produção e representação simbólica na construção de identidades dentro de diversas linguagens formatos e recursos, estando os estereótipos entre eles. Pois, conforme afirma Bhabha (2001, p.116), “o estereótipo dá acesso a uma “identidade”.

A palavra “estereótipo” tem sua origem etimológica no grego e sua composição foge um pouco da conotação negativa que o discurso do senso comum lhe dá. É formada por *stereos* (sólido) e *typos* (tipo) constituindo "impressão sólida". Ela nasce no mundo da impressão e refere-se à placa metálica criada para a impressão em si, em vez da prensa de tipos móveis. O termo, no sentido de impressão, começa a ser usado por volta de 1798. Somente no ano de 1922 ele é introduzido nas Ciências Sociais pelo jornalista e analista político Walter Lippmann a partir da publicação da sua obra *Public Opinion*, a qual propõe a análise da influência das concepções nacionalistas etnocêntricas nas relações políticas internacionais durante a 1ª Guerra Mundial, sublinhando a importância das imagens mentais na interpretação dos acontecimentos.

Lippmann ([1922] 2008) conceitua os estereótipos como resultantes de um processo ‘normal’ e ‘inevitável’, inerente à forma como se processa uma informação. Segundo ele, a percepção dos fatos depende da posição e dos hábitos dos olhos, e a

criação de fatos estereotipados está relacionada com a visão de um mundo pré-construído pela cultura e transmitido pela linguagem.

Em concordância com Lippmann, Bosi (1977) explica que, quando se busca conhecer a realidade, apropria-se dos aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura por meio de "um processo de facilitação e de inércia" que conduz à estereotipia. Compreende-se assim, que, nesta perspectiva, os estereótipos cumprem funções de seleção e simplificação de informações e não necessariamente como distorção ou falsificação delas.

São diversos os estudos que relacionam os estereótipos e a atividade da mídia na sociedade contemporânea. Tendo em vista as especificidades dos diversos estudos, Biroli (2011) adverte para as possibilidades oferecidas pelos estereótipos difundidos na mídia. Para ela, o compartilhamento massivo de referências que os meios de comunicação possibilitam pode contribuir para a reprodução dos estereótipos ou para sua transformação ou superação (em direção a novos arranjos estereotípicos, isto é, a novas expectativas-padrão) nas disputas pela representação do mundo social.

Levando-se em consideração que as narrativas jornalísticas constroem representações que são tomadas como retratos da realidade, mas que podem ser transformadas pela construção de novas narrativas que alterem representações sociais anteriormente vistas como sólidas e funcionais, entende-se que uma análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2005) associada à Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001) oferece os subsídios teórico-metodológicos necessários à observação das mudanças e conflitos do contexto e à discussão mais complexa do processo de representações identitárias e estereotipia do Brasil pelo veículo midiático espanhol.

3 A análise do discurso

A Análise do Discurso Crítica (ADC) considera o termo "discurso" como "o uso de linguagem como forma de prática social". De acordo com essa abordagem teórico-metodológica, o discurso implica um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo, como também um modo de representação e significação dele (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91).

Fairclough (2001) distingue três aspectos dos efeitos construtivos do discurso que correspondem respectivamente a três funções da linguagem e as dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso: 1. A construção das identidades sociais (função identitária); 2. A construção das relações sociais entre as pessoas (função relacional); e 3. A construção de sistemas de conhecimento e crença (função ideacional).

Com o objetivo de reunir a análise linguística e a teoria social, Fairclough (2001) propõe uma análise do discurso tridimensional, na qual qualquer exemplo de discurso é considerado simultaneamente um texto (análise linguística), um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo).

Juntamente com esse enfoque na relação de contribuição mútua entre o discurso e as práticas sociais, ele destaca o papel do discurso por mais dois viés: como prática política, que tanto pode manter as relações de poder existentes entre as entidades, quanto transformá-las; e como prática ideológica, podendo sustentar ou romper visões de mundo ou perspectivas atribuídas a quem ocupa alguma posição nas relações de poder.

Nessa perspectiva, a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente. Assim, a linguagem também contribui para o desenvolvimento do senso comum, um instrumento que dá sentido, significação e transformação ao mundo. Como afirma Norman Fairclough:

Enfocar a ideologia implica em ajudar as pessoas a verem o quanto suas linguagens firmam-se sobre suposições do senso comum e as formas pelas quais estas suposições do senso comum podem ser ideologicamente formatadas por relações de poder (FAIRCLOUGH, 1989, p. 04, tradução nossa).

Para Fairclough (1989), o senso comum é uma conexão oculta entre a linguagem, o poder e a ideologia. Os textos jornalísticos não são explicitamente cobertos de ideologias, apenas mostram ao seu leitor o caminho para uma interpretação ideológica, na forma de naturalização. Esta é a essência da ideologia.

Fairclough afirma que a naturalização é a mais formidável arma do poder e conseqüentemente um foco importante de luta. A ideologia vira senso comum quando o discurso é estereotipado e naturalizado, isso revela o efeito de poder que este representa

em um texto. Assim, o senso comum ideológico, através da linguagem, interfere na construção de identidades dos sujeitos sociais.

Norman Fairclough aplica o conceito de “rotinas interacionais” ao perceber as formas como acontece a interação entre os sujeitos no discurso e a forma como são separados ou misturados no texto, concluindo que a naturalização dos fatos contribui para uma afirmação da imagem dos sujeitos sociais a partir do senso comum:

A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la (FAIRCLOUGH, 1989, p. 105, tradução nossa).

Segundo Fairclough (1989) mesmo os pressupostos já cristalizados socialmente podem ser contestados.

A partir desse engajamento social, percebe-se que ADC possui fundamentos epistemológicos que se aproximam da Análise Pragmática da Narração Jornalística, uma vez que a análise da narrativa de Juan Arias ao longo do ano de 2015 permite a identificar se os seus textos reproduzem (por repetição ou negação) ou transformam (por contestação, restrição ou negação) por os pressupostos e estereótipos apresentados sobre o Brasil.

A Análise Pragmática da Narração Jornalística (APNJ) considera que as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas sim, dispositivos discursivos utilizados com uma finalidade específica. Entende, pois, que elas são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e nos distintos lugares e situações de comunicação.

Os procedimentos da sua análise sugerem a análise de um conjunto de textos sobre um tema comum ao longo de um período temporal que aparentemente não possua narratividade e em seguida o seu agrupamento como uma história única e singular.

Motta (2005) esclarece que a análise deve compreender as estratégias e intenções do narrador por um lado, e o reconhecimento (ou não) das marcas do texto e as interpretações criativas do receptor, por outro lado.

Tomando a produção do jornalista correspondente espanhol Juan Arias no *El País* no ano de 2015, nota-se que foram 57 as suas publicações. Os seus textos abordaram temas específicos sobre o país o Brasil: Política (corrupção, protestos políticos), Crise Econômica, Sociedade (comportamento e cultura) e Violência (segurança).

No entanto, alguns destes temas aparecem e permanecem em discussão por períodos consecutivos curtos ou longos. Política, por exemplo, foi o tema mais recorrente entre as publicações, sempre em discussão. Outros, como Sociedade e Violência, surgem, se interrompem por semanas ou meses e voltam novamente à discussão mais adiante.

Essa oscilação deve-se à seleção decorrente dos valores notícia. A observação da continuidade e das justaposições temáticas a partir da recorrência de um mesmo tema nos textos isolados constitui o primeiro movimento metodológico da APNJ, a *recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico*.

O segundo movimento da APNJ é a *identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios*. Os conflitos principais e secundários da história recomposta (da nova síntese) podem ser políticos, econômicos, psicológicos, familiares, jurídicos, policiais, etc.

O conflito principal que norteia as publicações de Juan Arias é a crise brasileira, generalizada a diversos setores da sociedade. Os conflitos secundários se relacionam com a situação da presidenta do Brasil e a polarização do povo brasileiro diante das crescentes denúncias de corrupção política.

A identificação desses conflitos permite discernir e compreender a funcionalidade dos episódios do novo enredo, os quais reúnem uma ou muitas notícias unitárias e não necessariamente guardam relação direta com a ordem dos discursos que lhes deram origem.

A narrativa jornalística de Juan Arias apresenta funções, ou seja, ações levadas a cabo por personagens recorrentes: a presidenta Dilma Rousseff, Lula, Eduardo Cunha, a Petrobras, a Casa Civil, o povo brasileiro, a classe média.

A *construção de personagens jornalísticas* (discursivas) é o terceiro movimento sugerido pela APNJ, embora ele ocorra em concomitância com a identificação dos episódios. Motta lembra que mesmo na narrativa realista do jornalismo as personagens são figuras de papel, ainda que tenham correspondentes na realidade histórica.

Em outras palavras, na narrativa jornalística há sempre uma relação íntima entre personagens e pessoas físicas porque personagens representam pessoas reais. Na análise da narrativa de Juan Arias, entretanto, não interessa quem é a política Dilma Rousseff, o que fez ou deixou de fazer na vida real. Interessa como a narrativa jornalística construiu certa imagem dela e o que a personagem fez no transcorrer de uma narrativa jornalística.

Deve-se, portanto, evitar a análise psicologista ou social da personagem e concentrar as observações de sua representação como figura do discurso jornalístico, observar como o narrador imprime no texto marcas com as quais pretende construir a personagem na mente dos leitores/ouvintes. É por outras vias que chegaremos às questões políticas e sociais.

Mesquita (2002) observa que há uma ambivalência na personagem jornalística na medida em que os modelos de identificação do receptor projetam também imagens de heróis e vilões no ato da relação comunicativa. No entanto, alerta para a excessiva *fulanização* que marginaliza as questões-político ideológicas nas democracias atuais. Segundo o estudioso, a *fulanização* incide nas escolhas e estereótipos divulgados pela mídia. A mídia constrói personagens de acordo com seus critérios jornalísticos e de verossimilhança, acrescenta Motta (2005).

A representação da personagem da presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, ao longo das publicações de Arias no ano de 2015 é construída a partir de marcas textuais que evidenciam a sua inconsciência, rejeição popular, falta de credibilidade e necessidade de mudança de postura, como se lê nos trechos de textos de diferentes meses: “*La presidenta tendrá que tomar conciencia de que gobernará un país que está creciendo y ha dado la espalda a la vieja política*” (ARIAS, 01 jan 2015); “*El discurso de Dilma Rousseff podría ser un anticipo de las manifestaciones de protesta contra ella anunciadas para el próximo domingo. El rechazo a sus palabras fue más significativo si cabe por haberse dado en el momento de empezar a hablar, antes de conocerse el contenido*” (ARIAS, 9 mar 2015); “*Si Dilma Rousseff sale a flote porque el Congreso la absuelve, ni ella ni su Gobierno podrán ser los mismos*” (Arias, 4 dez, 2015).

O quarto movimento da APNJ, as *estratégias comunicacionais*, trata dos dispositivos retóricos utilizados pelos jornalistas capazes de revelar o uso intencional de

recursos linguísticos e extralinguísticos na sua comunicação para produzir efeitos (o efeito de real ou os efeitos poéticos).

Juan Arias, como a maior parte dos jornalistas, não é um narrador dos mais discretos daqueles cuja retórica jornalística trata de dissimular as estratégias narrativas. O espanhol não se preocupa excessivamente na utilização de recursos de linguagem que tentem disfarçar o seu papel como narrador, a sua mediação.

Motta (2005, p. 09) defende que a narrativa jornalística é um permanente jogo entre os efeitos de real e outros efeitos de sentido que requer a observação de: a) Estratégias de objetivação: construção dos efeitos de real; b) Estratégias de subjetivação: construção de efeitos poéticos.

Entre as estratégias de objetivação, nota-se na narrativa de Arias o uso de expressões que criam a atualidade: “*La política, hoy tan denigrada, pero que es un arte indispensable para asegurar la democracia...*”, (ARIAS, 05 set 2015, grifos nossos); referencialidades temporal e geográfica: “*Entre las novedades de la nueva manifestación de protesta contra el Gobierno de Brasil, celebrada este domingo en los 26 Estados del país...*” (ARIAS, 16 ago 2015, grifos nossos); referencialidade de autoridade: “*Brasil atraviesa una grave crisis que, según no pocos analistas, es más política que económica...*” (ARIAS, 25 ago 2015, grifos nossos). Elementos cuja intenção é convencer o leitor de que o texto é uma representação fiel da verdade e da realidade do Brasil.

Quanto às estratégias de subjetivação, destaca-se a maioria dos títulos apresentados sob a forma interrogativa, que remetem o leitor a interpretações subjetivas, provocando neles efeitos de sentidos emocionais, tais como a dúvida, a imprecisão, o questionamento: “*¿Por qué Rousseff no revela quiénes son los “enemigos” de Petrobras?*” (ARIAS, 02 jan 2015); “*¿Tendrá un límite la paciencia de los brasileños?*” (ARIAS, 19 jan 2015); “*¿Corre Brasil el peligro de sufrir un enfrentamiento popular?*” (ARIAS, 16 fev 2015); “*¿De qué color es la crisis?*” (ARIAS, 05 mar 2015).

O quinto movimento, *a relação comunicativa e o contrato cognitivo*, a atenção desvia-se da relação narrador-texto para a relação comunicativa narrador-narratário, para o jogo entre as intencionalidades do narrador e as interpretações e reconhecimentos da audiência. A atenção desloca-se do texto como unidade estática para a relação comunicativa intersubjetiva. O texto torna-se apenas o nexos de uma atividade interativa entre dois interlocutores (narrador e narratário) que realizam um processo, um ato

comunicativo. O enquadramento ou abordagem jornalística são analisados como parte da estratégia comunicativa.

O contrato narrativo entre o jornalista correspondente espanhol Juan Arias e o seu narratário se estabelece por meio da eleição de uma perspectiva narrativa e de um ato de escrita próprio das crônicas. Numa narrativa relativamente curta, Juan Arias escreve em primeira pessoa, reporta e dialoga com o seu leitor fatos do cotidiano brasileiro através de uma linguagem simples, entre a oral e a literária, sem prescindir do registro de uma visão crítica direta ou indireta compactuada e validada pela audiência.

Conforme esclarece Motta (2005), esse “contrato” entre o jornalista e o leitor é o que torna eficiente a comunicação jornalística, cabendo ao analista do discurso interpretar as violações das máximas jornalísticas e compreender as implicaturas, as pressuposições, as insinuações, as ironias e outros efeitos de sentido que simultaneamente se realizam.

O sexto movimento, *metanarrativas*, significados de fundo moral ou fábula da história, tem a ver com o fundo ético e moral da narrativa jornalística. Motta (2005, p. 14) esclarece que os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei, algum consenso cultural. Ao realizar este movimento, o jornalista causa uma ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável.

Nas publicações em análise é possível identificar metanarrativas que sugerem as fábulas contadas e recontadas pela mídia brasileira diariamente e que revelam os estereótipos mais profundos sobre o Brasil na cobertura espanhola. Entre eles, destacam-se:

I. O Brasil da mudança:

“El Brasil exitoso del primer Gobierno popular y de izquierdas de Lula, aunque teñido de pragmatismo liberal y centrista, ya no es el Brasil de hoy. Desde entonces han cambiado muchas cosas, en Brasil, en Latinoamérica y en el mundo. Existe un cansancio de viejos mitos y antiguos salvadores de la Patria, demostrando en Cuba y Venezuela” (ARIAS, 11 fev 2015).

II. A unidade brasileira:

“La fuerza de Brasil, envidiada en diversos continentes por los países que sufren tentaciones de desgarros nacionalistas o ideológicos, ha sido siempre la de su unidad nacional a pesar de sus inmensas diferencias geográficas y culturales” (ARIAS, 16 fev 2015).

III. O otimismo brasileiro:

“Los tropicales y creativos brasileños, incapaces de vivir entre sombras y nieblas, luchan para disipar esos nubarrones amenazadores de la crisis que les agarrota y que desean ver solucionada cuanto antes para sentir de nuevo en su piel el sol de tantas ilusiones desperdiciadas” (ARIAS, 06 de abr de 2015).

IV. A riqueza natural brasileira:

“El país sudamericano tiene recursos naturales y humanos para poder salir de la crisis económica que lo atenaza” (ARIAS, 08 jul 2015).

V. O Brasil democrático:

“Brasil se precia de ser un país democrático, moderno, que respeta los derechos humanos, admirado muchas veces por su sensibilidad y respeto con otras creencias y costumbres que, en su gran mayoría, conviven en él pacíficamente” (ARIAS, 27 out 2015).

As metanarrativas utilizadas por Arias e o tratamento dado pelo jornalista à imagem do Brasil dentro das publicações remetem à questões culturais simbólicas anteriores à produção textual e evidenciam que entre as fontes do correspondente espanhol para a redação das suas publicações estão a mídia nacional, os órgãos públicos e os fatos experienciados por ele no país (muitas vezes referenciados, inclusive). Ressalta-se, no entanto, que nem sempre essa “influência” está clara ou consciente para o jornalista no momento de produção do texto e poucas vezes transparece nítido para os receptores na fugaz leitura ou audiência diária das notícias (MOTTA, 2005, p. 14).

4 Considerações finais

Dado o exposto, percebe-se que o jornalista correspondente internacional do jornal espanhol *El País*, Juan Arias, organiza a sua produção textual sobre o Brasil no ano de 2015 dando aos fatos sociais um caráter de narratividade.

A sua narrativa midiática traduz ao leitor espanhol o seu conhecimento objetivo e subjetivo sobre o Brasil (aspectos humanos, sociais, políticos, econômicos, de natureza física etc) numa perspectiva lógica e cronológica sobre os fatos ocorridos diariamente no país. Sugere, portanto, um caminho para uma interpretação ideológica do Brasil, na forma de naturalização.

A partir de narrativas predominantemente fáticas, o jornalista espanhol cria uma espécie de vínculo solidário com o seu leitor/receptor, envolve-o e provoca certos efeitos de sentido. Entre esses efeitos estão o efeito de real: a objetividade na transcrição de dados e na análise de determinados fatos sociais; e o fictício, para causar efeitos emocionais: subjetividades, recortes, simplificações e estereotípias sobre o Brasil, o brasileiro e a sua identidade.

A capacidade de produção de sentido dos gêneros discursivos jornalísticos e de seus instrumentos de recorte da realidade se relaciona com a tendência humana inata para a organização narrativa da realidade. Dessa maneira, a organização da produção textual do jornalista Juan Arias sobre o Brasil é capaz de criar e consolidar entre os seus leitores/receptores os eventos reais ocorridos no Brasil a partir de estórias e “recortes” verossímeis ou não.

Dado que este estudo de caso não é de caráter conclusivo e que este tema ainda possui muitos elementos a serem explorados, pretende-se em outras investigações propor um recorte temporal de análise mais amplo. Também se pretende ampliar o *corpus* utilizado neste trabalho buscando novas fontes que levem em consideração ainda a política editorial do jornal *El País* ao abordar as questões que se relacionam com o Brasil.

Ainda assim, espera-se com este trabalho, que aborda um novo ponto de vista à área estudada, ter contribuído com a bibliografia sobre o tema, um tema novo e envolto em subjetividades.

ANEXO A – Publicações do jornalista Ruan Arias na versão *online* do jornal El País do ano de 2015

	Data da publicação	Título e lead	Temática
1.	02/01/2015	¿Por qué Rousseff no revela quiénes son los “enemigos” de Petrobras? En las actas judiciales ninguno de los imputados internos ha denunciado a algún enemigo externo responsable del colapso	POLÍTICA
2.	19/01/2015	¿Tendrá un límite la paciencia de los brasileños? La falta de agua y las recomendaciones para consumir menos energía eléctrica ponen a prueba la resignación de los ciudadanos	POLÍTICA
3.	22/01/2015	¿Y si los gobernantes dejasen a Dios en paz? Cada vez que los políticos se ven en apuros y no saben cómo resolver un problema, llaman a la divinidad para que les facilite las cosas	POLÍTICA
4.	26/01/2015	La violencia más peligrosa Lo más grave de la violencia es que nos acostumbremos a convivir con ella como si se tratara de una triste fatalidad	VIOLÊNCIA
5.	02/02/2015	La peor derrota para Rousseff La victoria del conservador Eduardo Cunha supone un duro varapalo para el Partido de los Trabajadores de Brasil	POLÍTICA

6.	02/02/2015	<p>La magia oculta de Eduardo Cunha</p> <p>El nuevo presidente de la Cámara de Diputados de Brasil no es un político brillante ni tiene una biografía envidiable, pero ha sabido ganarse a diputados del 'bajo clero'</p>	POLÍTICA
7.	04/02/2015	<p>El silencio político de Dilma Rousseff y el silencio bíblico de Marina Silva</p> <p>Acusada de soñadora, la ecologista observa ahora el descalabro ambiental que está dejando a Brasil sin agua y sin luz</p>	POLÍTICA
8.	06/02/2015	El 'Titanic' político de la presidenta	POLÍTICA
9.	09/02/2015	<p>Melancolía brasileña en Carnaval</p> <p>¿Que sienten en este momento los trabajadores decentes y sacrificados al ver desfilar esa procesión de políticos de topete saqueando el país?</p>	POLÍTICA
10.	11/02/2015	<p>Lo mejor no es que Lula vuelva, sino que lidere una gran Reforma de Estado</p> <p>¿Qué sentirá el expresidente viendo que aquel Brasil vive un desencanto por la política, empezando por su propio partido?</p>	POLÍTICA
11.	16/02/2015	<p>¿Corre Brasil el peligro de sufrir un enfrentamiento popular?</p> <p>Empieza a preocupar que el país entre en un enfrentamiento que pueda hacerlo parecerse a Argentina o a Venezuela</p>	POLÍTICA
12.	24/02/2015	<p>Lo que Brasil puede aprender de Italia en el caso Petrobras</p> <p>El posible resultado político de los males que podrá</p>	POLÍTICA

		acarrear a Brasil la apertura de la fatal caja de Pandora es aún una incógnita	
1 3.	26/02/201 5	En Brasil se lee menos que en Venezuela, Turquía o Egipto ¿Tendrá eso que ver con el panorama sombrío del Congreso presidido por el conservador Cunha, denunciado por el escritor brasileño Luiz Ruffatto?	POLÍTICA
1 4.	01/03/201 5	WhatsApp y Brasil El clima de sospecha instaurado en la sociedad brasileña alcanza hasta la mensajería electrónica	POLÍTICA
1 5.	04/03/201 5	Ganadores y perdedores de la lista del 'caso Petrobras' El Gobierno de Brasil y la clase política salen perjudicados del escándalo, mientras que la democracia gana prestigio	POLÍTICA
1 6.	05/03/201 5	¿De qué color es la crisis? Como el vestido que unos veían dorado y blanco y otros negro y azul, cabría preguntarse de qué color es la crisis brasileña	POLÍTICA
1 7.	09/03/201 5	El liderazgo de Rousseff se desploma La presidenta encuentra rechazo en tres frentes de su Gobierno: el económico, el político y el ético	POLÍTICA
1 8.	12/03/201 5	Por qué la protesta del domingo en Brasil es más grave que la de 2013 Las manifestaciones en Brasil preocupan más ahora porque el país, en vez de haber mejorado, está peor que entonces	POLÍTICA
1 9.	15/03/201 5	¿Y ahora, qué? En las más de 200 ciudades, sin más bandera que la	POLÍTICA

		de los colores de Brasil, se escuchó un solo grito: "Fuera Dilma", "fuera el PT"	
2 0.	23/03/201 5	El taxista que venció a la crisis brasileña Existen millones de brasileños con las manos y la conciencia aún limpias que devolverán el respeto que merece Brasil	POLÍTICA
2 1.	26/03/201 5	¿La clase media salvará a Brasil de la crisis? La novedad es que la clase media pide el paso, sale a la calle y quiere mayor protagonismo en la salida a la crisis	POLÍTICA
2 2.	30/03/201 5	El duelo Levy - Rousseff Brasil es un país rico donde los brasileños son aún pobres si comparamos la renta 'per capita' con otros países	POLÍTICA
2 3.	06/04/201 5	Brasil empuja para cambiar Los ciudadanos brasileños recuerdan al sabio Diógenes, el que sólo pidió a Alejandro que se apartara porque le estaba robando el sol	POLÍTICA
2 4.	07/04/201 5	Cómo la muerte del niño Jesús hizo resucitar a las favelas de Río Los jóvenes amigos del pequeño Eduardo Jesús saben muy bien que sólo luchando para exigir la paz y la justicia se hará imposible la guerra	VIOLENCIA
2 5.	23/04/201 5	Brasileños contra la guerra política En los momentos de crisis los verdaderos estadistas deben proteger la convivencia en vez de usar un discurso bélico	POLITICA
2 6.	28/04/201 5	Lo único que no necesita Brasil es gobernantes con miedo	POLITICA

		La presidenta Rousseff debe reconocer que se ha equivocado y que se está esforzando por reparar sus errores	
2 7.	07/05/201 5	El Chile de Bachelet, ¿una lección para Dilma Rousseff? La popularidad de las dos presidentas se ha despeñado desde el cielo al infierno, más aún incluso la de la mandataria brasileña	POLITICA
2 8.	27/05/201 5	Tuve un sueño: Brasil era un país normal Soñé que Brasil era de clase media, con pocas noticias políticas y una presidenta conversando feliz con la gente en la calle	SOCIEDADE
2 9.	09/06/201 5	Ya hay más animales que niños en los hogares brasileños ¿No es mejor que las familias se pueblen de animales de compañía que no de armas y muros electrificados de los que nunca brotará la “molécula del amor”?	SOCIEDADE
3 0.	12/06/201 5	El Tribunal Supremo, artífice de las conquistas progresistas en Brasil De los tres poderes del Estado, el Supremo es el garante del cumplimiento e interpretación de la Constitución	POLITICA
3 1.	22/06/201 5	Brasil necesita sangre nueva Más que remiendos de reformas, el país necesita inaugurar un nuevo ciclo político y económico que ofrezca confianza	POLITICA
3 2.	08/07/201 5	Brasil pone a prueba su democracia El país sudamericano tiene recursos naturales y humanos para poder salir de la crisis económica que lo atenaza	CRISE ECONOMICA

3 3.	17/07/201 5	El desconcierto de un gigante La apertura de una investigación criminal contra el carismático Lula, añade si cabe, un nuevo factor de inestabilidad en Brasil	POLITICA
3 4.	23/07/201 5	Dan ganas de vomitar Un diputado brasileño declaró que cuando se pueda saber si un feto tiene tendencias delictivas la madre será obligada a abortar	POLITICA
3 5.	27/07/201 5	¿Es pecado hablar de felicidad hoy en Brasil? La historia de Victoria, la perrita callejera que conversa divertida con las aguas del mar	SOCIEDADE
3 6.	07/09/201 5	Los ojos del mundo están puestos en Brasil Hacía tiempo que Brasil no era escrutado con tanta atención y preocupación fuera de sus fronteras	POLITICA
3 7.	10/08/201 5	Muñecas para soñar Fernanda Candeias crea juguetes terapéuticos para niños enfermos	SOCIEDADE
3 8.	17/08/201 5	Los indignados brasileños descubren un nuevo héroe El rechazo de la corrupción y el aplauso al juez Moro han sido tan rotundos que han ahogado la crítica a la crisis económica	POLITICA
3 9.	25/08/201 5	Lo que puede esconderse bajo la crisis de Brasil En las democracias, los gobernantes no son ungidos por Dios, sino elegidos por la voluntad popular	POLITICA
4 0.	05/09/201 5	¿Deberían poder ser depuestos los políticos reos de mentiras graves? La posibilidad de obligar a perder el mandato a un gobernante por mentir gravemente podría ser objeto	POLITICA

		de un proyecto de ley popular	
4 1.	12/09/201 5	Brasil es un rompecabezas peligroso Es un país aún en construcción, y que se siente abrumado por la incertidumbre	POLITICA
4 2.	18/09/201 5	¿Está dejando Brasil de ser de izquierdas? Pocos brasileños dudan que el país está en vísperas de un cambio que podría ser de época	POLITICA
4 3.	25/09/201 5	El enigma de la esfinge Marina Silva La ecologista, temida y amada por partes iguales, vuelve a ser una incógnita en el futuro de la política brasileña	POLITICA
4 4.	28/09/201 5	La maldición de la Casa Civil ¿Será que el cargo de ministro de la Casa Civil conlleva en sus entrañas la tentación o el peligro de resbalar hacia la ilegalidad y la corrupción?	POLITICA
4 5.	02/10/201 5	¿Sigue Lula gobernando Brasil? La posible vuelta al ruedo político del expresidente servirá para entender hasta qué punto el país ha cambiado	POLITICA
4 6.	06/10/201 5	Por qué todos temen a Cunha Hay algo misterioso en el miedo que Gobierno y oposición muestran frente a la polémica figura del presidente del Congreso	POLITICA
4 7.	12/10/201 5	El niño que quería ser castigado para que lo llamaran por su nombre Somos un nombre, que nos pusieron con amor antes de nacer, detrás del cual se esconde un mundo	SOCIEDADE

4 8.	19/10/201 5	<p>“Cuando digo no, no hay nada que hacer; es no”</p> <p>La presidenta Rousseff defiende en Suecia su política económica, que le ha ganado críticas incluso al interior de su partido</p>	POLITICA
4 9.	20/10/201 5	<p>La magia oculta de ‘Los Diez Mandamientos’</p> <p>La telenovela brasileña basada en la Biblia embelesa a millones de telespectadores</p>	CULTURA
5 0.	26/10/201 5	<p>Lo que le falta y sobra a Brasil para no naufragar</p> <p>¿Dónde está la fuerza de una oposición con credibilidad capaz de devolver a la sociedad la esperanza perdida?</p>	POLITICA
5 1.	27/10/201 5	<p>¿De qué “raza” es su empleada doméstica?</p> <p>Por favor, que eliminen cuanto antes esa pregunta en los formularios para contratar a las empleadas del hogar</p>	SOCIEDADE
5 2.	09/11/2015	<p>El Gobierno incumple lo de cortar en su propia carne</p> <p>Los brasileños no quieren más recortes porque saben que son los políticos quienes les han arruinado</p>	POLITICA
5 3.	18/11/2015	<p>¿Puede ocurrir un ataque terrorista durante las Olimpiadas de Río?</p> <p>Los expertos en seguridad creen que la posibilidad de que el terrorismo ponga los ojos en Brasil no puede ser descartada</p>	VIOLENCIA
5 4.	28/11/2015	<p>El terremoto de todos los días</p> <p>La detención del senador Delcídio do Amaral supone un grave aldabonazo en la conciencia de la sociedad</p>	POLITICA
5 5.	04/12/201 5	<p>Brasil sin vuelta atrás</p> <p>Sea cual sea el resultado del proceso de destitución</p>	POLITICA

		de Rousseff, el país no volverá a ser el mismo	
5 6.	11/12/2015	<p>“Este no es mi Brasil”</p> <p>Las parejas y amigos evitan "tocar el tema" por miedo a enzarzarse. Ya hay familias divididas por el maldito 'impeachment'</p>	POLITICA
5 7.	17/12/2015	<p>¿Hasta cuándo los brasileños conocerán lo que se urde en el poder?</p> <p>Se percibe una sensación de desabrigo que empieza a notarse en el alma brasileña y puede resultar doblemente peligrosa</p>	POLITICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. B. Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**. Brasília: UNB, nº 6, 2011.

BOSI, Eclea. **A opinião e o estereótipo**. Contexto. São Paulo: Hucitec, nº 2. Mar. 1977.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London and New York, Longman, 1989.

_____ . **Discurso e mudança social**. Brasília, Editora UNB, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MESQUITA, Mario. **A personagem jornalística**. As Ciências da Comunicação na Virada do Século. Comunicação e Linguagens. Lisboa: Vega, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: **Anais do XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM)**, Rio de Janeiro, 05-09/setembro, 2005. São Paulo: Intercom, 2005. *Anais eletrônicos...* Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R2419-1.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2016.

ORTIZ, Renato. **Mundialização: Saberes e Crenças**. Brasília. Editora Brasiliense, 2006.

DIONISIO MÁRQUEZ ARREAZA

UFRJ/ULA-Venezuela

OS USOS CONTEMPORÂNEOS DA RETÓRICA FUNDACIONAL LATINO-AMERICANA NO BRASIL E O HAITI

Nesse trabalho, comentarei dois romances que representam crises nacionais, a saber, *Cidade de Deus* (1997) de Paulo Lins e *Bicentenaire* (2004) do escritor haitiano Lyonel Trouillot, em relação à ambiguidade discursiva da fundação nacional do século XIX e a dimensão política do sentimento do fracasso nacional contida nesse realismo contemporâneo da última década do século XX e a primeira do XXI. No caso do romance haitiano, já o título alude ao aniversário dos duzentos anos de independência política, tensionando o tempo-espaço da nação com o qual o leitor contemporâneo se prepara para avaliar o que ele entende por esse termo, o que parece operar de maneira tácita no romance brasileiro. Em ambos os casos, a ação de personagens em cidades históricas que foram ou são capitais nacionais —o Rio de Janeiro e Porto Príncipe— faz referência ao território e a história nacional e adquire um sentido crítico e negativo sobre a nação ao reviver momentos recentes de crise. O vaivém entre passado e presente parece definir, assim, a dinâmica de leitura desse realismo literário com a identidade nacional e o conflito social e político.

Começamos resumindo os romances. Em *Cidade de Deus*, o narrador cria um vasto universo episódico de personagens e situações do mundo social fechado de Cidade de Deus, um conjunto habitacional popular localizado na Zona Oeste do grande Rio de Janeiro. As quinhentas páginas do romance recriam o processo de transformação do primeiro ciclo do crime e uso de drogas, representado pelo Trio Ternura integrado por Cabeleira, Marreco e Alicate, para “um nível superior de integração” (SCHWARZ, 1999, p. 166) ou segundo ciclo, representado pelo duo Zé Pequeno e Bené. Narrada por acumulação repetitiva de episódios cada vez mais violentos perpetrados por sujeitos cada vez mais novos, tal transformação “faz deslançar o processo de unificação do poder e do negócio local” (SCHWARZ, 1999, p. 166) do tráfico de drogas e do controle pelo território violentamente disputado com as forças policiais que não acabam por impor nem a lei nem a ordem. Enquanto o romance estetiza a violência como bem cultural massivo (SCHWARZ, 1999, p. 167), ao mesmo tempo ele não perde força crítica dado que utiliza a

literatura para apresentar para o público alfabetizado o mundo “inculto” da violência em momentos históricos análogos à ditadura militar (1964-1985) e à transição democrática (1985-1990). Assim, o romance dá visibilidade aos espaços sócio-econômicos invisibilizados dentro e fora da literatura.

Por sua vez, no romance haitiano *Bicentenaire*, o narrador explora os pensamentos do estudante Lucien Saint-Hilaire antes e durante uma passeata convocada por universitários que chegaria até o palácio do governo, ao final da qual ele é assassinado. O relato toma, do evento acontecido em Porto Príncipe no dia 7 de janeiro de 2004, o confronto entre manifestantes e forças de choque, durante o período conturbado da longa transição democrática. Mas também inclui as bandas armadas —herdeiras das terríficas Tonton Macoute da ditadura dos Duvalier entre 1957 e 1986— que, agora ilegais, perduraram na democracia. Enquanto o estudante desce do morro pobre para o centro da cidade, o leitor observa sua emergente consciência de classe social quando aquele se relaciona com os outros personagens: seus vizinhos pobres, seus colegas de faculdade também de origem rural, o merceeiro que lhe vende cigarros ou, ainda, o cirurgião para quem Lucien trabalha como tutor particular para o filho. Na enunciação da obra, existe um efeito de ‘presente’ criado através da caminhada de Lucien quando observa os transeuntes na rua e os pôsteres de informações diversas, e vai lembrando dos conselhos que ouvia da mãe (negra camponesa) e uma jornalista estrangeira que o entrevista e pela qual se apaixona. O diversidade de mensagens e tipos discursivos (publicitário, oral, amoroso e político) é aproveitado pelo juízo crítico do narrador. Por exemplo, as mensagens dos pôsteres dissímeis abandonados no teto dos prédios são correlatos da linguagem “morta” da cidade que se assemelha a um país e uma república em crise que “se recusa a cair” (TROUILLOT, L., 2004, p. 60). Na medida em que o drama da manifestação acaba, o presente negativo cresce o fim trágico da própria morte de Lucien cujo corpo na rua detém, então, a própria enunciação encerrando a obra e tensionando estado de coisas da nação aniversariante.

A presença em ambos os romances do espaço urbano de cidades históricas, de personagens colocados à margem e/ou com preocupações locais-nacionais, e a ambientação feita de momentos recentes motivam o leitor não só a pensar na nação como problema atual, mas também como construção “imaginada” —no sentido conhecido dado por Benedict Anderson (1991, p. 6)— a partir de qualquer um dos relatos do

discurso de nação. Essa atualidade problemática sobre o nacional vai entrar em tensão não só com esse discurso, mas com os usos contemporâneos de seus elementos retóricos que, por sua vez, remitem à sua gênese. A criminalidade da favela e a confrontação de rua fundem tempo e espaço nacional com a ficção para aludir direta e indiretamente ao próprio momento de fundação no século XIX.

Antes de comentar alguns elementos retóricos dessa fundação, é importante destacar a importância da Revolução haitiana de 1791 como o acontecimento que colocou em xeque a coerência do ideário iluminista estreado na Revolução francesa de 1789. Com efeito, o que começou como um processo reformista iniciado por mulatos proprietários na antiga colônia de Saint-Domingue se torna uma revolução de extensão territorial completa dirigida por rebeldes escravos liderando massas escravas até conseguir o Haiti independente em 1804, um acontecimento revolucionário “impensável” para os pensadores franceses mais avançados da época que foram, no limite, reformistas em relação à escravidão. Contudo, as duas revoluções provenientes do universo francófono no final do século XVIII permitiram que a ideia liberal-abolicionista se opusesse ao conservadorismo escravagista naquele mundo colonialista mercantilista, oposição que definiria a tendência independentista durante todo o século XIX latino-americano.

Vejam os exemplos, no caso haitiano, as constituições de 1801 e 1804 promulgadas, respectivamente, por François-Dominique Toussaint-Louverture e Jean-Jacques Dessalines, e no caso brasileiro, dois textos, a saber, o intitulado “Representação do Senado da Câmara de São Paulo ao Regente Pedro” de 1821 do liberal José Bonifácio Andrada e Silva, e o manifesto “Aos povos do Brasil” de 1822 redigido pelo conservador Joaquim Gonçalves Ledo para ser pronunciado pelo monarca dom Pedro I. O contexto de todos esses textos compreende um começo autonomista que se torna independentista. Constrói-se neles a identidade local logo nacional a partir da afirmação de separação com a antiga metrópole colonizadora e se aposta pelo constitucionalismo, seja republicano o primeiro ou monarquista o segundo, e pelo liberalismo econômico, seja abolicionista no Haiti negro ou escravagista no Brasil da elite branca latifundiária. Contudo, o constitucionalismo liberal, em contextos até contrários, vai se opor à situação de “colonização” entendida como a sujeição metropolitana, seja a da própria escravidão ou a da restrição administrativa local americana. No caso de Toussaint-Louverture, num primeiro momento reformista, o recurso retórico consiste na reapropriação da ideia de

liberdade individual e universal e do ideário iluminista e revolucionário em língua francesa para concretizar, já em 1801, a abolição total e radical e estabelecer, por cima da cor, a condição de cidadãos franceses à população negra, sem, com tudo, romper com a unidade política francesa. Essa ruptura com a França e os franceses será a tarefa radical completada por Jacques Dessalines em 1804, cujo recurso retórico consiste em integrar a través do gentílico haitiano (lembrando que Haiti é nome indígena) o passado indígena à identidade negra, o que inaugura o discurso de nação americano que integra para si um outro étnico. A contradição entre retórica e realidade é que, se por um lado, a linguagem do texto constitucional funda a narrativa histórica imaginada na consciência coletiva da nação, isto é, a da revolução vitoriosa do oprimido, por outro, apaga discursivamente a tensão existente entre ex-escravos, a maioria nascidos africanos, e a elite mulata “créole” que se torna eventualmente o grupo de poder (TROUILLOT, M., 1995, p. 66-69). No caso brasileiro, ambos José Bonifácio e Gonçalves Ledo pediam, em seus discursos, meses antes da independência, a participação brasileira na constituinte portuguesa que, de fato, os excluía, o que reforçou os anseios autonomistas e a própria identidade política da elite branca luso-americana, ou seja, brasileira. Embora os recursos retóricos de ambos se opusessem na questão escrava, o primeiro sendo abolicionista reformista e o segundo escravagista, a questão da escravidão estava retoricamente separada tanto do autonomismo quanto depois no Brasil independente. A construção da identidade se baseava no outro político oposto à metrópole, mas não no outro étnico, o que só acontecerá, e de forma contraditória, só a partir da criação do IHGB e do romantismo literário. De maneira que, se por um lado, a comparação entre o Haiti e o Brasil mostra paradigmas por inteiro opostos na presença radical ou ausência marginal do outro étnico na construção da identidade nacional durante o processo de independência, em ambos os casos a retórica fundacional do discurso de nação serve à elite governante que procrastina ou ignora o sujeito marginalizado, seja étnica ou socioeconomicamente. Assim, a integração constitucionalista vinda do ideário iluminista não se corresponde com a prática de exclusão dos governos oligárquicos ou totalitários latino-americanos, sejam eles governos “mulatos” ou “brancos”. Nesse processo contraditório, a imagem do outro étnico e a ideia de heterogeneidade são apropriados e reformulados discursivamente nas distintas versões da retórica fundacional produzidas pelo grupo educado (às vezes

vanguardista, outras conservador) e utilizadas por aquela mesma elite ao longo dos séculos XIX e XX.

Na sua origem, a linguagem oitocentista fundacional da identidade latino-americana com a sua ideia de liberdade não se corresponde à realidade e vai se contradizer com as práticas de exclusão econômicas e de estigmatização étnica que tem persistido a partir da independência até os nossos dias basicamente transformando só suas formas de excludentes. Nesse sentido, à diferença do conceito clássico europeu de estado-nação, na América Latina e o Caribe, o estado parece agir “contra” a nação, como sugere o historiador e antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (1990, p. 25), entendendo por “nação” todos os setores sociais e étnicos cuja situação de subalterno persiste na contemporaneidade. A literatura já tinha se tocado da incoerência discursiva, mesmo que a reproduzisse. Essa incoerência entre teoria e prática do estado e a divisão entre estado e população apareceu na virada para o século XX na literatura nacional que questionou o nacional, às vezes de forma negativa e pessimista, dotada de uma postura definida dentro de um horizonte de possibilidades, e agora reaparece uma literatura nacional a partir de uma espécie de vazio conceitual saturado de violência social.

Se o conteúdo literário da representação da crise funciona como crítica à nação, a enunciação das obras, a través do narrador e os personagens, se caracteriza por carecer de horizontes positivos de solução, não adere a utopias liberais ou populares e evita bem celebrar uma versão pedagógica homogeneizante do nacional ou bem adotar uma posição político-partidária, sendo chave na sua crítica a presença do estado político e implicitamente do que poderia se chamar de anelo democrático, entendido em sentido amplo e um tanto abstrato, que fica inconformado com o modelo existente de governo. Essa espécie de enunciação apolítica caracteriza o que chamo de realismo pós-91 porque parte da visão de mundo que sucedeu à queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim do bloco soviético em 1991, quer dizer, parte do sentimento de fracasso da economia central planificada e do triunfo do neoliberalismo com a sua repercussão na América Latina e, especificamente, os países romanceados.

Esse triunfalismo moldura a crítica dos romances. Em *Cidade de Deus* de Paulo Lins, o fim mortal dos chefes das duas gerações de bandidos se situa no contexto do Brasil liberal da transição da ditadura militar —que passou o A15 comemorou em 1972 a imagem conservadora de dom Pedro I como ícone nacional (FICO, 2004, p. 29)— à

restituição da democracia que sem deixar de ser conservadora se fez neoliberal. A ausência desse estado dentro da demografia segregada da neofavela periurbana se exemplifica na ausência ali dos efeitos do discurso de nação que fica esvaziado e desideologizado pela imediatez da violência acumuladora. Por sua vez, em *Bicentenaire* de Lyonel Trouillot, o assassinato do estudante manifestante se situa no contexto liberal do Haiti da transição da ditadura dos Duvalier (1957-1986) à democracia na qual o presidente democraticamente eleito Jean-Bertrand Aristide tenta o reformismo e o assistencialismo inspirado no humanismo da teologia da libertação que ecoa de modo implícito o constitucionalismo de Louverture e Dessalines, mas é impedido por causa da oposição da elite haitiana, da herança miliciana pós-Duvalier, os golpes de estado e as intervenções imperialistas. A partir disso, pode-se entender a potência transformadora da manifestação de rua apenas como algo frágil que se desfaz semelhante aos “sonhos” individuais sempre sob a ameaça de repressão que esvazia e distorce o próprio relato bicentenário da revolução e a república constitucional negra.

Concluindo, a ressignificação do discurso de nação, seja conservadora ou humanista, revive, a partir da perspectiva crítica do realismo contemporâneo, as contradições da retórica fundacional nas quais se observa a não correspondência entre discurso e prática nacionais consideradas na sua atualidade e no tempo histórico ficcionalizado. Os usos dos elementos retóricos da igualdade e a liberdade, tanto do capitalismo periférico quanto da teologia libertária, batem com a realidade de crises que os governos não conseguem resolver, sejam estes o militar-ditatorial ou o civil-democrático. A atuação ou “performance” narrativa do sentimento de fracasso numa expressão tão literária quanto política —como a origem do romance— entra em relação com o nacional de maneira “diferente”, “marginal” e “dividida” —como diz Bhabha (2006, p. 297), negando o sentido pedagógico do grande relato do progresso moderno, mas sem oferecer propostas contrárias a ele. Por isso, esse realismo parece psicoticamente crítico na hora de descrever dos poderes do estado, os partidos políticos e a representatividade parlamentar, ao mesmo tempo é neuroticamente consciente de que cultivar um implícito anelo democrático não escapa o ambíguo e o metafórico de toda tentativa que se arrisca a produzir e reproduzir o discurso de identidade nacional.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1991.

BHABHA, Homi. (1990). *Nation and Narration*. London: Routledge, 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60. 2004.

JANVIER, Louis Joseph. *Constitutions d'Haïti (1801-1885)*. Paris: Marpon e Flammerion, 1886.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

TROUILLOT, Lyonel. *Bicentenaire*. Paris: Hatier, 2008./

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti. State Against Nation. The Origins and Legacy of Duvalierism*. New York: Monthly Review Press, 1990.

----- . *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

ROMERO, José Luis (Org). *Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)*. Caracas: Ayacucho, 1977.

SCHWARZ, Roberto. *Cidade de Deus. Sequências brasileiras*. 1999, p. 163-171.

ELIANE SANTOS LEITE DA SILVA

UFBA – IFBAIANO

UM ESTUDO SEMÂNTICO-COGNITIVO DAS CONCEPTUALIZAÇÕES DE *TRABALHO* NO *EL PAÍS*

RESUMO:

As contribuições da Semântica Cognitiva, mais especificamente as discussões em torno da *Teoria da Metáfora Conceptual* proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]; 1999), e, revista pelos autores mais contemporaneamente (LAKOFF; 1993), têm possibilitado ao semanticista buscar, no texto, pistas que ofereçam uma melhor compreensão sobre os processos de conceptualização. No presente texto, serão socializados resultados de uma análise sobre as formas de conceptualização do *trabalho*, em textos escritos da língua espanhola, tendo como corpus, textos verbais, de diferentes gêneros textuais, presentes em uma edição contemporânea do jornal *El país*, em sua versão *online*. Objetiva-se compreender as formas como as conceptualizações de *trabalho* são evidenciadas no âmbito da documentação selecionada. Nesse sentido, parte-se da hipótese de que a análise de usos específicos da língua, em uma perspectiva semântico-cognitiva, poderá contribuir para que se tenha um vislumbre do caráter experiencialista das formas de conceptualização então utilizadas pelos escreventes. A metodologia adotada foi de cunho qualitativo, interpretativo e documental. Espera-se, assim, que, através da observação das formas de conceptualização do *trabalho*, seja possível ventilar como se deram as estratégias conceptuais, por meio dos mapeamentos entre modelos cognitivos idealizados, pelas construções de cunho metafórico, metonímico e imago-esquemáticas, enquanto caracterizadoras de um determinado tipo de escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Conceptualização; Semântica Cognitiva; Trabalho.

Considerações iniciais

Os estudos cognitivistas surgem, em meados do século XX, a partir das teorias gerativas, então melhor representadas por Chomsky, que centrava sua proposta na análise das estruturas sintáticas, dando pouca ou nenhuma atenção aos fatos semânticos. A chamada “primeira geração” dos estudiosos em linguística cognitiva, propunham, justamente, que o foco das discussões deveriam então passar às preocupações com o significado e com o funcionamento da linguagem considerando o sujeito. Nesse sentido, o paradigma proposto compunha-se de temas como a inteligência artificial, a psicologia do processamento da informação, a lógica formal, a antropologia

cognitiva, dentre outros, que consideravam a mente como um computador, focalizando as pesquisas no aspecto formal, independentemente do corpo (SILVA, 2006; FELTES, 2007).

É somente a partir da década de 70, que os estudos cognitivistas correspondentes à chamada “segunda geração” irão assumir a perspectiva teórica de analisar o significado, a partir da mente enquanto corporificada, ou seja, considerando a forte dependência entre conceitos e razão sobre o corpo. Desse modo, “la Lingüística Cognitiva toma el lenguaje no como objeto, sino como medio de la relación epistemológica y pretende saber cómo contribuye el lenguaje para el conocimiento del mundo” (SILVA, 2006, p. 1723).

Com essa nova abordagem, entende-se que toda a linguagem deve tratar do significado, como sendo este flexível (adaptável às mudanças do mundo), perspectivista (não reflete o mundo objetivamente, mas o constrói sob diferentes nuances) e enciclopédico (intimamente relacionado ao conhecimento de mundo dos falantes, e, portanto, não pode ser isolado de outras capacidades cognitivas - daí a ideia da “corporeidade” da mente) (LAKOFF, JOHNSON, 2002[1980]).

Mais do que partir de uma perspectiva mentalista, a abordagem cognitiva pressupõe um reconhecimento das construções individuais (no sentido de mentais) e coletivas (no sentido de serem partilhadas na comunidade a que pertença) da realidade, nesse sentido; é a partir de 1980, quando os pesquisadores Lakoff e Johnson publicam a obra *Metaphors We Live By*, que emerge uma discussão mais aprofundada a respeito do modo como o mundo dos significados é conceptualizado. Através da então denominada *Teoria da Metáfora Conceptual*, propõe-se que a conceptualização ocorre a partir das metáforas, metonímias e esquemas de imagens, não como um aparato ou recurso literário usado opcionalmente pelo falante, mas enquanto fundamento da própria construção cognitiva, analisando principalmente textos verbais.

O fenômeno da conceptualização a partir da Semântica Cognitiva³

Os estudos linguísticos tradicionais entendiam a metáfora como um recurso retórico, geralmente circunscrito ao uso em textos literários, que possibilitava a geração

3 Parte das reflexões aqui traçadas também se encontra no texto, de nossa autoria, intitulado *Metáforas do trabalho em textos do Facebook*, de 2014, disponível em: <http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0172-1.pdf> .

de um sentido novo a partir do que se podia tomar de outro já conhecido, de modo semelhante ao que se faz em comparações diretas (ALMEIDA, 2009). Assim, a metáfora era tratada como uma figura de linguagem ou como estratégia para ornamentar a expressão linguística, recurso este que iria se sobrepor ao sentido literal, como sendo apenas um fenômeno linguístico (SARDINHA, 2007).

A proposta de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), por sua vez, extrapola a visão tradicional, ao defender que a metáfora emerge inconscientemente na geração do próprio conhecimento humano e na sua forma de expressão linguística cotidiana de modo experiencialista, ou seja, a partir da projeção das experiências corporais do homem na (e com a) natureza e da forma como interage em comunidade, visto que

[...] os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Eles governam também nossa atividade cotidiana até nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas. Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana. Se estivermos certos, ao sugerir que esse sistema conceptual é em grande parte metafórico, então o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias são uma questão de metáfora. [...] Baseando-nos, principalmente, na evidência linguística, constatamos que a maior parte do nosso sistema conceptual ordinário é de natureza metafórica. E encontramos um modo de começar a identificar em detalhes quais são as metáforas que estruturam nossa maneira de perceber, de pensar e de agir (LAKOFF; JOHNSON, 1980 [2002], p.45-6).

Tal expressão da linguagem se dá, nesse sentido, por meio dos *esquemas imagéticos*, através do fenômeno da *categorização*, que, por sua vez, expõe a forma como o homem define as categorias através dos *protótipos*, ou seja, os representantes de determinada família de conceitos. Os mesmos são estabelecidos a partir das necessidades comunicativas de cada cultura ou grupo social e incluem os aspectos imaginativos da cognição, como a metáfora e a metonímia.

Assim, as metáforas conceptuais encontram-se tanto no domínio cognitivo (daí o serem chamadas *metáforas conceptuais*) quanto no domínio da linguagem enquanto expressão do pensamento, a saber, as *expressões metafóricas*: “Las metáforas conceptuales son esquemas abstractos, que sirven para agrupar expresiones metafóricas.

Una expresión metafórica, en cambio, es un caso individual de una metáfora conceptual” (CUENCA; HILFERTY, 1999, p.100).

Assim, o “modo de começar a identificar as metáforas”, sugerido por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), parte da análise das *expressões metafóricas*, já que estas apontarão linguisticamente para as *metáforas conceptuais* subjacentes no inconsciente do falante. Uma analogia pode ser feita com a imagem de um *iceberg*: aquilo que dele emerge, e conseqüentemente, torna-se visível, pode ser comparado às expressões metafóricas, enquanto que o que está submerso seriam as metáforas conceptuais que motivam tais expressões. Outra reflexão pode ser extraída da imagem proposta: já que tanto a “ponta” quanto a “base” do *iceberg* estão unidas, são partes de um todo, não são inseparáveis, assim como tanto as expressões metafóricas quanto as metáforas conceptuais correspondem, juntas, às conceptualizações do falante.

Alguns conceitos são relevantes para um melhor reconhecimento da estrutura interna de uma metáfora, como apontam Cuenca e Hilferty (1999), como: *domínio fonte* (ou *origem*), que é o domínio que disponibiliza seus conceitos para serem projetados no *domínio alvo* (ou *destino*), que, por sua vez, é o domínio a partir do qual surgem os conceitos novos, fenômeno apontado por Lakoff e Johnson (2002 [1980]) como *mapeamento entre domínios*. Assim, “las proyecciones se concretan en una serie de correspondencias que enlazan el dominio origen con el dominio destino” (CUENCA; HILFERTY, 1999, p.102), no qual um domínio mais familiar ao falante é tomado como “alicerce” sobre o qual a mente corporificada formulará novos conceitos. Almeida (2009) demonstra tal processo, ao apontar a intrínseca relação entre os domínios, ao analisar a expressão “João *entrou em/ está em/ saiu da* depressão”:

[...] temos os domínios *lugar* (mais especificamente lugar físico) e *estado* (no caso, a depressão). [...] o *domínio-fonte*, serve de ponto de partida para a metáfora, oferecendo uma espécie de esquema conceptual básico a partir do qual o *domínio- alvo* poderá ser apreendido. Dessa forma, podemos compreender a depressão como (um estado, domínio-alvo) a partir de características tipicamente atribuídas às locações físicas (domínio-fonte). [...] É condição fundamental para a metáfora que o domínio-fonte seja, em algum sentido, mais básico ou familiar que o domínio-alvo, e a familiaridade do domínio-fonte está diretamente associada a sua relação com a experiência corpórea (ALMEIDA, 2009, p.35).

Os conceitos que o ser humano domina são resultado da sua experiência corpórea, ainda segundo Almeida (2007, p.35), a “interação sensório-motora do nosso corpo com a realidade circundante”, e é a partir desse arcabouço concreto e mental que apreenderão novas ideias; assim, seu caráter experiencial considera as características corporais e biológicas dos seres humanos, que proporcionam uma interação com a natureza mediada pela cultura. Lakoff e Johnson (1980 [2002]), a partir de tais experiências corpóreas, estabelecem distintos tipos de metáforas⁴:

Metáforas Estruturais: de acordo com Lakoff e Johnson (1980 [2002], p.59), ocorre quando “um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro”. Um exemplo clássico apresentado pelos autores é do conceito TEMPO É DINHEIRO, em expressões metafóricas como em “Ele está *desperdiçando* meu tempo”, em que DINHEIRO é o domínio-fonte e TEMPO é o domínio-alvo, já que ambos remetem à ideia de possibilidade de valoração por sua importância social, já que podem ser perdidos, desperdiçados ou aproveitados.

Metáforas Orientacionais: são aquelas que, segundo Lakoff e Johnson (2002 [1980]),

organizam todo um sistema de conceitos a partir de outro e têm uma base na nossa experiência física e cultural. Embora as oposições binárias para cima/para baixo, dentro-fora etc, sejam físicas em sua natureza, as metáforas orientacionais baseadas nelas podem variar de uma cultura para outra. (LAKOFF; JOHNSON, 1980 [2002], p. 60)

Isso, a partir do modo como o ser humano interage com o mundo físico por meio de seu corpo. Assim como se percebe na metáfora FELIZ É PARA CIMA, que tem como base física a noção de que a postura ereta corresponde a estado emocional positivo, em detrimento de “postura caída corresponde à tristeza e depressão” (LAKOFF; JOHNSON, 1980 [2002], p. 60).

Metáforas Ontológicas: são aquelas que conceptualizam o mundo tomando por base entidades e substâncias: “compreender nossas experiências em termos de objetos e

4 Optamos por discutir aqui os tipos clássicos de metáforas apresentados por Lakoff e Johnson (1980 [2002]), embora não desconhecamos o fato de que as discussões sobre as metáforas já propõem outras classificações para as mesmas, sob outras perspectivas teóricas dentro da própria Linguística Cognitiva.

substâncias permite-nos selecionar parte de nossa experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme” (LAKOFF; JOHNSON, 1980 [2002], p.75). O exemplo clássico apresentado pelos autores é o de INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE, como em outro exemplo dado por Lakoff e Johnson: “Precisamos *combater* a inflação” (1980 [2002], p.76), que sugere a possibilidade de agir em relação a esta “entidade”, e/ou de interagir com ela.

Percebemos que a construção metafórica e a expressão linguística estão atreladas ao contexto cultural dos falantes, já que a projeção entre domínios ocorre mediante o aproveitamento de conceitos existentes tanto na mente do falante quanto na sociedade, pois sem essa partilha, seria impossível criar novos domínios. Outro ponto a se destacar é que não há possibilidade de determinarmos de modo preciso e decisivo quantas ou quais metáforas podem surgir em processos semelhantes, já que “a metáfora está relacionada à noção de perspectiva, na medida em que diferentes modos de conceber fenômenos particulares estão associados a diferentes metáforas” (FERRARI, 2011, p.91), ou seja, cada cultura conceptualiza o mundo de forma diferente, o que licencia o sujeito a estabelecer seu processamento linguístico dentro dos limites da coerência comunicativa de sua comunidade.

A conceptualização do *trabalho* no corpus: considerações analíticas

A fim de coletarmos o material que serviria de corpus para análise aqui pretendida, acessamos, na *internet*, o *site* do jornal *El pais*, em sua versão brasileira e *online*⁵. Como buscávamos captar as formas de conceptualização do trabalho em linguagem contemporânea, optamos por concentrar nossa busca em documentos datados do ano de 2016.

Após uma busca, através do localizador do próprio *site*, pela palavra *trabalho*, encontramos mais de 5.000 ocorrências. Devido ao vultoso número a nós disponibilizado, e pelas limitações de tempo e espaço para abarcar toda esta gama de ocorrências, decidimos escolher apenas uma reportagem para analisarmos. A mesma intitula-se *Trabalhar para ser pobre: os trabalhadores que ganham menos perderam 70% do poder*

5 O endereço pesquisado foi: <http://brasil.elpais.com/>. A busca se deu no dia 10 de agosto de 2016.

aquisitivo em 30 anos no México, da autoria de David Marcial Pérez, de Cidade do México, publicada no dia 10 de agosto de 2014. A reportagem versa sobre as dificuldades encontradas pelo trabalhador mexicano nos últimos anos, visto que tem aumentado o número de horas de trabalho, porém, o seu poder aquisitivo tem diminuído drasticamente, o que tem afetado a economia do país.

A convenção por nós utilizada segue aquela adotada nos estudos em SC, em que usamos itálico para destacarmos as expressões consideradas linguístico-metafóricas e as letras em caixa alta para identificarmos as metáforas ou metonímias conceptuais.

Escolhemos três, dentre as demais ocorrências identificadas, para socializarmos nossas impressões analíticas no presente texto, que seguem esboçadas.

Posta a fundamentação teórico-metodológica em que nos ancoramos para a realização do presente estudo, passemos às considerações de cunho analítico-interpretativo que traçamos a partir do contato com o corpus.

A primeira ocorrência que selecionamos a temos em seguida:

(01) O debate sobre o salário mínimo luta para entrar na lotada agenda política e econômica do México. Dentro do imponente arsenal de reformas (fiscal, energética, bancária, telecomunicações) lançadas pelo governo do PRI no final do ano passado é preciso acrescentar mais uma bala. Os dois grandes partidos da oposição colocaram o foco na política salarial de um país com 53 milhões de pobres e uma das maiores distâncias entre ricos e pobres do mundo. O salário mínimo que recebe um trabalhador nas zonas urbanas do México, que atualmente é de 67,29 pesos por dia (11 reais), não chega nem sequer a cobrir suas necessidades básicas pessoais. (El País, 10.08.2014).

A partir do uso de algumas expressões linguísticas como *luta*, *arsenal*, *bala* observamos o acionamento da metáfora conceptual de tipo estrutural DISCUSSÃO É GUERRA. A partir de trechos como os que se seguem, identificamos os seguintes mapeamentos: “Dentro do imponente *arsenal de reformas*”, temos que DISCUSSÃO SOBRE REFORMAS É ARSENAL.

Pelo uso da expressão *dentro*, captamos o uso da metáfora conceptual de tipo orientacional DISCUSSÃO É LUGAR. Além disso, observamos que foi acionado o esquema imagético do CONTÊINER, já que a nossa experiência com recipientes, de onde tiramos e onde colocamos coisas e substâncias, nos leva a estender esta experiência aos

conceitos que pretendemos conceptualizar. Assim, é possível estar fora ou “*dentro de um arsenal de reformas*”.

Porém, esta forma de pensar o lugar não foi conceptualizada de forma direta, porém tratou-se de uma perspectivação, em que se lançou mão de uma metonímia conceptual do tipo lugar pelo evento, a saber, DISCUSSÃO PELO LUGAR ONDE SE DISCUTE.

No trecho “O salário mínimo não chega a cobrir as despesas”, observamos uma metáfora conceptual do tipo ontológica, através da personificação do salário, visto como o agente supridor, que podemos entender como SALÁRIO É AGENTE SUPRIDOR; também, nesse sentido, há um acionamento metonímico, visto que o salário está em lugar do *trabalhador*, donde temos a metonímia conceptual SALÁRIO DO TRABALHADOR É TRABALHADOR visto ser este, ou esta, quem irá, de fato, “*cobrir as despesas*”, através do salário recebido.

Passemos às considerações sobre a próxima ocorrência:

(02) ‘Há muita gente que está no mercado de trabalho, mas não consegue o mínimo necessário para sustentar sua família. Trabalha, mas é pobre. O salário mínimo não é suficiente para a sobrevivência das pessoas’, afirma Antonio Prado, secretário executivo adjunto da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). (El País, 10.08.2014).

Inicialmente, a expressão “(...) *mercado de trabalho*” aponta para a metáfora conceptual estrutural TRABALHO É PRODUTO DE NEGOCIAÇÃO, visto que, a ideia de *mercado* remete-nos a este ambiente de negociação de coisas diversas, como *mercado de frutas*, *mercado de carnes*, *mercado de roupas* etc. Assim, como o uso da expressão *mercado de trabalho* já nos é tão cristalizada, geralmente não nos atentamos para o fato de que uma conceptualização anterior motivou seu uso com o sentido de profissionalização, esvaziando da expressão este sentido de negociação.

O trecho “*está no mercado de trabalho*”, pelo uso da preposição locativa *em*, aponta para a metáfora conceptual orientacional MERCADO É UM LUGAR, que, em seu bojo, pelo contexto do uso, aponta para MERCADO DE TRABALHO É UM LUGAR, novamente acionando o esquema imagético do RECIPIENTE.

Em “não consegue o mínimo necessário”, considerando o contexto, há o acionamento do esquema imagético do CANAL, segundo o qual temos uma meta a

atingir, e um caminho (ou meio) para chegar a ela. Assim, emerge a metáfora conceptual TRABALHO É UM MEIO PARA CONSEGUIR ALGO. Mais especificamente, o trecho “para sustentar sua família” aponta para o acarretamento metafórico O FIM DO TRABALHO É O SUSTENTO DA FAMÍLIA.

A expressão “Trabalha, mas é pobre”, que também está sugerida no título (“Trabalhar para ser pobre”) aponta, igualmente, para esquema imagético do CANAL; porém, nesta ocorrência, observamos uma generalização dos objetivos do trabalho, de modo que a metáfora TRABALHO É UM MEIO PARA CONSEGUIR ALGO nos pareceu mais evidente nesse aspecto. Como a expressão *é pobre* vem antecedida por uma conjunção adversativa (*mas*), inferimos que as pessoas esperam trabalhar para adquirir riqueza, ou, pelo menos, melhorar sua condição socioeconômica, o que sugere a construção TRABALHAR É ADQUIRIR STATUS SOCIAL. Porém, não houve esta compensação, o que justifica a escrita do próprio texto, visto ser esta a maior motivação do escrevente: propor uma reflexão sobre a não-melhoria (para não dizermos a piora) das condições de vida da população mexicana.

A terceira e última ocorrência por nós discutida segue:

‘O potencial do mercado de trabalho mexicano não está sendo explorado. O país continuará com altas taxas de pobreza porque quase a metade de seus trabalhadores ganha menos de dois salários mínimos’, sustenta Prado. (El Pais, 10.08.2014).

A expressão “O potencial do mercado” corrobora com a ideia de personificação de uma categoria. Desta vez, trata-se do “mercado”, em que se toma potencial “do mercado” pelo potencial “do trabalhador”, por meio de uma elaboração conceptual metonímica.

O trecho “metade de seus trabalhadores ganha menos de dois salários mínimos” evoca a metáfora conceptual SALÁRIO É GANHO / RECOMPENSA, visto que, depois de trabalhar, é comum se esperar receber algo em troca, de preferência em dinheiro; e que seja em quantidade mais alta possível: “O país continuará com altas taxas de pobreza porque quase a metade de seus trabalhadores ganha menos de dois salários mínimos”. Ou seja, pelo fato de que, entendermos metaforicamente que SALÁRIOS SÃO MEIOS DE ASCENÇÃO SOCIAL, a mesma não ocorrerá se a população continuar, em sua grande maioria, recebendo “menos de dois salários mínimos”. Aqui, o esquema imagético da

VERTICALIDADE é acionado, ao pensarmos que, metaforicamente, MAIS É MELHOR (metáfora orientacional).

Algumas palavras à guisa de conclusão

Observar fenômenos conceptualizadores na língua, seja em sua modalidade oral, escrita, gestual ou verbal, tem sido o desafio dos semanticistas na contemporaneidade. A proposta cognitivista surge como uma das possíveis lentes a nós oferecida desde os últimos trinta e cinco anos desde a inauguração da Semântica Cognitiva; seus desdobramentos teórico-metodológicos têm sido vultosos e não seria possível destrinchá-los aqui.

Buscamos, com o presente estudo, trazer uma contribuição semântica no que tange à leitura de uma categoria em específico, ancorando-nos no texto escrito. Assim, defendemos a aplicabilidade e validade dos pressupostos semântico-cognitivistas como um aparato adequado para a interpretação e recepção dos textos circulantes em nossa “sociedade da informação”, com sua fluidez e imensa produção *online*. Ao compormos nosso corpus de análise com textos disponíveis em rede, coadunamos nossa proposta com a semântica Cognitiva, pelo de esta corrente licenciar a utilização de fontes de pesquisa que se aproximem ao máximo do uso real e espontâneo da língua, por meio da análise empírica, ancorada na linguagem em uso.

A perspectiva por nós adotada ao analisarmos as ocorrências apontou para a intensa relação entre cognição e linguagem, através dos mapeamentos metafóricos, metonímicos e esquemo-imagéticos que identificamos; o que somente pudemos observar pelo fato de levarmos em conta os aspectos contextual e cultural em que o texto esteve envolvido, no tocante à sua produção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. L. de. (et al) (Orgs.) Breve introdução à Linguística Cognitiva. In: ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de. (et al) *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009. p.15-50.

CUENCA, M. J.; HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Editorial Ariel AS, 2007 [1999].

FELTES, H. P. de M. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação da trad. Maria Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: EDUC, 2002. Título original *Metaphors we live by*, 1980.

SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007

SILVA, A. S. da. Integrando a variação social e métodos quantitativos na investigação sobre linguagem e cognição: para uma sociolinguística cognitiva do português europeu e brasileiro. In: *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.49-81, jan./jun. 2008. Disponível em: http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/02-Augusto_Soares.pdf. Acesso em: 05 nov. 2016.

SILVA, A. S. da. Situación actual de la Lingüística Cognitiva Portuguesa. In: LLAMAZARES, Milka Villayandre (org). *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*. Universidad de León, 2006. p. 1723- 1749. Disponível em: <http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas.htm>. Acesso em: 05 nov. 2016.

FERNANDA ARRUDA ABRANTES

Universidade Federal de Juiz de Fora

BILINGUAJAMENTO: EXPERIÊNCIAS ENTRE FRONTEIRAS LINGUÍSTICAS E ESPACIAIS

Introdução

Baseando-nos no conceito de bilinguajamento proposto pelo teórico argentino Walter Mignolo (2003), pretendemos analisar de que maneira a escrita em portunhol reatualiza noções estanques das políticas sociolinguísticas que excluem a mescla e ignoram as diferenças. A partir de um estudo comparativo da escrita em *spanglish* produzida pela escritora texana Gloria Anzaldúa com a escrita em portunhol praticada pelos poetas Fabián Severo e Douglas Diegues, sugerimos que as variedades linguísticas propostas devem ser valorizadas, uma vez que, mais que um simples exercício estético-linguístico, a escrita nas línguas híbridas representam a forma como os moradores das fronteiras se expressam e se identificam como sujeitos fronteiriços, além de conformarem um território simbólico de utilização dessas línguas, problematizando o conceito de nação e discurso hegemônicos (TORRES, 1996). Através da produção literária em línguas híbridas e das práticas de bilinguajamento, esses escritores permitem entrever seu “estilo de vida entre línguas, um processo dialógico, ético, estético e político de transformação social” (MIGNOLO, 2003, p. 359).

Palavras-chave: bilinguajamento, portunhol, spanglish, fronteira.

Portunhol e spanglish: língua e identidade

Walter Mignolo, no artigo “Bilinguajando o amor: pensando entre línguas”, faz uma análise das experiências na fronteira, destacando o bi ou plurilinguajamento como uma brecha no processo de globalização e como negação da tendência de se associar a civilização à “pureza” do monolinguajamento colonial e nacional (MIGNOLO, 2003, p. 340).

Ao mencionar que a gramática da língua espanhola havia sido estabelecida no final do século XV por Antonio de Nebrija como símbolo de colonização e organização do caos do linguajamento cotidiano, Mignolo apresenta outro processo no qual o bilinguajamento cotidiano evidencia que a gramática não dá conta de controlar e conter a língua, ainda mais se essa língua está em contato com outra.

O exemplo citado é o contexto da língua espanhola em contato com a língua inglesa em território norte-americano. Nesse processo, os indivíduos migrantes ou filhos de hispanofalantes que migraram para os Estados Unidos adotam uma língua que mescla o espanhol com o inglês, e reivindicam uma legitimidade para o modo como se expressam a partir dessa variedade linguística – como no caso da escrita do livro *Borderlands/La frontera: The new mestiza* (1987), no qual a escritora Glória Anzaldúa celebra a mistura produzida no seu espanhol chicano.

Apesar de habitar o território estadunidense e de aí ter nascido (nasceu no Texas, em 1942), Anzaldúa não se sente plenamente identificada nesse lugar, pois a forte presença de sua herança mexicana determina um pertencimento oscilante entre as duas culturas, o que acarreta na instabilidade até mesmo da linguagem empregada, já que esta está tão impregnada de interferências de uma língua na outra, que leva à configuração de uma terceira língua.

A escritora autodeclarada *chicana*⁶Anzaldúa, no artigo “Como domar uma língua selvagem” (*Cadernos de Letras* da UFF, 2009), discorre sobre a necessidade de se criar uma nova forma de comunicação para povos que não são nem espanhol nem anglo e que convivem com o inglês como a língua oficial do país em que vivem e com o espanhol, que é a língua de seus pais e de seus lares. Em outras palavras, a escritora, em defesa da mescla linguística entre inglês e espanhol que resultaria em *spanglish*, nos faz o seguinte questionamento: “para um povo que não pode se identificar inteiramente nem com o espanhol padrão (formal, castelhano) nem com o inglês padrão, que recurso lhe resta senão criar sua própria língua?” (ANZALDÚA, 2009, p. 307).

Para tentar demonstrar o quão abrangente é essa necessidade, a escritora faz um levantamento das línguas que esses indivíduos migrantes (entre os quais se inclui) utilizam em solo norte-americano:

⁶Por *chicano* entende-se o habitante do território estadunidense sem estar plenamente identificado com os valores do lugar e ao mesmo tempo sem poder aderir por completo aos valores de sua cultura de origem. No caso da escritora, a cultura mexicana (MARTÍN, 2013, p. 136).

Algumas das línguas que falamos são: 1. Inglês padrão, 2. Inglês de trabalhadores com gírias, 3. Espanhol padrão, 4. Espanhol mexicano padrão, 5. Dialeto espanhol norte-mexicano, 6. Espanhol chicano (Texas, Novo México, Arizona e Califórnia têm variações regionais), 7. *Tex-Mex*, 8. *Pachuco* (chamado *caló*) (ANZALDÚA, 2009, p. 308).

Ao dar-nos a conhecer o ambiente plurilinguístico do indivíduo *chicano*, Anzaldúa defende que o “espanhol *chicano* é uma língua fronteiriça que se desenvolveu naturalmente”, ainda que também reconheça que a variedade linguística sofra preconceitos entre os puristas que a consideram deficiente e inclusive pela maioria dos hispanofalantes, que a veem como uma mutilação do espanhol. Para ela “o espanhol *chicano* não é incorreto, é uma língua viva”. E prossegue em sua defesa, declarando-o como:

Uma língua com a qual eles possam conectar sua identidade, capaz de comunicar as realidades e valores verdadeiros para eles mesmos – uma língua com termos que não são nem *español ni inglés*, mas ambos. Nós falamos um patoá, uma língua bifurcada, uma variação de duas línguas. O espanhol chicano surgiu da necessidade de os chicanos se identificarem como um povo distinto. Nós precisávamos de uma língua com a qual pudéssemos nos comunicar uns com os outros, uma língua secreta. E porque somos um povo complexo, heterogêneo, nós falamos muitas línguas (ANZALDÚA, 2009, p. 307).

Mignolo assinala que tal processo de hibridação linguística deve ser caracterizado como bilinguajamento – que se difere do bilinguismo por este se tratar mais de uma habilidade que de um estilo de vida. O bilinguajamento estaria muito mais vinculado a uma necessidade expressiva e, por que não dizer, existencial e política. Segundo o crítico, “o bilinguajamento como estilo de vida é possível nas fraturas de uma língua hegemônica (nacional ou imperial), [e] supera o medo e a vergonha daqueles que não dominam a língua principal” (MIGNOLO, 2003, p. 359).

Voltando nossas atenções para as experiências linguísticas que ocorrem entre Brasil e os países lusofalantes, deparamo-nos com as escritas literárias de Fabián Severo - na fronteira Uruguai/Brasil - e com a de Douglas Diegues - na fronteira Brasil/ Paraguai.

Em Severo também percebemos a superação do medo e da vergonha de não escrever em língua nacional. Muito mais que isso, podemos observar que o que pretende com a escrita em portunhol é assegurar a visibilidade de uma língua apagada pelas políticas de promoção dos idiomas nacionais. Fato que fica comprovado quando o poeta, em entrevista a nós concedida, declara que o Estado não o financiaria para promover uma língua que não é o espanhol padrão do Uruguai fora do país:

A ver, te puedo dar un ejemplo: Con Ernesto nosotros presentamos un proyecto al Estado uruguayo, un proyecto para hacer una gira, una gira por Brasil y ellos nos dijeron que no nos podían dar plata porque no pueden financiar un proyecto en portuñol que salga al exterior a representar al Uruguay (SEVERO, entrevista não publicada, jan. 2015⁷).

Diegues, por outro lado, critica o academicismo e a padronização da literatura produzida em âmbito nacional e, principalmente, os linguistas que rejeitam as variantes da língua e, portanto, negam o portunhol selvagem como forma de expressão:

...los puristas odian y odian el portunhol selvagem porque rompemos los esquemas de la lengua única... Non temos apoyo del estado... Transitamos libremente de um lado ao outro y confundimos hasta la disolucion las fronteras idiomáticas establecidas... Es una anarkia feliz que non necessita mais ser feliz kontra el aburrimiento ofizialesko y servil... (DIEGUES in TEIXEIRA, 2011, s/p).

Em ambos os poetas, para além de mero exercício de criação de matéria literária, o aproveitamento do portunhol estaria associado a uma tentativa de denunciar as políticas linguísticas que impulsionam o apagamento das diferenças e, ao mesmo tempo, possibilitar o resgate e legitimação da língua materna pela qual têm grande afetividade e com a qual se sentem identificados como sujeitos fronteiriços:

Nos semos da frontera/ como u sol qui nase trás us ucalito/alumeia todo u día
ensima du rio/ i vai durmí la despós da casa dus Rodríguezes.// Da frontera como a lua/ qui
faz a noite cuasi día/ deitando lua nas maryen Del Cuareim.// Como el viento/ que ase
bailar las bandera/ como a yuva/ leva us ranyo deles yunto com los nuestro.// Todos nos

⁷Em janeiro de 2015, tivemos a oportunidade de entrevistar o poeta Fabián Severo, na capital Montevideu. No entanto, a referida entrevista ainda não foi publicada.

semo da frontera/ como eses pásaros avuando de la pra qui/ *cantando um idioma que todos entende*.// Viemos da frontera/ vamo pra frontera/ como us avó i nosos filio/ cumendo el pan que u diabo amasó/ sofrendo neste fin de mundo.// *Nos semo a frontera/ mas que cualquier rio/ mas que cualquier puente* (SEVERO, 2011, p. 91 – grifo nosso).

Diegues, mantendo um viés cômico e burlesco em seus textos e declarações, afirma que a língua híbrida com a qual escreve se relaciona com sua experiência de vida na fronteira:

Pienso que todo começa no amor entre mia mãe y u mio pai. Mamãe paraguaya (con ascendência hispano-bugra-guarani) e papai jornalista (con ascendência afro-bahiano-italo-carioca)... Después, el español, el portugués y el guarani, se confundiendo, se mezclando en mi ouvido desde la infancia. Cresci hablando e ouvindo esos idiomas, si bem que u guaraní ouço mejor, leo con diccionario, y falo lo mínimo, pero estou estudiando, estoy aprendendo com mi mamãe e com mis amigos, que falam e entendem bem u guarani-paraguaio. De modo que la lengua mestiza com que escribo es visceral como bosta... Algo que nasce desde adentro. Del íntimo de meu ser. De la gosma misma du meu código de barra (DIEGUES in FREIRE, 2005, s/p).

Segundo a professora de literatura norte-americana, da Universidade de Buenos Aires, Lucia Mara Martín, o elemento *chicano* de Anzaldúa implica um pertencimento que oscila entre duas culturas: “a mexicana de origem, oprimida pela política imperial estadunidense, que por sua vez representa o marco cultural no qual pôde transcender o destino que, como mulher, marcava-lhe sua origem mexicana” (MARTÍN, 2013, p. 135). Para seu ofício de escritora, essa oscilação possibilitou-lhe realizar uma tarefa de seleção de elementos de ambas as culturas e, ainda, trabalhar na construção de uma terceira, na qual a “linguagem ocupa um lugar preponderante, palpável em sua forma escrita, onde não só mesclam o espanhol e o inglês, mas também se incorporam vocábulos pertencentes a um dialeto de fronteira” (MARTÍN, 2013, p. 137). Pois, tal como afirma a própria Anzaldúa:

Chicano Spanish is a border tongue which developed naturally. Change, evolución, enriquecimiento de palabras nuevas por invención o adopción have created

variants of Chicano Spanish, un nuevo lenguaje. Un lenguaje que corresponde a un modo de vivir. Chicano Spanish is not incorrect, it is a living language (ANZALDÚA, 1999, p. 77).

O trabalho poético e a reivindicação para se expressar nessa língua híbrida, que alterna espanhol com inglês a partir de uma escolha afetiva dos vocábulos, possibilitariam a configuração de novas identificações de fronteira, que não só busca transcender os limites físicos como também étnicos, linguísticos e culturais. Gesto que se assemelha ao empreendido por Severo e Diegues que, ao fazerem uso de uma língua híbrida que estabelece uma relação de pertencimento a – ou talvez de trânsito entre –, dois países diferentes, um habitar duplo no interstício da fronteira:

Miña lingua le saca la lengua al disionario
 baila um pagode ensimadus mapa
 i faz com a túnica i a moña uma cometa
 pra voar, livre i solta pelu seu. (SEVERO, 2011, p. 28).

U portunhol salbaje es la língua falada por la gente simples que increíblemente sobrevive de teimosia, brisa, amor al imposible, mandioca, vento y carne de vaca. Es la lengua de las putas que de noite vendem seus sexos na linha da fronteira. Brota como flor de la bosta de las vakas. Es la lengua de mia mãe y de mis abuelos. O portunhol salbaje es una musica diferente, feita de ruídos, rimas inesperadas, amor, água, sangue, árboles, piedras, pássaros, ventos, fuego, esperma (DIEGUES in FILGUEIRAS, 2009).

Anzaldúa, Severo e Diegues, através dos textos que escrevem em língua híbrida, promovem não só identificações de seus conterrâneos e de outros indivíduos que vivem na oscilação linguística, como também possibilitam o questionamento das divisões espaciais. Ao transporem as fronteiras físicas com suas línguas que unem elementos de ambos os lados que se pretendiam separados, os escritores se inserem em um espaço multiterritorializado, o qual se caracteriza “pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita[m] a passagem constante de um lugar a outro” (HAESBAERT, 2007, p. 184). Isso não significa que as fronteiras são desconsideradas; ao contrário, quando os poetas e suas línguas atravessam de um país ao outro, eles podem denunciar o que as fronteiras

têm de excludente e omissão e, dessa forma, agir de modo a possibilitar nossas associações distintas e produtivas.

Nesse sentido, quando Anzaldúa, Severo e Diegues ultrapassam os limites geográficos com suas linguagens híbridas – no caso de Diegues com o portunhol selvagem que mistura elementos das línguas de diferentes países: o português (que é a língua oficial em que foi escolarizado) e o espanhol (que é sua língua materna); no caso de Anzaldúa, com seu espanhol *chicano* que mistura ao inglês elementos do espanhol herdado, e em Severo, com o trabalho poético a partir da língua materna que é o portunhol fronteiriço reconhecido por estudos linguísticos uruguaios – já não consideramos que há um processo de desterritorialização dessas línguas por “apagamento” das fronteiras. Ao contrário, quando se mesclam e ainda jogam com a possibilidade de receber a influência de outras línguas, como o guarani no portunhol dieguiano, e das línguas indígenas da fronteira México/Estados Unidos no *spanglish* anzalduano, palavras de origem afrodescendente no portunhol Severiano, essas linguagens expandem os espaços de enunciação, os lugares a partir dos quais se expressam, alcançando “múltiplos territórios”, através das experimentações literárias para além do monolinguismo. Dessa forma, sugerimos que tornam-se línguas multiterritorializadas, no sentido de serem hipoteticamente compreensíveis entre falantes de cada idioma e de cada país.

Para além das especificidades que subjazem as concepções de língua e território em cada um dos autores, seus gestos não promovem uma desterritorialização geográfica por assim dizer, pois os territórios e as fronteiras linguísticas, literárias, políticas e físicas existem, tampouco estamos diante de uma territorialização única, podemos considerar que há uma multiterritorialização simbólica que “corrói” as fronteiras sub-repticiamente. Consideramos que a escrita em línguas híbridas propõe uma nova forma de relacionar-se com os lugares de prestígio (BOURDIEU, 1996), uma vez que desterritorializa o português, o espanhol e o inglês de sua “oficialidade”. Trata-se também de reavaliar o portunhol e o *spanglish* vistos como equívocos, operando assim uma multiterritorialização na linguagem, ou seja, desestabilizando as fronteiras ao problematizar as línguas e o estatuto literário das mesmas.

O questionamento feito por Anzaldúa em defesa do seu espanhol *chicano* também poderia ser considerado por Severo ou Diegues como justificativa para o modo como

cada poeta aproveita-se do seu portunhol literário. Parafraseando a escritora, diríamos: “para um povo que não se pode identificar inteiramente com espanhol nem com o português, que recurso lhe resta senão criar sua própria língua?”. Língua inventada, mas passada de geração para geração, herança materna e fruto da necessidade de comunicação entre habitantes de um lado e outro da fronteira, o portunhol resistiu às tentativas de apagamento pelas políticas linguísticas do Estado e passou a ser registrado na literatura como uma forma de reação e, por que não dizer, como forma de legitimação.

Os três escritores, com o trabalho poético em suas línguas híbridas, conseguem denunciar o que as fronteiras têm de excludente e o que podem possibilitar de ligações distintas e produtivas não só na linguagem como também na literatura.

Ressaltamos que os textos escritos em portunhol e *spanglish* provocam uma revitalização não só na linguagem, como literatura, uma vez que vêm ganhando o espaço acadêmico através das pesquisas que estão sendo realizadas, constituindo assim um “novo território” de alcance da experimentação linguística praticada por poetas bilíngues e binacionais.

No caso de Anzaldúa, percebemos que através da poética elaborada na língua *chicana*, a autora demonstra seu engajamento político na tentativa de dar voz a estratos marginalizados da população de origem latina tão subjugada pela “supremacia” anglo-americana. Com isso, também são combatidos estigmas como os da fronteira México/Estados Unidos, “linha divisória imposta após a assinatura do Tratado de Guadalupe-Hidalgo, em 1848”, que ademais de separar territórios, dotou-os de “valores dicotômicos carregados de conteúdo moral, cujo pólo positivo seria ‘estadunidense-branco-classe média’ e o negativo, ‘mexicano-pele de cor pobre’” (MARTÍN, 2013, p. 136).

Esse estigma estaria internalizado até mesmo entre os próprios *chicanos*, que acabaram por reconhecerem-se como inferiores, cidadãos de segunda classe se relacionados aos estadunidenses falantes de uma língua mais nobre - o inglês - se comparado ao espanhol e ainda mais à sua variedade *chicana*. Se os homens já se sentem inferiorizados, entre as mulheres esse complexo tende a acentuar-se:

Chicanas que cresceram falando o espanhol chicano internalizaram a crença de que nós falamos um espanhol pobre. Ilegítimo, uma língua bastarda. Nós usamos nossas diferenças linguísticas umas contra as outras porque internalizamos o modo como nossa

língua tem sido usada contra nós pela cultura dominante (...). Na infância, nos disseram que nossa língua está errada. Ataques repetidos à nossa língua nativa diminuem nosso sentido de self. Os ataques continuam ao longo das nossas vidas (ANZALDÚA, 2009, p. 311).

Anzaldúa declara, através de sua poética, como essa relação dicotômica entre duas culturas e duas línguas pode ser dura, ainda mais em se tratando de uma mulher:

To live in the Borderlands means you
are neither hispana india negra española
ni gabacha, eres mestiza, mulata, half-breed
caught in the crossfire between camps
while carrying all five races on your back
not knowing which side to turn to, run from;
(...)
To survive the Borderlands
you must live sin fronteras
be a crossroads (ANZALDÚA, 1999, p. 216-7).

Sugerimos que a escrita em portunhol empreendida por Severo também acaba por representar uma parcela da população que, como ele, conviveu com o peso de políticas educacionais que combateram a língua materna com a qual guarda grande afetividade.

Yo no quiería ir mas en la escuela
porque la maestra Rita, de primer año
cada ves que yo ablava
pidía pra que yo repitiera i disía
vieron el cantito em su voz,
así no se debe hablar
i todos se rían de mim
como ella pidía que yo repitiera
yo repitía i eyos volvían se ri (...)
(SEVERO, 2011, p 54 – grifos do poeta).

Tal como os *chicanos*, Severo afirma que muitos dos moradores da fronteira também se recusam a aceitar que aquela língua os representa porque a crença e o estigma de ser a língua do pobre, sem educação formal ou ignorante persistem:

Estamos en el siglo XXI y puede ser que nosotros ahora nos subimos a un auto y vamos a la frontera y vos salgas a hacer entrevistas y te vas a dar cuenta de que la mayoría de la gente te va a decir que no habla así. Van a decir: “No, no, acá no hablamos así. Acá hablamos bien. No hablamos mal”. El portuñol tiene cierto desprestigio social. ¿Quiénes hablan el portuñol? Los pobres, los que no tienen el estudio, los ignorantes, los de la periferia. No los del centro no, no la gente de plata. Entonces ese desprestigio... que a mí me afectó (SEVERO, entrevista não publicada, 2015).

Em Diegues, apesar de o poeta viver na fronteira e afirmar que os moradores de sua região mesclam o português com o espanhol, além do guarani e outras variedades indígenas, a versão do portunhol com que se expressa é declaradamente inventada e, no seu caso específico, ainda que ironicamente, teria o sentido contrário de compensar um alegado complexo de inferioridade de fronteiroço. Ou seja, enquanto os outros poetas se expressam na língua híbrida apesar de seus complexos, Diegues a usa para compensar o seu próprio complexo:

Quis sim inventar uma coisa que non existisse y que existisse al mismo tempo, y enton he inventado el portunhol selvagem, que es el nombre com que llamo algo que non tiene nombre, porque non existe, porque solo existe quando se lo leemos en voz alta ou en silêncio. Yo inventei mio portunholito selvagem para compensar mio complexo de inferioridade provinciana triplefrontera (DIEGUES, 2009 — blog⁸).

É nesse sentido que podemos estabelecer outro paralelo entre as poéticas dos três escritores, pois mesmo com a inclinação burlesca de Diegues, que se diferencia do tom de denúncia de Anzaldúa e do tom melancólico de Severo, observamos o caráter político que suas obras elaboradas em língua híbrida possuem, principalmente se atentarmos para o fato de que a literatura que produzem pretende dar visibilidade a uma variedade linguística até então desprestigiada, ao mesmo tempo em que também reverencia o território fronteiroço no qual essa língua nasce.

Entretanto, como precisar o lugar de enunciação de escritores que, como Azaldúa, Severo e Diegues, falam sempre a partir de mais de um lugar? É possível pensar na

⁸A citação forma parte do texto ¿Nuebalengua?, postado por Douglas Diegues no seu blog Portunhol Selvagem, 27 ago. 2009. Disponível em: <http://portunholselvagem.blogspot.com/2009_08_01_archive.html>. Acesso em: 04 maio 2010.

vivência de uma multiterritorialidade marcada pela articulação de diferenças culturais e linguísticas (HAESBAERT, 2007). É nesse espaço múltiplo e simbólico que os escritores encontram seu *locus* enunciativo, configurado pelo trânsito, e através dele teriam a “oportunidade de rever o conceito de fronteira, encarada como ‘o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente’” (BHABHA, 1998, p.24). Instaura-se, assim, uma tensão que pode ser verificada quando se intenta definir nacionalidade ou língua, pois esses indivíduos são, na verdade, sujeitos híbridos entre duas culturas com suas línguas migrantes. Pois, tal como Anzaldúa define:

Nosotros los chicanos temos um pé em cada lado das fronteiras. De um lado, somos constantemente expostos ao espanhol dos mexicanos; do outro lado, escutamos a reclamação incessante dos anglos para que esqueçamos nossa língua. Entre nós, não dizemos *nosotros los americanos*, ou *nosotros los españoles*, ou *nosotros los hispánicos*. Dizemos *nosotros los mexicanos* (por *mexicanos* não queremos dizer “cidadãos do México”; não estamos falando de uma identidade nacional, mas sim racial). Nós distinguimos entre *mexicanos del otro lado* e *mexicanos de este lado*. No fundo dos nossos corações, a gente acredita que ser mexicano não tem nada a ver com o país em que a gente vive. Ser mexicano é um estado da alma – não da mente, nem da cidadania. Nem águia nem serpente, mas as duas. E como o oceano, nenhum animal respeita fronteiras (ANZALDÚA, 2009, p.315).

Também consideramos que Severo se faz porta-voz de uma parcela da população que realmente se expressa por meio dessa língua híbrida num ambiente marcado pela (co)presença de fronteiras que, ao invés de separar (como espera o senso comum), põe em relação as línguas e culturas.

Noum sei como será nas terra sivilizada
 mas ein Artigas
 viven los que tienen apeyido
 Los Se Ninguéim
 como eu
 semo da frontera
 neim daqui neim dalí
 no es nosso u suelo que pisamo
 neim a língua que falemo (SEVERO, 2011, p. 21).

Ao escrever em espanhol *chicano* e em portunhol, Gloria Anzaldúa, Fabián Severo e Douglas Diegues, ao mesmo tempo em que defendem a existência e legitimação de suas línguas, promovem também os próprios “estilos de vida”, que denunciam suas necessidades e desejos “para realizar a política e a ética da libertação”. Relacionada à noção de “pensamento dialógico”, proposta por Paulo Freire, tal libertação – da opressão social e econômica – pressupõe, ainda, a tomada de consciência, uma vez que nos livraríamos do peso da colonização intelectual, que segundo Mignolo, é “o lado mais sombrio da modernidade” (MIGNOLO, 2003, p. 360).

Podemos considerar ainda que, ao fazer uso das linguagens híbridas, a escrita desses autores relaciona-se ao que Sônia Torres menciona sobre o emprego do hibridismo como estética crítica que, “ao invés de simples apropriação ou adoção de uma estética”, o portunhol severiano, o portunhol selvagem ou o espanhol *chicano* assumem “um movimento que busca modificar conceitos da nação como organismo fechado e coeso” (TORRES, 1996, p. 183). Esse é mais um dos efeitos de suas obras, trazer à luz uma língua e uma comunidade que estiveram apagadas e à margem das noções seletivas de nação.

Voltando mais especificamente a atenção para a produção literária de Severo, somos levados a perceber que, através do bilinguajamento e da escrita de sua literatura na língua que defende, o escritor permite entrever seu “estilo de vida entre línguas, um processo dialógico, ético, estético e político de transformação social” (MIGNOLO, 2003, p. 359). Dizemos transformação social porque ao dar visibilidade ao seu portunhol artiguense, Severo também traz à luz toda uma história da herança das línguas, tradições, crenças, costumes, imaginários e culturas de dois países vizinhos, abrindo espaço para que outras pessoas, descendentes dessa mesma mistura, também possam identificar-se como sujeitos sociais através de sua língua.

A importância desse ato de resistência vai além de um resgate da memória ou da tentativa de dar visibilidade a uma camada da população fronteiriça. Mignolo defende a necessidade de se pensar o bilinguajamento e os projetos educacionais como “temas obrigatórios para a discussão de políticas públicas, para a conscientização em educação bilíngue, para colaborar na construção de novas comunidades e para explorar novas avenidas epistemológicas nas culturas do conhecimento acadêmico” (MIGNOLO, 2003, p.

371). E é isso que a escrita em portunhol – ou *spanglish*, jopará ou *hindisglish*, ou em qualquer linguagem híbrida – representa, uma ação no sentido de colocar em prática um “projeto educacional”, que inclui um movimento social, uma vez que pode se considerar como um projeto contínuo de resistência e conscientização, como diria Freire. Uma nova tomada de consciência e ação de resistência à colonização e aos construtores da nação, que se impuseram através da violência que foi incutida por meio da dominação econômica, linguística, religiosa e cultural.

É nesse sentido que consideramos a escrita em portunhol – ou qualquer língua híbrida – como um ato político de resistência à neutralização das diferenças linguísticas. Ao resgatar sua língua materna e fazer dela seu material poético, Severo e Diegues abrem espaço no cenário literário para uma produção linguística que caracteriza uma cultura muito pouco conhecida e para uma língua considerada impura e que foi banida da educação escolar. Dessa maneira, os poetas põem em evidência a maneira como línguas, culturas e pessoas são excluídas do processo de conformação do estado-nação, ao mesmo tempo em que promove, na acepção de Mignolo, o amor do bilinguajamento, que “nasce das e nas periferias das línguas nacionais e nas experiências transnacionais”:

[...] “amor pelo lugar entre línguas, [...] pela desarticulação da língua colonial e pelas subalternas, [...] pela impureza das línguas nacionais, e [...] como corretivo necessário à ‘generosidade’ do poder hegemônico que institucionaliza a violência” (MIGNOLO, 2003, p. 371).

Considerações finais

Escritores que resgatam através de seus textos suas línguas maternas, resultantes de processo de hibridação, cada um à sua maneira, tentam dar legitimidade a suas obras ao mesmo tempo em que denunciam a necessidade de se redefinir noções estanques como as de fronteira, território, nação, cultura, monoglossia e, principalmente, identidade.

É possível considerar que a autenticidade dos trabalhos mencionados se deve ao fato de não estarem dispostos a vincular-se a convenções, fronteiras ou normas; ao contrário, as experimentações linguísticas que realizam se espargem num movimento que estabelece novas conexões e novas possibilidades comunicativas – mesclando inglês

com espanhol ou ainda espanhol com português, sugere-se que suas poéticas poderiam ser lidas em todo o continente americano.

As relações que se estabelecem a partir das línguas e dos territórios acionados pelo portunhol e pelo espanhol *chicano* esvaziam o caráter fixo da fronteira, sugerindo uma nova configuração que podemos aproximar ao que Abril Trigo (1997) denomina, no ensaio “Epistemologías de la frontera. Frontera de la epistemología”, como *frontería*. Nesse ensaio, Trigo toma o termo fronteira em sua etimologia e o compara por oposição e complemento à *frontería*, antigo sinônimo do primeiro em espanhol. Segundo ele, o conceito se difere da fronteira por articular lugares e abrir relações ao invés de delimitá-las o que, por sua vez, nos permite uma aproximação ao conceito de multiterritorialidade que, como define Haesbaert, estaria vinculado a um lugar que se caracteriza “pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita[m] a passagem constante de um lugar a outro” (HAESBAERT, 2007, p. 184). Vejamos:

A fronteira define territórios, a *frontería* desenha paisagens; a fronteira fixa identidades, a *frontería* abre relações; a fronteira delimita espaços, a *frontería* articula lugares; a fronteira afunda raízes, a *frontería* se esparge em rizoma; a fronteira legisla a razão do Estado, a *frontería* é indiferente à Nação; a fronteira é marca da História, a *frontería* habilita memórias fragmentárias (Trigo, 1997, p. 81).

Na *frontería* encontramos não a ideia estática de fixação e estabelecimento de limites imposta pela fronteira, mas sim a presença de um conflito que se instaura por meio do atravessamento e movimentação constantes de um lugar para o outro e de uma língua para a outra.

Em todos os casos mencionados, o uso das linguagens híbridas se relacionam ao que Torres afirma sobre o emprego do hibridismo como estética crítica que, “ao invés de simples apropriação ou adoção de uma estética”, o portunhol severiano, o portunhol selvagem e spanglish anzaldano assumem “um movimento que busca modificar conceitos da nação como organismo fechado e coeso” (TORRES, 1996, p. 183). Além do mais, ao assumirem suas línguas híbridas em detrimento da língua nacional, os escritores parecem desconsiderar divisões políticas e culturais conferindo um caráter de porosidade à fronteira e abrindo espaço de atuação para além dos limites geográficos e linguísticos.

Referências bibliográficas

ANZALDÚA, Glória. Como domar uma língua selvagem. Trad. Joana Plaza Pinto, Karla Cristina dos Santos e Viviane Veras. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*. N. 39, p. 297-309, 2009.

BHABHA, Homi K. DISSEMINAÇÃO: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: _____ (Org.). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 198- 238.

CANCLINI, Néstor García. *Cultura híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. Introdução para a edição de 2001. In: *Cultura híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

DIEGUES, Douglas. ¿Nuebalengua? In: *Portunhol Selvagem* (blog). Disponível em: <http://portunholselvagem.blogspot.com/2009_08_01_archive.html>. Acesso em: 04 maio 2010.

FILGUEIRAS, Mariana. Portunhol selvagem? In: *Palma Louca*, 23 ago. 2009. Disponível em: <http://www.palmalouca.com/artes/artes.jsp?id_artes=622>. Acesso em: 12 jul. 2010.

FREIRE, Marcelino. De olho neles — Douglas Diegues. In: *Portal Literal*, Rio de Janeiro, 27 ago. 2008 (publicado originalmente em 10/06/05). Disponível em:

<<http://portalliteral.terra.com.br/artigos/de-olho-neles-douglas-diegues>>. Acesso em: 09 mar. 2010.

HAESBART, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

_____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik; Trad. Adelaide la Guardia Resende ... [et all]. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

MARTÍN, Luciana Mara. Borderlands/La Frontera, de Gloria Anzaldúa: la construcción de una nueva conciencia y el relato de la Historia. (Resenha acessível no site da Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires).Disponível em: <www.filo.uba.ar/contenidos/secretarias/.../42.20.pd>. Acesso em: 30 dez. 2014. Pp. 135-139.

MIGNOLO, Walter. “Bilinguajando o amor: pensando entre línguas”. In: _____. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, PP. 340 – 375.

PORTO, Maria Bernadette; TORRES, Sonia. Literaturas migrantes. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org): *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, Niterói: EDUFF, 2005.

SEVERO, Fabián. *Noite nu Norte/ Noche en el norte: poesía de la frontera*. 2ª Ed. Montevideo: Rumbo Editorial, 2011. (Versão bilíngue: espanhol e portunhol)

TORRES, Sonia. Desestabilizando o “discurso competente”: o discurso hegemônico e as culturas híbridas. In: *Gragoatá*, n. 1. Niterói: EDUFF, 1996. p. 179-190.

TRIGO, Abril. Fronteras de la epistemología: epistemología de la frontera. In: *Papeles de Montevideo*, Montevideo, n.1, junio, 1997.

JULIANA APARECIDA GIMENES

UNICAMP

O TRADUTOR DE LITERATURA COMO MEDIADOR CULTURAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DOIS TRADUTORES DE *DOM CASMURRO* PARA O ESPANHOL

Introdução

Embora a atividade de traduzir seja tão antiga quanto a própria história do homem, a consolidação de um saber científico dos Estudos de Tradução como disciplina independente é bem mais recente. As questões envolvendo a (in)visibilidade do tradutor e a(s) ética(s) na tradução, por exemplo, ganharam força expressiva nas últimas décadas, principalmente com trabalhos de teóricos contemporâneos André Lefevere e Lawrence Venuti.

Orientada por normas culturais e históricas na escolha do texto, nas decisões interpretativas, nos meios de divulgação e no modo de avaliação e recepção da obra, a tradução pode dar sobrevida a um texto, como propõe Walter Benjamin (2008), mas pode também silenciar inúmeros outros. Venuti (1998) afirma que toda tradução é, de alguma maneira, parcial, e inevitavelmente altera o texto dito original. O que merece ser destacado é que essa parcialidade e essa alteração não necessariamente representam valores negativos. Muitas vezes, o texto traduzido pode ajudar na consolidação do cânone literário ou abrir possibilidades para novos estilos de escrita e novos gêneros textuais, além de abrir caminhos para conhecer outras culturas – fazendo do tradutor um mediador cultural.

Essa ideia nos remete ao trabalho *Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir* (2007), do pensador alemão Friedrich Schleiermacher. No início do século XIX, Schleiermacher mostrou que a língua alemã teria muito a ganhar com a tradução - uma das maneiras mais eficazes de enriquecer esse idioma. Tendo como perspectiva a literatura, o filósofo vê a tradução e as diferenças entre as línguas como ponto fundamental de reflexão, posto que traduzir não é trocar sistematicamente uma palavra de uma língua A por outra de outra língua B, como se possuíssem os mesmos modos de articulação e referenciação, ocupassem as mesmas relações sintáticas e exercessem as mesmas funções discursivas. Não se trata, portanto, de um trabalho mecânico. A dificuldade de traduzir um

texto se dá pela arbitrariedade do signo linguístico^[1], pelo fato de ser uma convenção mais ou menos estabelecida entre os falantes de uma língua.

O tradutor, portanto, inevitavelmente toma uma posição diante do texto a ser traduzido, assim como aponta Schleiermacher (2007, p.204):

Deveria ele [o tradutor] se propor a estabelecer, entre dois homens tão separados um do outro como o são os que falam a sua própria língua e desconhecem a do escritor original, e o escritor mesmo, uma relação tão imediata como aquela do escritor e seu leitor original? Ou, ainda que ele queira oferecer aos seus leitores apenas o mesmo entendimento e o mesmo prazer que ele experimenta, que são a mescla da mostra dos vestígios do esforço e do sentimento do estranho: como pode mostrar este e esconder aquele com os meios de que dispõe?

Dessa forma, o profissional encontra-se diante de um dilema, pois, na hora de traduzir, inevitavelmente terá que assumir uma posição. Sendo ele um “verdadeiro tradutor”, diz Schleiermacher (2007, p. 242), “ou bem [o tradutor] deixa o escritor o mais tranquilo possível e faz com que o leitor vá a seu encontro, ou bem deixa o mais tranquilo possível o leitor e faz com que o escritor vá a seu encontro”. Esses dois métodos são tão opostos que se um tradutor, em seu trabalho, quiser fazer uso dos dois ao mesmo tempo, o resultado seria, para o autor, “incompreensível e inadequado” (2007, p. 243). Por fim, encerra afirmando que “a verdadeira finalidade da tradução histórica” é possibilitar que “qualquer um possa gozar, com pureza e perfeição possível a um estranho, a beleza produzida pelos tempos mais diversos” (2007, p. 264).

Vale ressaltar aqui que Schleiermacher fala de uma posição bem específica, ou seja, de um momento histórico que hoje conhecemos como Romantismo Alemão, durante o qual a língua e a nação estavam em processo de consolidação, isto é, não havia ainda um grande representante das letras germânicas e, portanto, via-se na tradução um meio de apropriar-se do que as outras línguas tinham de grandioso e belo para enriquecer a própria língua.

Mais de um século mais tarde, na década de 1970, encontramos com as importantes contribuições do tradutor André Lefevere a partir da formulação dos conceitos de *patronagem* e *reescrita*. Dessa perspectiva, o texto deixa de ser visto como algo estático, fechado em si mesmo, para ganhar uma visada mais cultural e dinâmica, sendo intrínseco aos movimentos sociais e históricos, expandindo-se, dessa forma, para

questões de linguagem relacionadas à ideologia, à política e ao poder, ou seja, a instâncias extralinguísticas.

As traduções, segundo afirma Lefevere no prefácio de *Translating literatura: practice and theory in a comparative literature context* (1992), “são textos que se referem a e que reivindicam ser representantes de outros texto” [2]. Se a cultura é algo dinâmico, podemos nos perguntar, então, o que esses representantes representam? Segundo quem? Para quem? Em que medidas essa representação se aproxima ou se afasta da imagem construída pelo texto na cultura em que foi produzido? E ainda, quais as implicações desse afastamento ou aproximação na cultura para a qual foi levado?

Além de ser representante de outros textos, a tradução é concebida por Lefevere (2007, p. 14) como um processo de reescrita, logo, “ocupa uma posição central (...) como força motriz por trás da evolução literária”, posto que uma reescrita jamais poderá ser indiferente às ideologias de uma sociedade. Assim discorre Lefevere (2007, p. 11) que “reescrita é manipulação realizada a serviço do poder” e, continua, “pode nos ajudar a adquirir maior consciência a respeito do mundo em que vivemos”. Tal manipulação, portanto, independente da intenção de quem a produz, reflete a ideologia da sociedade em que está inserida e pode ser tanto positiva - introduz novos estilos, novos gêneros e contribui para o desenvolvimento literário de uma determinada sociedade - como negativa ao restringir ou distorcer algumas das inovações. O autor aponta ainda que os tradutores reescrevem os textos que estão traduzindo e que, portanto, são “corresponsáveis, em igual ou maior proporção que os escritores, pela recepção geral e pela sobrevivência de obras literárias” (2007, p. 13). Assim, a tradução passa a ser vista como um exercício de escrita, tal como a própria literatura.

Dentre as dimensões que atuam na formação de um cânone literário, Lefevere destaca a força que exercem os poderes socioculturais, daí sua formulação sobre patronagem no campo da tradução. Esses poderes relacionados à patronagem estariam divididos em três aspectos: (a) ideologia, ou seja, aquilo que se deve dizer ou não (censura, por exemplo); (b) economia, isto é, o mecenato, o papel das agências financiadoras e (c) prestígio ou *status*, ou seja, aceitação – manutenção dos valores estabelecidos - como sinal de integração a uma elite. A patronagem pode ser regulada por grupos coletivos, pela mídia, pelas editoras, pelo sistema educacional e acadêmico, ou

seja, por instituições que regulam a produção e a circulação da escrita em uma sociedade.

Outro divisor de águas para a tradução foi trabalho do teórico e tradutor Lawrence Venuti, principalmente com a publicação de *The Translator's Invisibility: A History of Translation* (1995), obra marcada pela denúncia da situação de invisibilidade e apagamento dos profissionais de tradução, em especial os tradutores para o inglês. Tal denúncia acaba abrindo possibilidades para problematizar o modo como a tradução vem sendo feita basicamente a partir de duas maneiras: (a) pela discussão da falsa transparência causada, sem dúvida, pela reescrita que tem por objetivo fazer o leitor acreditar que está lendo um texto escrito na língua para a qual se traduz, ou seja, fazer o texto traduzido parecer ter sido escrito pelo autor na língua traduzida, minimizando ao extremo o processo de tradução e (b) pelo questionamento do lugar comum de considerar 'leitura fluente' sinônimo de 'boa tradução', ou seja, sem marcas estrangeiras; o que leva a afirmar também que textos menos fluentes são necessariamente más traduções.

Venuti (1998) esclarece que, por um lado, quanto mais o tradutor tentar apagar os efeitos estrangeirizantes, fazendo com que o texto seja fluente, mais o profissional ficará invisível em favor da visibilidade do autor. Por outro lado, marcas estrangeiras podem despertar no leitor a consciência de que aquele texto passou por tradução, levando-o, assim, a reconhecer a existência do profissional.

Ao tratar das concepções de "tradução domesticadora" (aquela que aproxima o autor do original do leitor da tradução, anulando o máximo possível da estranheza do texto) e "tradução estrangeirizadora" (aquela que afasta o autor do original do leitor da tradução, fazendo com que este vá ao encontro daquele, deixando o que puder no texto como marcas estrangeiras), Venuti (1998) está, de fato, tratando de questões de políticas da tradução, que acabam refletindo a maneira como a área é vista socialmente. Isso sem contar que o fato de uma tradução ser mais estrangeirizante possibilitar uma experiência de contato com o outro, expandindo, assim, a visão cultural e o registro das diferenças. Esse é, portanto, um modo de resistência, visando à prática de um discurso heterogêneo e menos etnocêntrico.

Embora Schleiermacher e Venuti possam apresentar alguns pontos de convergência - a impossibilidade de o tradutor se manter neutro diante do texto a ser traduzido, ou seja, de tal profissional exercer um papel fundamental na mediação cultural

entre o autor do texto original e o leitor do texto traduzido -, sobressai um ponto destoante entre os teóricos. Enquanto para o pensador alemão a tradução era uma via de enriquecimento da língua e da literatura alemãs, para o pensador estadunidense, ela é uma forma de abalar as estruturas dominantes da língua, no caso, o chamado *inglês global*. Dessa forma, Venuti (1998) retoma a questão da representação cultural através da tradução. Isso quer dizer que os textos traduzidos têm a capacidade de construir representações de outras culturas e outras formas identitárias.

Vale destacar que, para uma grande maioria, o acesso à literatura estrangeira só se dá por meio da tradução. E isso não só para a população em geral, mas também para áreas de estudos mais aprofundados e específicos como a da Literatura Comparada e a da Crítica Literária. Basta pensarmos que grandes estudiosos de autores estrangeiros titulam-se tendo como grande parte de sua formação a leitura de romances traduzidos e, muitas vezes, sem problematizar as traduções que utilizam. Essa ressalva, no entanto, não deve ser entendida como uma crítica negativa, mas como uma realidade para muitos alunos de graduação e pós-graduação no Brasil.

1. Dois tradutores de *Dom Casmurro* para o espanhol

Estudar uma obra com mais de um século de existência é, de saída, precisar lidar com o fato de que muita coisa já foi dita sobre ela, uma fortuna crítica que expande cada vez mais essa obra. Dentre todo esse material, merecem ser destacados os *paratextos*. No caso das duas traduções de *Dom Casmurro* aqui analisadas, veremos como os elementos paratextuais articulam-se com o processo tradutório. Para falar sobre paratextos e paratradução como lugares privilegiados de atuação dos tradutores mediadores, veremos as contribuições do crítico literário francês Gérard Genette (2009) e do tradutor e filólogo José Yuste Frías (2011).

De um modo geral, quando compramos um livro, compramos, obviamente, o texto “propriamente dito”, mas também estamos adquirindo a capa, o prefácio, a folha de rosto, o posfácio, as referências bibliográficas, a lombada, as informações sobre o autor, as orelhas, quando houver, entre outros. Todos esses elementos contribuem para a construção da imagem do livro e podem fazer despertar maior ou menor interesse no público consumidor pelo produto final. Dito de outra forma, esses são elementos fundamentais dentro do mercado editorial.

Para o teórico francês, os paratextos se dividem em duas categorias: (a) os peritextos e (b) os epitextos. Os *peritextos* (*peri*, ao redor, que circunda) são aqueles elementos que dividem o espaço do conjunto “livro” com o texto propriamente dito. Nas palavras de Genette, são “aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público” e assim continua, “mais do que um limite ou uma fronteira estanque, trata-se aqui de um *limiar* (...) que oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder” (2009, p. 9-10, destaque no original). São peritextos a capa, as orelhas, as ilustrações etc. Por outro lado, há os *epitextos* (*epi*, em cima de, movimento para) que são aqueles elementos que estão fora da obra, ou seja, geralmente em outras mídias, como entrevistas, notícias, gravações de áudios ou vídeo etc, mas que, pela natureza do conteúdo, acabam contribuindo para a compreensão geral da obra. Para o autor, o lugar dos epitextos é “em qualquer lugar fora do livro” (2009, p. 303). Observa-se, assim, que os epitextos não exercem um papel estético no livro. Em suma, vale ressaltar que são os paratextos como um todo que, de fato, “transformam” o texto na obra material a que damos o nome de “livro”.

A fim de aprofundar justamente essa análise mais abrangente dos paratextos - não só os de literatura - o professor e filólogo galego José Yuste Frías (2011) propõe uma análise que inclui as imagens presentes nos paratextos e que passam pelo processo de tradução, portanto, propõe a criação de um novo conceito que amplia a tarefa do tradutor que precisa (embora nem sempre isso aconteça) levar em conta em seu projeto aquilo que não é considerado o texto propriamente dito – além da *tradução*, ele se encarrega também da *paratradução*. O estudo de paratradução se justifica pelo fato de as imagens não serem representações universais, isto é, por estarem, elas também, carregadas ideológica, política e historicamente. Tais aspectos nem sempre têm o mesmo valor simbólico em diferentes culturas, além de poderem também ser manipuláveis de acordo com os interesses de grupos sociais específicos. Esse tema dialoga diretamente com as pesquisas do teórico Lefevre (2007) sobre a manipulação (inevitável) que sofrem os textos traduzidos, como vimos na seção anterior.

Geralmente em uma obra traduzida, os paratextos apresentam, além daqueles elementos mencionados acima - capa, orelha, prefácio etc. -, a própria tradução, e, dependendo do tradutor, traz também informações sobre o profissional. Dessa forma, é inegável que a paratradução tenha seu espaço no mercado editorial tanto no formato

clássico, em papel, como nas novas mídias, pois garante, de certa forma, que o texto exista, seja recebido e tenha circulação, podendo variar na cultura de chegada justamente pelo trabalho de tradução feito com ele. Yuste Frías (2011, p. 260) afirma assim sua concepção de paratradução: “se, como dizia Gérard Genette (...), não pode existir texto sem paratexto, tampouco pode existir tradução sem sua correspondente paratradução”^[3].

Para o teórico, tão importante quanto a tradução do texto propriamente dito é a tradução de todo o material visual presente na obra, por exemplo, o desenho das letras (a *ortotipografia* [Yuste Frías [2011]]) e o tamanho da mancha textual no papel. Antes de imprimir o texto na língua para qual foi traduzido, muito se discute se a fonte será mantida ou não, pois em qualquer uma das decisões, imagens e efeitos serão produzidos na cultura de chegada. Isso vale para os materiais digitais também.

O que deve ser entendido aqui é que os paratextos são parte integrante do texto, portanto devem ser percebidos como tal e não tidos como algo menor (Toledano Buendía, 2013). Esses paratextos trazem aportes culturais importantes que podem revelar ideologias que fundamentem a prática de tradução de acordo com o momento histórico e social, e, assim, tornam-se potenciais elementos para observar a recepção da obra em outro contexto cultural. Interessa-nos, pois, refletir sobre a relação de tais elementos com a tradução e o papel do tradutor.

Ultimamente a noção da invisibilidade do tradutor tem sido fortemente questionada (Arrojo [1992], Venutti [1995]) e há vários lugares em que os tradutores podem aparecer, desde uma maneira menos declarada, como é o caso da escolha vocabular: casos mais explícitos, como as notas de rodapé, e até em situações mais problemáticas como são os casos de erros de tradução (que ganham visibilidade principalmente nas mídias de massas). O que está em jogo nesse caso é a ideia de que o tradutor trabalha apenas com o texto propriamente dito, seja um romance, seja uma biografia, seja um livro de autoajuda. Pouco se diz sobre o que esse profissional pode ou não fazer em relação aos paratextos.

Um lugar privilegiado para o tradutor poder expressar-se com relativamente mais liberdade são as notas de rodapé. Vale ressaltar que tais notas ganham o *status* de paratextos apenas na tradução, uma vez que texto original não trazia essa informação nova. A nota é a manifestação da voz do tradutor interferindo na leitura do texto, pois, ao criar a imagem de um leitor-ideal (Eco, 1994), o tradutor projeta nele suas próprias

concepções e associações pessoais, seja em termos de desconhecimento cultural, de vocabulário ou alguma outra nota que julgue fundamental para a compreensão global do texto e que, sem sua intervenção, o leitor não seria capaz de preencher sozinho.

Carmen Toledano Buendía (2013, p. 157), pesquisadora espanhola, aponta duas funções para as notas: (a) suplementar e (b) comentar. A primeira delas traz uma carga explicativa e informativa acerca de aspectos linguísticos, vocabulário, gramática, expressões idiomáticas, tem um tom mais erudito, visto que o tradutor julga que o leitor desconhece os fatos, e estaria então direcionando certa leitura a partir de uma pré-suposição a respeito desse leitor. A segunda função, comentário, tem um caráter mais discursivo e performativo, cuja intenção é evitar “más” interpretações, ou seja, há um reforço normativo da nota. As notas de suplemento seriam, de acordo com a pesquisadora, mais objetivas, pois estariam no nível da linguagem, enquanto as notas de comentário estariam em um nível sociocultural. Ainda segundo a mesma autora, as notas de comentários (ou discursivas) têm uma forte característica ilocucionária, ou seja, ao pressupor o leitor que desconhece determinados fatos da cultura fonte, o tradutor está criando-o na medida em que escreve a nota, ou seja, a força ilocucionária da linguagem que, segundo Austin (1962), afirma que dizer é fazer algo no mundo, então, nessa perspectiva, a tradução é um acontecimento.

Embora a proposta de Buendía seja didática, parece-nos necessário levar em conta que essa divisão não só remete a uma “língua pura”, mas também, na medida em que a nota suplementar comenta os matizes de dada expressão idiomática, por exemplo, as conotações que ela adquire na língua do texto original, está guiando a leitura também, da mesma forma que as notas de comentário. Por esse motivo, seria muito difícil separar as duas funções, como propõe a autora. Destacamos, então, que o que está na base dessa distinção é uma concepção de que língua e sociedade são duas entidades separadas.

Ao tomar o tradutor como um profissional inserido em um contexto sócio-histórico-cultural, a tradução passa a ser vista não apenas como uma tarefa mecânica de “troca” ou “substituição” de palavras, mas como uma operação que não pode se desvincular de ideologias (de mercado, de religião, de concepção de linguagem). O tradutor assume um duplo papel. Em relação ao texto original, ele é um receptor/leitor. Porém, no mesmo

instante, ele é também produtor/emissor/escritor, em relação ao texto de chegada. Nesse limiar, ele acaba juntando inevitavelmente sua voz à voz que já estava no texto anterior.

Justamente por haver diferentes culturas e diferentes ideologias com o passar do tempo, os textos ditos originais se prestam às retraduições. Mesmo se em uma determinada situação, dois tradutores, falantes da mesma língua, contemporâneos forem traduzir o *mesmo* texto, o resultado final será outro, pois os signos linguísticos não são transcendentais. Se assim o fossem, não haveria necessidade de a tradução existir (Ricoeur, 2011) e não é o que vemos na nossa realidade.

2. Os paratextos de *Don Casmurro*

No mercado editorial, geralmente o tradutor não é o responsável pela tradução da capa (função do *capista*), pela escolha da tipografia, pela inserção ou não de outros elementos que ajudem a promover o livro e, às vezes, dependendo do projeto de tradução, o tradutor não pode nem mesmo fazer notas de rodapé. Essas tarefas ficam sob as ordens do editor, que toma decisões a partir de outras posturas (ideológicas, políticas e sociais) que determinam um grau maior ou menor de manipulação da obra, consciente ou inconscientemente.

Considerando-se os pontos apresentados, passemos agora à análise do corpus mencionado no início deste texto. Analisaremos três lugares marcados dos paratextos: (a) a capa, (b) a apresentação da obra e (c) as notas de rodapé.

Começamos pelo *Don Casmurro* traduzido e editado por Pablo del Barco, em 1991, por Cátedra Madrid. A capa dessa edição traz o nome de Machado de Assis no alto, com letras maiúsculas; logo abaixo, o título *Don Casmurro*, em negrito, com fonte um pouco maior que a anterior, porém só as letras iniciais estão em maiúscula. Na terceira linha, lemos “Edición de Pablo del Barco”. Notamos que houve uma escolha por colocar a função de editor (e não tradutor) na capa, mesmo que as duas funções tenham sido exercidas pela mesma pessoa. A seguir temos uma imagem desenhada de Machado de Assis adulto, em pé, olhando para a sua esquerda, vestindo terno e gravata, óculos, segurando uma bengala; e ao fundo, há uma espécie de jardim ou quintal com a gravação “Bento” e “Capitolina” e um desenho de coração entre os dois nomes. Ao pé da capa, o nome da editora.

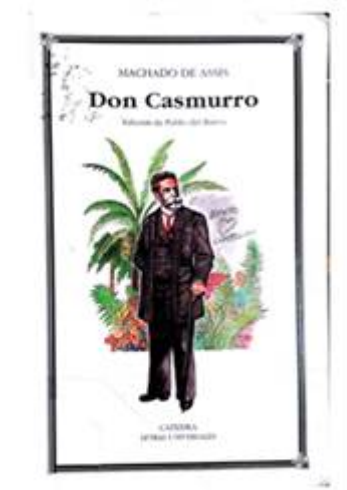


Figura 1 Don Casmurro, trad. de Pablo del Barco, 1991.

Já a capa de *Don Casmurro* de Nicolás Extremera Tapía, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão, em 2008, ano do centenário de morte de Machado de Assis, traz uma fotografia do busto do autor no topo da página; no meio da página, o nome “Machado de Assis” em letras grandes e, logo abaixo, “Don Casmurro”, com uma fonte um pouco menor. A fonte utilizada passa uma ideia de “caligrafia trabalhada”. As informações sobre edição e tradução aparecem somente na folha de rosto.



Figura 2 Don Casmurro, trad. de Nicolás E. Tapía, 2008.

Sem dúvida, a primeira capa (figura 1) traz muito mais informações do que a segunda. Podemos levantar algumas hipóteses para isso. Talvez a edição de Pablo del Barco esteja querendo chamar a atenção do leitor, pois na capa já há uma tradução intersemiótica, como propôs Jakobson (2007)^[4], de uma passagem muito importante no

romance, o capítulo XIV “A inscrição”, em que Capitu escreve os nomes “Bento” e “Capitolina” no muro de sua casa e tenta apagar para que Bento não a veja. Dizemos que é uma tradução intersemiótica porque no romance não há nenhuma figura, não há nem mesmo a menção de um desenho de coração dessa cena, logo, o que está na capa é fruto do trabalho interpretativo do capista. Tal cena é importante, pois aqui Bento descobre que a vizinha também sente algo por ele, é o gesto que simboliza a reciprocidade do amor dos dois adolescentes. Por alguma razão, o editor decidiu transportar essa cena, dentre inúmeras outras, para a capa.

Na segunda capa (figura 2), por sua vez, temos menos informações acerca do romance, mas a tipografia escolhida para escrever “Machado de Assis” e “Don Casmurro” passa a ideia de uma caligrafia artística, talvez fazendo alusão à escrita a pena e a tinta, modo como provavelmente Machado de Assis teria escrito toda a sua obra.

Com relação à apresentação do romance, Pablo del Barco faz uma introdução na qual apresenta Machado de Assis e sua origem de mulato pobre no Rio de Janeiro escravista no final do século XIX; conta como se deu o ingresso do escritor no mundo das letras, seu embranquecimento cultural, seu relacionamento com D. Carolina; faz uma passagem sobre vários personagens importantes de Machado, não só os de *Dom Casmurro*, mas abrangendo os contos e outros romances; traz o descontentamento de Machado de Assis com o Realismo e o Naturalismo determinantes; e encerra com uma grande apresentação da obra *Dom Casmurro*, as relações sociais e os entrelaçamentos dos personagens e, principalmente, a questão do possível adultério e o papel da mulher, tanto nesse romance como na sociedade brasileira da época. Ganha destaque também o levantamento feito pelo tradutor das edições brasileiras de *Dom Casmurro* utilizadas para consulta na tradução para o espanhol^[5]. No total, são 83 páginas de apresentação da obra, com vinte subtópicos. O romance começa, de fato, na página 85 e vai até a página 319.

Na edição comemorativa do centenário de morte de Machado de Assis, de 2008, há apenas quatro páginas de apresentação da obra^[6]. Nessa apresentação, são expostos os objetivos da edição, que são, além de comemorar o centenário de morte do autor, promover a integração regional latino-americana, uma vez que a edição foi financiada pelo Ministério das Relações Exteriores tentando ampliar o diálogo entre os países

pertencentes ao Mercosul, a fim de haver uma maior difusão da cultura como um bem social entre esses países.

Notamos que a introdução da primeira tradução está mais focada na apresentação do escritor Machado de Assis e em sua contribuição para a literatura brasileira e universal, ou seja, o que ganha destaque é a qualidade artístico-literária do escritor. Já na segunda tradução, o enfoque recai sobre o aspecto político da tradução, ou seja, a união de países que, embora vizinhos, têm línguas diferentes, tornando a tradução imprescindível e a união através da literatura - não de qualquer literatura, mas da literatura traduzida.

Com relação às notas de rodapé, na tradução de Pablo del Barco há, no total, cinquenta notas, e elas se dividem, segundo a nomenclatura de Toledano Buendía (2013) entre suplementar e comentários. Por exemplo, temos a nota de número 3 que traz a seguinte informação: “rua de ‘Matacavalos’, nomeada mais tarde rua do Riachuelo”^[7], informando ao leitor que hoje em dia, se um turista visitar a cidade, não encontrará em nenhum mapa a rua Matacavalos, mas sim a Riachuelo; ou como é o caso da nota de número 50, que descreve a “pitangueira: arbusto nas proximidades do mar e árvore da montanha, de folhas finas e cheiro característico; o fruto – a pitanga – é agridoce e saboroso”^[8]. Tais notas são representativas de que a explicação linguística implica necessariamente um comentário sobre aspectos culturais. E vale destacar que esta última nota expressa certamente a opinião do tradutor, pois o fruto da pitangueira lhe parece “saboroso”, uma percepção pessoal, de forma que possíveis leitores que venham a provar a fruta poderão discordar.

Destaco a nota de número 16, “equivale a mil mil-réis, moeda do Brasil em vigor até 1942, quando foi substituída pelo cruzeiro”^[9], para explicar um bilhete de loteria com que Pádua ganhara “dez contos de réis”. Aqui o tradutor está informando ao leitor sobre mudanças no sistema econômico brasileiro; mudanças que julga importantes. No entanto, se pensarmos que um leitor brasileiro de hoje também não saberia precisar o valor nem de réis, nem de cruzeiros, a informação se reduz apenas ao registro de que “réis” deu lugar a “cruzeiro”. Essa nota, além de não solucionar o estranhamento do texto, não contribui necessariamente para a dramaticidade da cena. No próprio capítulo XVI “El administrador interino”, o narrador deixa claro que Pádua tinha um salário modesto e recebera uma quantidade razoável de dinheiro com um bilhete de loteria premiado, fato que lhe havia permitido comprar a casa (modesta também) em que moravam. Nesse

momento, saber exatamente o valor da moeda não é crucial para o desenvolvimento do enredo.

Outra nota interessante é a de número 23, que aparece no capítulo XXXIII “El peinado”. Na cena, o narrador descreve a lembrança de quando tinha 15 anos de idade e, ao terminar de fazer as tranças em Capitu, dá seu primeiro beijo. A ação é contada de modo a pensar que Bentinho ficou completamente atrapalhado e sem fala. Há aqui um diálogo com o leitor para que este não ria do adolescente e encerra o capítulo mencionando o exemplo de “Des Grieux”. Nesse momento, o tradutor traz a nota: “personagem de *Manon Lescaut*, destinado a pertencer à Ordem de Malta, que sofreu os efeitos da paixão após abandonar a escola de Amiens e conhecer o personagem de Abate Prevost”[10].

No texto de Machado de Assis, o narrador lança o nome desse personagem para mostrar que Bentinho não era o único rapaz que ainda não havia se apaixonado na adolescência. No entanto, a nota de Pablo del Barco traz informações sobre o enredo dessa ópera, que, por coincidência (ou não, já que estamos tratando de Bento Santiago, já então casmurro e habilidoso com as palavras), é uma história de amor envolvendo uma das personagens cujo destino está prometido à vida religiosa e que “sofreu os estragos da paixão”. Temos aqui uma pista para o ponto em que Bento Santiago está querendo chegar, afinal ele só escreve o livro na velhice, depois de ter abandonado a vida de seminarista e destruído seu casamento e suas relações com o filho. Contudo, vale destacar que essa manobra do narrador está implícita no romance em português, ou seja, o leitor-ideal (Eco, 1994) deveria conhecer a obra para poder fazer a intertextualidade e não é o que acontece no texto em espanhol, pois o tradutor explicita em linhas gerais o enredo daquilo que estava implícito no original.

Na tradução de Nicolás Extremera Tapía temos apenas duas notas de rodapé. A primeira delas, na realidade, não pertence ao texto propriamente dito, mas sim ao texto de apresentação, dando referência a um livro de Alfredo Bosi, “Machado de Assis: O enigma do olhar”, 4º Ed., Martins Fontes, São Paulo, 2007”. A segunda nota é apresentada no primeiro capítulo “Sobre el título”, e aqui o tradutor explica os significados de “casmurro” e justifica que embora a tradução para o espanhol seja “cazurro”, haja certa semelhança fonética e ambas as palavras sejam etimologicamente aparentadas, optou-se por manter “casmurro”, uma vez que no próprio texto, Machado de Assis, através de Bento, teria feito

um uso de “casmurro” não no sentido do dicionário, o de um adjetivo, mas como um nome próprio, portanto, não deveria ser traduzido. Afirma o tradutor que “cazurro” somente irá aparecer quando “casmurro” tiver a função de adjetivo. E, de fato, há apenas uma ocorrência de “cazurro” no texto, no capítulo LVI “Un seminarista”, quando o narrador diz que ainda “não era casmurro, nem dom casmurro”. Como na segunda ocorrência temos o uso de “casmurro” como nome, o tradutor manteve “casmurro”, porém, no primeiro caso, em que aparece com função adjetiva, o tradutor optou por “cazurro”^[11].

Outro destaque é a explicação com relação ao uso de “dom”. Nas palavras do narrador, “dom é para dar ares de fidalgo”, ou seja, em português, a forma de tratamento “dom” se restringe a membros da nobreza e do clero, dando assim, certo tom elegante a “Casmurro”, completando a ironia do título do romance, enquanto em espanhol “don” é usado antes do nome de qualquer pessoa, independente da classe social. Destaca ainda o tradutor na nota, que em alguns países hispano-falantes, “don” pode ser usado pejorativamente. Enquanto em português pensamos em “Dom Pedro I” ou “Dom João VI”, em espanhol, podemos pensar em “Don Nadie”, ou seja, um “Zé Ninguém”. Ressalto aqui que essa nota de rodapé possui cinco parágrafos e ocupa o final de uma página e a quase totalidade da página seguinte, deixando espaço para apenas três linhas de texto propriamente dito.

Os comentários com a comparação entre os paratextos das duas traduções de *Dom Casmurro* para o espanhol não pretendem esgotar as possibilidades de análise. Podemos frisar que cada tradução segue um projeto tradutório particular, e que cada projeto determina o modo como o produto final aparece para o público consumidor.

Por um lado, a primeira tradução, de Pablo del Barco, traz uma apresentação detalhada do escritor brasileiro, com muitas informações da crítica literária e de aspectos sociais e históricos do Brasil do final do século XIX. Dessa forma, todo o esforço do tradutor para deixar o texto claro para o leitor se reflete no detalhamento e nas pesquisas das notas de rodapé. Do outro lado, a tradução de Nicolás Extremera Tapía está mais interessada nos aspectos políticos da tradução de Machado de Assis como elo cultural entre os países pertencentes ao Mercosul, portanto, nesse caso, as notas não foram tidas como tão necessárias ao desenrolar do enredo. Merece ser destacado que ambos os projetos de tradução são internamente coerentes.

3. Considerações finais

O objetivo dessa pesquisa foi apresentar, em linhas gerais, o pensamento de três autoridades na área de tradução. Vimos o conceito de reescrita e patronagem com André Lefevere e a invisibilidade do tradutor com Lawrence Venuti. Embora os dois autores tenham suas particularidades, ambos são referências muito importantes para os estudos de tradução contemporâneos. Esses dois últimos autores ora se aproximam ora se distanciam da visão de Schleiermacher.

Neste trabalho, apresentamos e discutimos também algumas noções importantes acerca dos paratextos e sua relação com a tradução literária. Dentre os paratextos, destacam-se principalmente a capa, a apresentação da obra e as notas de rodapé, sendo esse último um lugar em que os tradutores encontram um pouco mais de liberdade para fazer que suas vozes apareçam mais fortemente.

O aumento de pesquisas sobre os paratextos está intimamente ligado à questão da invisibilidade do tradutor, que deixou de ser visto somente como aquele que faz trocas mecânicas de uma língua para outra da maneira mais neutra possível, e passou a ser visto como um mediador cultural, responsável por colocar em contato dois, ou mais, povos cujas línguas, em princípio, seriam obstáculos para o intercâmbio de conhecimentos.

Dessa forma, observamos que qualquer interferência no texto não pode ser vista como neutra, mesmo no caso de não haver interferências explícitas, pois acreditar que não há interferência já é a expressão de uma ideologia inerente ao processo tradutório. As notas de rodapé são marcas de reescrita que alteram o texto original e criam condições de interpretação na cultura de chegada. Isso porque qualquer forma de tradução é uma leitura, e essa leitura sempre será marcada pelo tempo, pela história e pela perspectiva do tradutor, que é também, antes de tudo, leitor.

Se toda obra literária apresenta valores simbólicos e permite a criação de certo imaginário no leitor e se os paratextos servem para apresentar tal obra, de alguma forma é inegável que certos valores sociais e ideológicos também apareçam nos paratextos.

Vale ressaltar que a comparação de obras traduzidas, tanto entre si como com o original, permite observar as diferentes perspectivas do tradutor diante do texto e que tais diferenças não constituem necessariamente erros, mas escolhas mais ou menos

conscientes que revelam possibilidades de interpretação dado o posicionamento que o tradutor possa assumir. Por isso, sempre haverá ganhos e perdas nas traduções.

Assumimos neste trabalho também a tradução como processo de transformação. Por esse motivo, as duas traduções aqui analisadas não pretenderam ser cópias do livro original escritas em espanhol; são outros textos que apresentam uma leitura particular que destaca certos aspectos da obra silenciando tantos outros. Isso porque estamos inseridos em um contexto que não considera o significado como algo transcendental ou essencialista, ou seja, o significado não está “na coisa em si”, ele é também um produto cultural construído social e historicamente.

Tratar da questão da invisibilidade do tradutor produz efeitos não apenas na materialidade do texto, mas também na consolidação da tradução como área do conhecimento reverberando em melhorias nas condições de trabalho do profissional e até mesmo em questões salariais e regulamentações trabalhistas no âmbito legal.

Referências bibliográficas

ARROJO, Rosemary. Tradução. In. JOBIM, José Luis (Org.) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1992.

ASSIS, Machado de. *Don Casmurro*. Tradução de Nicolás Extremada Tapía. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/912-Dom_Casmurro.pdf>, acesso em: 10 jul. 2014.

_____. *Don Casmurro*. Tradução de Pablo del Barco. Madrid: Cátedra, 1991.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon. 1962.

BENJAMIN, Walter. (1923). A tarefa-renúncia do tradutor. Tradução de Susana Kampff Lages. In: CASTELLO BRANCO, L. (Org.) *A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português*. Belo Horizonte, MG: FALE-UFMG, 2008, p. 66-81.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

LEFEVERE, André. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Tradução de Claudia Matos Seligmann. Bauru, SP: Edusc, 2007.

_____. *Translating literature: practice and theory in a comparative literature context*. New York: The Modern Language Association of America, 1992.

RICOEUR, Paul. *Sobre a tradução*. Tradução e prefácio de Patrícia Lavelle. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. E. D. (1838) Sobre os diferentes métodos de traduzir. Tradução de Celso Braida. *Princípios*, v. 4, n. 21, p. 233-265, 2007.

TOLEDANO BUENDÍA, Carmen. Listening to the voice of the translator: a description of translator's notes as paratextual elements. *Translation & Interpreting*, v. 5, n. 2, p. 149-162, 2013.

VENUTI, Lawrence. *The Translator's Invisibility: A history of translation*. New York, Routledge, 1995.

_____. A tradução e a formação de identidades culturais. Tradução de Lenita Maria Rimoli Esteves. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras / São Paulo: FAPESP, 1998.

YUSTE FRÍAS, José. Leer e interpretar la imagen para traducir. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, n (50.2), p. 257-280, 2011.

[1] CF. Saussure (2006, p. 81), "O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer simplesmente: o *signo linguístico é arbitrário*. Assim a ideia de 'mar' não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante (...)". Mais adiante, o linguísta justifica o uso do termo "arbitrário", sujeito a má compreensão: "a palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala ([...] não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo

linguístico); queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (Saussure, 2010, p. 83, grifos no original).

[2\]](#) “(...) translations are texts that refer to and claim to represent other texts”.

[3\]](#) “Si, como decía Gérard Genette (...), no puede existir texto sin paratexto, tampoco puede existir traducción sin su correspondiente paratraducción”.

[4\]](#) Roman Jakobson (2007, p. 65) propõe três tipos de tradução: (a) intralingual, que consiste na “interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua”, por exemplo, dicionários monolíngues; (b) interlingual, ou propriamente dita, que consiste no trabalho com, no mínimo, duas línguas diferentes e (c) intersemiótica, ou seja, “na interpretação dos signos verbais por meio de signos não verbais”, isto é, na transformação de um romance em filme, de uma pintura em poesia, por exemplo.

[5\]](#) Foram consultadas, para essa tradução, dezoito edições brasileiras entre coleções, obras completas e primeiras edições, além de quatro outras edições em espanhol.

[6\]](#) Chamo a atenção para o fato de essa edição ter 872 páginas.

[7\]](#) “Calle de ‘Matacavalos’, nombrada más tarde calle del Riachuelo”.

[8\]](#) “pitangueira: arbusto en las proximidades del mar y árbol en la montaña, de hojas delgadas y característico olor; el fruto – la pitanga – es agridulce y sabroso”.

[9\]](#) “Equivale a mil mil-réis, moneda de Brasil en vigor hasta 1942, en que fue sustituida por el cruzeiro”.

[10\]](#) “Personaje de *Manon Lescaut*, destinado a pertenecer a la Orden de Malta, que sufrió los estragos de la pasión tras abandonar la escuela de Amiens y conocer al personaje del Abate Prevost”.

[11\]](#) “Yo no era todavía cazurro ni Don Casmurro” (p. 368)

LARISSA FOSTINONE LOCOSELLI

MURGA, MARACATU E ROCK: ALTERIDADES E FRONTEIRAS DISCURSIVAS EM PROCESSOS DE HIBRIDAÇÃO NA MÚSICA POPULAR LATINO-AMERICANA DOS ANOS 1990-2000

Na atual pesquisa que desenvolvemos, nossa proposta é a de realizar um estudo enunciativo-discursivo de perspectiva comparada que busca entender como, no interior de diversos campos da música popular latino-americana dos anos 1990 em diante, se constituem discursivamente “processos de hibridação” a partir dos quais elementos vinculados a uma “tradição musical local” – isso é, inscrita a sentidos já estabilizados enquanto “autóctones” num campo cultural nacional e/ou regional – se reúnem a práticas que, de origem anglo-saxã, passaram a constituir, dos anos 1950 em diante, culturas musicais de diversas regiões do mundo – concretamente, nos referimos ao rock, à *soul music* e à cultura do hip hop.

Ressaltamos que ao tomar de García Canclini o conceito de processos de hibridação – “procesos socioculturales en los que estructuras o prácticas discretas, que existían en forma separada, se combinan para generar nuevas estructuras, objetos y prácticas” (2003, s/p) – nos interessa a noção de que as estruturas ou práticas que passam a combinar-se a partir de tais processos não são puras, ou fechadas em si mesmas, antes disso.

Do mesmo modo, é relevante a concepção da hibridação enquanto *processo*:

Si hablamos de la hibridación como *un proceso al que se puede acceder y que se puede abandonar, del cual se puede ser excluido o al que pueden subordinarnos*, es posible entender mejor cómo los sujetos se comportan respecto de lo que las relaciones interculturales les permiten armonizar y de lo que les resulta inconciliable. Así se puede trabajar los procesos de hibridación en relación con la *desigualdad entre las culturas*, con las posibilidades de apropiarse de varias a la vez en clases y grupos diferentes, y por tanto respecto de las *asimetrías del poder y el prestigio*. (Idem, s/p – grifos nossos)

Buscamos, portanto, não encarar a hibridação como um produto acabado, mas sim enquanto processos desiguais, assimétricos e instáveis, que se mantêm em curso ao longo do tempo, reconfigurando-se inclusive para além das novas práticas ou estruturas às quais dão lugar. Este nos parece um entendimento especialmente relevante ao lidarmos com o que entre aspas podemos referir como “tradição musical local”.

Ochoa, ao lidar com o termo “músicas locais”, esclarece que o emprega para nombrar músicas que en algún momento histórico estuvieron claramente asociadas a un territorio y a un grupo cultural o grupos culturales específicos –aun cuando la territorialización no haya sido necesariamente contenida en sus fronteras, y en las cuales esa territorialización original sigue jugando un papel en la definición genérica–. (2003: 11)

Vemos que também na busca por definir relações entre música e territorialidade a estabilização, assim como acontece quando pensamos no fenômeno da hibridação, está fora do horizonte. O processo de territorialização das práticas musicais, do mesmo modo que a de qualquer prática cultural, sempre pode ser *desdibujado*. De modo que, ao descrever os processos de hibridação de nosso interesse, entenderemos que a “tradição musical local” se estabiliza também a partir de projeções imaginárias.

Além disso, é importante ressaltar que, na esteira de trabalhos como o de Díaz (2005), entendemos que não estamos lidando com categorias cuja definição se esgota no conceito de *gêneros* musicais, mas que, partindo de uma apropriação do conceito de campo na obra de Pierre Bourdieu, podem ser entendidas enquanto “subcampos” da produção e circulação de bens culturais. Como lembra Fanjul, isso supõe que se considere como característica do funcionamento desses subcampos “la disputa de legitimidad por el decir” (2013: 362-63).

Considerando tal quadro, neste trabalho nos centraremos numa questão enunciativa específica que, ao nosso parecer, se configura como de especial interesse para o problema de pesquisa posto: a questão das heterogeneidades enunciativas.

Ao descrever os processos de constituição do discurso, Authier-Revuz propõe que tais processos não se dão apenas pelos movimentos de inclusão e filiação que no discurso se desenvolvem explícita ou implicitamente, mas também pelas exclusões e alteridades que nele se estabelecem. Para a autora, haveria, então, nos

processos discursivos uma heterogeneidade de duas ordens: uma “radical”, o “*Outro* do discurso”; e outra que descreve como a “*representação*, no discurso, das diferenciações, disjunções, fronteiras [...] pelas quais o *um* – sujeito, discurso – *se delimita na pluralidade dos outros* [...]” (1990: 32).

Maingueneau retoma essa proposição, delineando-a mais explicitamente vinculada ao conceito de formações discursivas ao apontar a existência de uma relação radical entre o seu “interior” e “exterior”. Diz o autor:

As formações discursivas não possuem duas dimensões – por um lado, sua relação com elas mesmas, por outro, sua relação com o exterior – mas *é preciso pensar, desde o início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior.* (1997: 75)

Essa relação radical, na retomada que Maingueneau faz de Authier-Revuz, se deixa transparecer por aquilo que “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação”, ou seja, a heterogeneidade mostrada na superfície do discurso; ou, por outra parte, por aquilo que não se marca “em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva.” (Idem: 75), a ordem da heterogeneidade constitutiva do discurso.

Nesse sentido, e considerados os aspectos que descrevemos previamente, parecemos relevante, diante de nosso objeto de pesquisa, a pergunta: no interior de processos de hibridação, qual o *Outro* e quais as formas de explicitar uma alteridade em relação a si próprio? É a esta pergunta que buscaremos apontar no decorrer da análise comparativa de duas canções (ver Anexo), que proporemos em seguida.

A cidade

A canção “A cidade” foi gravada pela agrupação Chico Science e Nação Zumbi em 1994 no primeiro trabalho discográfico da banda, intitulado *Da lama ao caos*. Esta agrupação se formou em Recife na segunda metade dos anos 1990, com a reunião de músicos locais, alguns deles vindos de outras bandas, em torno do propósito de fazer um

“som novo”, ao conjugar a musicalidade da *soul music* norte-americana com instrumentos do maracatu pernambucano.

Como se assenta enquanto musicalidade característica da banda, a canção “A cidade” mantém uma sonoridade identificada com a do rock, uma vez que a guitarra elétrica tem destaque, ao mesmo tempo em que, no lugar da individual bateria, os sons percussivos são fortemente pautados por instrumentos próprios do chamado “maracatu de baque virado”: alfaias e caixas. Não se identificam desestabilizações ou grandes variações no padrão musical que se instaura desde o início da canção.

No que diz respeito à cenografia que emerge da materialidade textual, identificamos a voz de uma espécie de narrador onisciente, que descreve o espaço urbano como um lugar de disputa, o que se materializa fortemente nos versos do refrão: “A cidade não para, a cidade só cresce / O de cima sobe e o debaixo desce”.

Contudo, aquilo que se delinea ao longo da letra enquanto disputa de *personagens*, representados por essa voz onisciente, se reconfigura na estrofe: “Eu vou fazer uma embolada, um samba, uma maracatu / Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu / Pra gente sair da lama e enfrentar os urubu”. Irrompe aqui a voz de um *eu* que se atribui um determinado fazer musical – fazer este que podemos relacionar a elementos entendidos como próprios da “tradição musical local”, a embolada, o samba e o maracatu, ainda que a territorialidade em jogo, em cada caso, não tenha exatamente os mesmos contornos. Além disso, o “eu” outorga à prática musical que diz realizar determinados sentidos. Em primeiro lugar, se qualifica esse fazer musical como “bem envenenado”, o que pode ser lido enquanto um comentário meta musical, uma vez que remete aos próprios processos de hibridação em jogo na canção, se pensamos no sentido de “envenenado” enquanto adaptação ou modificação mecânica⁹. Por outro lado, se caracteriza “a embolada, o samba, o maracatu” que serão feitos como “bom pra mim e bom pra tu”, agregando-se uma especificação que se pode ler na chave da finalidade: “pra gente sair da lama e enfrentar os urubu”.

9 Conforme lemos na 7ª acepção de “envenenado” no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: “*autom B* infm. adaptado, modificado mecanicamente para obter melhor desempenho, ser mais veloz (diz-se de motor, carro, motocicleta etc.)”

Especialmente neste último verso, parece-nos que a cenografia da canção é marcada por um interessante giro nas instâncias enunciativas. O surgimento de uma primeira pessoa plural – após a emergência do “eu” e o do “tu” – desestabiliza aquela voz narrativa onisciente e, de certa forma, reconfigura tanto o lugar “o de baixo”, transformando-o em “a gente”, como “o de cima”, que agora se materializa na imagem dos “urubu”. Quando pensamos numa série mais ampla de canções de Chico Science e Nação Zumbi, notamos que é recorrente a imagem da contraposição entre o urubu e o caranguejo, o qual na letra de “A cidade” é apenas aludido, na imagem da “lama”, mas materializa-se em desenhos animados no videoclipe da canção. Ao longo dessa série de composições musicais, se mantêm os mesmos lugares de identificação: o caranguejo no lugar de um “nós”/ “a gente” oprimido, subalterno; o “urubu”, no de um “eles” opressor, dominante.

Negra Murguera

A canção “Negra murguera”, de autoria de Pepe Céspedes e Juan Subirá, foi gravada pela agrupación Bersuit Vergarabat em seu quinto álbum, *Hijos del culo*, no ano de 2000. Este grupo se formou no final dos anos 1980, atuando então na cena underground do rock em Buenos Aires. Desde o início de sua produção, se faz notar a tendência à experimentação com os limites da sonoridade caracteristicamente roqueira, mas é a partir do quarto álbum da banda, *Libertinaje* (1998), que se intensificam os processos de hibridação a partir de diversos gêneros considerados “populares”, tais como a *cumbia*, o *quarteto* e a *murga*.

Em “Negra murguera” a musicalidade é instável, a canção é caracterizada pelo trânsito entre movimentos que poderíamos definir como mais melódicos, nos quais o violão e o piano se executam lentamente; e movimentos de maior explosão sonora, nos quais até mais do que a percussão, são as vozes, por surgirem em coro e em grande altura, que elevam a pulsação da música. Ao final, a canção apresenta realmente a musicalidade própria da *murga*, pela orquestração e coro de vozes, o qual se fez inclusive com a participação do grupo de *murga* uruguaia Falta y Resto. A configuração musical de “Negra murguera” parece assim ajudar na construção de uma narrativa ao longo da canção.

Muito dessa narrativa se plasma na textualidade de “Negra murguera”. Emoldurado por uma introdução e uma conclusão que narra a experiência de bebedeira do personagem, se configura nessa textualidade o diálogo entre um “eu” e a *murga* ao longo do qual esta vai recebendo os contornos de um determinado espaço. Trata-se de uma série de elementos que remetem não apenas ao espaço público, mas efetivamente ao subúrbio, que chega inclusive a ser nomeado como o lugar ao qual o “eu” pede para ser levado pela *murga*. Além disso, o espaço contornado também pode ser entendido como o de um “evento”: o carnaval. Diversos rituais próprios da *murga* se nomeiam: o ato de “tocar”, o tambor, a “comparsa”, a dança. É interessante notar como a performance é decisiva no processo de construção dessa identificação, devido à forma como a coletividade de vozes entoia certos momentos da letra da canção e, como dissemos, principalmente o seu encerramento.

Maracatu e *murga*: identidade ou alteridade?

Se em termos musicais e, numa primeira vista, também no que diz respeito à materialidade textual, as canções que descrevemos poderiam parecer não apresentar grandes semelhanças, o olhar mais detido às cenografias que nelas se constroem nos mostra que há entre ambas um aspecto em comum naquilo que podemos tentar definir como a delimitação da identidade no curso do processo discursivo.

Ainda que a partir de aspectos enunciativos muito diversos – distinção à qual voltaremos nossa atenção em seguida –, tanto em “A cidade”, como em “Negra murguera”, o processo de delimitação do *um*, isso é, de contorno de uma identidade, e o imbricado estabelecimento da alteridade, se vincula fortemente a um determinado lugar na disputa social. As vozes em primeira pessoa se identificam, de distintas formas, com o *subalterno*, o *dominado*, o *excluído*.

Na canção de Chico Science, essa identificação se dá por meio da própria assunção de tal lugar, com a transição que “o debaixo” realiza da posição de personagem à instância de uma primeira pessoa: um “a gente” que se instaura como um contínuo da conjunção “eu” e “tu” (“Tudo bem envenadado / Bom pra mim e bom pra tu / Pra gente sair da lama e enfrentar os urubu”). Já em “Negra murguera”, acompanhamos um canto de admiração e enlevamento, entoado pelo “eu” com destino a um “vos” que na

materialidade textual se vai constituindo enquanto uma espécie de reduto do popular, conforme podem exemplificar versos como “Sos la murga que nace en la entraña del malón” ou a definição “Agua de zanja, piel de vereda”.

É interessante notar que essa identificação, das instâncias de primeira pessoa com a posição do *subalterno*, é fortemente determinada pela questão musical nas duas canções. Se em “A cidade”, o fazer “uma embolada, um samba, um maracatu” é representado como a via pela qual se vai “sair da lama e enfrentar os urubu”; em “Negra murguera”, o próprio fazer musical – na realidade, a *murga* enquanto evento coletivo – é descrito como o espaço do subalterno.

Parece inevitável reconhecer nessas vinculações ressonâncias do processo histórico de formação das culturas musicais em jogo: o maracatu e sua origem nas coroações dos reis do congo; a *murga porteña* nascida como cortejos de carnaval nos bairros populares. O paralelo se aprofunda ao considerarmos que não apenas essas origens, em ambos os casos, são afro-americanas, como sua identidade negra foi decisiva para a atribuição de um determinado lugar histórico-social a essas culturas musicais, segundo nos lembram trabalhos como os de Carvalho (2007) e Rossano (2009).

No entanto, como já apontamos acima, em termos enunciativos há uma notável distinção no processo de delimitação da identificação com o subalterno em cada uma das canções. De certo modo, é possível entender essa diferença como a oposição entre a preservação de uma diferenciação nas instâncias enunciativas, no caso de “Negra murguera”, e a (con) fusão dessas instâncias em “A cidade”. Buscando ilustrar essa oposição, poderíamos propor as seguintes figuras:

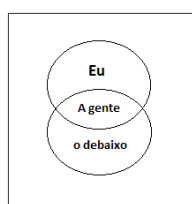


Fig. 1 – “A cidade”

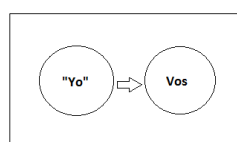


Fig. 2 – “Negra murguera”

Chama a nossa atenção o paralelo que poderíamos pensar entre esse quadro de oposição e as conclusões às quais chega Fanjul ao analisar duas canções do rock nacional brasileiro e argentino e suas versões – “Viernes 3 AM” e a versão brasileira; “O

tempo não pára” e a versão argentina: “Si podemos identificar un movimiento relativamente repetido, fue el de integración del ser sobre sí en la producción del rock argentino y de permeabilidad con el entorno en las letras brasileñas.” (2013: 376). Em nosso caso, o contorno demarcado das instâncias enunciativas em “Negra murguera”, por um lado, e sua porosidade em “A cidade”, por outro, podem ser entendidos como duas diferentes formas de estabelecer uma relação de identificação com o popular. Ou, se retornamos à pergunta disparadora desta análise, encontramos aqui formas de estabelecer tal relação que supõem distintas ordens de alteridade ou heterogeneidade no discurso.

De fato, se retornamos à nossa pergunta inicial, veremos que a análise comparativa das canções nos daria indícios de que, nos processos de hibridação que nos interessam, mecanismos como o metadiscurso sobre a música realmente fazem com que a heterogeneidade mostrada ganhe corpo no processo discursivo. Nesse sentido, formulações como “Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu” ou “vamos a hacer una murguita”¹⁰ são reveladoras do jogo exposto de alteridade/identidade nessa produção discursiva híbrida. Por outro lado, a especulação em torno da alteridade “radical”, isso é, da heterogeneidade constitutiva desses discursos, se pode fazer a partir da atenção a determinados objetos do discurso. No caso das canções que analisamos, percebemos que “o popular” assume este lugar, o que suscita interessantes perguntas acerca da relação entre heterogeneidade mostrada e alteridade radical nesses enunciados híbridos, uma vez que tanto a *murga* como o maracatu trazem consigo ressonâncias de uma memória do popular.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, 19: jul./dez. 1990, pp. 25-42.

10 Comentário feito por Gustavo Cordera, compositor e vocalista da banda, em apresentação ao vivo da Bersuit na edição de 30 de outubro de 2000 do programa *CM Vivo*, da CMTV, antes da execução da canção “Murguita del Sur”: “Vamos a hacer un homenaje a todos aquellos rockeros que tuvieron la desgracia de morir antes de ser conocidos y no recibieron por ahí el afecto que se merecían y que después de muertos tuvieron una popularidad increíble, onda Morrison, Luca Prodan, para ellos y para todos los rockeros, vamos a hacer una murguita”.

CARVALHO, E. I. de. *Diálogo de negros, monólogo de brancos: transformações e apropriações musicais no maracatu de baque virado*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

DÍAZ, C. *Libro de viajes y extravíos: un recorrido por el rock argentino (1965-1985)*. Córdoba: Narvaja Editor, 2005.

FANJUL, A. Tallado y demarcación: composiciones transpuestas entre el rock de Brasil y de Argentina. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, SC: v. 13, n. 2, maio/ago 2013, pp. 359-381.

GARCÍA CANCLINI, N. Noticias recientes sobre la hibridación. Sociedad de Etnomusicología, España, *Trans. Revista Transcultural de Música*, núm. 7, diciembre, 2003.

MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. [Tradução Freda Indursky]. Campinas, SP: Pontes, 1997.

OCHOA, A. M. *Músicas locales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2003.

ROSSANO, S. Murga y carnaval, de “cosas de negros” a patrimonio ciudadano: construcción de identidad en la murga porteña. *Etno-Folk: revista galega de etnomusicología*, N.º. 14-15, 2009, pp. 573-95.

Composições musicais referidas

Chico Science e Nação Zumbi: “A cidade”. Autor: Chico Science. Em *Da lama ao caos*, Chaos, 1994.

Bersuit Vergarabat: “Negra murguera”. Autores: Pepe Céspedes e Juan Subirá. Em *Hijos del culo*, Surco / Universal Music, 2000.

Anexos

Letras das canções analisadas:

A cidade

O Sol nasce e ilumina
 as pedras evoluídas,
 Que cresceram com a
 força de pedreiros
 suicidas
 Cavaleiros circulam
 vigiando as pessoas,
 Não importa se são
 ruins, nem importa se
 são boas
 E a cidade se apresenta
 centro das ambições,
 Para mendigos ou ricos,
 e outras armações
 Coletivos, automóveis,
 motos e metrô,
 Trabalhadores, patrões,
 policiais, camelôs

A cidade não pára, a
 cidade só cresce
 O de cima sobe e o
 debaixo desce
 A cidade não pára, a
 cidade só cresce
 O de cima sobe e o
 debaixo desce

A cidade se encontra
 prostituída,
 Por aqueles que a
 usaram em busca de
 saída
 Ilusora de pessoas e
 outros lugares,
 A cidade e sua fama vai
 além dos mares
 No meio da esperteza
 internacional,

A cidade até que não
 está tão mal
 E a situação sempre
 mais ou menos,
 Sempre uns com mais e
 outros com menos

A cidade não pára, a
 cidade só cresce
 O de cima sobe e o
 debaixo desce.
 A cidade não pára, a
 cidade só cresce
 O de cima sobe e o
 debaixo desce.

Eu vou fazer uma
 embolada, um samba,
 um maracatu
 Tudo bem envenenado,
 bom pra mim e bom pra
 tu
 Pra gente sair da lama e
 enfrentar os urubu
 Pra gente sair da lama e
 enfrentar os urubu
 Num dia de Sol, Recife
 acordou
 Com a mesma fedentina
 do dia anterior

A cidade não pára, a
 cidade só cresce
 O de cima sobe e o
 debaixo desce
 A cidade não pára, a
 cidade só cresce
 O de cima sobe e o
 debaixo desce

Negra murguera

Como un curda que
despierta
Arruinado en un fuentón

Se levanta y empieza a
recordar

Los sucesos ya lejanos,
de la noche anterior
Una negra, polvareda y
revolcón

Sos la murga que nace
en la entraña del malón
De la raza que destila
este sudor,
Con un ojo emparchado
y un cacho de corazón
Cuando se pone pura
grasa la pasión

Murga murguera
Agua de zanja, piel de
vereda
Llevame con vos

Al suburbio mundano
que no tiene escalafón
Donde pintan buenos-
malos, qué sé yo
La tristeza es un vaso
que también se
desfondó
Ese día que al tum-tum
la gambeteó

Murga murguera
Agua de zanja, piel de
vereda
Llevame con vos

Murga murguera
Bajo tu cielo estrellado
se agitan las melenas
Llevame con vos,
A tocar hasta que
sangren las manos,
A tocar hasta que
sangren las manos,
A tocar hasta que
sangren las manos,
A tocar hasta que...

En medio de la resaca
Intenta muy lento la
murga entonar
Pero es un vago
lamento
Parecido al viento que lo
hace pensar

Sos la musa minusa que
me trae inspiración
Yo te juro que no dejo
mi tambor,
Porque verte morocha
es tan linda sensación
Sólo toco para que
bailes vos

Negra murguera
 subí a la comparsa y
 mové tus caderas
 llevame con vos

Y en la calle ya se dice
 que no era como soy,
 ¿Qué querés?, si la
 ternura me brotó
 Y estos versos tan
 melosos que tu danza
 se robó
 Son la prueba irrefutable
 de un amor

Negra murguera
 subí a la comparsa y
 mové tus caderas,
 llevame con vos
 Negra murguera
 desde la luna azulada
 se ve tu pollera,
 que rompe el dolor
 Y me dan ganas de

meter la pata
 y me dan ganas de
 meter la pata
 y me dan ganas de
 meter la pata
 y me dan ganas de...
 ¡Negra murguera!
 y me dan ganas de...
 ¡Negra murguera!
 y me dan ganas de...
 ¡Negra murguera!
 y me dan ganas de...
 ¡Negra murguera!
 y me dan ganas de...

Él mientras vuelve a su
 casa
 repasa los pasos que
 tiene que dar
 Y culpa a la borrachera
 de haberse olvidado a la
 negra en un bar

LIVIA GROTTA

FFLCH-USP/FAPESP

OCTAVIO PAZ E FABIO MORÁBITO, POETAS-TRADUTORES

Esta reflexão sobre os escritores-tradutores Octavio Paz e Fabio Morábito também poderia se chamar "Poética do traduzir" porque a expressão retoma o título de um dos livros de Henri Meschonnic publicado na França em 1999 e traduzido no Brasil cerca de dez anos depois. Nele, Meschonnic chama a atenção para a formulação da noção de discurso realizada pelo linguísta Émile Benveniste em torno de 1935. O discurso teria revolucionado o pensamento sobre a linguagem a partir do século XX ao substituir as compreensões que se mantinham no nível da palavra e da frase, supondo, no lugar desses "blocos descontínuos", a historicidade de um sujeito específico que produz uma subjetivização da língua e um contínuo rítmico, prosódico e semântico. No discurso, tudo isso seria "portador" de sentido.

Partindo, então, desta noção, Meschonnic argumenta que na tradução é o discurso que deve ser traduzido. Como o texto em língua estrangeira, a tradução deve ser "portadora" e experimental. Segundo esse poeta francês, tradutor, linguísta e teórico da tradução, não se deve traduzir a língua, mas um texto:

A dupla condição da grande tradução é clara. Seus dois componentes aí são inseparáveis: uma subjetivização generalizada da linguagem que faz disto a invenção de um sujeito, a invenção de uma historicidade, e é o que dura (...); uma intuição da linguagem como contínuo de ritmo, de prosódia, uma semântica serial. (MESCHONNIC, 2010, p. LXIII)

A noção de discurso lembrada por Meschonnic solapa a diferença entre oralidade e escrita, fazendo ver que existe oralidade na fala e oralidade na escrita, ou seja, tanto na fala quanto na escrita existe uma semântica particular dada pelo ritmo da enunciação e pela prosódia. Da mesma forma, o que Meschonnic chama de "poética" ao privilegiar os textos literários, também combate os limites que separam as disciplinas do saber. Nesse sentido, a poética é um "pensamento deslocado" (MESCHONNIC, 2010, p. 58) porque não entra em nenhuma classificação ao considerar de forma integrada a "implicação recíproca dos problemas da literatura, dos problemas da língua e da sociedade". A poética se constitui, assim, como a "exigência de uma teoria de conjunto"

(MESCHONNIC, 2010, p. 57). Por isso, funda-se como uma "crítica do signo" (MESCHONNIC, 2010, p. 58) enquanto forma de relação entre a linguagem e o mundo. Na poética – ou, na literatura e, por conseguinte, na boa tradução literária – a linguagem é o sujeito e o objeto, o observador e o observado, "a organização de um discurso por um sujeito e de um sujeito por seu discurso" (MESCHONNIC, 2010, p. 61-2).

Meschonnic, adota, então, uma postura que vigia a tradução para que ela traduza o discurso – não apenas a língua, palavra por palavra ou frase por frase – mas a escolha que foi feita dentro do sistema da língua, a maneira pela qual a língua se manifesta como própria, mostrando a alteridade do ponto de vista linguístico, cultural e histórico, ou, noutras palavras, mostrando a alteridade como uma especificidade. A tradução mantém o estado de experimentação e de indicação do texto de partida, uma opção diferente do transporte de Caronte, o barqueiro da mitologia grega que transportava os mortos; também diferente da concepção hermenêutica que considera a tradução como fruto de interpretação. Para Meschonnic, não se traduz o que foi interpretado, mas o que chama à interpretação, daí a expressão "portador". O que porta, mas não explica, nem interpreta, e que deve manter-se nesse estado também no texto traduzido:

a *boa* tradução não deve ser pensada como uma *interpretação*. Porque a interpretação é da ordem do sentido e do signo. Do descontínuo. Radicalmente diferente do texto, que *elabora* aquilo que diz. O texto é portador e levado. A interpretação, somente levada. A *boa* tradução deve fazer, e não somente dizer. Deve, como o texto, ser portadora e levada. (MESCHONNIC, 2010, p. XXIX)

Mas o que a *Poética do traduzir* de Meschonnic tem em comum com o mexicano Octavio Paz e com Fabio Morábito, esse egípcio-italiano radicado no México desde os 15 anos de idade? Mais do que o fato de todos serem poetas e tradutores, acredito que os três partem de concepções de linguagem que implicam novas concepções de tradução, as quais, segundo Meschonnic, só poderiam ter aparecido no século XX, depois da invenção, por parte de Benveniste, da noção de discurso.

Fabio Morábito e Octavio Paz enfrentam a "aventura" da tradução literária, vendo-a não somente como a passagem da língua estrangeira para o castelhano, mas entendendo que a subjetivação da linguagem inscrita no texto de partida deve reaparecer no texto traduzido, buscando, assim, traduzir não o que as palavras dizem, mas como elas dizem e o que elas constroem.

E por que essa atenção tão dedicada à literatura? Porque, segundo Meschonnic, o texto literário é uma atividade, uma enunciação, que comporta uma interação com a linguagem e uma historicidade. Ele tem, portanto, uma poética que, como dissemos antes, não se reporta a nenhum campo de saber autônomo. Enquanto o discurso científico ou técnico se identifica plenamente com o referente (um computador num texto técnico é sempre um computador), a literatura constrói seu referente por meio do contexto que passa a criar, também através do ritmo, da prosódia e da polissemia, pois "a literatura é a realização máxima do discurso, e da oralidade" (MESCHONNIC, 2010, p. 16). Nesse sentido, a literatura opera uma transformação que generaliza o significante e requer, para cada obra literária, uma modificação do signo em direção ao semântico (um computador num poema ou num romance nunca é um mero computador). Pode-se dizer também que essa compreensão da coisa literária na sua relação com a tradução levou Octavio Paz e Fabio Morábito, tanto quanto Meschonnic, a uma teorização sobre esses temas.

Por fim, este último ponto frisa mais uma relação que unifica o percurso desses três poetas, teóricos e tradutores literários. Para eles, a experiência empírica da tradução literária conduz à teoria porque quando se traduz a literatura não é possível fugir de uma concepção sobre a linguagem. Pode-se mesmo afirmar que, por esta razão, Paz e Morábito, cada um a seu modo, transformam o traduzir, tanto no nível empírico das traduções, quanto no nível teórico, quando refletem sobre como deve ser a tradução. Vejamos como, do ponto de vista teórico, começando por Octavio Paz.

Octavio Paz: recriação poética e alteridade

"La imaginación es la facultad que asocia y tiende puentes entre un objeto y otro; por esto es la ciencia de las correspondencias."

Octavio Paz

No ensaio publicado em 1971, *Traducción: literatura y literalidad*, Paz (1990, p. 23) defende que a tradução e a criação são "operaciones gemelas". Aqui, já podemos notar que as duas têm a mesma importância e que as duas são compreendidas como obras, como textos primeiros, ou, para retomar a expressão de Meschonnic, pode-se dizer que para Paz a obra a ser traduzida e a tradução são, em igual medida, "portadoras" de sentido. Assim, traduz-se uma poética por outra poética, o que era invenção continua a sê-lo na tradução.

Seguindo uma linhagem que atribui a Baudelaire no livro *Los hijos del limo* de 1974, Paz acredita que tudo no mundo são signos traduzidos: "El mundo no es un conjunto de cosas, sino de signos: lo que llamamos cosas son palabras. Una montaña es una palabra, un río es otra, un paisaje es una frase" (PAZ, 2003, p. 395). Notem, então, que se tudo são traduções, não há original. Da mesma forma que "maçã" em português traduz um signo não verbal, "apple" em inglês ou "pomme" em francês também o fazem. Mas como qualquer uma dessas maçãs já é uma tradução, o original não existe porque o original é sempre uma tradução. Notem, portanto, que Paz desloca a atenção da "coisa" (ou da "essência" da maçã) para a linguagem, e que tem, portanto, uma concepção de linguagem que interfere diretamente na sua concepção de tradução.

Para dirimir confusões, eu gostaria de usar a maçã para comentar o termo "literalidade" que integra o título do ensaio de Paz: *Traducción: literatura y literalidad*. Quando num poema existe a palavra "maçã", usada de forma literal, não a maçã mordida por Eva, mas uma maçã, suponhamos, em cima de uma mesa, essa palavra, traduzida, provavelmente vai se manter assim na tradução porque não é uma metáfora. Isto não impede, entretanto, que um tradutor ou mesmo um leitor brasileiro, ao formar a imagem dessa maçã, pense numa maçã pequena, meio avermelhada e meio amarelada, como a gala, e que um argentino pense numa maçã grande, inteiramente vermelha e com uma casca bem brilhante. Com isso eu quero explicar – de uma forma muito didática – que a tradução literal também não existe para Octavio Paz porque ela sempre remete a diferenças. Para retomar Saussure, a tradução repõe as diferenças inerentes a sistemas linguísticos diferentes. Existe, sempre, uma "recriação" no sentido de um "criar" de novo, outra vez, analogamente, e em espanhol. Nas palavras de Paz: "La paradoja de la poesía consiste en que es universal y, al mismo tiempo, intraducible. La paradoja se disipa apenas se piensa que si efectivamente la traducción es imposible no lo es su recreación en otra lengua." (PAZ, 1991, p. 168)

Essa percepção de Paz de que o poeta, o tradutor e, se quisermos ir mais longe, o leitor e o crítico, traduzem em linguagem verbal, relativiza o papel de todos eles. Não no sentido de que o poeta e o tradutor não existem, mas na medida em que passam a ser vistos como decifradores e, portanto, como diferentes "momentos existenciales del lenguaje" (PAZ, 2003, p. 396).

Além disso, a partir dos anos de 1970, com essa reflexão sobre tradução e outras nesse mesmo sentido, Paz conclui que para acessar a poesia o escritor, mas sobretudo o poeta, deve passar da expressão pessoal para encontrar uma experiência com a linguagem em geral. Essa experiência nada mais é do que a busca da alteridade de que fala Meschonnic (2010, p. 4), ao marcar que a tradução reconhece que "a identidade só acontece pela alteridade". Para Meschonnic e para Paz, portanto, pode-se falar de uma ética do traduzir, contra o etnocentrismo. Em Paz, isto implicaria deixar o "estilo" pessoal para encontrar o que ele chamava de uma região de "transparência", na qual o "eu" do escritor não importa mais.

Trata-se, portanto, do respeito à autoria do outro, seja escritor ou poeta, resumida, em Paz, por meio da noção de "otredad". Ela está disseminada em vários de seus livros, tanto nos de ensaio, como nos de poesia. É, por exemplo, com uma epígrafe do poeta espanhol Antonio Machado que defende a existência do outro – em vez do "uno lo mismo" – que Paz abre seu livro de ensaios *El laberinto de la soledad*, lançado em 1954. No apêndice desse livro, intitulado "La dialéctica de la soledad", o poeta afirma que na natureza o homem é o único que, separado do ventre materno, sente-se só e que essa solidão faz com que, ao longo da vida, busque constantemente a comunhão com o outro.

Para que exista comunhão, o bom tradutor não deve servir-se do poema alheio para usá-lo como ponto de partida para criar o seu próprio poema, senão um poema análogo ao original, uma vez que é impossível que seja idêntico. Isto mostra que ter uma experiência com a linguagem através da tradução não é, de forma alguma, abolir a autoria, senão respeitá-la de forma absolutamente conscienciosa. Deve-se respeito tanto à autoria do tradutor, quanto à do autor. Em relação ao tradutor, basta pensar no exemplo do próprio Paz, que ao organizar suas *Obras Completas* para a editora barcelonesa Galaxia Gutenberg, incluiu, no volume 7, a maior parte de suas traduções.

"Quanto mais o tradutor se inscreve como sujeito na tradução" – explicaria Meschonnic (2010, p. XXXIV) – "mais, paradoxalmente, traduzir pode continuar o texto. Quer dizer, em um outro tempo e uma outra língua, dele fazer um texto." A tradução literária lida com um "sentido literário" das obras que é preciso recriar. Segundo Meschonnic (2010, p. LXII), esta ação "pede o compromisso máximo de um sujeito específico, para que o sujeito do traduzir seja sujeito do poema, para que haja a invenção recíproca de um texto e do tradutor como sujeito por esta atividade", da mesma forma que

na obra a ser traduzida existe um sujeito que inventa um texto e uma língua própria para esse texto.

Mais do que a percepção de que a poesia é uma tradução, para Paz, ela é o que permite o descobrimento da "otredad". E se ela é um dos raros recursos dessa comunhão com o outro, a poesia é sempre traduzível, no sentido de ser passível de recriação. Termine com a voz do poeta, deixando-a ecoar em sua própria língua. No poema "Piedra de sol", publicado em 1957: "para que pueda ser he de ser otro, / salir de mí, buscarme entre los otros" (PAZ, 1993, 251).

Fabio Morábito e a escuta do ritmo

Ao final do ensaio do ano 2000, "El nado del traductor", Fabio Morábito conclui que a poesia é a "nostalgia" de outras línguas, pois representa o desejo humano de ser ouvido em profundidade. A poesia imitaria a tradução, pois ambas seriam um "segundo nacimiento de la lengua, su emancipación del estrecho cerco nativo" (MORÁBITO, 2000, p. 378). De certa forma, reencontramos aqui uma compreensão semelhante à de Octavio Paz (1990, p. 23), para quem a poesia e a tradução são "operaciones gemelas". Morábito parte, então, dessa concepção, para afirmar, na maior parte de seus textos cujo tema é a tradução, que o tradutor, como o poeta, esforça-se para prestar atenção a um som débil, sussurrado pelo texto.

Já falamos aqui que para Meschonnic a unidade da linguagem não é a palavra – a descontinuidade das palavras colocadas uma detrás da outra – e não pode, portanto, ser apenas o sentido destas palavras. "Para a poética," – explica Meschonnic (2010, p. XXXI) – "a unidade é da ordem do contínuo – pelo ritmo, a prosódia". E ele continua: "é preciso aprender, ou talvez reaprender, um modo de escutar aquilo para o qual o signo nos tornou surdos". Segundo Meschonnic (2010, XXXII), é com o ritmo que se ouve, não apenas o som, mas o assunto, a "narración da significância, "a semântica prosódica e rítmica".

Há ritmo num texto e a tradução deve levá-lo em consideração, pois:

o ritmo põe em questão a regência do signo, o primado do sentido. O ritmo transforma toda a teoria da linguagem. (...) No que o traduzir aparece como revelador das teorias, e uma prática que impõe teorizar. Trata-se de mostrar que o ritmo, como dado imediato e fundamental da linguagem, e não mais em sua limitação formal e tradicional,

renova a tradução e constitui um critério para a historicidade das traduções (...) (MESCHONNIC, 2010, 41)

Essa percepção diferenciada, que compreende que a linguagem tem uma música, fez com que Morábito se voltasse várias vezes a essa relação da tradução com o ritmo. Em "La capa exterior", um *insight* ou micro-ensaio do livro *El idioma materno*, ele explicaria que a poesia – e pode-se concluir que também a tradução – "es una ruptura de la dicción acostumbrada, un balbuceo liberador, la reminiscencia de un idioma – el verdadero idioma materno – proveedor de todas las articulaciones posibles, o sea, de todas las muecas" (MORÁBITO, 2014, p. 65). Aqui pode-se notar um eco da Gramática Universal de Chomsky, segundo a qual o ser humano, quando nasce, é capaz de produzir (e ouvir) todos os sons. Com o passar do tempo e a aquisição de sua língua, a criança vai perdendo essa capacidade de ouvir e falar todas as línguas. Quando somos adultos, segundo Morábito (2014, p. 65), a "poesía, con su ruptura de la uniformidad semántica y fonética, es la mayor tentativa de revivir esa libertad articulatoria, ese paraíso del que fuimos expulsados por el idioma que hablamos". É esse passado anterior à aquisição da linguagem e dotado de infinitas possibilidades articulatórias que Morábito busca escutar. É nas suas infinitas possibilidades articulatórias que este poeta-tradutor situa a "língua própria", buscada pela poesia e, conseqüentemente, também pelas traduções.

Referências

COOK, V. J; NEWSON, M. *Chomsky's Universal Grammar, An Introduction*. 3 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

MESCHONNIC, H. *Poética do traduzir*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MORÁBITO, F. *El idioma materno*. Madrid: Sexto Piso, 2014.

MORÁBITO, F. El nado del traductor. *Acta Poetica*, n. 21, 2000, pp. 371-379.

PAZ, O. *El signo y el garabato*. Barcelona: Seix Barral, 1991.

PAZ, O. *Libertad bajo palabra*, Barcelona: Fondo de Cultura Económica; Universidad de Alcalá de Henares, 1993.

PAZ, O. *Obras completas I, La casa de la presencia, Poesía e historia*. 4ª reimpresión. Edición del Autor. Barcelona: Círculo de lectores; Fondo de Cultura Económica, 2003.

PAZ, O. *Traducción: literatura y literalidad*. 3. ed. Barcelona, Tusquets, 1990.

LUCIANA MONTEMEZZO

UFSM

TRADUCCIÓN *IN LOCO*: UNA EXPERIENCIA LORQUIANA EN ANDLAUCÍA

“É preciso sair da ilha para ver a ilha.”

(José Saramago)

Introducción

La traducción es la instancia del diálogo: a partir de ella se ponen en contacto dos lenguas, dos culturas y dos historias distintas. Al traductor le toca promover dicho contacto, buscando encontrar la sintonía adecuada para que se realice tal diálogo. Para ello, el profesional necesita investigar en varias fuentes, desde las más tradicionales – diccionarios, obras referentes al tema sobre el cual traduce, teoría de la traducción, entre otros. Además de esto, actualmente puede contar con la tecnología: sitios web, diccionarios electrónicos, etc. Pero esa es una labor que generalmente se hace a solas y desde una perspectiva fundamentalmente bibliográfica. Tal metodología, por lo compleja que es, a veces deja algunos huecos. Lo ideal es que, a la par de la investigación bibliográfica, se hagan también investigaciones prácticas, para comprobar hipótesis y soluciones, sobre todo aquéllas que se refieren al contexto cultural de producción.

De acuerdo con García Yebra (1983, p. 145), traducir es un acto que se subdivide en dos dimensiones complementarias. La primera es la que atañe a la misma investigación, que el autor denomina “proceso”, mientras que la segunda concierne al producto final de dicho proceso, el cual García Yebra designa como “resultado”. Ambas dimensiones sintetizan todo lo que se hace para que el nuevo texto llegue a las manos de un nuevo público, que no le tendría acceso si no fuera la intervención efectiva de la traducción.

Bajo tal perspectiva, a lo largo de los meses de enero y febrero de 2016 estuve en la Facultad de Traducción e Interpretación de la Universidad de Granada, España para investigar la obra dramática de Federico García Lorca¹¹. La investigación se dedicó concretamente a revisar las traducciones al portugués de *Bodas de Sangre*, *Yerma* y *La Casa de Bernarda Alba*, que traduje entre 2004 y 2008, durante mi tesis doctoral en la Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Aunque hubieran sido aprobadas al final

¹¹Dicha investigación se ha realizado bajo el auspicio de una beca de la Fundación Carolina.

de la tesis, me parecía que sin conocer Granada e investigar allí no podría publicar dichas traducciones. Me faltaba el color local, además de algunas investigaciones bibliográficas que no había podido acceder desde Brasil.

La investigación teórica y literaria:

De hecho había en Granada mucha bibliografía que no conocía y que era muy importante para el desarrollo de mi investigación. La primera parte de la investigación fue, por lo tanto, bibliográfica. En la Facultad de Traducción, específicamente, había bastantes materiales sobre Teoría de la Traducción, Traductología y Traducción de Teatro. Además de ello, en la FTI encontré profesionales que, como yo, se dedican específicamente a la traducción del par español-portugués. Eso me permitió reflexionar sobre los aspectos prácticos y teóricos que había planteado durante mi investigación. Aspiraba dar énfasis a la perspectiva no etnocéntrica de traducción, destacando las diferencias culturales entre España y Brasil, según lo planteado por Berman (2002, p. 18):

A teoria da tradução não etnocêntrica é também uma teoria da tradução etnocêntrica, ou seja, uma *má tradução*. Chamo de má tradução a tradução que, sob o pretexto de transmissibilidade, opera uma negação sistemática de estranheza da obra estrangeira.

Estar allí me propició asegurarme de una de las principales decisiones tomadas a lo largo del proceso traductorio en cuestión: la opción por mantener los coros de las tres obras en español, subrayando, con ello, su contexto de producción – la cultura española y andaluza. Dicha opción se basa en la percepción de que los coros han sido pensados para acompañarse, en la puesta en escena, de guitarra flamenca. Considero, por lo tanto, que necesitan fundamentalmente del idioma español para mantener el *duende* que tanto buscaba – y de hecho encontraba – García Lorca en la totalidad de su obra.

Como la traducción está pensada para lectura y puesta en escena a la vez, hay que evidenciar lo español y la alteridad: se tratan de textos escritos en la España del inicio del siglo XX, que hablan específicamente del contexto sociopolítico y geográfico español. En ese sentido, el lector/espectador debe darse cuenta que está leyendo/viendo una historia que se pasa en España y que retrata su cultura, sus paisajes y su gente.

Investigaciones/soluciones traductorias y los paisajes lorquianos:

Al mismo tiempo que me dedicaba a la investigación bibliográfica, caminaba por las calles y hablaba con la gente. Buscaba comprender el español granadino y aprender nuevas palabras, expresiones y refranes, los cuales apunté en un cuaderno de notas. También traté de conocer algunos de los paisajes a los que se refería Lorca en sus obras, los cuales son muy específicos de la cultura andaluza y los hacen, por lo tanto, muy difíciles de traducirse.

Uno de los vocablos más difíciles de traducir, en ese sentido, era ‘cueva’ (habitación de la Novia en *Bodas de Sangre*). Esta palabra ha sido la única a provocar una nota de pie de página en la primera traducción de *Bodas de Sangre* en Brasil (1975)¹²: “Interior da ‘cueva’* onde mora a Noiva. (...) *Trata-se de uma habitação de tipo subterrâneo , cavada na rocha, como a dos gitanos de Granada”. (García Lorca, 1975, p. 84). Es importante subrayar que, en la época en que se tradujo la obra, lo que se deseaba del traductor era que éste no demostrara estar allí. Se creía que la buena traducción era la que no parecía haber sido escrita en una lengua extranjera, que sonara tan perfectamente como si la obra hubiera sido escrita en el mismo idioma al que se le ha traducido:

Uma tradução é considerada aceitável (por redatores, revisores e leitores) quando sua leitura é fluente, quando a ausência de quaisquer passagens canhestras, construções não idiomáticas ou significados confusos transmite a sensação de que a tradução reflete a personalidade ou a intenção do autor estrangeiro ou o significado essencial do texto original. O que é interessante notar aqui é que (...) quanto mais “bem sucedida” a tradução, maior a invisibilidade do tradutor, e maior a visibilidade do autor ou do significado do texto original. (VENUTI, 1996, p. 111)

Hoy día, sin embargo, las reflexiones caminan en sentido opuesto: el traductor es parte importante del eslabón comunicativo que se crea entre la lengua y la cultura de partida y la lengua y la cultura de llegada. Los conceptos de fidelidad y originalidad se han relativizado. En lugar de fidelidad, lo que se propone actualmente es una mirada ética hacia el texto a traducirse, su autor y al nuevo público. En el mismo sentido, la originalidad

¹²Aunque haya sido traducida en 1944, para la puesta en escena por la compañía Dulcina de Moraes, en Rio de Janeiro, dicha traducción solamente ha sido publicada en la década de 1960. La publicación que he consultado es de 1975.

ya no se refiere más a la idea de obra incomparable, sino que está relacionada únicamente a lo cronológico: es la obra que vino antes y que originó nuevos textos, sus traducciones.

Siguiendo la senda de la deseada invisibilidad del traductor, el segundo traductor brasileño de *Bodas de Sangre* (1977) tampoco tradujo el vocablo, manteniéndolo en español en la acotación y abriendo un paréntesis en la misma acotación, donde se lee: “Habitação cavada na rocha – N. do T.” (García Lorca, 1977: 41). En este caso, no se ha elaborado una nota de pie de página lo que, además de lo que ya se ha dicho, también significaba, en estos momentos, una especie de confesión de culpabilidad del traductor, en el sentido de que no era suficientemente hábil y preparado para la labor traductoria.

La última traducción de *Bodas de Sangre* publicada en Brasil, en 2004, utiliza una estrategia que también huye de la nota de pie de página y hace una paráfrasis del vocablo: “Interior da casa escavada na pedra onde mora a Noiva.” (García Lorca, 2004: 59).

La solución que he encontrado en mis investigaciones (antes mismo de conocer Andalucía) fue traducir “cueva” por “gruta”. Tal opción me hizo también huir las notas de pie de página – que parecen de hecho ser muy molestas para el lector, lo que las hace totalmente inconvenientes bajo el punto de vista de las editoriales. Además de ello, “gruta” es concretamente el equivalente más adecuado para “cueva”. Asimismo, puede que sea muy difícil para un brasileño comprender que se puede vivir en un ambiente como aquél. Bajo este punto de vista, la investigación *in loco* fue fundamental para la decisión traductoria final. No sólo he visto las cuevas del barrio Sacromonte, como también las he fotografiado y analizado, para finalmente decidir mantener “gruta”. Para ello, tuve en cuenta que el lector brasileño, además de enriquecerse culturalmente al conocer la distinta manera de vida los gitanos andaluces, puede comprender perfectamente que está ante un texto que habla de una cultura distinta de la suya.

Así como la “cueva”, otro vocablo que me parecía de difícil traducción era “chumbera” (“figueira da índia”, en portugués). Había encontrado el equivalente en el diccionario y también su descripción técnica en un sitio de imágenes (que incluye nombre científico). Pero tales datos poco aportaron para la investigación traductoria, ya que dichos conocimientos son muy poco comprensibles para un traductor literario. Ahora bien, ver las chumberas plantadas alrededor de las cuevas del Sacromonte me han dado otra

dimensión la importancia de la investigación *in loco* y de la fuerza del texto lorquiano, como se puede comprobar en la acotación a continuación, que describe el paisaje circundante a la cueva de la Novia:

Exterior de la cueva de la NOVIA. Entonación en blancos grises y azules fríos. Grandes chumberas. Tonos sombríos y plateados. Panorama de mesetas color barquillo, todo endurecido como paisaje de cerámica popular. (GARCIA LORCA, 1972, p. 1225)

Las acotaciones del teatro lorquiano son, sin lugar a dudas, mucho más difíciles de traducir que los diálogos entre los personajes. En ellas, el dramaturgo pone de relieve lo que espera del resultado de su texto en el escenario, actuando también como director. Señala Walsh (in Loureiro, 1998, p. 284), que eso se debe a su experiencia como director de *La Barraca*, grupo de teatro universitario que el poeta dirigió durante el período republicano:

Hasta el final Lorca fue siempre, al menos de forma no oficial, director de sus propias obras (al igual que las revisiones ‘republicanistas’ de Lope y Tirso) y llevó a cabo sus funciones con una profesionalidad sin tacha. Estaba presente en todos los ensayos, iba a las representaciones casi todas las noches, escondiéndose en la oscuridad para apreciar la respuesta de su audiencia, arreglaba y componía la música e incluso entrenaba el coro y hacía de apuntador para las bailarinas.

Por ello su cuidado con los decorados, por ejemplo, produjo acotaciones pormenorizadas y detalladas, lo que no sólo causan problemas para sus traductores como también para la equipo de montaje. Cuando se trata de un montaje en un país extranjero, estos detalles de la vida cotidiana de Andalucía se hacen aún más difíciles de resolver. En el caso específico de la cueva de la Novia, una equipo extranjera se tiene que detener en lo más pintoresco o simplemente ignorar dichos elementos, subrayando otros aspectos del texto. No obstante, el derecho que se le da al director de adaptar, cortar diálogos, fusionar personajes, se le quita del traductor. Éste necesita ofrecer al lector el texto más genuino posible, lo que solamente será posible si se entrega a la labor de manera integral y profunda.

En ese sentido, además de resolver las dudas que antes tenía, me percaté de algunos equívocos. En *Bodas de Sangre*, por ejemplo, se mencionan los “alfileres” que la Novia les entrega a las invitadas. Había entendido que se trataba de una especie de

regalo para que también consiguieran casarse. Un ritual semejante al del ramillete de flores que las novias brasileñas les tiran a sus invitadas. La que lo agarre será la próxima a casarse, según la tradición. Sin embargo, eso no es cierto: el alfiler no se tira al azar (como se hace con el ramillete en Brasil), sino que – por lo menos tradicionalmente – se le da a alguien especial para desearle suerte en el amor. Esta persona lo pondrá en el ojal, como señal de que todavía no tiene novio. Pero actualmente, de acuerdo con lo novedoso que aporta la cultura norteamericana (lo que incluye el ritual del ramillete), esta tradición está cambiando y a veces el alfiler se les da a todas las invitadas solteras.

También en *Bodas de Sangre* hay otro aspecto – otra vez relacionado a la ceremonia de casamiento – que merece la pena destacarse: el vestido de la Novia es negro. Según la tradición de la época, en la España rural de los años 1930, el negro era el color más usado en los eventos sociales. No obstante, hoy día, sería rarísimo que una novia usara negro en su vestido de boda. Esa opción quizás pudiera conllevar sentidos que de ninguna manera estaban presentes en el original como, por ejemplo, de que la Novia – al elegir vestirse de negro – estuviera anticipando su condición de viuda. Seguramente la aparición de una novia de vestido negro obtendría – en los escenarios actuales – un tipo de recepción muy distinta de lo que proponía el autor. Entonces, pareció adecuado que, al mismo tiempo que se explique lo referente a alfiler, también se lo haga para el vestido, sugiriendo, quizás, la actualización para el color blanco, como corresponde hoy día. Para ello, se pueden mencionar, evidentemente, la película de Carlos Saura (*Bodas de Sangre*, de 1979) y también *La Novia* (dirigida por Paula Ortiz, 2015) en las cuales ya se ha hecho dicha actualización. No significa, con ello, que se quiere volver a la idea de “descubrir” las intenciones del autor y señalarlas al lector, lo que sería una incoherencia de acuerdo con lo que se propone: demostrar las diferencias culturales.

En ese mismo sentido, es importante subrayar que, en *La Casa de Bernarda Alba* hay una referencia explícita al cambio del color del vestido de las novias a lo largo de los años:

MAGDALENA

(...) Aquella era una época más alegre. Una boda duraba diez días y no se usaban las malas lenguas. Hoy hay más finura, las novias se ponen de velo blanco como en las poblaciones y se bebe vino de botella, pero nos pudrimos por el qué dirán.
(GARCÍA LORCA, 1972, p. 1461)

A través de la voz de Magdalena, por lo tanto, el mismo autor, algunos años después de la publicación de *Bodas de Sangre*, acaba por darnos la respuesta segura acerca de lo que se debe hacer en lo que se refiere al vestuario de la Novia.

Finalmente, sobre la primera obra que compone la trilogía, me he dado cuenta de una interpretación imprecisa y muy frecuente entre la crítica lorquiana en Brasil: el significado del nombre Leonardo, personaje protagónico de *Bodas de Sangre*. Considerando que este es el único personaje de la obra que tiene nombre propio y apellido (Félix), y subrayando la importancia de los nombres propios (o su ausencia, como en el caso de dicha obra) para la composición de los personajes lorquianos, toda la crítica brasileña lo ha interpretado como una unión de leo (león) y nardo (la flor que significaría pureza), lo que significaría, a la vez, fuerza y sensibilidad. Esa interpretación me ha parecido siempre muy adecuada, pero al leer la obra de Morla Lynch (2008, p. 87), íntimo amigo de Lorca, me fijé en el verbo “enardecer”, usado para describir el estado de ánimo de los republicanos, ante la victoria en febrero de 1936, y muy poco frecuente en el lenguaje coloquial y literario. Su significado, segundo el DRAE (1992) es “Excitar o avivar una pasión del ánimo, una pugna, una disputa”. Me pareció, en ese sentido, que mucho más que la referencia a la flor (que es algo frecuente en el teatro de García Lorca), el nombre del personaje que subvierte el orden y, por ende, provoca la tragedia se relacione a su manera apasionada de vivir, a su respuesta a la “inclinación”, en las palabras de González (2013, p. 35).

En *Yerma* encontré algunos vocablos relacionados al paisaje granadino, que me han hecho reflexionar mucho, tales como “jaramago” y “acequia”. Aunque ambos sean fácilmente encontrados en los diccionarios que he consultado a lo largo del proceso traductorio (DRAE, 1992 y María Moliner, 1993), no los comprendía muy bien. El primero porque no se le conoce en Brasil por un nombre específico. Aunque que en lenguaje

técnico lo nombren “saramago”, “nabiça” o “nabo selvagem”, en lenguaje corriente simplemente se le dice “erva daninha” o “mato”. Como el lenguaje del teatro necesita acercarse lo más posible al habla coloquial (con el objetivo de provocar la empatía del público, sin la cual el espectáculo no se realizará totalmente) es necesario encontrar un vocablo que sea sencillo y que cause el mismo efecto de “jaramago” en español. “Saramago” para los brasileños remite directamente al autor portugués José Saramago y, por lo tanto, es imposible utilizarlo en otro contexto, porque no se entenderá. Por su parte, *nabiça* es un vocablo muy raro y puede sonar casi como una mala palabra en portugués. Si lo eligiera, probablemente provocaría la risa entre el público, lo que no es la idea del texto, un diálogo bastante duro entre Yerma y su marido:

Yerma

No. No me repitas lo que dicen. Yo veo por mis ojos que eso no puede ser... a fuerza de caer la lluvia sobre las piedras estas se ablandan y hacen crecer los jaramagos, que las gentes dicen que no sirven para nada. “Los jaramagos no sirven para nada”, pero yo bien los veo mover sus flores amarillas en el aire. (GARCÍA LORCA, 1972, p. 1276)

Por su vez, “nabo selvagem” quizás no le suene bien a los oídos del público brasileño, porque es demasiado grande para la pronunciación de los actores. Así me he decidido finalmente por “erva daninha”, aunque se pierda la idea de las flores que nacen incluso en donde nada crece y nada se espera.

Con *acequia* creo que he conseguido solucionar de una buena manera. Había encontrado la explicación en los diccionarios y la había entendido, pero no sabía cómo decirlo en portugués, porque es un tipo de riego muy común en España y bastante desconocido en Brasil. Caminando por Granada – y especialmente por la vega granadina – he visto muchas acequias. Me ha llamado mucho la atención una gran acequia que está al otro lado de la calle de la casa de Valderrubio, donde vivió el poeta. Este, según mis impresiones de lectora-traductora, era el paisaje descrito por Yerma, al contarle a la Vieja de cómo temblaba cuando Víctor se le había acercado, para ayudarla a saltar una acequia:

Yerma

Me cogió de la cintura y no pude decirle nada porque no podía hablar. Otra vez el mismo Víctor, teniendo yo catorce años (él era un zagalón), me cogió en sus brazos para saltar una acequia y me entró un temblor que me sonaron los dientes. Pero es que yo he sido vergonzosa. (GARCÍA LORCA, 1972, p. 1289)

Después de mucho observar las acequias granadinas me he decidido a traducir simplemente por “canal”, que es un nombre mucho más genérico en portugués, aunque también se le pueda decir “aqueduto”. Pero en este caso es una designación bastante más técnica, por lo que la opción por “canal” resulta mucho más adecuada a los fines dramáticos.

En la traducción de *La Casa de Bernarda Alba* no tuve muchos problemas. El más importante lo encontré en la frase “¡Vieja lagarta recocida!”, enunciada por la Mujer 1ª hacia Bernarda (García Lorca, 1972: 1447). Dicha frase me ha llamado la atención porque algunas páginas antes, La Poncia se refiere a la matriarca como “un lagarto machacado por los niños” (García Lorca, 1972, p. 1442). Consultando el diccionario María Moliner (1991), me he percatado que hay diferencia en el uso del vocablo, según el género que se aplica: el masculino se refiere al animal mientras que el femenino puede connotar “(...) persona taimada. Aplicado a mujeres, se usa a veces como prostituta.”. Era necesario, por lo tanto, encontrar una expresión en portugués que mantuviera la metáfora zoomórfica. La solución que me pareció mejor fue “piranha”, porque mantendría la analogía con otro animal que designa el defecto moral femenino, según los parámetros vigentes en la primera mitad del siglo XX. Pero, en Granada, hablando con la gente, comprendí que *lagarta* se refiere mucho más al carácter de la mujer (astuta, bellaca) y no tanto a lo sexual. Bajo tal perspectiva, opté finalmente por “víbora”.

La ruta de Lorca: las visitas

Otra parte importante de la investigación ha sido las visitas a las casas de Federico García Lorca. Hay en Granada y sus alrededores tres casas en las cuales el poeta ha vivido. Hoy día, las tres son casas museo, por lo que se las incluye a menudo en los recorridos turísticos de la región. Se la denomina “La ruta de Lorca”. En Alfacar hay, incluso, un restaurante en homenaje al poeta, que sería una especie de parada obligatoria

para el que quiera conocer más sobre la vida del autor. Pero no se trata simplemente de un recorrido turístico, sino de un bien diseñado proyecto de un eje cultural a lo turístico, convirtiéndose en una singular experiencia para el visitante.

La primera de las casas está en Granada, en la Huerta de San Vicente. Allí acudí a una visita guiada que aportó algunos datos interesantes a mi investigación. Me llamó la atención el cuidado y la atención que se da allí a la memoria del poeta. Lo que antes era la propiedad de la familia hoy es un hermoso parque, que también es espacio de ocio y descanso para los ciudadanos de Granada. Eso le acerca a la gente de la figura de Lorca, ya tan amada y respetada en la ciudad.

La segunda visita fue a la casa natal, en Fuente Vaqueros. Allí tuve la ocasión de participar de otra visita guiada, de ver y escuchar otras tantas informaciones sobre la vida, las amistades, la familia y las obras de Lorca. En esa casa me llamó la atención la precisión de las informaciones que nos ha dado el guía. De los tres guías que he escuchado, me pareció que este era el que más conocía el tema.

La tercera visita se produjo en Valderrubio, donde está la casa en que más tiempo vivió el poeta cuando en compañía de su familia. Allí tuve la visita más larga, pude sacar fotos del interior de la casa (cosa que en las otras dos visitas no fue posible) y me sentí más a gusto para hacer preguntas. Merece destaque la proyección que se hizo en el interior de la casa (en la cocina), en que un actor caracterizado de Lorca nos habla de su vida, de su casa y de su obra. El cuidado con la memoria, otra vez, es evidente. Al final de la visita, se presentó otra proyección en un salón ubicado en el patio de la vivienda, otra vez con el mismo autor de la proyección interna de la casa, que unía el Lorca de la juventud al niño que había vivido allí, que había paseado por la vega. Esta última proyección forma parte del documental "Lorca, muerte de un poeta", producido por la TVE (1987) y dirigido por Juan Antonio Bardem.

Las tres casas museos tienen básicamente la misma arquitectura. En la planta baja están las habitaciones principales en donde la familia vivía. En la segunda planta estaba el granero, en donde don Federico García Rodríguez, el padre del poeta, importante productor de remolacha y azúcar, guardaba la producción. Hoy día, las plantas superiores de las tres casas son espacios dedicados a la exposición de documentos y fotografías de la familia, además de decorados de escenarios lorquianos y objetos de investigación.

También en Valderrubio he podido ver, por fuera, la casa de la familia Alba, vecina de la familia García Lorca, cuya matriarca, Frasquita Alba, ha inspirado el personaje Bernarda Alba. Según informaciones de la prensa granadina, el ayuntamiento de Valderrubio desea reformarla para luego organizarla también como casa museo.

Otra vez en Granada, hice una pequeña pero significativa visita al Hotel Reina Cristina, antigua casa de la familia Rosales, en donde han buscado a Federico para llevarlo al barranco de Víznar y ejecutarlo, en agosto de 1936. La captura del poeta tuvo mucho más relación con su amistad con los Rosales que con su figura misma. El comandante de la operación que ha capturado a Lorca, Ramón Ruiz Alonso, era enemigo de Luis Rosales y quiso, con ello, demostrar que la familia Rosales no tenía el poder que parecía tener en el ámbito de la Falange. En ese sentido, la captura de Lorca era una especie de demostración de fuerza por parte de Ruiz Alonso:

En 1955 José Rosales le dijo a Agustín Penón, refiriéndose a aquella noche: ‘A Ruiz Alonso le importaba muy poco Lorca. Lo que él quería era arruinar a los Rosales. Creía que, si lograba destruirme a mí, quedaría muy dañada la Falange. (...) Era un tipo tan ambicioso y de una soberbia tan rabiosa que estaba convencido de que él, sin ayuda de nadie, podía desprestigiar al partido’.
(GIBSON, 2007, p. 135)

Tras la visita al actual hotel y a las casas del poeta, estuve también en el mismo barranco de Víznar, donde, de acuerdo con los testigos, se ha ejecutado a Federico. El lugar es absolutamente impresionante. Aunque se sepa que la memoria, en casos traumáticos como la guerra, puede ser traicionera – sea por lapsos o por exageraciones causadas por el impacto del trauma – no había cómo estar en Granada y no ir a conocerlo. No sólo por su importancia histórica, sino también por la manera como lo han tratado los españoles, al fijar allí un padrón en donde se lee “Lorca eran todos”. Tal actitud demuestra el esfuerzo por no borrar la memoria al mismo tiempo que enfatiza la ejecución de la figura más famosa de todos los muertos por la Guerra Civil Española.

La vigencia de la obra dramática lorquiana en la actualidad

Durante mi estancia en Granada, además de estas visitas e investigaciones, también tuve ocasión de ver la película *La Novia* (inspirada en *Bodas de Sangre*) y la puesta en escena de *Yerma* y *La Casa de Bernarda Alba*, lo que me ha dado una idea

bastante clara de la recepción actual de las obras que investigo. Una de mis dudas se refería a la importancia de retomar obras que se han escrito al inicio del siglo XX. Sobre todo pensaba si habría público interesado en los temas de dichas obras. Me preocupaba el hecho de traducirlas sin tener en cuenta si de hecho serían interesantes para el público y las compañías de teatro del siglo XXI.

La película estuvo en la cartelera por lo menos a lo largo del mes de enero en Granada. Cuando llegué, ya la estaban poniendo en el Cine Madrigal (centro histórico de la ciudad), donde la he podido asistir. Aunque no conozca suficientemente el arte del cine, la adaptación me pareció convincente y percibí que le ha encantado al público. Como vivía cerca del cine Madrigal, me acostumbré a ver un gran número de personas (de todas las edades) que allí esperaban la próxima función.

Yerma y *La Casa de Bernarda Alba* se han puesto en escena en el Centro García Lorca, a cargo del grupo "Teatro para un instante". La primera, en 20 de febrero de 2016 y la segunda en 29 y 30 de enero del 2016. En ambas funciones el aforo estuvo completo. Otra vez, había gente de todas las edades. Los mayores comentaban haber leído las obras, sea el teatro o la poesía. Los jóvenes, en cambio, demostraban curiosidad ante los textos. Las dos presentaciones fueron muy buenas y fieles al texto lorquiano.

Estas experiencias me hicieron creer más todavía en la validez y la permanencia del teatro lorquiano en nivel mundial. Claro está que en Granada Federico es como un amigo de todos. Toda la gente le tiene cariño y respeta su obra y su biografía. Pero aparte del cariño y el respeto, se puede observar que es también un autor actual. Aunque haya escrito hace más de ochenta años, sobre una sociedad que no existe más – pero que desafortunadamente aún se mantiene viva en la memoria de muchos de los españoles – García Lorca sigue siendo, según lo define Fernández (1998, p. 247), "un autor taquillero".

Tal vez en los días de hoy las reflexiones sobre política e historia de la primera mitad del siglo XX en la España rural no sea más el tema central o lo que más le interesa al público. Pero los temas universales – amor y deseo, sentido de la existencia, libertad x represión – todavía siguen siendo los grandes enigmas de la existencia humana en la tierra.

En ese sentido, el teatro lorquiano es actual y, por lo tanto, merece la pena que se lo traduzca y se lo lleve a la escena para que nuevos públicos lo puedan disfrutar. Tal vez no sea posible dar el mismo énfasis a los decorados que lo daba Lorca, o sea necesario

disminuir el número de personajes, porque las compañías teatrales hoy día tienen sus presupuestos achicados muy a menudo. Pero nada de ello pone en riesgo la actualidad de los temas lorquianos y la validez de su teatro en la contemporaneidad.

Al final de la estancia, estuve en Madrid, donde investigué en los archivos de la Fundación Federico García Lorca, que está ubicada en el patio de la Residencia de Estudiantes. Allí Lorca ha vivido años importantes de su vida y ha construido significativas amistades con otros artistas, muchos de ellos fundamentales para su literatura. Aunque mi estancia en la FFGL haya sido corta, pude acercarme de documentos como las revistas *Proa* (mayo-jun. 1988) y *Trece de Nieve* (nº 1 y 2 – dic. 1976). Las había buscado sin éxito en Granada, incluso en librerías de segunda mano. Con esa última experiencia he podido tener una idea de la importancia del legado y de la fortuna crítica del autor granadino.

Consideraciones finales

Aunque no muy frecuente en Brasil, la experiencia de investigación *in loco* en el área de traducción resultó bastante proficua e importante para el resultado final del trabajo. Algunas de las indagaciones iniciales de hecho han sido respondidas. Otras, que no se habían planteado, sin embargo, se evidenciaron durante la inmersión en la cultura andaluza, comprendida específicamente como las manifestaciones granadinas, y la lengua española.

En ese sentido, creo que las inversiones en iniciativas de investigación *in loco* deban incrementarse en nuestro país: la posibilidad de sumergir en el contexto de producción de la obra le brinda al traductor – y, por ende, al lector – la ocasión de sintonizarse con el espíritu de la misma obra en su sentido más intenso. Y, a partir de ello, desde lo más hondo, traer a la superficie todo el vigor y el encanto, toda la magia y duende (según el concepto lorquiano) del texto original.

Por otra parte, la experiencia investigativa en un ambiente universitario extranjero ha sido fundamental: propició observar un sistema educativo distinto, que aportó algunas nuevas reflexiones hacia mi práctica docente. Este hecho, absolutamente inesperado, ha

provocado un cambio de perspectiva sobre la imagen que se tiene de la sociedad española actual, la cual se debe mostrar a los alumnos brasileños.

Merece destaque, finalmente, la importancia del desplazamiento de perspectiva hacia la lengua portuguesa: en cierta medida, el portugués pasó a ser extranjero y pude verlo desde afuera. A partir de esa mirada ajena hacia lo propio¹³, que incluye lengua y cultura, he podido establecer los últimos parámetros traductorios, que fueron fundamentales para el resultado final de las traducciones.

Todas esas reflexiones y experiencias en el ambiente donde García Lorca nació y ha sido asesinado se constituyeron esenciales para que *Bodas de Sangre*, *Yerma* y *La casa de Bernarda Alba* se puedan presentar en portugués brasileño actualizado, pero sabiendo a español, a un nuevo público, sea lector o espectador.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMAN, A. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica*. Bauru: EDUSC, 2002.

CARVALHAL, T. F. *O próprio e o alheio*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

FERNÁNDEZ-CIFUENTES, L. García Lorca: historia de una evaluación, evaluación de una historia, p 233-262. IN: LOUREIRO, A. G. (org.) *Estelas, laberintos, nuevas sendas*. Unamuno. Valle-Inclán. García Lorca. La Guerra Civil. Barcelona: Editorial Anthropos, 1998.

GARCÍA LORCA, F. *Obras Completas*. Madrid: Aguilar, 1972.

_____. *Bodas de Sangre*. Tradução de C. Meireles. Rio de Janeiro: Aguilar, 1975.

_____. *Bodas de Sangre*. Tradução de A. Mercado. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

_____. *Bodas de Sangre*. Tradução de R. P Goldoni. São Paulo: Peixoto Neto, 2004.

GIBSON, I. *El hombre que detuvo a García Lorca*. Ramón Ruiz Alonso y la muerte del poeta. Madrid: Aguilar, 2007.

¹³De acuerdo con lo plateado por Carvalhal (2003).

GONZÁLEZ, M. M. *A Triologia da Terra Espanhola*. São Paulo: EDUSP, 2013.

MORLA LYNCH, C. *En España con Federico García Lorca*. Páginas de un diario íntimo, 1928-1936. Málaga: Renacimiento, 2008.

VENUTI, L. A (in)visibilidade do tradutor. In: *Palavra*. Revista do Departamento de Letras PUCRJ, Rio de Janeiro: 1996.

WALSH, J. Las mujeres en el teatro de Lorca. p. 279-295. IN: LOUREIRO, A. G. (org.) *Estelas, laberintos, nuevas sendas*. Unamuno. Valle-Inclán. García Lorca. La Guerra Civil. Barcelona: Editorial Anthropos, 1998.

LUIZETE GUIMARÃES BARROS (UEM)

Ângela Cristina di Palma Back (UNESC)

TEORÍA VERBAL DE ANDRÉS BELLO: APLICACIÓN A DATOS EN PRETÉRITO IMPERFECTO DE SUBJUNTIVO

Resumen

El tema de ese artículo es aplicar la teoría temporal de Andrés Bello, expuesta en un artículo sobre semántica temporal - *Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación castellana* (1979 [1810])- y reproducida con reformulaciones en la *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1988 [1847])- , a datos del portugués oral de Florianópolis – Santa Catarina, recolectados del corpus del *VARSQL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul)*. Seleccionamos para tal doce casos de empleo de pretérito imperfecto de subjuntivo (formas en –sse), recopilados por Angela Back en su tesis sociovariacionista de 2008, con el objetivo de testar la hipótesis del papel desempeñado por la negación como condicionante modal, ya que, según Bello, la afirmación/negación de ciertos verbos de la oración principal determina la oposición indicativo/subjuntivo del verbo de la subordinada. Son categorías de Bello para análisis del modo subjuntivo, el subjuntivo común empleado en la subordinada sustantiva y el subjuntivo hipotético, empleado para usos en la subordinada condicional. Además de esas, el valor metafórico de la negación implícita se muestra como tercera categoría que explica algunos de los datos en análisis. De esa forma, vemos que la negación puede dar cuenta de parte del material analizado, pero no de todos los casos. Esa teoría no llega a resolver, por ejemplo, la variación indicativo/subjuntivo en algunos casos de subordinada sustantiva, así como el empleo de formas en –sse en subordinada adverbial temporal y comparativa. Y aunque ese trabajo refute parcialmente su premisa inicial, contribuye a tratar ciertos ejemplos del empleo de –sse en el portugués hablado en Florianópolis en el siglo XXI por medio de una teoría gramatical castellana del siglo XIX.

Introducción

Nuestra autoría conjunta en este congreso tiene la osadía de reunir teorías distantes temporalmente. Estamos tratando de dos tendencias: una de la referencia al modelo teórico retirado de la gramática en español de un autor venezolano del siglo XIX, y otra de la investigadora Angela Back que realiza estudios en lingüística del portugués para tesis doctoral de acuerdo con orientación sociovaracionista del siglo XXI. El intento de aproximar estos estudios sirve, por un lado, a la curiosidad de medir la extensión de un modelo teórico, y por otro lado, contribuye a indagar sobre sobre cuál(es) factor(es) condiciona(n) el empleo de la forma verbal subjuntiva en –sse en el portugués actual.

La manera particular como Andrés Bello explica los tiempos y modos verbales del castellano ha despertado, primeramente, la atención de la primera autora de ese artículo que en 1998 dedica su tesis doctoral al estudio de ese asunto (ver BARROS, 1998). Posteriormente, llama la atención también de su alumna de postgrado, Angela Back, que, preocupada en describir las funciones y usos de las formas en –sse en el portugués de Florianópolis, decide examinar la aplicación de las ideas de Bello al portugués en su tesis doctoral. La tesis de Back (2008) reúne gran número de datos, retirados del *corpus* del VARSUL (*Variação Lingüística Urbana da Região Sul*). De los muchos datos de esta investigación, seleccionamos doce fragmentos que son comentados en el artículo “*Usos e funções das formas em –sse no português falado em Florianópolis: emprego do pretérito imperfeito do subjuntivo segundo a teoria de Andrés Bello*”, publicado por la editorial CRV, de Curitiba, en 2014, en el libro *Léxico e gramática: novos estudos de interface*. Este artículo nos provee los datos en portugués que se analizan aquí de acuerdo a categorías establecidas por Bello, en el intento de mostrar si la negación se muestra como factor determinante de los casos de selección modal.

Sobre el modelo teórico

Andrés Bello, natural de Caracas, Venezuela, 1761, y fallecido en Santiago de Chile en 1865, fue profesor de Simón Bolívar, con quien participó en una misión diplomática en Inglaterra, durante los años 1810 a 1830. En la capital inglesa publicó, en 1810, un tratado verbal *Análisis ideológico sobre los tiempos de la conjugación castellana* (AIT a partir de ahora). Además de las diferentes publicaciones de esa “obrita”, la teoría semántica presentada en ese artículo se encuentra publicada, con unas pocas

alteraciones, en la *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (GCA a partir de ahora), publicada en Chile en 1847, y conocida como una de las primeras gramáticas castellana producida en suelo de la Hispanoamérica independiente.

Bello reconoce en la obrita que las formas verbales de indicativo vehiculan “valores temporales”, que en GCA llama de “significados temporales”, y construye una teoría en que analiza, a partir de ejemplos retirados de la literatura española de los siglos XV y XVI, el empleo de las diez formas verbales de indicativo de acuerdo con las nociones temporales de presente (concomitante – abreviado por el prefijo co-, y por la letra C), pasado (anterioridad, – abreviado por el prefijo ante-, y por la letra A) y futuro (posterioridad, – abreviado por el prefijo pos-, y por la letra P). Presentamos una ilustración con las formas verbales de indicativo y sus respectivos valores temporales:

SIGNIFICADO FUNDAMENTAL DE LOS TIEMPOS SIMPLES Y COMPUESTOS DE INDICATIVO

FORMAS SIMPLES	FORMAS COMPUESTAS
PRESENTE – C – amo	ANTEPRESENTE – AC – he amado
FUTURO – P – amare	ANTEFUTURO – AP – habré amado
PRETÉRITO – A – ame	ANTEPRETÉRITO – AA – hube amado
COPRETÉRITO – CA – amaba	ANTECOPRETÉRITO – ACA – había amado
POSPRETÉRITO – PA – amaría	ANTEPOSPRETÉRITO – APA – habría amado

Este esquema de Barros (1998, p. 104) nos sirve para demostrar que el sistema verbal del modo indicativo en castellano se compone de cinco formas simples y cinco formas compuestas en que “haber” – verbo auxiliar en las formas compuestas – se conjuga en el tiempo de la forma simple correspondiente. Según esta teoría, el tiempo presente “amo” – C - presenta una forma compuesta “he amado”, clasificada como antepresente – AC. De acuerdo con esta clasificación, la forma conocida por la nomenclatura oficial como “pretérito perfecto compuesto” recibe el nombre “antepresente”,

resumido en sus significados temporales por las letras AC. Ya la fórmula que trae los mismos elementos en posición distinta de AC – antepresente, es decir, CA – copasado – equivale a la forma simple de pretérito imperfecto de indicativo “amaba”, y presenta dos significados temporales: de anterioridad – relativo al pasado – A, y de concomitancia – relativo a la concomitancia - C.

La determinación de “amaba” como copretérito viene siendo bastante divulgada posteriormente, no solo por gramáticos, sino también por profesores de lengua castellana de España y, principalmente, de Hispanoamérica. Cumple destacar también que esa clasificación temporal de las formas indicativas es tema ampliamente divulgado en estudios gramaticales posteriores a Bello, como en la *Gramática de la lengua española*, de Alarcos Llorach, para citar apenas un ejemplo. (Ver ALARCOS LLORACH, 1994, p. 171-177)

Esta teoría postula que el indicativo vehicula significados temporales representados en una fórmula – AC, correspondiente al antepresente, y CA al copasado. Son diez formas verbales en indicativo con diez fórmulas con sus significados temporales correspondientes. Y que los otros modos verbales vehiculan también nociones temporales que corresponden a las mismas fórmulas determinadas para el indicativo.

Para Andrés Bello, la selección de modo se da por condicionamiento sintáctico en el cual el régimen desempeña función primordial. Y lo interesante de su teoría es que no solo el subjuntivo se define como modo regido por verbos de suposición y duda. El modo indicativo también puede estar regido por verbos como “afirmar, saber”, aparentes o subentendidos. De ahí reside la uniformidad de su teoría que no clasifica apenas el subjuntivo como modo de la oración subordinada – como en el ejemplo “Dudo que tus intereses prosperen”, pero también el indicativo puede venir manifiesto en ejemplos como “Afirmo que tus intereses prosperan”. (BELLO, GCA § 449 – 451, p. 158)

Y para nuestra hipótesis de investigación del papel de la negación como factor de determinación modal, importa recordar la definición de indicativo, de acuerdo al párrafo 455, y la secuencia, en el párrafo 456, del capítulo XXI de GCA, en que se afirma:

“§ 455 - Formas indicativas o de modo indicativo se llaman las que son o pueden ser regidas por los verbos “saber” y “afirmar”, no precedidos de negación. § 456 – Se dice *no precedidos de negación* porque sucede a menudo que la negación hace variar el régimen de la frase subordinante: “No creo que tus intereses

peligren o *peligran*” (subjuntivo común), o “No creí que tus intereses *peligrarían*” (indicativo).” (BELLO, GCA § 456, p. 160)

Importa preguntarse algo que el gramático no dice en ese fragmento: ¿cómo sería la forma afirmativa con la principal con “creo”? “Creo que tus intereses peligran” se opone a “No creo que tus intereses peligren”, aunque la negación en la principal rija dos construcciones subordinadas, en indicativo y en subjuntivo. Es decir, la negación parece no ser el único factor determinante de la selección modal.

Por el extracto de texto mencionado, se observa que Bello postula la negación como condicionante modal, dado que la variación entre las formas de presente de subjuntivo o de presente de indicativo está considerada como una variante modal. Vea que nuestro autor parece considerar como formas coexistentes en el español: “No creo que tus intereses peligran”, en indicativo, así como la forma en subjuntivo “No creo que tus intereses peligren”, aunque no llegue a hacer mayores comentarios sobre el empleo de uno u otro. En presente, por lo tanto, el gramático del siglo XIX hace el registro de esas dos construcciones.

Bello parece no considerar la negación como único condicionante modal. Caso Bello operase de forma tajante, explicando la ocurrencia de indicativo/subjuntivo condicionada por el adverbio de negación, “Creo que tus intereses peligran” se opondría únicamente a “No creo que tus intereses peligren”. Pero parece no ser ese su razonamiento.

En ese único pasaje, nuestro autor parece admitir cierta flexibilidad en términos de regencia, aunque sea restrictivo en términos temporales. Decimos eso porque en pasado Bello (GCA § 456, p. 160) presenta “No creí que tus intereses *peligrarían*” con la forma de indicativo en *-ría*. Nuestro objetivo, en el presente artículo, es pensar en qué ambiente ocurre la forma en pretérito imperfecto de subjuntivo y cuál es la función de la negación en la selección modal de los datos en análisis.

Modo verbal

Empezamos ese apartado por traer la definición del autor de modo verbal como “inflexiones del verbo encuanto provienen de la influencia o régimen de una palabra o frase a que esté o pueda estar subordinado” (BELLO, GCA § 450, p. 158). Con la

inclusión de “pueda estar”, Bello admite formas no expresadas, y presenta una clasificación peculiar de los modos verbales en castellano.

Para él, los modos verbales son cinco, porque divide los modos subjuntivo y optativo en dos. De esta forma, son modos verbales: el indicativo (con subordinante explícito, como “Sé que tus intereses peligran”; o implícito en “Tus intereses peligran”), subjuntivo común (con subordinante explícito en “No creo tus intereses peligren”), subjuntivo hipotético (que ocurre en la subordinada condicional en “Si peligraren tus intereses, seremos felices”), optativo imperativo (con subordinante implícito en “¡Venga!”) y optativo común (con subordinante explícito en “Ordeno que venga”).

Bello discrepa de los gramáticos anteriores por dividir el subjuntivo en dos modos: subjuntivo común y subjuntivo hipotético. Es importante observar que, en la clasificación de los modos del verbo, Bello considera las formas explícitas y las formas implícitas. Y para la observación de nuestra hipótesis sobre la negación como condicionante modal operamos de igual manera, es decir, consideraremos también las formas explícitas de negación – con adverbio aparente, en las oraciones subordinadas sustantivas del subjuntivo común; y las formas implícitas – en las condicionales.

Y antes de entrar en nuestro asunto, es decir, el examen de las formas verbales en pretérito imperfecto de subjuntivo en portugués, explicamos el modo subjuntivo, que nos interesa, de la manera que sigue.

Subjuntivo común

Según Bello, el subjuntivo común comprende las formas simples y compuestas de presente (ame/haya amado) y pretérito de subjuntivo (amara ~ amase / hubiera amado ~ hubiese amado). Hay que observar que el pretérito imperfecto de subjuntivo, que en portugués corresponde a las formas con –sse, en español equivalen a dos terminaciones verbales, en –se y en –ra. Y esas formas se conjugan en la subordinada en secuencia a la principal en pasado, en esquema que resumimos de acuerdo con el párrafo 457 de GCA, de la siguiente manera:

SUBJUNTIVO COMÚN
INDICATIVO
PRESENTE

SUBJUNTIVO
PRESENTE

Quiero
 PRETÉRITO
 Quise
 GCA §457, p. 160)

que estudies el Derecho.
 PRETÉRITO
 que *estudias*es o *estudiaras* el Derecho. (BELLO,

A partir de esa figura esquemática se constata que verbos como “querer” en pretérito anteceden subordinadas que presentan la terminación –se o –ra, en simplificación que trae el verbo de la oración principal en indicativo en el mismo tiempo que la subordinada en subjuntivo. “*Eu quis que você estudasse Direito*” se muestra como una posible traducción al portugués, aunque creemos más adecuada la construcción “*Eu queria que você estudasse Direito*”.

Fue esta parte del estudio de Bello que inspiró nuestra alumna Angela Back a aplicar el modelo gramatical de Andrés Bello a datos del portugués. Por extender la teoría temporal del indicativo a otros modos verbales, las formas de subjuntivo común vehiculan significados temporales por paralelismo con el indicativo. De esa forma, Bello postula más de un significado temporal a cada una de las formas subjuntivas, estableciendo, por ejemplo, que la forma simple de presente de subjuntivo significa presente – C, y también futuro – P, por un sistema de oposición entre indicativo y subjuntivo. Por proceso de oposición entre los modos, Bello establece la significación temporal de las formas en presente de subjuntivo de la siguiente manera:

PRESENTE – C – ame/amo: “Paréceme que alguien habla en el cuarto vecino”
 “**No** percibo que alguien hable en el cuarto vecino”

FUTURO – P – Ame/amaré: “Es seguro que mañana llegará el correo”
 “Es dudoso que mañana llegue el correo”(AIT § 81, p. 430;
 GCA § 654, p. 206)

Hay que mencionar que la negación opera en el primer ejemplo castellano, aunque haya también un cambio en el verbo en la oposición en presente “amo/ame”. En el segundo par no opera la negación, sino la alteración en la principal para explicar el valor de futuro de la forma en presente de subjuntivo, correspondiente al binomio “amará/ame”.

Vemos, por lo tanto, que la negación actúa en parte como un mecanismo de alteración modal.

Por paralelismo entre los valores temporales establecidos a las diez formas indicativas se determina el valor temporal de las seis formas en subjuntivo, razón por la cual se establece más de un valor temporal a cada una de ellas. Siendo así, la forma “ame” tiene significado de presente – C y de posterioridad – P. Importa saber cuáles son los significados temporales del pretérito imperfecto de subjuntivo.

Andrés Bello postula tres significados temporales para las formas en –ra o –se: A – pasado, CA – copasado y PA – pospasado, en razón de lo que explicamos con ejemplos, primeramente, en castellano:

PRETÉRITO – A – amara ~ amase/amé:

“Muchos historiadores afirman que Rómulo fundó Roma”

“Hoy **no** se tiene por cierto que Rómulo fundara Roma”

COPRETÉRITO – CA - amara ~ amase/amaba:

“Parecióme que hablaban en el cuarto vecino”

“**No** percibí que hablaran en el cuarto vecino”

POSPRETÉRITO – PA – amara ~ amase/amaría:

“Se anunciaba que al día siguiente llegaría la tropa”

“Por improbable se tenía que al día siguiente llegara la tropa”(AIT §81, p. 430, GCA § 654, p. 206)

Por oposición entre formas indicativas y subjuntivas, Bello confiere tres valores temporales a la forma subjuntiva “amase”: pretérito – A, copretérito – CA, y pospretérito – PA. Simplificamos la definición temporal para la forma de pretérito imperfecto de subjuntivo en español, según el gramático venezolano del siglo XIX, y recordamos que gracias a esta forma verbal, en particular – tema central de la tesis sociovariacionista de Back -, decidimos aplicar esa teoría a algunos datos del portugués de Brasil del siglo XXI.

Debemos señalar que la negación expresa por “no” hace parte de las dos oposiciones que explican el paralelismo entre las formas en pasado, vale decir, en pretérito - A - “amé/amase” y en copasado – CA - “amaba/amase”. Con el valor de posterioridad, en el pospretérito, otros mecanismos explican el binomio “llegaría/llegase”.

Y como nos importa introducir el tema de los datos del portugués hablado, presentamos cuatro casos de empleo en subjuntivo común de las formas en –sse en portugués. Mencionamos cada dato seguido de un breve comentario, siendo el primero:

(01){O que} eu gostava tanto [de] assim, de leitura, que acabava lendo, assim, mas e gostava de todas. Então, não tinha nenhuma, assim, especial, né? Que era uma leitura gostosa. Minha mãe ficava doida, ela achava o cúmulo ler aquilo ali, é um absurdo, né? Quera que LESSE outras coisas, já que eu gostava de ler e que LESSE alguns livrinhos, né? Infantis, comprava Mas eu sempre recortava os livros todos, né? [VAFL01]

Empezamos nuestra exposición sobre los empleos en portugués por tres datos: el primero se refiere a la lectura en la infancia, y presenta esquema similar al presentado anteriormente con el verbo “querer”. Tenemos la construcción “(a mãe) quera que (eu) LESSE outras coisas”, en que el pretérito imperfecto de indicativo está seguido por el imperfecto de subjuntivo, y del cual se manifiesta un antagonismo de deseos, ya que el niño no leía lo que la madre quería que leyera.

Destacamos, por lo tanto, los puntos de esa gramática del castellano que nos interesa: los tres valores temporales del pretérito de subjuntivo – A, CA y PA. Back (2014) busca saber si los datos en portugués coinciden con esa afirmación para el español. Volvamos, por lo tanto, al primer datos del VARSUL para que lo comprendamos de acuerdo con sus significados temporales, siguiendo el modelo de oposición sugerido por Bello para el primer dato “(Minha mãe) quera que (eu) lesse outras coisas”.

COPRETÉRITO – CA –lesse/lia:

“Minha mãe achava que eu lia outras coisas”

“Minha mãe quera que eu lesse outras coisas”

Comprendido ese primer caso de manifestación de “*lesse*” como copasado, examinamos que la negación no interfiere en la selección modal, conforme simplificamos en el paralelismo siguiente:

NEGACIÓN: COPRETÉRITO – CA –*lesse*/lia:

“*Minha mãe queria que eu lesse outras coisas*”

“*Minha mãe não queria que eu lesse outras coisas*”.

Eso expuesto, pasamos al segundo fragmento de texto en que hay dos ocurrencias de la forma verbal en estudio:

(02)“...*E eu, quando estava tomando a sopa, ficava de olho na já comida, pensando que a comida FOSSE escapar. Bem aquelas coisas de criança, né? Aí, meu avô só ficava reparando isso....Casa era muito grande. Cada uma numa ponta da casa. Eu sei que a gritaria era tanta que um dia mandaram chamar a polícia, pensando que tinha acontecido alguma coisa com nós. Aí bateu lá a polícia. Nós tudo gritando, eles pensavam que FOSSE alguma coisa, né?, todo mundo...[VAFL01]*

El segundo fragmento presenta dos veces la forma “*fosse*”, en: “*ficava de olho pensando que a comida FOSSE escapar*” y “*eles pensavam que FOSSE alguma coisa*”. La algarabía de los niños provoca la reacción de la policía que juzga haber peligro, en ese fragmento de entrevista que recupera memorias personales. La contradicción se da por el juicio equivocado del niño, primeramente sobre la posición de la comida en el tenedor, y segundo sobre el motivo del ruido infantil. Para indicar el paralelismo indicativo/subjuntivo, hemos lanzado mano de cambio del modo verbal y conservamos el verbo “*ir*” en las dos construcciones, conforme se ve en el primer empleo:

COPRETÉRITO – CA –*fosse*/ia:

“*Eu ficava de olho na comida pensando que ia escapar.*”

“*Eu ficava resabiado pensando que a comida fosse escapar.*”

Para trazar el paralelismo modal, hemos cambiado la posición de elementos, además de hacer variar el condicionante modal de la oración principal en el primer empleo

de (02). En el segundo empleo, logramos trazar el paralelismo semejante al anterior por cambio del verbo de la principal, para explicar la oposición indicativo/subjuntivo, según el razonamiento de Bello.

COPRETÉRITO – CA –fosse/era:

*“Eles viam que **era** alguma coisa.” ~ “Eles pensavam que **era** alguma coisa.”*

*“Eles pensavam que **fosse** alguma coisa.”*

Esos dos esquemas muestran la oposición por medio de la alteración de sentido en la expresión subordinante en el caso de “*ia/fosse*”, y por la modificación del verbo de la principal – en el segundo caso “*fosse/era*”. Hay que señalar también que ese caso es un buen ejemplo de construcción en que no se hace evidente el paralelismo indicativo/subjuntivo, ya que sin que haya modificación verbal, se puede registrar tanto la forma en indicativo “*Eles pensavam que **era** alguma coisa*” como la subordinada en subjuntivo “*Eles pensavam que **fosse** alguma coisa*”.

Bello prevé tal posibilidad cuando acepta “No creo que tus intereses peligran o peligren”. De esa manera, no atribuye únicamente a la regencia el papel de condicionante modal. Para investigar si la negación interfiere en la selección modal, examinemos el esquema que sugiere no haber interferencia de la negación en la expresión modal, conforme se ve en:

NEGACIÓN: COPRETÉRITO – CA –fosse/ia:

*“Eu ficava ressabiado pensando que a comida **fosse** escapar.”/*

*“Eu **não** ficava ressabiado pensando que a comida **fosse** escapar.”*

NEGACIÓN: COPRETÉRITO – CA –fosse/era:

*“Eles pensavam que **fosse** alguma coisa.”*

*“Eles **não** pensavam que **fosse** alguma coisa.”*

Tras haber examinado que la negación no interfiere en la regencia verbal, queremos seguir investigando los valores temporales de los empleos en portugués en pretérito imperfecto de subjuntivo, y para tanto presentamos un dato más:

(03) *Era muito divertido. Tinha cachorro, árvores, subíamos em árvores. Eu me lembro que meu avô construiu um barco, não um barco assim, né? Mas um barquinho. E a gente brincava ali dentro do barco. Fazia comidinha. E era uma descida, um morrinho, ficava o barco. Então eu tinha medo que o barco CAISSE [aqui, né?]E o quê? Ah, a gente brincava um monte, brincadeira de criança mesmo...[VAFL02]*

Hay que considerar que nuestras observaciones no abarcan la totalidad del texto de donde se extraen los fragmentos de las entrevistas lingüísticas recolectadas por esa investigación. Sobre ese extracto de texto se puede decir que el tercer dato vuelve otra vez al pasado y recuerda la figura del abuelo. La expresión “*eu tinha medo que o barco CAISSE*” presenta otra vez la inquietud sobre algo que parece no haber ocurrido. La forma en subjuntivo sigue la expresión de temor de la principal, con verbo conjugado en imperfecto de indicativo.

Aplicamos el principio de oposición indicativo/subjuntivo para establecer el significado temporal de la forma en subjuntivo. Reconocemos que la concomitancia al copasado – CA - son valores temporales de la forma en imperfecto, por el paralelismo que se ve en:

COPRETÉRITO – CA –caísse/caía:

“*Então eu tinha certeza que o barco caía.*”

“*Então eu tinha medo que o barco caísse.*”

En el tercer ejemplo, el verbo en copretérito de la oración principal permite el cambio de la expresión substantiva que le sigue. “*Eu tinha certeza/ Eu tinha medo*” presenta matices de significado que permiten la equivalencia, ya que admite la construcción en indicativo y en subjuntivo. Y como otro elemento de investigación sobre el papel desempeñado por la negación explícita en enunciados como “*Então eu tinha medo que o barco caísse.*”, cumple decir que esa parece no intervenir en la alteración modal de “*Então eu não tinha medo que o barco caísse.*”

Hay que observar, en los datos (02) y (03), que a pesar de que hayamos establecidos formas en la oración subordinada en copretérito de indicativo, admitimos que

el pospretérito – PA – podría, a depender de matices semánticos, concurrir en mismo enunciado, en conmutaciones como: “*Então eu tinha certeza que o barco caía/cairia/iria cair.”, para (03), y “*Eles pensavam que era/tnha sido/teria sido alguma coisa*”. Tal interpretación admite más de una definición temporal a los datos en cuestión, agregando otras posibilidades no contempladas en la teoría de Andrés Bello. La variedad de formación nos llama la atención sobre la dificultad de atribución de significados temporales a los empleos en subjuntivo, y de la necesidad de conocer las condiciones pragmáticas para determinar, con exactitud, cuál de esas formas equivale al paralelismo deseado.*

Añadimos un cuarto dato del empleo de la forma en –sse en portugués que presenta el significado temporal de pospretérito, conforme exponemos a seguir:

(04)...Sobre o negócio da AIDS não tem que educar. Todos assistem televisão...Só as pessoas ser conscientes daquilo que escutou, entendeu? Então aí ele [vai ficar] vai botar na consciência que, bom, eu sei lá, pra sair, manter relações, eu tenho que ver com quem é que vou manter relações e, enfim. Porque hoje o mundo já está assim mesmo, esse negócio de manter relações, isso aí já é normal. Que eu não gostaria que ACONTECESSE com uma filha minha nem com um filho meu. Ou que se METESSEM numa gangue de droga, ou Não gostaria...[VAFL02]

En ese mismo trozo, hay dos ocurrencias de la forma en -sse a que atribuimos valor temporal de pospretérito, debido a la oposición al pospretérito de indicativo, conforme se ve en:

POSPRETÉRITO – PA –acontecesse/aconteceria:

“eu previa que a AIDS aconteceria a alguma filha minha”

“eu não gostaria que a AIDS acontecesse com alguma filha minha”

POSPRETÉRITO – PA –metesse/meteria:

“eu previa que (um filho meu) se meteria numa gangue de droga”

“eu não gostaria que (um filho meu) se metesse numa gangue de droga”

Para ese tipo de oración subordinada sustantiva, establecemos, en lengua portuguesa, dos valores temporales: CA – copretérito y PA – pospretérito. Diferentemente del castellano, en que Bello establece un tercer valor correspondiente al pasado – A -, en portugués no encontramos tal significado temporal. Bello definiría el valor pospretérito – PA – motivado tal vez por el verbo de la oración principal, y de esa forma concluiría que los casos de empleo de imperfecto de subjuntivo en portugués se clasifican con dos valores temporales: CA – copretérito y PA – pospretérito.

Nuestro entendimiento de la teoría de Bello nos hace suponer su consonancia con las palabras de Molho (1975, p. 140) para quien “el modo, como todo en el verbo, es un ente del tiempo”, por considerar que Bello comparte la misma idea, ya que su teoría verbal tiene el tiempo como tema central que mueve su razonamiento.

Bello establece tres valores temporales para las formas en –se en castellano, en los párrafos 651 a 657, en que trata del subjuntivo común. El subjuntivo hipotético, punto innovador en esa teoría, es la parte interesante para la definición del papel de la negación, conforme exponemos a continuación.

Subjuntivo hipotético

La teoría verbal de Andrés Bello, aplicada a las formas indicativas, es uno de los puntos más comentados en la historia de la gramática española. Otro punto, en cambio, que no ha encontrado difusión en el desarrollo gramatical castellano es la división del subjuntivo en dos modos verbales: subjuntivo común (que comporta las formas simples y compuestas de presente y de pretérito imperfecto de subjuntivo) y el subjuntivo hipotético (que comporta las formas simples y compuestas de futuro de subjuntivo – formas en –re: cantare/hubiere cantado).(GCA, §658, p. 207)

Bello (GCA § 469, p. 163) define el subjuntivo hipotético por el significado constante de “condición o hipótesis”, y agrega que: “el modo hipotético (...) se adapta a las condiciones y suposiciones de que depende un anuncio, prevención o precepto” (GCA, § 667, 668, p. 211). Y como el subjuntivo común puede también significar hipótesis, en “es posible que llueva hoy”, resta la condición como característica exclusiva del modo hipotético, que tiene como empleo, un ejemplo retirado de Cervantes, que escribe en *Don Quijote*: “Señor Caballero, nosotros no conocemos a esa señora;

mostrádnosla, que si ella fuere tan hermosa como decís, de buena gana y sin apremio alguno confesaremos la verdad.”(AIT §88, p. 431) Este es un caso prototípico de empleo de subjuntivo hipotético y trae la condicional con “si”, seguida de principal en futuro, como “si ella fuere tan hermosa, confesaremos la verdad.”, cuya traducción “*Se ela **for** tão formosa, confessaremos a verdade.*”. Esa estructura trae el verbo en futuro de subjuntivo en los dos idiomas, forma verbal en vigor solamente en el portugués actual.

No sabemos las razones por las cuales los gramáticos posteriores a Bello no aceptaron el modo hipotético. Pero sí sabemos que tal determinación de su gramática ha sido motivo de incontables críticas en su tiempo. Sabemos también que las formas en –re, llamada de futuro de subjuntivo, ya se hacía obsoleta en el español de la época de Bello, tanto que en el párrafo que sigue esa afirmación hay una construcción similar con la condicional en presente de indicativo – forma frecuente en el español actual. En el siglo XIX, Bello constata también “Si él tiene poderosos valederos, conseguirá sin duda el empleo” (GCA, § 692, p. 217) cuya traducción al portugués corresponde al futuro de subjuntivo, como se ve en: “*Se ele **tiver** poderosos valores, conseguirá sem dúvida o emprego.*”

El modo hipotético se simplifica en construcciones castellanas, tales como: “Si ocurriere X, sucedirá Y” – forma en desuso ya en la época de Bello, que parece que coexistía con la forma más frecuente “Si ocurre X, sucedirá Y”, como también con la formación de contenido verosible “Si ocurriese X, sucedría/sucedíaY”.

Como ejemplo de subjuntivo hipotético en portugués, seleccionamos cuatro casos. Son ellos:

(05)...[Está vivo]. Então na época tinha o irmão Celso e ele era farmacêutico, ele que aplicava injeção, fazia curativo. Se a gente QUEBRASSE o braço ali na hora, passava lá na farmácia, o irmão Celso enfaixava o braço, a gente saía, ia no hospital mais próximo para engessar o braço. [VAFL02]

Este ejemplo presenta la oración condicional en pretérito imperfecto de subjuntivo seguida de otras en imperfecto de indicativo: “*Se a gente QUEBRASSE o braço ali na hora, passava lá na farmácia, o irmão Celso enfaixava o braço*”. Consideramos que se trata de una condición factible, en que los eventos se daban de la manera enunciada. Por

esa razón, clasificamos ese enunciado en el modo hipotético porque consideramos que se trata de eventos factibles, ocurridos en la infancia del enunciador. Otro dato similar:

(06) ...Ah, essa brincadeira de suicídio era sempre com alguém [brincava] brigava com a gente, com o que a gente achava que não tinha razão, né? Sempre ia se matar, eram daquelas histórias, né? Pra chamar atenção no fundo, né? Mas era banana com Porque a gente escutava que diziam que a pessoa morria, né? Passava mal e morria, né? Se COMESSE [Aí a gente ia] aí a gente fazia, quer dizer, né? [VAFL01]

A pesar de la dificultad de la reconstrucción de ese fragmento, reconocemos una expresión “Se (a gente) **COMESSE** (tal coisa), *passava mal e morria*”. Los recuerdos de juegos infantiles constituyen la temática de esos trozos, en que se relatan eventos ocurridos en el pasado. Tales casos presuponen la afirmación, es decir, en “se a gente quebrava o braço,” se infiere que “a gente quebrava o braço”. En subjuntivo hipotético, por lo tanto, Bello (BELLO, § 667, p. 210) postula “lo que se presenta como condición es a menudo una premisa que se supone alegada o concedida, y de la que se saca lógicamente una consecuencia.” La presuposición de negación se reserva a los casos de significado metafórico, sobre el cual Bello cierra el espacio reservado al subjuntivo hipotético diciendo:

§ 668-También es preciso distinguir de las oraciones condicionales en que los tiempos del verbo no salen de su significado natural, aquellas otras en que damos a la forma verbal un sentido implícitamente negativo, y de las cuales se tratará más adelante.” (BELLO, GCA, § 668, p. 211)

En ese pasaje, Bello se refiere al empleo metafórico de la negación implícita, tema que tratamos a seguir.

Significado metafórico de los tiempos de subjuntivo

Esa es la tercera categoría que, como las anteriores, no suele mencionarse en los estudios gramaticales castellanos posteriores a GCA. Los gramáticos posteriores a Bello se limitan a divulgar lo esencial de su teoría temporal, vale decir, el empleo de las formas

en indicativo. La aplicación de los valores temporales de Bello a los demás modos verbales no suelen tratarse en los estudios posteriores. Si algún gramático llega a tratar el subjuntivo, no llega a mencionar los valores metafóricos, ni mucho menos el subjuntivo hipotético, punto olvidado de su teoría.

Bello crea una clasificación especial para casos estilísticos, es decir, que no caben en su teoría. Por esa razón, llama de “metafórico” los desvíos al modelo modo-temporal propuesto. El valor metafórico define casos en que, por ejemplo, se emplea una forma verbal con el valor de otra. Una expresión portuguesa actual como “*Fui!*” corresponde a la expresión en lengua castellana porque, según los valores metafóricos “es propiedad del pretérito sugerir una idea de negación, relativa al presente. Decir que una cosa “fue” es insinuar que no es.”(GCA, § 692, p. 217) Y cuando un joven brasileño, por ejemplo, se despide de ese modo, está anunciando que ya no más está en el lugar en donde se pasa la acción. Los casos de “oraciones condicionales de negación implícita” hacen parte del valor metafórico, que abarcan los cuatro datos que componen el *corpus*. Son ellos:

(07)...Brincadeira de jogar no buraco, tinha brincadeira de jogar no buraco. Tinha que jogar no buraco, quem não PULASSE tinha que ser jogado no buraco. E eu sempre era jogada dentro do buraco, ne? E ficava lá...[VAFL01]

A pesar de la dificultad de establecer con precisión el sentido de ese empleo, tenemos la siguiente condición:

se não PULASSE tinha que ser jogado no buraco.
se PULASSE não tinha que ser jogado no buraco.

Y como conclusión: *(a informante) não PULOU e era sempre jogada no buraco.*

Son varios los casos de valor metafórico, según la larga descripción de casos propuestos por Andrés Bello para el castellano. Sin embargo, queremos destacar aquí el tema que estamos averiguando, es decir, el caso de la negación implícita. Limitamos el uso de “valor metafórico” a la presuposición de la negación, aunque ese ítem no sea el único mencionado por el autor, en el apartado “significado metafórico de los tiempos”, con dieciocho párrafos - § 685 a 703 – y siete páginas - p. 215 a 222 de GCA. Seguimos con otros ejemplos en portugués, como:

(08)...*Você tem certeza que está comprando direto do colono? Do agricultor? São poucos os agricultores que têm os criadores suínos, de aves. Então estão ali os atravessadores. Que se você FOSSE comprar do agricultor, do colono, aquele quem sua a camisa para botar a safra em ponto de vender pra população, você compraria por menos da metade do preço...*[VAFL02]

De acuerdo a nuestro análisis, la condicional “se você FOSSE comprar do agricultor(...) você compraria por menos da metade do preço”, implica una negación, es decir, está presupuesto que no se compra del agricultor, tampoco se paga la mitad del precio.

Ese tipo de negación indirecta es frecuente en nuestros datos en portugués. Agregamos otro caso en que se ve la forma compuesta del verbo “registrar”, tal como:

(09)...*E daí a gente foi até o juiz pra registrar, e a mãe foi deixar ela me registrar. Quer dizer que aí, se a mãe TIVESSE ME REGISTRADO, eu seria legalmente filha dela, né? Não, chegou lá, aí ela queria me levar, aí o juiz perguntou com quem eu queria ficar, aí eu começava a chorar e dizia que não queria ir embora com ela, não. Aí [eu vim] na gente veio embora, mas eu fiquei registrada no nome dela. E eu toda a vida odiei [o meu nome] o meu sobrenome.* [VAFL03]

Hay que considerar el aspecto de hecho concluido en el pasado, por la forma compuesta del verbo, en (09) “se a mãe TIVESSE ME REGISTRADO no nome dela”, que parece presumir que la madre no la había registrado en su nombre, en un ejemplo más de negación indirecta en portugués al que añadimos el décimo ejemplo:

(10)...*a irmã dele ainda era pior do que eu, ainda, na exigência de limpeza. A irmã dele era ainda pior do que eu. Então era assim, se a gente JANTASSE ou ALMOÇASSE, que seja [eu já] [eu já não era] eu não me sentava...Então eu nunca tinha tempo pra ele, eu nunca tinha tempo pra ele e nem dava tempo pras crianças...Se TIVESSE tudo arrumadinho, mas eu estava sempre arrumando alguma coisa...*[VAFL03]

Son tres verbos en subjuntivo en ese trozo, es decir, se trata de” *JANTASSE*”, “*ALMOÇASSE*” y “*TIVESSE*”. Aunque sea difícil completar las condicionales en sus partes relativas a la apódosis y la hipótesis, resumimos lo esencial, es decir, “*Se TIVESSE tudo arrumadinho*”, en que se insinúa de que no está todo arreglado.

Suponemos que esos cuatro casos se clasifican como negación implícita, porque aunque la condicional sea afirmativa, su sentido es negativo. Y esa clasificación específica encuentra guarida en el texto de Bello, cuando dice:

§692 – Es propiedad del pretérito sugerir una idea de negación relativa al presente. Decir que una cosa *fue* es insinuar que no *es*. Y de aquí el sentido de negación indirecta o implícita que las condicionales y las optativas toman a menudo en castellano y en muchas otras lenguas por medio de una relación de anterioridad, superflua para el tiempo. Cuando decimos: “Si él tiene poderosos valedores, conseguirá sin duda el empleo”, el tener poderosos valedores es una hipótesis sobre la cual afirmamos la consecuencia del empleo, pero sin afirmar ni negar la hipótesis, o más bien, dando a entender que no la consideramos inverosímil. Mas otra cosa sería si en lugar de *tiene* pusiésemos *tuviese* o *tuviera*, y en lugar de *conseguirá*, *conseguiría*; pues introduciendo una relación de anterioridad insinuaríamos que la persona de que se trata no tiene o no tendrá valedores poderosos, y por tanto no alcanzará el empleo. Una vez que la sustitución no hace variar la idea de tiempo, pues el tener es como antes un presente o futuro hipotético, y el conseguir un futuro, es visto que la relación de anterioridad que sobre para el tiempo, se hace signo de la negación implícita.” (BELLO, GCA, §692, p, 217)

Otros casos

La *gramática* de Bello presenta veintiuno capítulos subsecuentes al capítulo XXVIII, de la cuestión verbal, capítulo sobre el cual hemos tratado largamente aquí. La falta de parte extensa sobre cuestiones sintácticas debe explicar la ausencia, en esa obra, de sección exclusiva sobre los casos de subordinadas adverbiales, encontrados en nuestro material. Presentamos, a continuación, las formas en –sse en subordinada adverbial temporal, conforme se ve en:

(11) *Vai e volta. Até então porque, quando a gente se separou, era porque a gente não estava mais se dando bem dentro de casa, ne? Estava tendo muita discussão, e antes que a gente APELASSE pra algumas coisas piores, eu achei melhor [nós nos separarmos]. [VAFL03]*

La oración “antes que a gente APELASSE pra algumas coisas piores” se muestra como uno de los casos no contemplados en la teoría de Bello.

El segundo y último ejemplo trae una oración subordinada adverbial comparativa, en clasificación posible de negación indirecta en caso de pelea conyugal, en que uno dice en la condicional afirmativa algo que presupone lo contrario, como en:

(12)...[Aí nós não] *Tentamos acho que umas quatro ou cinco vezes, aí não deu mais certo mesmo! [Aí até que eu ele] aí eu disse pra ele que não queria mais viver com ele, aí ele saiu, aí ele sempre vinha: “Porque tu vais te arrepender, não sei mais o quê, porque tu pensas que é assim, vive, vive com a gente e depois joga assim como se FOSSE um cachorro, porque não sei o quê, porque eu estou aí passando trabalho.” [VAFL03]*

Clasificamos esas dos adverbiales como otros casos no contemplados en esa teoría.

Conclusión

Examinamos doce fragmentos de habla en lengua portuguesa, en que examinamos la ocurrencia de pretérito imperfecto de subjuntivo (formas en –sse) en el portugués hablado en Florianópolis. A partir del análisis cuantitativo, determinamos el mismo número de ocurrencia para casos de negación implícita (son cuatro datos en condicionales no-factuales, clasificadas como “valor metafórico”) y cuatro casos de subjuntivo común (con cuatro datos de empleo en subordinada sustantiva, con valores temporales de copretérito – CA - y de pospretérito – PA), seguidos de dos datos en subjuntivo hipotético (empleo en condicional, con presuposición afirmativa).

Advertimos también que hay casos que no caben en esa clasificación, relativos a las adverbiales temporales y comparativas, por ejemplo.

Sobre el papel desempeñado por la negación, hemos concluido que la negación implícita parece desempeñar función importante en la selección modal, ya que da cuenta de explicar muchos de los casos de empleo de las formas en –sse en portugués. La oposición entre empleos en subjuntivo hipotético y valor metafórico se debe a la presuposición de verdad. Bello crea esas dos categorías – valor metafórico y subjuntivo hipotético – para, en parte, dar cuenta de las condicionales, como esa que clasificamos como modo hipotético (05) “*Se a gente QUEBRASSE o braço ali na hora (...) o irmão Celso enfaixava o braço*”, en que se trata de hipótesis verosímil, y, en cambio, en (09) “*se a mãe TIVESSE ME REGISTRADO no nome dela*” se presupone la negación, por tratarse de hipótesis inverosímil. Tal caso es explicado por Barros (1998, p. 189) con las palabras siguientes:

“Negação indireta” – termo de AIT – ou “negação implícita” – termo de GCA – está explicada quando se nega a hipótese expressa por formas pretéritas. Isto é, como o tempo da “hipótese” - oração com “s” – não está no presente, a sua consequência lógica expressa pela “apódosis” é negada. Bello trabalha com a relação lógica entre as proposições. A negação da hipótese implica a negação de toda a fórmula, em que a negação da concomitância se desdobra para a negação de toda a hipótese. (BELLO, GCA § 693, p. 218-219)”(BARROS, 1998, p. 189)

Por otro lado, en el caso también frecuente de empleo de –sse en subjuntivo común, la negación explícita – cuando el adverbio de negación se manifiesta - parece no desempeñar papel de relieve en la selección modal de casos en la subordinada sustantiva. “**No** creo” puede tener como secuencia subordinada en indicativo o subjuntivo, así como “*pensar*” en “*Eles não pensavam que era/fosse alguma coisa.*”

A pesar de haber determinado el paralelismo indicativo/subjuntivo con el objetivo de determinar los valores temporales de las formas subjuntivas, hemos sentido dificultad de aplicar el mecanismo sugerido por el gramático del siglo XIX. Por esa razón, concordamos con Danna (2014, p. 128-129) que dice que los datos “do § 651 y 653 de GCA aparecem descontextualizados”, siendo que no hay “*explicação acerca da natureza destes exemplos, isto é, de onde foram retirados*”.

En varios pasajes, Bello explica la fuente de sus ejemplos, sin embargo, en esos párrafos dedicados al subjuntivo común no hay la indicación de autoría, lo que nos hace pensar que se tratan de datos inventados por el autor.

A pesar de esas dificultades, hemos definido dos significados temporales para los primeros cuatro datos de empleo de pretérito imperfecto de subjuntivo en portugués: copretérito y pospretérito, en oposición al castellano en que Bello estipula tres. Y aunque nuestro abordaje no haya sido conclusivo sobre el papel de la negación en todos los casos de selección modal, ha lanzado luz sobre ciertas categorías creadas por Bello para explicar algunos empleos de la frase condicional.

Referencias bibliográficas

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1994.

BACK, A. C. Di P. *A multifuncionalidade da forma verbal –sse no domínio funcional Tempo-Aspecto-Modalidade: uma abordagem sincrônica*. Tese (Doutorado em Linguística) - UFSC, Florianópolis, 2008.

BACK, A. C. Di P.; BARROS, L. G.; SCHILIKMANN, C. A.. Usos e funções das formas em –sse no português falado em Florianópolis: emprego do pretérito imperfeito do subjuntivo segundo a teoria de Andrés Bello. In: ARAGÃO NETO, M. M. et al (Org.). *Léxico e gramática: novos estudos de interface*. Curitiba: CRV, 2014, p. 289-310.

BARROS, L. G. *Tradição e inovação na teoria verbal da gramática de Andrés Bello*. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

BELLO, A. Análisis ideológico sobre los tiempos de la conjugación castellana. In: *Obra literaria*. Caracas: Ayacucho, 1979 [1810], p. 415-459.

BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Madrid: EDAF, 1984 [1847].

DANNA, S. M. D. G. *Metalinguagem e 'escolha retórica' em Bello (1853 [1847]) e Said Ali (1919 [1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - USP, São Paulo, 2014.

MOLHO, M. *Sistemática del verbo español – aspectos, modo, tempos*. Madrid: Grados, 1975.

NATALIA DOS SANTOS FIGUEIREDO

(UNILA)

PROSÓDIA E O CONTATO LINGUÍSTICO DO ESPANHOL COM O PORTUGUÊS NA TRÍPLICE FRONTEIRA

1 – Introdução:

A região da Tríplice fronteira apresenta uma variedade linguística rica pelos contatos entre diferentes línguas, seja entre o espanhol e o português, seja entre o espanhol e o guarani, ou entre português e guarani sem citar o contato com outras línguas. Porém o resultado desses contatos linguísticos não possui uma descrição prosódica que explicita as características da fala nesta região. Desta maneira, a proposta deste trabalho é analisar variedades entoacionais do espanhol na região de fronteira através de mostras de fala experimentais representando diversas formas de pedidos de ação e os aspectos interculturais que acompanham a interação, e compará-los com dados do português em Foz do Iguaçu.

A relação do espanhol com o português na fronteira deve-se principalmente a relações comerciais e de turismo e, segundo Lipski (no prelo), é mais freqüente o uso da língua portuguesa entre os habitantes de áreas rurais. No caso de Puerto Iguazú, cidade fundada em 1943 e que faz fronteira com Foz do Iguaçu, existe um grande fluxo de turismo na região e boa parte do comércio local utiliza-se do português para interagir com turistas brasileiros. E ainda é possível encontrar o uso do português em colônias agrícolas e área periférica da cidade.

Citando algumas referências, Lipski comenta sobre a influência dos meios de comunicação brasileiros na região fronteira, porém não foram observadas características de bilingüismo na região. O que pretendemos observar é o comportamento entonacional nessa região, descrevê-lo e verificar ou não alguma proximidade à entoação do português do lado brasileiro, mais especificamente em Foz do Iguaçu. No que se refere aos contatos linguístico cultural da fronteira entre Argentina e Paraguai, podemos citar algumas relações importantes. No caso da Argentina, a província de Misiones, encontra-se geograficamente entre o Brasil e o Paraguai e está em contato constante com o português, em sua fronteira com o Brasil e também com o guarani, devido a população

indígena argentina e a presença de paraguaios que vivem na região. Além disso, essa região passou a receber imigrantes de diferentes partes da Europa e Ásia a partir do final do século XIX, após a Guerra da Tríplice Aliança, quando o território passou a pertencer à Argentina, já que antes pertencia ao Paraguai. Atualmente os intercâmbios comerciais entre as fronteiras fomentam o contato e as relações interculturais da região (Orué Pozzo, 2014).

No caso do Paraguai, mas especificamente Ciudad del Este, mantém um fluxo permanente de pessoas, a maioria brasileiros e argentinos, devido ao comércio na região. Além de o território brasileiro da fronteira ter recebido um considerável número de imigrantes paraguaios que escapavam da ditadura de Stroessner no Paraguai, durante o período de 1954 a 1989. Ocorre, portanto um intercambio não só comercial, mas também cultural, pois encontramos famílias compostas por membros argentinos, brasileiros e paraguaios.



Folheto turístico da região da tríplice fronteira: <http://www.ceconfi.com.br/destino.php>

2 – Prosódia e Entoação:

A prosódia estuda os fenômenos suprasegmentais – que se estendem ao longo de um segmento – que afetam unidades superiores ao fonema (CORTÉS, 2001:11). Como características prosódicas da fala encontram-se a entoação, o acento, as pausas, o tom, a intensidade, a velocidade de elocução e o ritmo (AGUILAR, 2000:115). Porém, como os fenômenos mais relevantes para espanhol, segundo Cortés (2001), consideramos para este trabalho as definições de acento e de entoação.

Com relação à entoação, Quilis (2010:77) a define como uma função linguisticamente significativa, socialmente representativa e individualmente expressiva da frequência fundamental no nível da oração. A frequência fundamental representa o contorno melódico propriamente dito, observado na análise da entoação e medido em Hertz (Hz).

De acordo com Quilis (2010), a entoação desempenha três importantes funções: linguística, sociolinguística e expressiva.

a) Função Linguística: determina a modalidade de um enunciado, ou seja, se este é uma afirmação, uma pergunta, uma exclamação ou uma ordem, por exemplo;

b) Função Sociolinguística: se refere a variedades regionais, a faixa etária, ao sexo, ou mesmo características próprias da fala de cada indivíduo;

c) Expressiva: se refere a situações relacionadas à intenções discursivas de um falante. Está relacionada a questões pragmáticas.

2.1 – Variedades entonacionais do espanhol e do português:

No que se refere às funções linguísticas e sociolinguísticas citamos alguns trabalhos de referência para o estudo da entoação. Sosa (1999), descreve o contorno melódico de algumas variedades do espanhol nas modalidades assertivas e interrogativas, tanto totais como parciais. As interrogativas totais são aqueles na qual obtém-se como resposta um “sim” ou um “não”; já as parciais são também conhecidas por perguntas pronominais, pois em sua estrutura encontram-se pronomes como: “Onde”, “Por que”, “Como”, etc. Sosa (1999) analisa as variedades do espanhol de: Buenos Aires, Bogotá, Ciudad de México, San Juan (Puerto Rico), Caracas, Havana, Sevilha, Barcelona, Pamplona e Madri. Os

contornos melódicos de cada variedade possui uma particularidade que a define, por exemplo: em Madri um contorno interrogativo total apresenta um movimento ascendente no final do enunciado; já em Havana, uma mesma interrogativa total apresenta um contorno final descendente. A partir desses dados as descrições fonológicas realizadas por Sosa (1999), foi possível observar como um simples pedido de informação pode ter contornos melódicos diversos, de acordo a cada variedade.

A pesquisa de Figueiredo (2011) trabalha a função expressiva da entoação, além das duas outras funções anteriormente citadas. Para este trabalho foram analisadas duas variedades do espanhol na Argentina: Buenos Aires e Córdoba, comparando o contorno melódico de enunciados assertivos e interrogativos totais em diferentes situações expressivas de atitudes proposicionais. As atitudes proposicionais denotam um estado mental em relação a uma proposição (FÓNAGY, 1993), ou seja, é uma reação expressiva controlada pelo falante, que tem a intenção de expressar determinada atitude.

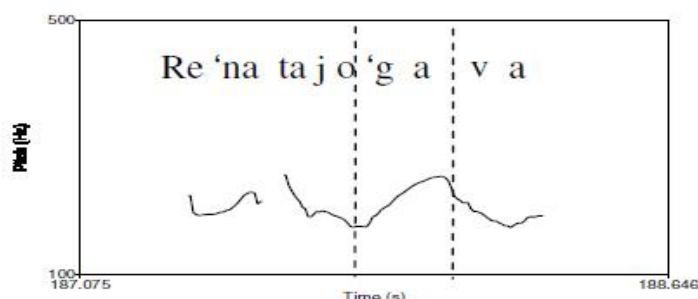
Este trabalho toma como modelo a descrições de atitudes proposicionais realizada para o português, na variedade do Rio de Janeiro, por Moraes (2008). A partir de um modelo de enunciado fixo: *Roberta dançava*, estipulou-se diferentes situações comunicativas em que o falante produz o enunciado preestabelecido interpretando as situações das figuras a seguir:

<i>Asserções: eixo das atitudes certeza/dúvida</i>		
Correção – Evidência - A. Neutra - Descrédito - Ironia		
[+] Certeza CP	Dúvida	[+] Certeza ~ CP
<i>Interrogações: eixo das atitudes certeza/dúvida</i>		
Confirmativo - Neutro - Estranheza - Retórico		
[+] Certeza CP	Dúvida	[+] Certeza ~ CP

(MORAES, 2008)

Tomamos como referência do português a análise de pedidos de informação e de ação realizadas por Moraes (2008) para o português, na variedade do Rio de Janeiro.

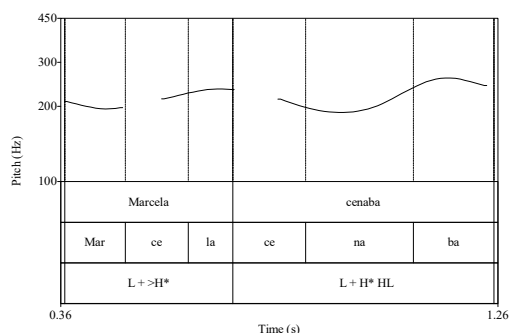
Porém, para este trabalho apresentaremos também dados referentes aos enunciados interrogativos de Curitiba em contraste com os de Foz do Iguaçu.



Exemplo de contorno melódico de interrogativa total do português, variedade do Rio de Janeiro (MORAES, 2008)

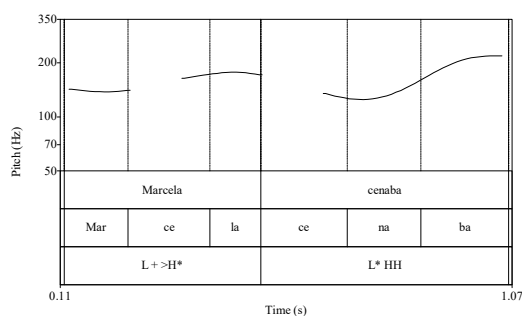
O contorno melódico do enunciado “Renata jogava” caracteriza-se por um movimento ascendente culminando no pico tonal dentro da sílaba tônica do verbo. Verificamos que o pico tonal encontra-se em movimento ascendente na sílaba tônica da parte final do enunciado (núcleo do enunciado), nos pedidos de informação.

Essas mesmas situações foram adaptadas ao espanhol, também com um enunciado fixo: **Marcela cenaba**, e esperava-se saber como esses padrões se comportavam em espanhol – nas variedades de Buenos Aires e Córdoba. Não foram encontrados padrões específicos para cada atitude, porém observou-se que a distinção entre as atitudes e as duas variedades é definida principalmente por características fonéticas, relacionadas à duração de sílabas e valores de pico acentual e amplitude da Frequência Fundamental (F0) nos enunciados. Portanto, os fatores distintivos entre as variedades na língua deve levar em conta as questões fonéticas e fonológicas.



Pedido de Informação de Buenos Aires. (FIGUEIREDO 2011)

Pedido de Informação de Córdoba.
(FIGUEIREDO 2011)



Para desenvolver a primeira etapa de pesquisa e coleta de dados tomamos como base teórica trabalhos referentes ao *Atlas Interativo de la Entonación del Español* (PRIETO & ROSEANO, 2009). Para este Atlas ainda não foi descrita a região denominada guaraníca, que corresponde a nossa Tríplice Fronteira.

3 – Metodologia:

A primeira etapa de trabalho corresponde às gravações realizadas em *Puerto Iguazú* e *Buenos Aires*, na Argentina e *Ciudad del Este* e *Assunção*, no Paraguai. Os participantes são jovens com estudo universitário, dentro da faixa etária de 20 a 35 anos.

As gravações foram realizadas por meio de entrevistas individuais, nas quais os participantes foram expostos a diversas situações comunicativas que tinham como função produzir representando diferentes atos de fala. Porém, para este trabalho apresentaremos apenas os resultados obtidos com os enunciados interrogativos totais.

Para melhor seleção dos dados de gravação, solicitou-se a que cada participante reproduzisse os enunciados solicitados com um mínimo de 3 repetições, e assim poderíamos avaliar a constância de um mesmo padrão. Após as gravações, realizamos a análise dos enunciados, observando seu contorno melódico com auxílio do programa de análise acústico PRAAT (Boersma & Weenink, 1993 – 2013).

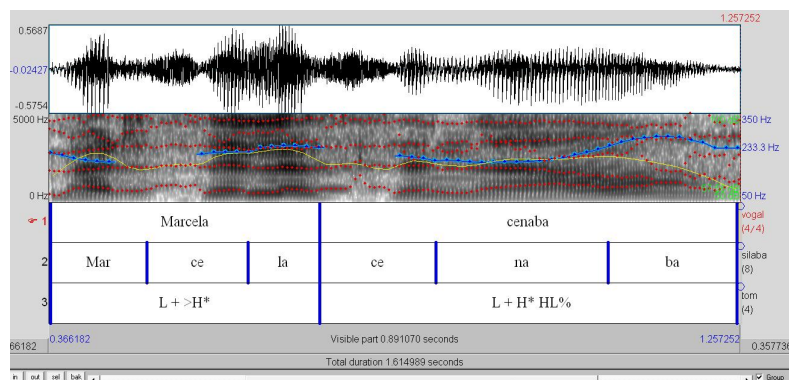


Ilustração da análise de enunciado no software PRAAT.

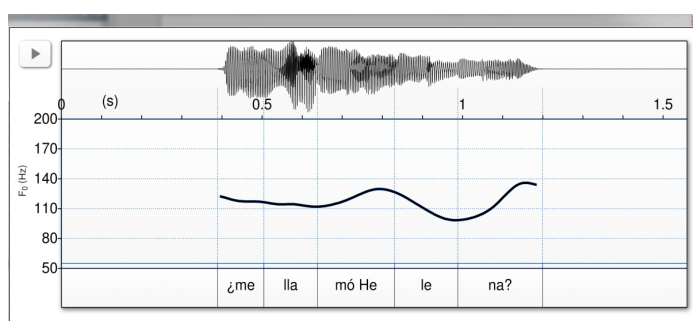
Para a coleta de dados do português de Curitiba e de Foz do Iguaçu utilizamos a metodologia proposta pelo projeto *Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese*, coordenado por Frota & Cruz (2012 – 2015), que consiste em leitura de enunciados, entrevista e map task. As participantes são do sexo feminino e estudantes universitárias, e para esta etapa da pesquisa selecionamos apenas as produções de enunciados interrogativos totais de leitura.

4 – Análises:

O primeiro momento dessa pesquisa corresponde à descrição do contorno melódico dos dados obtidos por todas as variedades analisadas, comparando-os. Nos delimitamos a análise do contorno melódico no núcleo de cada enunciado, ou seja, na parte final do enunciado, que compreende a última sílaba tônica e a pós-tônica seguinte.

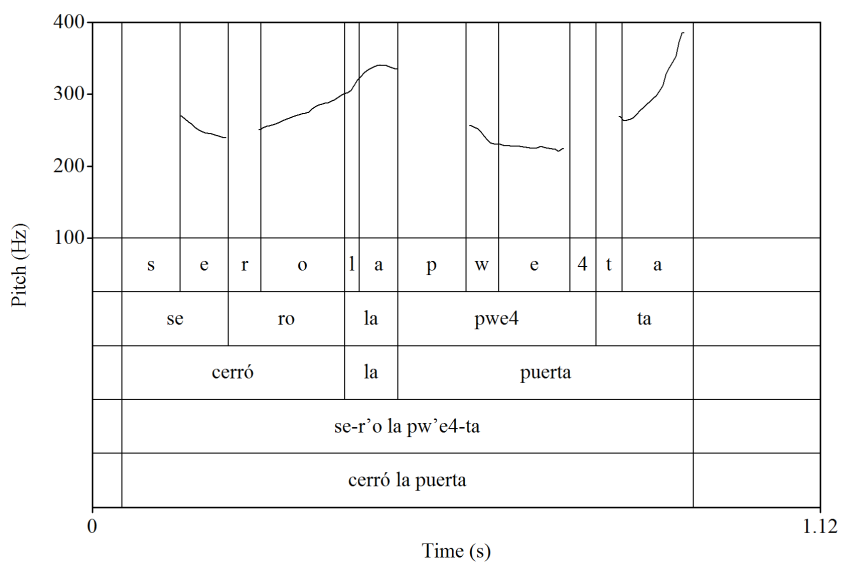
4.1 – Assunção

Observando os dados que apresentam a *Nueva Gramática de la lengua española – fonética y fonología*, temos o seguinte padrão melódico definido para enunciados que representam pedidos de informação na variedade de Assunção.



Enunciado “¿Me llamó Helena?” – variedade de Assunção, apresentado pela *Nueva Gramática de la lengua española – fonética y fonología* (2011).

O enunciado de pedido de informação que representa o padrão melódico de Assunção corresponde a um movimento ascendente ao final de “*me llamó*” e um contorno descendente e ascendente ao final do enunciado (núcleo). Ao observar o enunciado gravado que representa um pedido de informação encontramos um contorno semelhante ao proposto pela gramática:

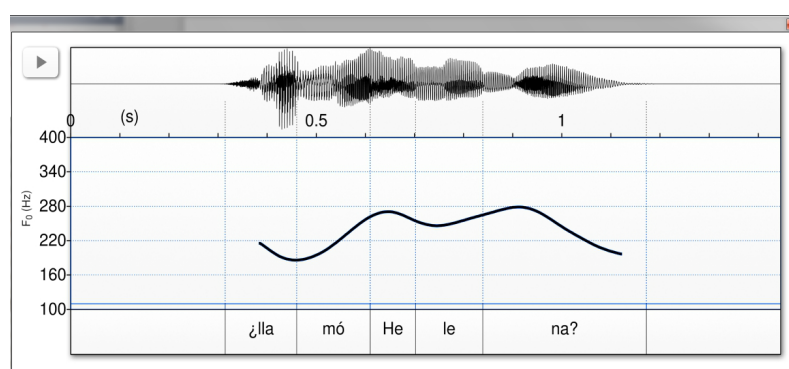


Enunciado “¿Cerró la puerta?” produzido por falante de Assunção

No enunciado *Cerró la puerta* temos dois picos de frequência, em “la”, alinhado à vogal, no pré-núcleo e na sílaba pós-tônica (“ta”) no núcleo do enunciado. Desta forma dizemos que as interrogativas totais em Assunção tendem a um contorno final de enunciado ascendente. Observa-se também o movimento descendente da frequência na sílaba tônica (“puer”).

4.2 – Buenos Aires

Observando os dados que apresentam a *Nueva Gramática de la lengua española – fonética y fonología*, temos o seguinte padrão melódico definido para enunciados que representam pedidos de informação na variedade de Buenos Aires:

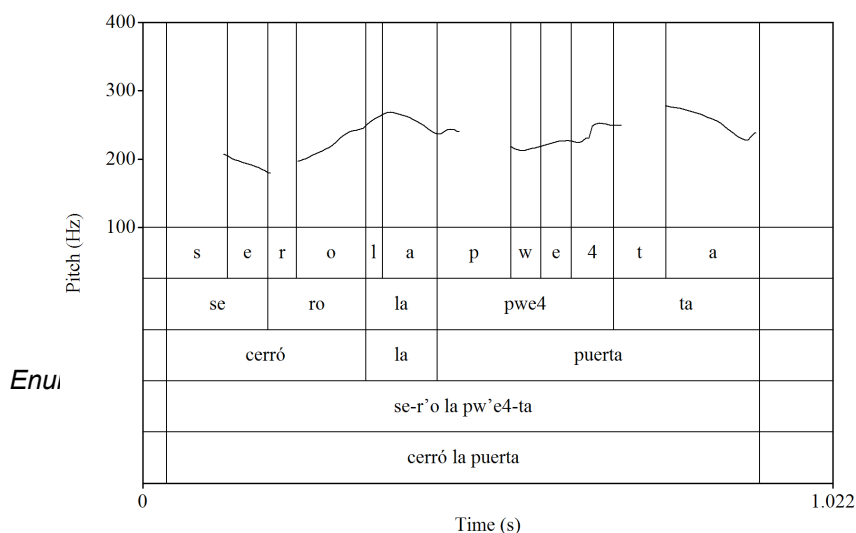


Enunciado “¿Llamó Helena?” – variedade de Buenos Aires, apresentado pela *Nueva Gramática de la lengua española – fonética y fonología* (2011).

Segundo Prieto & Roseano (2010) o contorno dos pedidos de informação correspondem à configuração fonológica: L + H* __ L + ¡H* HL%. Um padrão semelhante foi proposto por Figueiredo (2011), que se refere a um movimento ascendente no pré-núcleo (“llamó”) e um movimento circunflexo no núcleo (“Helena”), com pico tonal localizado na sílaba pós-tônica.

Como referência para o padrão tonal de pedidos de ação do espanhol de Buenos Aires nos guiamos pelos exemplos de Prieto & Roseano (2009 – 2013), que analisaram enunciados considerados “perguntas imperativas”, pertencentes ao *Atlas Interactivo de la Entonación del Español*, para a variedade de Buenos Aires.

Comparando com os resultados obtidos na análise de nossos dados, encontramos as seguintes características:



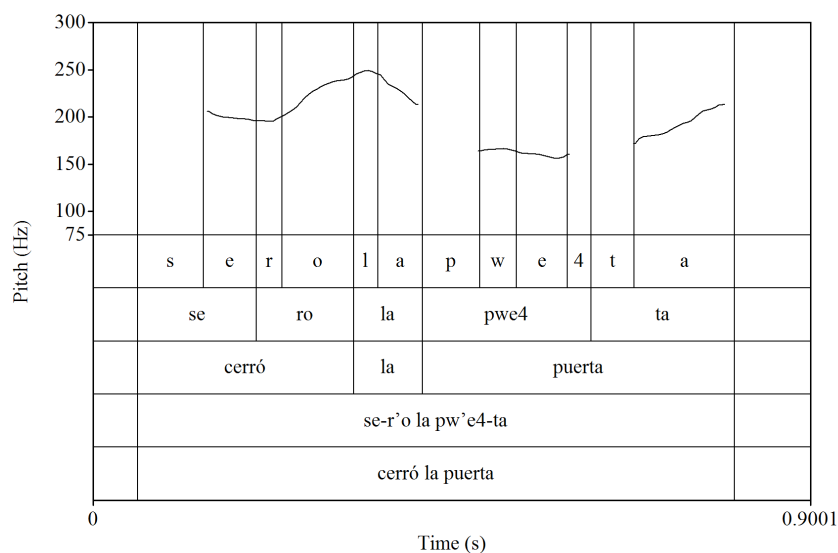
Enunciado “¿Cerró la puerta?” produzido por falante de Buenos Aires.

Observamos dois picos também no exemplo de Buenos Aires, porém diferentes dos observados no exemplo de Assunção. O primeiro pico também em “la”, porém mais alinhado ao início da sílaba, e o segundo pico também na sílaba pós-tônica do núcleo (“ta”), porém no início da sílaba e acompanhado de movimento descendente ao final do enunciado. Observa-se também o movimento ascendente da frequência na sílaba tônica (“puer”) Podemos considerar esse movimento ascendente-descendente como um padrão circunflexo presente na variedade do espanhol de Buenos Aires de interrogativas totais.

4.3 – Ciudad del Este

Comparando os resultados anteriormente observados com o contorno obtido com a informante de Ciudad del Este (Paraguai), temos movimento melódico ascendente final como observado também no exemplo de Assunção. Porém há um contraste no

alinhamento do primeiro pico entonacional em “la”, que neste caso encontra-se mais próximo ao início da sílaba.

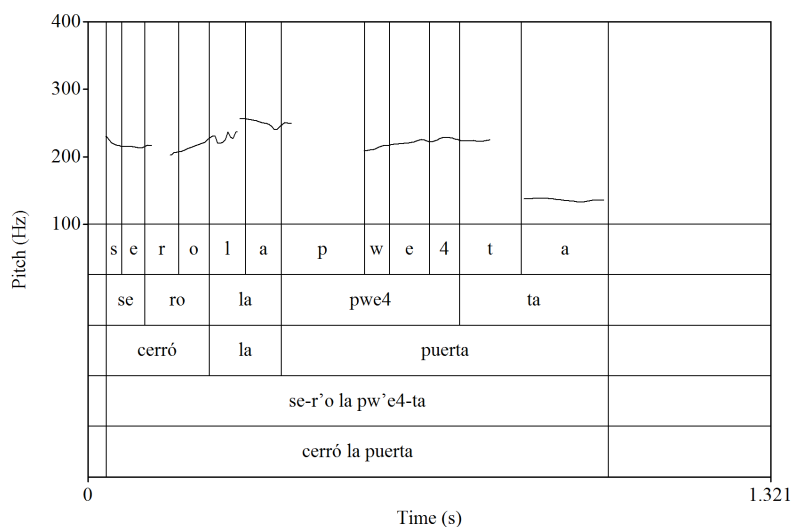


Enunciado “¿Cerró la puerta?” produzido por falante de Ciudad del Este (Paraguai).

Cabe observar também que os valores de frequência obtidos no exemplo de Ciudad del Este alcançam valores menores que os de Assunção.

4.4 - Puerto Iguazú

Comparando os resultados anteriormente observados com o contorno obtido com a informante de Puerto Iguazú (Argentina), temos movimento melódico descendente final, diferente do observado no exemplo de Buenos Aires. Enquanto os enunciados interrogativos totais de Buenos Aires apresentam um contorno circunflexo, ou seja, ascendente na sílaba tônica e descendente na pós-tônica, no exemplo de Puerto Iguazú observamos o pico de frequência na sílaba tônica.

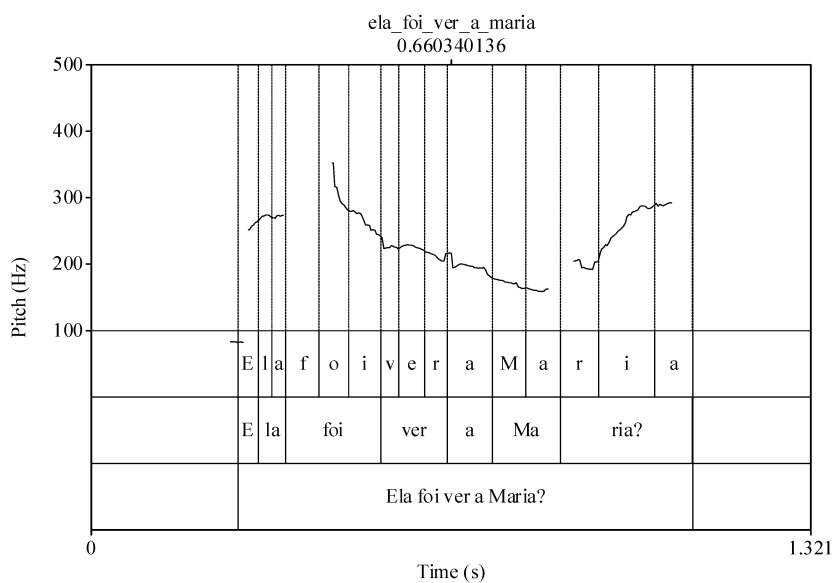


Enunciado “¿Cerró la puerta?” produzido por falante de Puerto Iguazú (Argentina).

Embora nos exemplos de Puerto Iguazú, o pico tonal encontra-se na sílaba tônica, não podemos considerá-lo semelhante ao padrão proposto por Moraes (2008) para a variedade do Rio de Janeiro – que também apresenta o pico na sílaba tônica, pois há outros fatores a serem observados. Verificaremos agora as variedades do português no Paraná.

4.5 – Curitiba

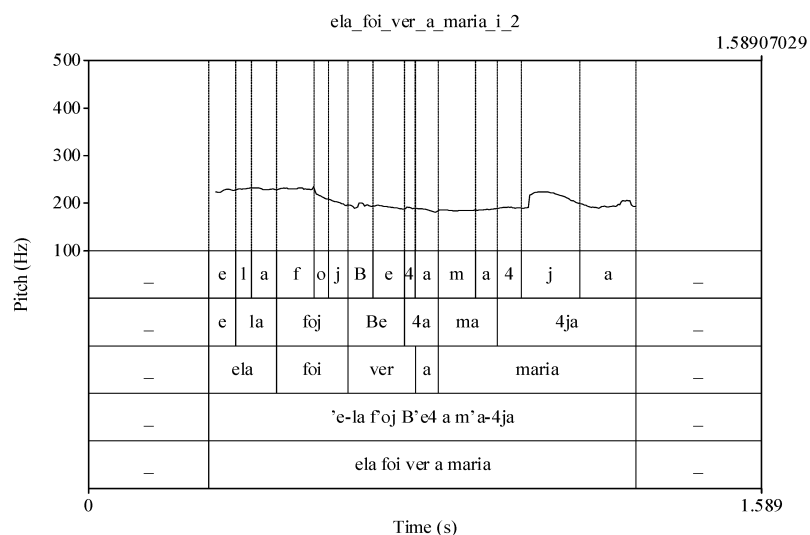
Analisando os dados do português da falante de Curitiba, observa-se um contorno final ascendente a partir da sílaba tônica (“ri”). Esse contorno para o português contrasta com o padrão carioca apresentado por Moraes (2008), ou seja, nessa região do sul do país podemos ter outro padrão entonacional para realização de perguntas tipo pedido de informação.



Enunciado “Ela foi ver a Maria?” produzido por falante de Curitiba.

4.6 – Foz do Iguaçu

Com relação ao enunciado de Foz do Iguaçu, observamos contrastes bem perceptíveis em comparação ao exemplo de Curitiba. O contorno final caracteriza-se por um pico de frequência na sílaba tônica e posterior movimento descendente.



Enunciado “Ela foi ver a Maria?” produzido por falante de Foz do Iguaçu.

Se compararmos os exemplos de Foz do Iguaçu com o de Puerto Iguazú temos em comum o pico de frequência na sílaba tônica, apesar de diferenças de alinhamento da curva. Este pode ser o indicativo de algum tipo de contato entre o português e o espanhol na fronteira, porém é necessário afinar as análises para confirmar esta hipótese.

5 – Conclusão:

Esse é ainda um trabalho preliminar que aponta algumas direções a serem tomadas nas próximas análises. Nas seguintes etapas da pesquisa mediremos a duração das sílabas e mas detalhes nos valores de frequência fundamental, ampliado para mais informantes afim de confirmar as hipóteses apresentadas neste trabalho.

Já é de conhecimento geral que o espanhol possui diversas variedades, que inclui a entoação. Existem descrições de algumas dessas variedades, sobre tudo das capitais dos países hispano-falantes, porém não há praticamente dados de regiões em contato com outras línguas na América Latina. Consideramos um início de um longo trabalho que pretende contemplar também o contato do espanhol com o Guarani.

Referências Bibliográficas:

AGUILAR, Lourdes. La Entonación. In: Alcoba, Santiago (coord.) *La Expresión Oral*. Barcelona: Ariel, 2000.

BOERSMA, P., WEENINK, D. 1993 – 2013. <http://www.fon.hum.uva.L1/praat> visited 28-Jan-07.

CORTÉS, Maximiliano. *Didáctica de la prosodia del español: la acentuación y la entonación*. Serie estudios. Colección Lengua Extranjera 4. Madrid: Edinumen, 2001.

ESTEBAS Vilaplana, Eva. and Prieto Vives, Pilar. La notación prosódica del español: una revisión del sp_ToBI. *Estudios de Fonética Experimental*. XVII: 2009. p. 263-83.

FIGUEIREDO, Natalia dos Santos. *Análise da entoação em atitudes proposicionais de enunciados assertivos e interrogativos totais do espanhol argentino: nas variedades de Buenos Aires e Córdoba*. Dissertação de Mestrado em Letras Neolatinas - UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2001. Disponível em:

<http://www.lettras.ufrj.br/pgneolatinas/media/bancoteses/nataliafigueiredomestrado.pdf>

Acesso em 13/07/2013.

FÓNAGY, Ivan. *As funções modais da entoação*. Trad.: João Antônio de Moraes. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos 25, Campinas: UNICAMP, 1993.

Frota, S. and M. Cruz (Coords). Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese Webplatform, 2012 – 2015. [<http://labfon.lettras.ulisboa.pt/InAPoP/>]

LIPSKI, John M. inédito. Contactos Lingüísticos hispano-portugueses en Misiones, Argentina. Universidad del Estado de Pennsylvania, EEUU.

MORAES, João Antônio. A entoação dita expressiva: fenômeno discreto ou contínuo. (comunicação) Congresso Nacional de Fonética e de Fonologia. Niterói: UFF, 2008.

UÉ POZZO, Aníbal. Paraguay y sus fronteras. In: PEREIRA, Diana Araújo (org.). Cartografia Imaginária da Tríplice Fronteira. São Paulo: Dobra Editorial, 2014.

PALÁCIOS, Azucena. *El Español en América: Contactos Lingüísticos en Hispanoamérica*. Barcelona: Ariel, 2008.

PRIETO, Pilar. *Teorías de la Entonación*. Barcelona: Ariel, 2003

PRIETO, PILAR & ROSEANO, Paolo (coords). Atlas interactivo de la entonación del español, 2009 – 2013. <http://prosodia.upf.edu/atlasentonacion/>

PRIETO, P.; Roseano, P. (eds.). [Transcription of Intonation of the Spanish Language](#). München: Lincom Europa, 2010.

QUILIS, Antonio. *Principios de fonologías y fonética españolas*. Cuadernos de Lengua Española 43. 10ª ed. Madrid: Arco Libros, 2010.

SOSA, Juan Manuel. *La entonación del español: su estructura fónica, variabilidad y dialectología*. Madrid: Cátedra, 1999.

REGINA MARIA GONÇALVES MENDES¹⁴

regimari@gmail.com

IMPLICAÇÕES DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA

RESUMO

A variação linguística é um grande desafio no ensino e aprendizagem do português como língua estrangeira (PLE), tanto na língua falada quanto na escrita. Uma das dificuldades que se revelam está nas expressões orais que interferem no que se ouve e que podem interferir até na escrita quando o estudante compreende o que se fala, mas não consegue escrever ou ouve e não entende o que se falou. Ocorre frequentemente de o aluno procurar no dicionário uma palavra que ouviu e encontrar outra que não corresponde àquela que ouviu, ou mesmo, não a encontrar. Portanto, há duas dimensões que precisam ser observadas: a escrita e a fala. O objetivo desta pesquisa é sugerir o ensino da variação linguística na sala de aula de PLE, utilizando palavras ou expressões da oralidade, ouvidas pelos estudantes, que provocam problemas de interpretação, por falta de entendimento de como são escritas, dificultando consultar o dicionário. A realização desse trabalho é relevante porque no dia-a-dia da sala de aula, os estudantes trazem dúvidas que são causadas pelo uso de variações na língua falada pelos nativos. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e análise de exemplos coletados de dúvidas apresentadas pelos estudantes em aquisição do PLE na sala de aula. Os principais autores que fundamentam a pesquisa são: Leffa (1999), Leiria (1999), Scherre (2005), Almeida (2004), Almeida Filho (2007), Labov (2008), Martinez (2009), entre outros.

Palavras-chave: Português. Língua estrangeira. Variação linguística. Ensino.

14 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS.

ABSTRACT

Linguistic change is a major challenge in teaching and learning of Portuguese as a Foreign Language (PLE), both in spoken language and in writing. One of the difficulties revealed in the oral expressions that interfere with what you hear and that can interfere even in writing when the student understands what is said, but can not write or hear and not understand what was said. often occurs in the student search the dictionary a word heard and find one that does not correspond to what he heard, or did not find. So there are two dimensions that need to be observed: writing and speech. The objective of this research is to suggest the teaching of linguistic variation in PLE classroom, using words or phrases of orality, heard by students, which cause problems of interpretation, for lack of understanding of how they are written, making it difficult to consult the dictionary . The realization of this work is relevant because the day-to-day classroom, students bring questions that are caused by the use of variations in the language spoken by the natives. The methodology used is the literature search and analysis of samples collected from questions presented by the students in acquisition of PLE in the classroom. The main authors that support the research are: Leffa (1999), Leiria (1999), Scherre (2005), Almeida (2004), Almeida Filho (2007), Labov (2008), Martinez (2009), among others.

Keywords: Portuguese. Foreign language. linguistic variation. Teaching.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a influência da variação linguística na aquisição de português como língua estrangeira (PLE), principalmente no que se refere à oralidade do falante nativo, ouvida pelo estudante de PLE. O problema que gerou o tema da pesquisa foi a necessidade de mostrar a importância de o professor trabalhar com a variação linguística (VL) nas aulas com vistas a deixar o estudante ciente de que somente aulas de gramática padrão, não garantem uma boa comunicação. Esse problema gerou o seguinte questionamento: Quais as implicações de se trabalhar VL ouvidas pelos estudantes em aquisição de PLE?

A hipótese é que o ensino da VL pode favorecer o ensino-aprendizagem do PLE, melhorando a compreensão auditiva e a oralidade.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica embasada em autores que abordam a variação linguística e o ensino de PLE. Também é uma pesquisa-ação, o que significa que a pesquisadora fez parte do universo pesquisado, como professora de PLE e coletou os dados no desenvolvimento de suas aulas ao esclarecer as dúvidas que os estudantes traziam das convivências que tinham fora da sala de aula.

O objetivo principal da pesquisa foi sugerir ao professor de PLE tratar da VL na sala de aula, utilizando principalmente as expressões recorrentes na região brasileira onde o estrangeiro esteja aprendendo a língua portuguesa no Brasil. Já os objetivos específicos foram mostrar os problemas relacionados à VL que podem influenciar a clareza da comunicação na aquisição de PLE; mostrar possibilidades de trabalhar com expressões usuais que variam na oralidade do brasileiro e analisar algumas expressões com variação coletadas dos estudantes na sala de aula. Além disso, a pesquisa destaca a importância de o professor separar um momento para o estudante apresentar suas dúvidas com relação a expressões ouvidas. Dessa maneira, é importante ouvir as dúvidas dos estudantes e trabalhar alguns aspectos linguísticos associados, para melhorar a comunicação na língua em aquisição.

A pesquisa é relevante porque pode contribuir para a prática de professores de PLE, pois apresenta algumas variações linguísticas apresentadas pelos estudantes e sugere como lidar com elas na sala de aula.

Os estudantes de PLE ouviram palavras ou expressões que não entenderam, e muitas vezes, foram ao dicionário e se sentiram mais confusos ainda. Por isso, levavam as dúvidas a esse respeito para a aula de PLE. Foi assim, que a professora, autora dessa pesquisa, concedia um momento para que esses estudantes, que estavam no básico, apresentem suas dúvidas. Ensinar as variações da língua portuguesa enquanto o estudante aprende, é inseri-lo na cultura linguística dessa língua, cuja aprendizagem é fundamental para se aprender o novo idioma.

2 O ENSINO E A APRENDIZAGEM DO PLE

Leffa (1999) destaca que o português chegou ao Brasil como língua estrangeira. Isso ocorreu porque os habitantes encontrados no país falavam outras línguas, por isso os jesuítas fundaram as primeiras escolas para ensinar os habitantes a falarem a língua dos

colonizadores. Dessa forma, a língua que se tornou oficial no país, foi importada e imposta a todos que habitavam no Brasil colônia. Naquela época, provavelmente os jesuítas tiveram que encontrar um modo de ensinar a língua para estrangeiros como muitos professores de PLE fazem hoje, sem conhecer a língua do estudante. Talvez para os professores atuais o desafio seja menor porque existem muitas técnicas pedagógicas, teorias e cursos para atualização.

Segundo Almeida (2004), ao ensinar uma língua estrangeira o professor precisa ter consciência do seu significado para o mundo. No caso do português, lembrar de que ele não abrange a um país somente, mas trata-se de uma língua global, na qual todos têm acesso livre para aprender. Ao se ensinar o PLE, deve-se pensar que o sujeito que busca aprendê-lo quer ampliar suas demandas de comunicação. Ao se adquirir uma língua estrangeira junto com ela, vem a cultura: música, gastronomia, arte, entre outros.

Ao ensinar-se português a estrangeiros não se pode limitar apenas ao ensino da língua. Para o aprendente, conhecer a cultura da língua é, sem dúvida, uma motivação que acelera a aprendizagem. Por cultura da língua, especificamente da língua portuguesa, entendo todas as imagens, sons, músicas, lugares, gastronomia, etc., onde há associação ao português. (ALMEIDA, 2004, p. 2).

Leiria (1999) afirma que geralmente se ensina uma língua estrangeira na modalidade formal, considerando que se aprende para leitura de textos literários e científicos ou para visitar o país é falada.

O alvo da aprendizagem é uma determinada variedade de prestígio dessa língua. Isto significa, em relação ao Português, que certas escolas escolhem ensinar Português Europeu enquanto que outras escolhem ensinar Português do Brasil. E talvez daqui a alguns anos algumas escolham ensinar Português de Moçambique ou Português de Angola, por exemplo. (LEIRIA, 1999, p. 4).

Entretanto, o que se percebe atualmente um ensino do PLE padrão, acompanhado da necessidade de levar para a sala de aula palavras ou expressões do uso corrente, mostrando que a VL existe, principalmente, se os estudantes de PLE estão adquirindo-o no país onde se fala o idioma. É muito importante mostrar ao estudante que na oralidade existe uma língua informal de uso, da qual ele toma conhecimento para compreender o que os nativos querem dizer, e assim, poder se comunicar com transparência. No entanto, a língua padrão deve ser a base do ensino de PLE.

A escola, normalmente, exerce influência sobre os falantes nativos, com a função de fazê-los perceber a variante padrão ou de prestígio. De acordo com Silva e Scherre (1996), a escolarização exerce influência sobre a forma padrão. O estudante tende a substituir variantes estigmatizadas pelas de prestígio. Segundo os autores, a maioria dos falantes adquire a forma padrão ao longo de sua escolarização, sem perder a variante não padrão. Por isso, a maioria dos nativos que escreve bem o Português, usa a língua não padrão para se comunicar oralmente e o estudante de PLE precisa saber disto.

Segundo Martinez (2009), no ensino de língua estrangeira há troca comunicativa, pois, ao ensinar, o professor entra em contato com o estudante ao utilizar ações pedagógicas. O docente usa sistemas linguísticos, influenciados pelo funcionamento social que envolve o contexto biológico, biográfico e histórico da língua estrangeira com a qual está trabalhando com estudantes em aquisição.

Para Scherre (2005), além da necessidade em “saber gramática”, estudantes e professores de um modo geral têm resistência em estudar VL que se vale da Sociolinguística que desmitifica a ideia de que dominando a língua padrão, consegue-se comunicar plenamente.

Conforme Labov (2008), a língua era vista como um sistema homogêneo, uniforme e fixa, estudada sem se levar em conta a comunidade de fala, ou ainda, tratada como uma competência linguística na mente do falante. A partir do pressuposto da variação e das influências sociais no uso da língua, passou-se a estudar a língua no contexto social. Embasando-se nesse pressuposto, o estudo da variação linguística analisa os fatores linguísticos e os sociais inerentes à língua, responsáveis pela variação e pela mudança. Por isso, a Teoria da Variação é muito importante para compreender a língua em uso.

O contato do estrangeiro com esses falantes nativos influencia a comunicação, e muitas vezes, a prejudica, pois o estudante de PLE não compreende o que eles falam, quando vão ao dicionário esclarecer a dúvida, não encontram as palavras ou as palavras que compõem expressões, por elas não existirem ou encontram outra palavra que imaginavam que era, mas não era, pois a palavra sofreu variação e ficou como uma existente. Por isso, a sala de aula é o melhor lugar de interação e troca de experiências linguísticas para que o estudante de PLE tenha clareza do que ouve fora do espaço pedagógico. Nesse sentido, pode-se citar Almeida Filho que valoriza a sala de aula como um espaço de construção de conhecimentos:

A sala de aula, por sinal, deve ser um espaço para reflexão e troca de diferentes pontos de vista, de diferentes modos de ler o mundo. Pensando nas trocas realizadas em tal espaço, imaginamos que, ao mesmo tempo em que o trabalho docente influi no modo como os estudantes estrangeiros encaram a sua aprendizagem, as colaborações dos estudantes, por sua vez, contribuem para a reorientação das ações realizadas nesse espaço e, mais especificamente, da prática docente. O simples fato de sabermos que um estudante, ao retornar para seu país de origem, provavelmente jamais será a mesma pessoa, após ter imergido numa cultura que não a sua, podendo adquirir assim outra maneira de enxergar-se e de perceber o mundo, é um dos pontos que nos leva a imaginar o quanto tais mudanças, de fato, são possíveis. (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 128).

A VL tem origem nas relações sociais, nos valores socioculturais, no estilo de fala de uma comunidade de fala, entre outros. Por isso, faz-se necessário criar metodologias para tratar da variação na sala de aula, com a finalidade de mostrar que ela existe e que para entender todo um contexto comunicativo dos falantes nativos, o estrangeiro precisa entender para perceber o sentido do que ouve.

Para Martinez (2009, p. 10), o estudante de PLE desenvolve seu processo de aquisição da língua estrangeira no espaço social existente. Sendo uma circulação de informações entre discente e docente, ainda que exista uma desigualdade de competência linguística entre esses atores. O estudante sabe menos, mas o professor é um mediador que “facilita a apropriação, do processo que visa assimilar um objeto linguístico, adaptando-o àquilo que se quer fazer com ele.”

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE EXPRESSÕES COLETADAS

Foram coletadas 220 palavras ou expressões durante as aulas de PLE ministradas pela pesquisadora. Em cada aula, a professora separava de 10 a 15 minutos para a exposição de palavras e expressões que os estudantes ouviam de nativos de português, entre uma aula e outra. Entretanto, somente 20 desses dados são apresentados e analisados neste trabalho, mostrando que certas variações linguísticas do português se não explicadas para o estudante em aquisição do PLE, ele continuará a não entender quando ouvir em situações iguais ou semelhantes novamente. Além disso, esses dados serão analisados.

(1)	Denda sala	(dentro da)
(2)	Eu ia piá lá atrás.	(aprear)
(3)	Xoi .	(deixe-me ir)
(4)	Toco sede.	(estou com)
(5)	Comi um pesco .	(pêssego)
(6)	Você gosta de bacate .	(abacate)
(7)	Zoi bonitos	(os olhos)
(8)	Pois não?	(O que deseja?)
(9)	O fió dele está aqui.	(filho)
(10)	Es sumiram.	(eles)
(11)	Esfregou a folha ni mim.	(em)
(12)	Plantou uma arvre no jardim.	(árvore)
(13)	O corgo está sujo.	(córrego)
(14)	Ela usou o fosfro .	(fósforo)
(15)	Isso é bão .	(bom)
(16)	Não como abobra .	(abóbora)
(17)	Sofá de coro .	(couro)
(18)	Sáimos de ons .	(ônibus)
(19)	Quero vin branco.	(vinho)
(20)	Colocou uma pia de ovos na geladeira.	(pilha)

As expressões ou palavras que compõem os dados dessa pesquisa foram contextualizadas pelos estudantes de PLE. Como mencionado, elas foram ouvidas por esses estudantes fora da sala de aula.

O dado (1) é composto de duas palavras que se juntaram. O estudante disse que procurou no dicionário e não encontrou. Ele aprendeu na sala de aula que o falante nativo tende a apagar sílabas ao fazer a junção das palavras no caso desapareceu a sílaba /tro/. Não foi explicado ao estudante para não sobrecarregá-lo com teorias linguísticas, mas o fenômeno ocorrido é uma *haplologia* que de acordo com Mendes (2009), é uma interação entre a fonologia, a morfologia e a sintaxe, pois é uma produção sonora que modifica a

morfologia da palavra e embute a preposição na palavra anterior, dificultando o entendimento da relação sintática no interior da palavra remanescente.

Com relação ao dado (2), certo dia um estudante trouxe para a aula, uma dúvida de uma fala que ouviu no ônibus. Uma mulher falou nervosa com o motorista “Eu ia *piá* lá atrás, presta atenção no seu trabalho!” Como ele não entendeu procurou a palavra no dicionário e encontrou o verbo “piar”. Disse que não entendia, se ela queria piar, não dependia do motorista, era só ela fazer o ruído do pintinho. Foi preciso explicar sobre a redução que o falante fez no início e final do verbo. O fenômeno ocorrido nesses dois casos foi um apagamento denominado redução fonológica no início do verbo, denominado elisão silábica, conforme Bisol (2005) e com relação à consoante final, segundo Callou e Leite (1990), o /r/ pós-vocálico pode se realizar como zero fonético. Este estudante já estava familiarizado com relação à perda do /r/ final nos verbos na linguagem oral nativa.

Outro aluno disse que ouviu uma pessoa falando para a outra: (3) “Xoi”, não entendeu nada e não encontrou no dicionário. Foi preciso dizer a ele que era uma redução do verbo deixar + o pronome eu + o verbo ir. O mesmo tipo de redução ocorreu com (4) “toco”, este sofreu o mesmo fenômeno. Nespor e Vogel (1986) afirmam que a fala é um ato contínuo em cadeia, formado de constituintes prosódicos, fragmentos mentais que integram uma hierarquia, podendo sofrer processos fonológicos na juntura de palavras, obedecendo a determinadas regras fonológicas específicas que podem afetar sílabas e palavras inteiras que formam a expressão produzida.

Os dados (5) e (13) mostram a perda de uma sílaba inteira nas palavras, e como o estudante não encontrou as palavras como foram ditas, levou-a para discussão na sala de aula. A discussão com os estudantes levou em conta apenas o sentido, sem classificar o fenômeno linguístico ocorrido com essas palavras. No dado (6) houve a perda da sílaba inicial, formada pelo fonema [a], denominado elisão silábica, segundo Bisol (2005).

No dado (7), o som [s] do artigo sonorizou, formando uma sílaba juntando com a primeira vogal da palavra, o som de /lh/ se realizou como uma semivogal, em um processo de palatização, perdendo-se o restante da palavra, a última vogal e seu plural. Em (9) e (20) o som /lh/ desaparece, permanecendo apenas a vogal que formou um ditongo com a sílaba anterior. Nessas duas falas, o estudante ficou confuso porque encontrou as palavras fio e pia no dicionário e não conseguiu atribuir sentido para elas no

contexto utilizado. Ele imaginou um fio de linha (9) e uma pia de cozinha cheia de ovos (20) e achou muito estranho, se assim fosse.

O dado (8) é uma expressão idiomática do português que indica uma indagação do que a pessoa deseja, utilizada principalmente no comércio. Um espanhol, estudante do português, chegou à sala de aula, reclamando que telefonou para uma imobiliária na tentativa de alugar um apartamento e do outro lado da linha quem atendeu disse: [Pois não] e ele respondia [Pois sim], ficaram repetindo essa fala por alguns instantes, até que a pessoa do outro lado desligou bruscamente. Disse que telefonou novamente e a mesma pessoa atendeu, chamou-a de mal-educada, ao que ela respondeu que ele não falava o que queria e ficava brincando com sua fala. Enfim, ela não esclareceu a expressão, mas perguntou o que ele desejava.

Em se tratando do dado (10), o falante apagou a segunda sílaba e a marca de plural se juntou à primeira sílaba, ficando incompreensível para o estudante de PLE.

Houve um deslocamento dos dois fonemas, reorganizando a palavra (11), com substituição de uma nasal por outra e de uma vogal média por uma alta. No caso a vogal /e/ de (em) se eleva para /i/, fenômeno esse denominado alçamento de vogal, conforme Bisol (2002).

Com os dados (12), (14) e (16) ocorreu o mesmo fenômeno, a perda da vogal /o/, diminuindo uma sílaba, pois a consoante remanescente se juntou com a sílaba posterior que por começar com /r/ formou uma sílaba complexa. De acordo com Bisol (1996), a ressilabificação vocálica ocorre em fronteira de palavras.

O dado (15) é uma variante utilizada popularmente.

No dado (17) houve o apagamento da semivogal, causando problema de interpretação para o estudante, uma vez que a palavra produzida existe. Trata-se de uma elisão final, segundo Bisol (2002).

No que se refere ao dado (18), a segunda sílaba perdeu a vogal, restando a nasal e a terceira foi totalmente apagada, permanecendo somente a marca de plural. Dessa forma a palavra ficou com a primeira sílaba que é composta de apenas uma vogal, com a nasal da segunda e com a marca de plural da terceira.

Finalmente, o dado (19) perdeu as dois últimos grafemas que formam apenas um fonema 'ho', permanecendo a nasal que se juntou à primeira sílaba. Ao explicar a palavra

produzida, o professor pode aproveitar para ensinar a expressão popular: “Quer vin, vem”, que faz uma associação do substantivo vinho com o verbo vir.

Por meio das análises pode-se chegar aos seguintes resultados relacionados ao uso de VL nas aulas de PLE:

- (i) **Implicações positivas:** permite ao estudante compreender que a variação existe e que ele precisa respeitar e compreender os falantes que utilizam certas variantes na oralidade e que não há domínio da língua padrão.
- (ii) **Implicações negativas:** há estudantes que não concordam em se utilizar parte das aulas para tratar das variações por não aceitarem a língua oral não padrão, pois acreditam que não necessitam dela para a comunicação plena em PLE.

Mas a pesquisa realizada evidencia que há vantagens e é pertinente ensinar a VL com a abordagem da sociolinguística nas aulas de PLE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo conseguiu responder ao questionamento inicial a respeito do trabalho da variação linguística nas aulas de aquisição de PLE, orientando-se por meio dos objetivos que nortearam o objeto de pesquisa. Ficou evidenciado por meio da fundamentação teórica que existem implicações positivas e negativas para o uso dessa estratégia de ensino linguístico. A primeira mostra que ao trabalhar com a VL, o professor está ensinando valores sociolinguísticos para os estudantes, já a segunda mostra que há uma preocupação com a língua de prestígio, que exerce um papel importante no ensino de uma língua, apresentar a variação sem interferir na aquisição da língua de prestígio. Os objetivos foram alcançados porque foi sugerido o uso da VL aos professores de PLE na sala de aula, bem como foram apresentados os problemas relacionados ao ensino da VL, mostrando que os próprios estudantes podem enriquecer as aulas com suas dúvidas.

Além disso, constatou-se que a hipótese de que a VL pode favorecer o ensino e aprendizagem do PLE, pode melhorar a compreensão auditiva, facilita a compreensão do que o nativo diz e possibilita cuidados em uma aquisição linguística de qualidade.

Portanto, ao se ensinar o PLE o professor precisa trabalhar com a VL presente na oralidade do falante nativo, para melhorar a compreensão auditiva do estudante de PLE,

nas interações com os falantes nativos. Essa estratégia pode melhorar e ampliar a comunicação entre o estudante em aquisição da língua e os falantes nativos, permitindo a interação no contexto social e apropriação da cultura que envolve o ensino e aprendizagem do PLE.. No entanto, o uso da VL deve ser dosado e acompanhado pelo docente para não prejudicar o interesse do estudante na língua em aquisição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. **O Ensino do Português como Língua Não-Materna: concepções e contextos de ensino**, 2009. Disponível em: Acesso em: 18 de julho de 2016.

ALMEIDA, M. S. P. M. de. **Ensino de português língua estrangeira – P. L. E. – língua global**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. V. 2, n. 2, março de 2004. ISSN 1678-8931 Disponível em: www.revel.inf.br Acesso em: 15 de julho de 2016

BISOL, L. Sândi externo: o processo e a variação. In: **Gramática do português falado**. 2. ed. , v. 5, Campinas: UNICAMP, 2002.

BISOL, L. (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 4.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

CALOU, D.; LEITE, Y. **Iniciação à fonética e fonologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2008.

LEFFA, V. J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999. Disponível em: <http://www.dayara.com/geale/download/vilson-leffa.pdf>, acessado em: 10 de julho de 2016.

LEIRIA, I. Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino. Idiográfico. **Revista Digital de Didáctica de PLN**. n.3. Centro Virtual Camões, 2004.

MARTINEZ, P. Didáticas de línguas estrangeiras. Tradução: Marco Maciolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MENDES, R. M. G. **A haplogia no português de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, PUCMINAS, 2009. Dissertação de mestrado em linguística e língua portuguesa

NESPOR, M.; VOGEL, I. On clashes and lapses. In: **Phonology**. n. 6, Dordrecht: Foris, 1986. P. 69-116.

SCHERRE, M. M. P. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**. Variação linguística, mídia e preconceito. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

RUBEN DANIEL MÉNDEZ CASTIGLIONI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – CNPq

PABLO PICASSO: ESCRITOR SURREALISTA

En el resumen que presentamos para esta breve comunicación, nos proponíamos hablar sobre la obra de Pablo Picasso en torno a la época de la II Guerra Mundial, comentando un poco acerca de sus piezas de teatro.

Picasso no necesita muchas líneas de presentación. El pintor y también, por qué no, escritor, gozó de gran fama mundial por casi 50 años. Quien sabe, apenas deberíamos mencionar que nació en España, en Málaga, el 25 de octubre de 1881 y que falleció el 8 de abril de 1973, en Notre-Dame-de-la-Vie, en el sur de Francia. Tenía, por lo tanto, 91 años de edad. Decir también, que cambió la forma de ver la pintura y que, con el pasar del tiempo, la hizo más popular y política.

En sabrosísima obra, Santiago Rocagliolo (2012), escritor nacido en Perú, comenta que la idea de un domingo perfecto para Picasso era "ir a misa por la mañana, a los toros por la tarde y a un burdel por la noche. Aunque hay que admitir que a misa no iba". (ROCANGLIOLO, 2012, p.237). Hasta los años 30, cuando todavía no era afiliado a ningún partido evitaba las declaraciones que podían comprometerle. La duda por aquél entonces era si el pintar de manera revolucionaria hacía del artista un revolucionario. Hasta que Picasso demostró que sí lo era, en todos los aspectos.

Podría no ser afiliado a algún partido político, pero, de alguna manera, llegó a militar en la ideología surrealista. André Breton y Paul Éluard escribieron al referirse a Picasso en el *Diccionario abreviado del surrealismo* (1991): "'El pájaro de Benin'. Pintor cuya obra participa activamente en el surrealismo a partir de 1926. Autor de poemas surrealistas (1935-1938)".

Es necesario observar que los surrealistas construyeron su concepción del ser humano sobre los pilares de la libertad, del amor, de la poesía, y también del humor. El humor, "poético, desmistificador y desmixtificador, propio del dandismo absoluto" (CUADRADO, 1986, p.361), fue apreciado por los surrealistas en autores como el boxeador, escritor y vendedor ambulante Arthur Cravan, en Alfred Jarry, autor de *Ubú rey* y teórico de la patafísica, que hizo de este género de humor un fenómeno de agresividad frente a lo falso y convencional (PELLEGRINI, 1950, p.309) y en Jacques Vaché. Este

último, preconizando un total escepticismo, influenció a André Breton en gran manera debido a su teoría del *umor* (sin *h*) como “un sentido [...] de la inutilidad teatral [...] de todo” (PONGE, 1994, p.71).

Por lo tanto, una de las principales armas de la poesía como espíritu de revuelta es el humor, uno de los valores clave del surrealismo. Aldo Pellegrini dijo:

El humor representa la protesta contra el orden convencional. Es la manifestación más neta del inconformismo. Revela la máxima acción corrosiva del espíritu sobre la máscara de un mundo artificioso, hipócrita y convencional, a la que desintegra y anula. Frente al humor se resquebrajan normas y principios que parecían inmovibles, poniendo en evidencia el sistema de falsos valores que nos rige. El humor actúa sobre la seguridad del espectador conmoviendo todos sus fundamentos. En su categoría extrema, el “humor negro” adquiere aspectos de ferocidad y crudeza inigualables.

De todos los valores -manifiesta Breton- el humor es el que revela un ascenso constante. Es, sin lugar a dudas, la característica más específica de la sensibilidad moderna. Se alimenta de todas las formas de lo arbitrario y de lo absurdo, y puede decirse que en una u otra forma no hay texto poético auténticamente surrealista que no lo contenga (PELLEGRINI, 1981, p.27-28).

El nazismo ya había expresado que el arte moderno, con figuras humanas deformadas, no era la representación de la perfección racial que deseaba. Sus partidarios organizaron la exposición "Arte Degenerado" con una gran cantidad de obras surrealistas y entre las obras había tres de Picasso. Después de la exposición, todas fueron quemadas. (ROCANGLIOLO, 2012, p. 243).

Si nos detenemos en el cuadro "Guernica", por ejemplo, vemos que hay mucho de temor y de drama sí, pero también algo de humor. Conforme Jackson (2003, p.256), la mujer (deformada) que mira la tragedia con asombro e inclinada, fue incluida en el lienzo desde el primer estadio de realización, pero entonces, cargaba a otra mujer, ya muerta, en sus brazos. Picasso puso una lágrima en su mejilla y un pedazo de papel higiénico en su mano izquierda. Es un detalle humorístico. Para Jackson, las nalgas desnudas de la mujer y el papel higiénico dan un toque escatológico, y se relacionan con el miedo y sus consecuencias. Por otro lado, sería difícil de creer que Picasso hubiese visto algo

gracioso o buscarse retratarlo en su cuadro. Le producía deleite la visión de víctimas inocentes, se pregunta Jackson. Obviamente que no:

La respuesta tiene que ser negativa: la transgresión erótica y violenta de sus obras era producto de su imaginación, mientras que el "Guernica" es la respuesta emocional del artista ante la barbarie ajena. En este sentido, su actitud se relaciona con el concepto de *umor* creado a principios del siglo por el escritor y caricaturista Jacques Vaché: Breton lo recordaba en el hospital de Nantes asegurando que la Primera Guerra Mundial era un simulacro, que "los presuntos obuses no causaban daño alguno, [que] las aparentes heridas solo eran maquillaje (...) y [que] los muertos recogidos en los anfiteatros eran conducidos y distribuidos durante la noche en falsos campos de batalla. [...] El humor - afirmaba Breton, en 1937 - como paradójico triunfo del principio del placer sobre las condiciones reales en el momento en que éstas se consideran como más desfavorables se ve, naturalmente abocado a alcanzar un valor defensivo en esta época sobrecargada de amenazas que vivimos (JACKSON, 2003, p.256).

Este tipo de humor freudiano usado por Vaché, Jarry y Apollinaire, es utilizado por Picasso "como mecanismo de defensa ante unos sentimientos que suelen generar en miedo" (Jackson, 2003, p.257):

Entre otras cosas, la caricatura se desvía de una norma establecida por la tradición y por la percepción visual. Además, el caricaturista establece una relación entre su obra y el modelo representado por medio de equivalencias, cuya función es la de suscitar una respuesta psicológica en el espectador. Picasso suele burlarse de aquello que le atemoriza, tanto si se trata del sexo ("Las señoritas de Aviñón", "La danza", los desnudos...) del sentimentalismo ("El beso", las bañistas...) o de la muerte (la "Crucifixión", la tauromaquia, el "Guernica"... (JACKSON, 2003, p. 257).

Picasso distribuía fotos a los oficiales alemanes nazis de su cuadro "Guernica". Cuando le preguntaban "lo ha hecho usted", él respondía: "no, usted" (BRAVO, 2001, p.157). Conforme el autor antes citado, en los años de la ocupación de París, los artistas

se reunían, de mañana para tomar un café, en el barrio Saint-Germain-dès-Près en el Café Flore o en Les Deux Magots. De tarde, en algún apartamento dónde podían caber más de veinte personas y era dónde se leían, recitaban, recordaban viejos tiempos, escuchaban discos de jazz prohibidos por los nazis (por ser música negra).

De estos años es su pieza de teatro "El Deseo atrapado por la cola", más precisamente se puso a escribirla el 14 de enero de 1941 y la terminó tres días después:

La pieza dividida en seis cortos actos, tradicionalmente viene siendo definida como comedia barroca, pero también la podríamos calificar de juego poético, de fantasía cósmica e incluso de sainete surrealista. Puro divertimento entre lírico y provocador, en cualquier caso, *Le Désir attrapé par la queue* participa igualmente de la estética dadaísta, de las concepciones de Artaud, tal y cual éste las resume en *Le Théâtre et son double*, y de la poética surrealista (BRAVO, 2001, P. 159).

Son sketches que orbitan en torno a Gros Pied, escritor de una novela de 300.000 páginas, que vive con sus amigos un cotidiano de frío, sin comida, sin dinero para pagar el alquiler. Pero viven de ilusiones, de palabras poéticas, de delirio:

Los personajes, puras marionetas que se cuidan muy bien de obedecer a una lógica cualquiera de conducta, parecen proyecciones de los anhelos y de los pesares del personaje central, moviéndose continuamente en una atmósfera onírica que exacerba el Deseo. Todo ello realzado por la mágica de la palabra, auténtica protagonista del texto, que a su vez exorciza ese mismo Deseo reprimido constantemente por culpa de la precariedad en que viven los personajes. (BRAVO, 2003, p. 160).

Los personajes, en esa precariedad, se entregan a la magia de la palabra, a las metáforas, y como referente "el deseo sin freno, el placer, las ganas de vivir, de hacer el amor. La necesidad irremplazable, acuciante, luminosa, resplandeciente, de la belleza y del placer" (BRAVO, 2003, p.160). Picasso refiere los festines antes de la guerra, evoca platos apetitosos, escribe metáforas culinarias, usando el humor. Y la gastronomía se

mezcla con el deseo y el sexo, en una escritura automática surrealista repleta de juegos dadaístas. La escena segunda se destaca:

[...] se presentan dos hombres encapuchados portando una inmensa bañera llena de espuma de jabón que colocan en el centro del escenario [...] Suena un fragmento de violín de "Tosca" y, como por ensalmo, emergen del fondo de la bañera las cabezas de todos los personajes. Se inicia entonces una escena llena de encanto eutrapélico y de latente erotismo donde, cual adolescentes, disfruta y goza como en los conocidos lienzos de Fragonard. El suave deleite contrasta con los lamentos anteriores, cuando todos se quejaban del frío y de los sabañones. [...] cuando todos se las prometen tan felices, el feliz sueño se torna pesadilla con la intempestiva llegada de unos enterradores portadores de féretros donde meten a los protagonistas del ágape y se los llevan después de clavarlos convenientemente (BRAVO, 2003, p. 164).

Poco o casi nada conocido como escritor, Picasso juega, se divierte y exorciza el hambre y el miedo. Autor de más de 300 textos en francés y español y dos piezas de teatro en francés, usa las nuevas técnicas de escritura con buen resultado, publicación y alguna reedición en Gallimard.

En 1944, Michel Leris propuso leer la pieza públicamente. Albert Camus fue el director y Simone de Beauvoir, interpretó el personaje La Cousine. Entre otros intérpretes estaban Picasso, Pierre Reverdy, Valentine Hugo y Jean-Paul Sartre.

Algún tiempo después, cuando Paris fue liberada hubo un momento de renovación en el pensamiento y en la pintura del español. El cuadro "La alegría de vivir", representa ese período de su vida.

Al adherir al Partido Comunista, Picasso fue invitado a exponer en el Salón de Otoño. Los estalinistas esperaban una representación de la libertad, los horrores bélicos, los héroes caídos. Pero se encontraron con mujeres con ojos dislocados, calaveras de toro, retratos deformados de Dora Maar. Nada de realismo socialista ni arte de combate, nada de escenas de lo cotidiano del pueblo trabajador. Eso realmente fue un escándalo para aquellos acostumbrados a enormes retratos de su líder y a imágenes de obreros con fusiles que enseñarían a las personas a entender la realidad (ROCANGLIOLO, 2012, p. 250-251). La genialidad del autor del "Guernica" no permitiría eso.

Por fin, en una publicación de el diario español *El mundo* (2016), firmada por Esteban Rafael con el título *Picasso en tres actos*, leamos al propio pintor:

Creo que mi obra como escritor es tan extensa como la de pintor. Materialmente dediqué el mismo tiempo a ambas actividades. Quizá algún día, cuando yo desaparezca, apareceré descrito en los diccionarios de esta manera: Pablo Ruiz Picasso, poeta y autor dramático español. Se conservan de él algunas pinturas.

De a poco, se va cumpliendo su deseo: ser reconocido como escritor.

BIBLIOGRAFÍA

ALQUIÉ, Ferdinand. *Filosofía del surrealismo*. Traducido por Benito Gómez.

Barcelona: Barral, 1972.

BATAILLE, Georges. *L'Érotisme*. Traducción de João Bénard da Costa.

Lisboa: Antígona, 1988.

BÉHAR, Henry. *Études sur le théâtre dada et surréaliste*. París: Gallimard,

1967.

BENJAMIN, Walter. La última instantánea de la inteligencia europea. En:

Idem. *Iluminaciones I.*, Madrid: Taurus, 1980.

BERGSON, Henri. *Le rire*. París: Presses Universitaires de France, 1975.

BIRON, Adam ; PASSERON, René (Orgs.) *Dictionnaire général du surréalisme et de*

ses environs. París: P.U.F, 1982.

BRETON, André. *Conversaciones (1913-1952)*. Traducido por Leticia Hulsz

Piccone. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica , 1987.

_____. *Manifiestos del surrealismo*. (Traducción y notas de Aldo Pellegrini)

Buenos Aires: Argonauta, 1992.

_____. *Qu'est-ce que le surréalisme?* Cognac: Le temp qu'il fait, 1986.

BRETON, A. ÉLUARD, P. *Diccionario abreviado del surrealismo*. Traducido por Rafael Jackson. Madrid: Siruela, 2003.

CASTIGLIONI, Ruben Daniel Méndez. *Surrealismo Aldo Pellegrini, el pionero en América*. Porto Alegre, Instituto de Letras, 2014.

CHENIEUX-GENDRON, Jacqueline. *O surrealismo*. Traducido por Juan José Utrilla. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CIRLOT, Juan-Eduardo. Introducción al surrealismo. *Revista de Occidente*, Madrid, 1953.

COURTOT, Claude. Surrealismo, o espírito do final do século, mesmo. Traducción de Robert Ponge. *Porto ; Vírgula*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, n.25, MPA,p. 2-5, 1996.

DUPLESSIS, Yvonne. *El surrealismo*. Traducido por Alexandre Ferrer. Barcelona: Oikis-Tau, 1972.

DUROZOI, G. *André Breton. La escritura surrealista*. Madrid: Guadarrama, 1976.

DUROZOI, G. ; LECHERBONNIER B. *El surrealismo. Teorías, temas, técnicas*. Madrid: Guadarrama, 1974.

GARCIA Gallego, Jesús. *La recepción del surrealismo en España*. Madrid: s/f.

GARCIA, Silvana. *As trombetas de Jericó. Teatro das vanguardas históricas*.

São Paulo: Hucitec, 1997.

GERSHMAN, H. S. *The surrealist revolution in France*. Michigan: University of Michigan Press, 1962.

GIMENEZ-FRONTIN, J.L. *Conocer el surrealismo*. Barcelona: Dopesa, 1978.

JACKSON, Rafael. *Picasso y las poéticas surrealistas*. Madrid: Alianza, 2003.

PARIENTE, Ángel. *Diccionario temático del surrealismo*. Madrid: Alianza, 1996.

PONGE, Robert. *Surrealismo e Novo Mundo*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PICASSO, Pablo. *O desejo atrapado pelo rabo*. Trad. por Marina Appenzeller. Porto Alegre: L&PM, 2004.

PIERRE, José. *El surrealismo*. Madrid: Aguilar, 1969.

SVANASCINI, Osvaldo. *La metáfora en el superrealismo*. s/e, s/f.

RAFAEL, Esteban. *Picasso en tres actos*. Disponible En:

<http://www.elcultural.com/revista/teatro/Picasso-en-tres>

actos/1973, En 02-10-2016.

ROCANGLIOLO, Santiago. *El amante uruguayo*. Buenos Aires: Alfaguara, 2012.

VASCONCELLOS, Marilda de Rebouças. *Surrealismo*. São Paulo: Ática, 1986.

VEGA, Celestino de la. *El secreto del humor*. Buenos Aires: Nova, 1963.

SILVANE DEILA FEIX E CIBELE KRAUSE LEMKE

Unicentro

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E GESTÃO DE LÍNGUAS EM AULAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM REGIÃO DE FRONTEIRA – BRASIL/PARAGUAI/ARGENTINA

Resumo:

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise inicial de uma proposta de pesquisa de mestrado em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, sobre política linguística e a gestão de línguas em aulas de Língua Espanhola e de Língua Portuguesa, nas escolas participantes do projeto de escolas interculturais de fronteira (PEIF). O recorte escolhido tem como opção a região de Foz do Iguaçu-PR, cuja cidade está localizada ao extremo oeste do PR, Brasil, sendo que esta possui uma grande miscigenação de grupos étnicos provenientes de diversas partes do mundo, destacando-se entre eles a descendência/imigração de italianos, alemães e “hispânicos”, estes provenientes principalmente dos países que fazem fronteira com a cidade brasileira: Paraguai e Argentina. Esta pesquisa de cunho bibliográfico traz portanto a articulação entre as políticas linguística levando em consideração o contexto escolar estabelecido na região fronteira de Foz do Iguaçu PR, além de explicar acerca do Programa de Escolas Interculturais de Fronteira que servirão de cenário para uma análise mais aprofundada referente à gestão de línguas adotadas nestas escolas específicas, a fim de analisar como a língua espanhola e portuguesa são gerenciadas na sala de aula, pois entende-se que estudar o processo de ensino/aprendizagem das línguas que circulam em regiões de fronteira parece ser imprescindível na atualidade.

Introdução

Este trabalho tem como intuito apresentar uma pesquisa bibliográfica referente a uma proposta de investigação apresentada no mestrado em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, que objetiva levantar fontes bibliográficas acerca das políticas linguísticas e línguas de fronteira no estado do PR; analisar como a língua espanhola e portuguesa são gerenciadas na sala de aula em língua estrangeira/adicional; e observar quais são os avanços com relação ao tratamento da diversidade linguística.

Portanto, neste artigo, apresenta-se num primeiro momento, algumas reflexões referentes às Políticas Linguísticas, Fronteira e o Desafio Escolar apresentado neste contexto. Num segundo momento, faz-se uma descrição acerca do Programa de Escolas Interculturais de Fronteira, já que estas foram as escolas definidas como espaço para a realização da pesquisa. E para finalizar, é feita uma breve explanação do que se entende por gestão de línguas a fim de explicitar o que se espera conseguir através da realização da proposta exposta.

Políticas Linguísticas, Fronteira e Desafio Escolar

Apesar de ser um termo relativamente novo, as políticas linguísticas já formam parte da história do Brasil desde a época em que os colonizadores chegaram nestas terras. Quando os portugueses ocuparam esse território, nele já existiam diferentes tribos indígenas e estas possuíam seus próprios idiomas. A partir do momento (após a Independência) em que se busca não mais usar neste local somente estas línguas e dialetos e que se privilegiava a língua portuguesa (língua dos conquistadores europeus) começava a utilização de uma política linguística a qual não levava em consideração o pluralismo existente, mas se definia um país monolíngue, aquele que teria a língua portuguesa como língua oficial.

De acordo com TORQUATO(2010), nos últimos anos, o tema referente às políticas linguísticas têm ganhado mais atenção de alguns pesquisadores renomados, tais como Savedra(2003), Calvet(2007) Pagoto (2007) e outros que reconhecem que é necessário haver reflexões que envolvam também as peculiaridades regionais.

Com relação ao termo utilizado, segundo Calvet (2002, p.145 *apud* TORQUATO 2010) política linguística é definida como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social”. Desta forma, as políticas linguísticas são vistas como um conjunto de propostas estabelecidas por um grupo de pessoas a fim de manter relações entre língua e sociedade, dando ênfase aos lugares e formas de uso dessa língua. Porém o que se sabe é que para que possa ser alterado algo com relação às políticas linguísticas, normalmente é realizado um estudo por linguistas e estes repassam ao Estado as mudanças que se fazem necessárias. Porém nem sempre essas alterações

são aceitas, pois se busca manter o que é chamada de “identidade nacional”, onde não se leva em consideração as diferenças existentes em cada região.

O Brasil, tido como um país monolíngue, onde pouco se discute sobre as tantas divergências existentes em seu território, contrapõe-se desta forma, ao fato de ser um país que recebeu e recebe grupos e pessoas de várias partes do mundo e faz fronteira com tantos países que possuem idioma, cultura e costumes diferentes.

Mesmo dentro de um país, cada local possui uma realidade com relação ao uso da língua, como é o caso do estado Paraná, onde existem regiões com grande parte da população sendo imigrante/descendente de alemães, outra de italianos, japoneses, etc e o caso de cidades que fazem fronteira com Argentina e/ou Paraguai e tem contato diário com falantes de língua espanhola.

Assim, voltando para o local da pesquisa, pode-se dizer que na fronteira de Foz do Iguaçu – PR grande parte de sua população mantêm contato diário com pessoas que tem a língua espanhola como oficial, sejam elas da Argentina ou do Paraguai, e desta forma, acabam optando por um dos idiomas para a comunicação.

As fronteiras podem existir de forma imaginária, estabelecendo-se uma linha invisível que divide os países, ou através de um acidente geográfico, que pode ser percebido através de uma montanha, rio, etc. No caso de Foz do Iguaçu-PR com relação à cidade de Puerto Iguazu –AR e Ciudad del Este – PY o que determina a fronteira é a existência do Rio Paraná(Paraguai) e Rio Iguaçu(Argentina). O acesso se dá por meio da existência das pontes que ligam estas duas cidades à cidade de Foz do Iguaçu, do lado brasileiro.

A fronteira apesar de ser pensada muitas vezes apenas como um espaço de divisão entre dois países, um limite estabelecido oficialmente para demarcar o que pertence a cada uma das nações, é um território que envolve o contato com a cultura, costumes e identidades de povos pertencentes a uma estrutura de vida diferente, que de diversas formas e em vários momentos acaba unindo essas pessoas que fazem parte desse diversificado ambiente de contato cultural. Como ressaltado por TERCENIANI (2010) “cada área de fronteira apresenta uma realidade marcada pela heterogeneidade, repleta de diversidade cultural principalmente em função do contato entre povos de nacionalidades e culturas distintas”.

Desta forma, torna-se importante pensar nas condições de contato com essas diferentes culturas em todos os países que formam parte dessa fronteira, pois, “(...) as condições de existência na fronteira tocam a todos que residem nesta área, portanto a fronteira é uma zona constante de fluxos e complementaridades e a educação cumpre um papel fundamental na integração”. (PEREIRA, 2009, p. 54)

O fato de estar integrado em uma região de fronteira, onde há a miscigenação de diversos grupos étnicos, as transformações nos padrões culturais são envolvidas através do contato com a cultura do outro, pois como se sabe, a identidade ultrapassa as barreiras políticas e faz com que aquilo que se considera fixo e permanente, seja transformada diariamente através da inter-relação social.

Reconhecer que a diversidade cultural, incluindo a língua como parte desta cultura, é um tema importante a ser tratado e discutido no ambiente escolar e é um grande passo que deve ser dado com a intenção de valorizar as diferentes culturas existentes nesse complexo lugar de encontro e de interação de diversos indivíduos que possuem identidades diversas.

De acordo com SILVA (2013, p.40) “a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença”. Por ser a escola um local onde há esse maior contato com o diferente, é importante que o educador saiba de que forma abordar os temas que envolvem as diferenças e encontrar maneiras de tratar as diversas identidades sem deixar de valorizar as minorias, que em muitos casos acontece em região de fronteira através da valorização de alguma nacionalidade em detrimento de outra.

Pensando neste mesmo viés, sabe-se que a cultura é o que estabelece muitas vezes as diferenças existentes entre a minha identidade e a do outro e, ainda segundo SILVA (2013, p.42) “(...) a diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições (...) são construídas por meio de uma clara oposição entre “nós” e “eles””. E esta distinção estabelecida com relação ao outro, se torna muitas vezes mais clara justamente nessa região, onde esse contato com o outro, com a cultura do outro é mais frequente e se apresenta de forma mais explícita.

Perceber a escola como um espaço social onde acontece esse contato com o outro e entender que isto gera a aproximação ou o afastamento se torna imprescindível, pois este espaço é o local onde se criam valores, conhecimentos e significados que

devem ser entendidos como parte do cotidiano, que este está em constante mudança, devendo assim ser repensado e discutido constantemente a fim de ser compreendido através de suas diferenças de expressão e comportamentos. Nesta mesma linha de pensamento, ANDRÉ (2004, p.34) enfatiza,

Essa visão de escola como espaço social em que ocorrem movimentos de aproximação e de afastamento, onde se criam e recriam conhecimentos, valores e significados vai exigir o rompimento com uma visão de cotidiano estática, repetitiva, disforme, para considerá-lo, como diria Giroux (1986), um terreno cultural caracterizado por vários graus de acomodação, contestação e resistência, uma pluralidade de linguagens e objetivos conflitantes.

O Brasil se apresenta como um país multicultural devido à miscigenação de etnias, resultante de um processo de imigração que aconteceu desde a sua colonização. Apesar de todos fazermos parte desta mistura de etnias, culturas, costumes, é comum encontrarmos dificuldades de aceitação daquilo que se apresenta como diferente. Até mesmo porque partilhamos de uma ideia de cultura nacional, sendo que cada um, mesmo pertencente a um mesmo território possui sua própria identidade, partilhando ou não de quesitos que são “definidos” como cultura de todos.

Relacionado a esse aspecto, SILVA (2013, p.24) contribui, “a identidade nacional é inteiramente dependente da ideia que fazemos dela(...) devemos ter uma ideia partilhada daquilo que a constitui”. Desta forma, apesar de fazermos referência as diferentes culturas delimitando apenas a condição da fronteira, devemos considerar que, ainda que seja uma forma de delimitar a cultura do outro, essa não é única e fechada, pois depende de vários outros aspectos de cunho pessoal.

Trabalharmos sobre a igualdade de direitos é um grande desafio que se põe como uma forma de se lutar contra toda e qualquer forma de desigualdade e preconceitos existente. Como explicita CANDAU (2005, p.27) “Não se deve contrapor igualdade à diferença. De fato, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o “mesmo”, à “mesmice” ”.

Assim, ao ter o contato direto na escola com pessoas de diferentes identidades e culturas, língua, é imprescindível que toda a equipe esteja engajada com a comunidade escolar a fim de estabelecer objetivos e ações para a esfera escolar com o intuito de fomentar uma prática pedagógica que compreenda esse complexo ambiente de contato.

Como indicado por ANDRÉ (2007, p.34), é importante para conhecer a realidade escolar entender as interações que acontecem no seu dia a dia,

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem o seu dia a dia, apreendendo as forças que a impulsionam ou que a retêm, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar e compreendendo o papel e a atuação de cada sujeito nesse complexo interacional onde ações, relações, conteúdos são construídos, negados, reconstruídos ou modificados.

Portanto, para ter-se maior acesso à realidade e assim obter resultados mais claros referentes à gestão das línguas nas escolas de fronteira, faz-se necessário a realização da pesquisa etnográfica e sociolinguística, que acontecerá num segundo momento para assim, analisar as formas de trabalho e a gestão de línguas presentes nestas escolas através do Programa de Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF).

PEIF – Programa de Escolas Interculturais de Fronteira

O PEIF, anteriormente denominado Projeto Escola Intercultural Bilíngüe de Fronteira (PEIBF). criado em 2005 por uma ação bilateral Brasil-Argentina, e após, alterado para Programa de Escolas Interculturais de Fronteira, por meio da Portaria do MEC nº 798, de 19 de junho de 2012, é um programa desenvolvido em várias cidades brasileiras que fazem fronteira com Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela, que com suas respectivas cidades-gêmeas, que são municípios cujo território faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, intercambiam professores entre duas escolas pertencentes a esta faixa, uma do lado brasileiro e outra do lado estrangeiro. (Portal do Mec - <http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira>).

Este programa tem como objetivo primordial a promoção da integração regional de pessoas que vivem neste espaço fronteiro através de educação intercultural que traga formação integral às crianças e jovens, levando em consideração seu contexto multilíngue e oportunizando assim o aprendizado das línguas de circulação desta fronteira e o intercâmbio cultural, visando a construção de uma identidade regional e intercultural no marco de uma cultura de paz e de cooperação interfronteiriça.

Outros objetivos estabelecidos são: o uso da língua do país vizinho como parte do cotidiano da escola, através do contato direto com um falante nativo, por meio da presença de professores deste país; contato do profissional com falantes nativos do país vizinho e da estrutura e sistema escolar daquele país; o trabalho de conteúdos que envolvam a região que vivem, não focando somente o nível nacional, mas o regional.

A metodologia utilizada no projeto é a de ensino por projetos de aprendizagem, em que os professores dos dois países realizam o planejamento das aulas juntos e determinam os conteúdos que serão ministrados pelo professor em língua estrangeira. Lembrando que, a intenção do projeto não é de intercâmbio de professores para lecionar aulas de língua estrangeira, mas, em língua estrangeira, aproveitando o conteúdo programado para determinado período e proporcionando assim um ambiente real de bilinguismo para os estudantes. Desta forma, as escolas ou grupos podem realizar as atividades pertinentes à sua programação anual de conteúdos, sem perder de vista os conhecimentos relacionados à aprendizagem escolar associados à alfabetização, porém incorporando nele o projeto que prima pela interculturalidade e o manejo de outra língua. (BRASIL. Programa de Escolas Interculturais de Fronteira. <http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira>).

O Funcionamento do Programa se dá através de alguns eixos norteadores e exponho neste momento, a função designada a cada um dos órgãos a fim de explicitar algumas das angústias relatadas por muitos dos envolvidos neste projeto nas escolas interculturais de fronteira de Foz do Iguaçu e de Puerto Iguazu, onde de forma clara expõem que, as responsabilidades que competem a cada setor foram abandonadas. Desta forma, o projeto se apresenta de forma enfraquecida, pois muitos dos responsáveis não atuam neste conjunto estabelecido, fazendo com que o projeto perca sua expressividade e dinamismo.

Portanto, aos responsáveis no âmbito escolar cabe :

o envolvimento de toda a escola; a definição de metodologias dos projetos de aprendizagem; a construção do projeto político pedagógico da escola intercultural (planejamento conjunto das ações) e regimento escolar; levar em consideração as especificidades curriculares e socioculturais das comunidades do campo, indígena e quilombola; dinamização do relacionamento com escola do país vizinho, definindo um plano de ação conjunto para a realização do intercâmbio docente, além de outras ações

que promovam a interculturalidade, estendendo-se a todos os anos de escolarização da escola; a utilização das tecnologias da informação e comunicação disponíveis e necessárias. (BRASIL. Programa de Escolas Interculturais de Fronteira. <http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira>).

Com relação à gestão e condições a partir da secretaria de educação (municipal e/ou estadual) é de responsabilidade:

a construção de termos de cooperação técnico-pedagógico-financeira; adesão via Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC); negociação de calendário de formação junto às universidades; transporte para os docentes que realizam o intercâmbio, como contrapartida ao Programa; articulação concreta com o Programa Mais Educação e Programa Mais Cultura e demais projetos/programas/ações locais; contratação de seguro de vida para os professores; designação de um servidor da área pedagógica para se responsabilizar pelo PEIF em seu território. (BRASIL. Programa de Escolas Interculturais de Fronteira. <http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira>).

A formação continuada dos profissionais da educação básica fica sob a coordenação das Universidades onde deverão:

compor o grupo local, formado por Coordenador-geral do PEIF, Coordenador-adjunto de Educação Integral, Supervisor de Articulação e Acompanhamento Pedagógico (secretaria de educação), Pesquisadores, Professores Formadores (universidade), Professor Formador (coordenador pedagógico ou diretor da escola), Tutor a distância (universidade), Tutor presencial e/ou PIBID (universidade, para acompanhamento pedagógico na escola); promover a articulação, no espaço da Universidade, entre educação integral e interculturalidade; articular-se com o comitê gestor de recursos financeiros de sua instituição; ofertar ações/cursos de aperfeiçoamento; contribuir para o repositório dos materiais de formação; agilizar os procedimentos de afastamento do país (trâmite interno das IES); definir arranjos que permitam realizar formações dentro das regiões de fronteira, nos municípios; elaborar produtos finais, resultantes de cada

módulo de formação conjunta com outros países; articular as ações do PEIF com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/MEC) e com o Programa Novos Talentos (CAPES/MEC); induzir a inclusão da temática "interculturalidade na perspectiva da educação integral" na formação inicial dos cursos de licenciatura e pós-graduação, e na pesquisa acadêmica; promover o uso das tecnologias de informação e comunicação; realizar o diagnóstico sociolinguístico das comunidades participantes do PEIF. (BRASIL. Programa de Escolas Interculturais de Fronteira. <http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira>).

Os municípios pertencentes ao programa e as respectivas escolas são:

Município	UF	Nome da Escola
Ponta Porã	MS	Escola Estadual João Brembatti Calvoso
Ponta Porã	MS	Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni
Ponta Porã	MS	Escola Estadual Prof. ^a Geni Marques Magalhaes
Foz do Iguaçu	PR	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Adele Zanotto Scalco
Pacaraima	RR	Escola Municipal Casimiro De Abreu
Pacaraima	RR	Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Alcides da Conceição Lima
Chuí	RS	Escola Municipal de Ensino Fundamental General Artigas
Itaqui	RS	Escola Municipal de Ensino Fundamental Vicente Soles
Itaqui	RS	Escola Municipal de Ensino Fundamental Otávio Silveira
Jaguarão	RS	Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Correa Ribas
Jaguarão	RS	Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcílio Dias
Santa Vitória do Palmar	RS	Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bernardino de Souza Castro
São Borja	RS	Escola Municipal de Ensino Fundamental Vicente Goulart
São Borja	RS	Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha Da Costa
Uruguaiana	RS	Escola Municipal de Ensino Fundamental do Complexo Escolar Elvira Ceratti - CAIC
Dionísio Cerqueira	SC	Escola Estadual de Educação Básica Dr. Theodureto de Faria Souto

(BRASIL. Programa de Escolas Interculturais de Fronteira. <http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira>).

Para a pesquisa proposta, será tomado como foco a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Adele Zanotto Scalco, localizada na cidade de Foz do Iguaçu – PR, juntamente com a Escola Intercultural de Fronteira 2, situada na cidade de Puerto Iguazu, no lado Argentino. Estas escolas estão sob a coordenação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA , estabelecida também na cidade de Foz do Iguaçu.

No momento, o programa, nesta fronteira, está com um número de professores participantes reduzido, fazendo o intercâmbio nas escolas apenas 2(dois) professores brasileiros e 2(duas) professoras argentinas. De acordo com relatos dos professores, isso se deve ao fato de haver pouco incentivo para que haja a participação de mais professores no projeto, pouco apoio com relação à formação e por haver certo descaso com o projeto por parte dos órgãos competentes.

Apesar de as escolas estarem num espaço de fronteira, com poucos quilômetros separando-as, a realidade apresentada nelas se compara a locais que estão longe de um espaço fronteiriço, já que muitos dos alunos não conhecem o país vizinho e desconhecem a cultura, a língua e a realidade do outro, sendo o contato com esses professores, a oportunidade que se apresenta como forma de convívio com aquilo que está tão próximo e tão distante ao mesmo tempo.

1. Gestão de Línguas

A gestão de línguas a qual me proponho a pesquisar relaciona-se especificamente ao uso das línguas (portuguesa e espanhola) em um contexto multilíngue e de fronteira, em que serão realizadas as coletas de dados para posterior análise nas duas escolas participantes do projeto de escolas interculturais de fronteira (PEIF) estabelecidas neste território de tríplice fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai.

As perguntas que nortearão a pesquisa no que se refere à gestão de línguas são: Quais são as línguas em que os alunos interagem? Qual idioma utiliza o professor em suas aulas? Como o professor atende as necessidades cotidianas com relação a língua estrangeira/adicional tendo em vista seu contexto de diversidade linguística e cultural? Quais são as políticas linguísticas que pautam as relações com a cultura, caracterizada pela produção das diversidades existentes nesta região?

Esses questionamentos surgem a partir do momento em que se acredita que a gestão das línguas acontece por uma escolha realizada pelo falante que pode demarcar uma posição pessoal ou política, assim como explicitado por KRAUSE-LEMKE (2010).

Ainda, tratando-se de conceituar o que neste trabalho trataremos como gestão de línguas é importante destacá-la em dois sentidos, expostos por KRAUSE-LEMKE (2010, p.49):

em primeiro lugar, na sala de aula, ajuda os participantes a organizar o que acontece naquele espaço, ao mesmo tempo em que lhes permite construir e negociar diferentes identidades. Em segundo, a gestão de línguas pelos participantes pode ser compreendida como parte do processo de aprendizagem, oportunizando, assim, o incremento de sua capacidade plurilíngue.

Entendendo assim que, por fazer parte de um espaço considerado multilíngue, que faz parte de um território de fronteira, o estudante tem acesso a mais de um código linguístico e isso faz com que haja momentos específicos que determinam o uso de um dos códigos em detrimento do outro e/ou que o falante faz uso de determinado código com o auxílio da estrutura linguística oferecida por outro.

Esse uso das línguas de formas alternadas e/ou integradas será analisada portanto, num trabalho posterior que explicitará os diferentes usos apresentados no contexto da sala de aula nas duas escolas de fronteira estabelecidas para a pesquisa.

Considerações finais

Por meio deste primeiro levantamento no que se refere às políticas linguísticas e gestão de línguas em região de fronteira, se torna possível identificar a relevância deste estudo a fim de compreender o papel que a língua exerce neste complexo espaço escolar instaurado num ambiente multilíngue e multicultural.

É possível identificar alguns dos desafios da escola, de seus gestores e professores com relação a esta temática, já que a função social deste estabelecimento é de grande relevância na vida das pessoas que dela fazem parte, já que inseridas neste contexto, exigem um olhar diferenciado no que se refere às diferenças que se apresentam através da cultura e da língua do outro.

Por se tratar de um início de pesquisa, sabe-se que ainda é necessário um maior aprofundamento com relação aos temas abordados, para que possam ser discutidos na análise dos dados que serão levantados através da pesquisa etnográfica.

O Programa de Escolas Interculturais de Fronteira exerce um grande papel neste cenário fronteiriço, visto que, mesmo com tantos obstáculos, existem pessoas que ainda lutam para que este programa aconteça, já que é uma forma de proporcionar o conhecimento da cultura e da língua do país vizinho, fomentando uma maior interação entre eles e estreitando os laços existentes.

Para finalizar, vale ressaltar a importância de se pensar em políticas linguísticas que atendam as reais necessidades daqueles que fazem parte deste território, o qual exige um olhar diferenciado, a fim de promover a construção de uma identidade regional e intercultural que priorize o ensino multilíngue e multicultural.

Referências

ANDRE, Maria Elisa. *Etnografia da prática escolar*. 11^a. Ed. Campinas: Papyrus, 2004.

BRASIL. *Programa de Escolas Interculturais de Fronteira*. Portal do Mec. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira> e <http://portal.mec.gov.br/escola-de-fronteira/escola-de-fronteira>. Acesso em 02 de setembro de 2016.

CANDAU, Maria Vera. *Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios*. In CANDAU, Maria Vera (org). *Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KRAUSE LEMKE, Cibele. *Políticas e práticas linguísticas: um estudo sobre o ensino de língua espanhola em um contexto multilíngue no Paraná – Brasil* / Cibele Krause Lemke; São Paulo: s.n., 2010. Tese (Doutorado em Educação) – USP – São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16122010-152622/en.php> . Acesso em 14 de agosto de 2016.

PEREIRA, J. H. do V. *Educação e Fronteira. Processos identitários de migrantes de diferentes etnias*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2002.

SILVA, Tomas Tadeu (org. ; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn, *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 13ª.Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

TERENCIANI, Cirlani. Fronteira, Diversidade cultural e o cotidiano escolar na cidade de Ponta Porã – MS. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS – CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS – ESPAÇO DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS, Porto Alegre, 2010

TORQUATO, Cloris Porto. *Políticas linguísticas, linguagem e interação social*. Gávea RJ: Revista Escrita, 2010.

STELA MARIS DETREGIACCHI GABRIEL DANNA

USP

**UMA INTERPRETAÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A PUBLICAÇÃO DA
“GRAMÁTICA DA LÍNGUA ESPANHOLA PARA USO DOS BRASILEIROS” (1920), DE
ANTENOR NASCENTES**

1. Elucidações introdutórias

A primeira descrição do espanhol, produzida em terra brasileira, data de 1920¹⁵. Estamos nos referindo à obra *Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros*, escrita pelo historiógrafo, filólogo, dialetólogo e lexicógrafo Antenor Veras Nascentes (1886 – 1972) que, ao longo de sua vida, publicou não somente livros sobre o espanhol, mas também descrições da língua portuguesa¹⁶.

A publicação de uma obra gramatical brasileira, relativa ao espanhol, na década de 1920, é um fato curioso, pois foi principalmente a partir da década de 1940 que houve o aparecimento de livros, no Brasil, que abordassem um estudo ou sistematização do espanhol. Aqui, fazemos referência, por exemplo, a obras como: o *Manual de español* (1944), de Idel Becker; as *Lecciones de español* (1944 [2ª edição]), de Júlio Amaral; *El castellano contemporâneo* (1944), de Cândido Jucá Filho; a *Gramática castellana* (1944), de Raul Gil Lagosmarino; a *Gramática castellana* (1944), de Vicente Solana e Bento Bueno Moraes; *Español: gramática y antología* (1949 [2ª edição encontrada]), de Aristóteles de Paula Barros, entre outras.

Vemos que há um hiato temporal entre a publicação da primeira gramática do espanhol – a de Nascentes – e as subsequentes, da década de 1940. Além disso, independentemente destas duas datas, consideramos tardio o aparecimento de manuais

¹⁵Anterior a esta data, é possível encontrar estudos que abordam a língua espanhola relacionada com outra língua, como o texto *Um ensaio de fonética diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol* (1919), escrito também por Antenor Nascentes. Contudo, estes estudos eram pontuais (artigos e ensaios) e não constituíam livros.

¹⁶ Por exemplo, as conhecidas obras *O dialeto caipira* (1921), *O linguajar carioca* (1922), *Noções de estilística e de literatura* (1929), *Estudos filológicos* (1939), entre outras.

gramaticais sobre a língua espanhola em território brasileiro, pois este idioma, com os sabemos, além de estar presente nos países que fazem fronteira com o Brasil, também apresenta grandes similitudes com o português.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar qual(is) aspecto(s) propiciaram o aparecimento do primeiro livro sobre o espanhol – que, como vimos, é a *Grammática*, de Antenor Nascentes. Além disso, também propomos realizar uma investigação inicial que verifique se este(s) motivo(s), de alguma forma, têm algum papel explicativo na configuração e estrutura de composição desta obra.

Escolhas metodológicas

Para este trabalho, que possui um viés historiográfico, optamos por uma metodologia que partisse da análise do material em foco – a *Grammática* de Antenor Nascentes – e das informações que ele nos oferece para, então, recorrer a outros materiais complementares que nos ajudassem a responder questões pendentes. Em outras palavras, optamos pelos seguintes passos metodológicos: a) realização da leitura integral da obra e sintetização da estrutura da obra; b) levantamento de possíveis informações contidas na *Grammática* que poderiam auxiliar-nos a responder à pergunta central desta pesquisa (foram coletados dados como leis e decretos, depoimentos do próprio autor sobre a visão que tinha a respeito do espanhol no Brasil, estrutura da obra, áreas dos estudos linguísticos que receberam maior atenção na obra, entre outros); e c) levantamento bibliográfico e leitura complementar a respeito do momento histórico em que a obra se insere. O cruzamento dos dados levantados nestas etapas nos possibilitou elaborar uma interpretação historiográfica preliminar que oferece respostas ao nosso questionamento inicial e que encerra este trabalho.

Como podemos ver, a metodologia escolhida opera tanto com dados provindos de uma análise ‘interna’ ao material, quanto de uma análise ‘externa’ - que engloba dados históricos, jurídicos, políticos. Esta decisão decorre de nossa concepção a respeito dos conhecimentos sobre a linguagem: de acordo com nossa visão, estes materiais e as ideias que neles estão contidas são produzidos por ‘atores’ que interagem entre si e com um contexto socio-político-cultural (cf. SWIGGERS, 2005[2004], p. 115-116). Acreditamos na importância deste trabalho não somente como uma iniciativa de sistematizar informações dispersas, mas também como uma possibilidade de contribuir para uma

melhor compreensão da história da gramaticografia de língua espanhola produzida no Brasil.

Uma análise da obra e de seu contexto de produção

O nosso material principal, a *Grammática da língua espanhola para uso dos brasileiros* (1920), está dividido nas seguintes partes: 1. Introdução (ou o que atualmente chamaríamos de “prefácio”); 2. Grammatica Espanhola (o texto gramatical propriamente dito); 3. Errata; e 4. Índice. A seguir, caracterizamos separadamente cada seção, expondo as investigações empreendidas a partir dos dados que foram encontrados ao longo da leitura da obra.

2.1. A ‘introdução’

Na introdução à obra, Antenor Nascentes comenta inicialmente sobre a origem do espanhol e os locais onde essa língua é falada. No entanto, para o nosso objetivo principal, são as informações subsequentes que mais nos importam. Para o autor, o conhecimento da língua espanhola e, conseqüentemente, a publicação de sua obra, têm sentido naquele momento por dois aspectos: i) pelas relações (políticas, econômicas, etc.) estabelecidas entre o Brasil e seus países vizinhos hispanofalantes; ii) pela criação, por lei, de uma cadeira de espanhol no Colégio Pedro II em 1919.

De fato, o interesse pelo mundo hispânico - de modo global, incluindo-se nesta categoria não apenas a língua, mas também sua cultura, literatura e história - cresce no final do século XIX e início do XX. Por exemplo, de acordo com Guimarães (2012, p.5) “autores brasileiros como Silvio Romero, Silvio Julio, João Ribeiro, Manuel Bandeira entre outros escrevem obras de crítica literária e história literária hispano-americana”. Não podemos nos esquecer que a presença de falantes do espanhol em terras brasileiras acontece desde o início da colonização do Brasil, porém intensifica-se entre 1888 e 1930, devido aos problemas socioeconômicos que a Espanha e suas ex-colônias enfrentavam (cf., por exemplo, ARAÚJO, 2010, p. 241) assim como as relações político-comerciais entre o Brasil e os países da América do Sul.

Considerando estas informações, interesses sociais, econômicos, culturais e políticos - por hipótese - poderiam ter motivado o estudo da língua espanhola no Brasil,

principalmente no início do século XX. Este interesse poderia, conseqüentemente, ter influenciado o aparecimento de estudos e livros sobre o idioma espanhol.

Contudo, o segundo aspecto levantado por Nascentes revela-se altamente significativo: a abertura de cadeira de espanhol para o ensino secundário no Colégio Pedro II – preenchida por meio de concurso público - é um acontecimento relativo ao ano anterior à publicação da obra em análise neste trabalho, além de estar vinculado a uma das principais instituições de ensino do Brasil àquela época.

O Colégio Pedro II, situado na então capital Rio de Janeiro, reunia os principais intelectuais da época e constituía uma instituição educacional modelo para o país desde o período pós-independência: “Criado pelo Governo Federal, em 1837, o Colégio Pedro II constituiu-se na única instituição de cultura geral fundada durante o Império.” (HANNA, 2009, p. 221). Ademais, este colégio foi “concebido para ser o centro difusor das ideias educacionais pelo país, relativas ao ensino secundário, exerceu este papel desde sua criação até meados do século XX” (VECHIA, 2003, p. 27).

Segundo Vera Hanna (2009), ainda no período imperial, mais especificamente em 1841, as línguas modernas estavam previstas na grade curricular de todas as séries escolares. No entanto, estas “línguas modernas” englobavam apenas o ensino de inglês, francês e alemão – de modo facultativo, estava o ensino de italiano. Pelas revisões historiográficas (cf. HANNA, 2009, RODRIGUES, 2010, GUIMARÃES, 2012), o estudo do espanhol nas escolas brasileiras só foi institucionalizado exatamente pela lei indicada por Nascentes e justamente em um colégio exemplar. O autor, nesta introdução, faz referência à lei nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919, que “Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para exercicio de 1919”. Mais especificamente, está tratando do artigo 2º, que estabelece uma determinada quantia de dinheiro destinada à criação da cadeira de língua espanhola no Colégio Pedro II:

[...] Artigo 2º [...] Augmentada de 9:600\$ a do Collegio Pedro II, para attender a despezas com a creação da cadeira de hespanhol em aquelle collegio, em reciprocidade do acto identico da Republica do Uruguay. [...](BRASIL, 1919)

A abertura de uma cadeira de espanhol para este colégio foi, portanto, o primeiro passo para a introdução oficial do ensino de espanhol na grade curricular da educação brasileira. Não seria de estranhar-se que, neste contexto, fosse necessária a elaboração de um livro – no caso, uma gramática – para esta nova disciplina que integraria o currículo

do ensino secundário naquela instituição. Ao observarmos atentamente a capa da obra, verificamos que o autor – Antenor Nascentes – é “professor catedrático de espanhol no Colégio Pedro II” (ver Figura 1). Portanto, a produção desta gramática foi feita justamente pelo docente que a necessitaria e a utilizaria no dia-a-dia (ou seja, nas aulas de espanhol deste colégio). Corroborar esta nossa afirmação o fato de existir um ensaio de autoria de Nascentes, intitulado *Um ensaio de fonética diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol*, de 1919, elaborado para concorrer à mesma cadeira de espanhol, do mesmo colégio.



Figura 1. Capa da *Grammática*, de Antenor Nascentes

2.2. ‘Grammatica espanhola’

A leitura da introdução permitiu-nos descobrir que Antenor Nascentes elaborou a gramática em um contexto não somente de interesse político, social, econômico e cultural relativo aos países e à população hispânicos; o surgimento desta obra esteve principalmente vinculado a um contexto jurídico e educativo de implementação do ensino de espanhol em uma instituição renomada e modelar do Brasil. Por ser o professor responsável pela cadeira de espanhol deste mesmo colégio, podemos supor que, tanto ao elaborar a estrutura do livro e quanto ao escolher os conteúdos, o autor tenha imprimido algumas necessidades ou características da prática docente e do alunado brasileiro pertencente ao ensino secundário daquele momento.

A seção “Grammatica espanhola” é a segunda parte integrante da obra e refere-se à exposição e explicação dos fenômenos linguísticos do espanhol. Embora seja um

manual de língua estrangeira, esta seção está inteiramente escrita em português, exceto quando se apresentam exemplos da língua-objeto. Além disso, não contém qualquer tipo de ilustração ou iconografia – exceto o trio de triângulos responsável pela divisão de capítulos (Figura 2). Ademais, o conteúdo está disposto de modo corrido, em coluna única.

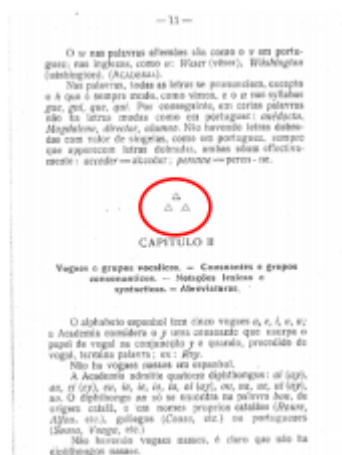


Figura 2. Ao centro, trio de triângulos, símbolo divisor dos capítulos.

Poderíamos considerar, em um primeiro momento, a inexistência de ilustrações e iconografias nesta obra como algo natural ou comum a um texto tão específico, que trabalha com explicações, por vezes, abstratas e comumente exemplificadas por meio de letras, palavras e orações. Não obstante, a ausência de imagens não é uma regra: de acordo com Luthy (2006: p. 98), comenta-se que há livros altamente especializados, que tratam de ideias e abstrações – densamente acompanhados por figuras e imagens. Desse modo, acreditamos que a inexistência de imagens foi uma opção editorial ou autoral.

Também não há, por exemplo, comentários na mancha (borda) das páginas, uma possível estratégia didática e editorial, pois estas notas – geralmente sintéticas e fragmentadas - auxiliam o público-leitor a apreender o conteúdo da obra (Blair, 2003). Cabem, portanto, aos diferentes estilos e tamanho de letra possibilitar ao leitor (aluno) identificar títulos, explicações e exemplos de língua. Assim, os títulos estão em tamanho maior e destacados em negrito; já o que diferencia a explicação de exemplos é que este último está sempre marcado em itálico. Estas características físicas parecem ser indícios de uma produção editorial de tendência mais simples e de menor investimento, condizente com a recém inclusão de determinada disciplina em um colégio específico

(apesar de ser um dos mais renomados do Brasil naquele momento) e com um público formado principalmente por estudantes do ensino regular, não especializado.

Além de observarmos escolhas relativas à materialidade da obra, realizamos uma aproximação inicial aos temas abordados no livro, verificando a disposição e atenção dada a cada um deles. Assim, os temas contemplados na seção 'Grammatica espanhola', são os seguintes:

CAPÍTULO I Alfabeto. – Pronuncia das letras (p. 7 a 11)

CAPÍTULO II Vogaes e grupos vocálicos. – Consoantes e grupos consonânticos. – Notações léxicas e syntacticas. – Abreviaturas (p. 11 a 13)

CAPÍTULO III Orthografia. (p. 13 a 14)

CAPÍTULO IV Prosodia. (p. 14 a 18)

CAPÍTULO V Artigo. (p. 18 a 19)

CAPÍTULO VI Substantivo. (p. 19 a 24)

CAPÍTULO VII Adjectivos qualificativos. (p. 24 a 25)

CAPÍTULO VIII Adjectivos determinativos (p. 26 a 29)

CAPÍTULO IX Graus de significação. (p. 29 a 32)

CAPÍTULO X Pronomes (p. 33 a 35)

CAPÍTULO XI Verbos regulares. (p. 35 a 45)

CAPÍTULO XII Verbos irregulares. (p. 45 a 62)

CAPÍTULO XIII Preposições (p. 62 a 63)

CAPÍTULO XIV Adverbios (p. 63 a 64)

CAPÍTULO XV Conjucções (p. 65 a 66)

CAPÍTULO XVI Interjeições (p. 67)

CAPÍTULO XVII Formação das palavras. Composição e derivação. (p. 68 a 72)

CAPÍTULO XVIII Da syntaxe em geral (p. 72 a 75)

CAPÍTULO XIX Syntaxe do artigo, do substantivo e do adjectivo (p. 75 a 78)

CAPÍTULO XX Syntaxe do pronome (p. 79 a 84)

CAPÍTULO XXI Syntaxe do verbo (p. 84 a 89)

CAPÍTULO XXII Syntaxe das palavras invariaveis (p. 90 a 92)

CAPÍTULO XXIII Archaismos e neologismos (p. 93 a 94)

CAPÍTULO XXIV Barbarismos e solecismos (p. 95 a 97)

CAPÍTULO XXV Idiotismos (p. 98 a 99)

CAPITULO XXVI Noções praticas de fonética (p. 99 a 101)

CAPITULO XXVII Noções de semantica (p. 101 a 102)

Analisando a distribuição dos assuntos por páginas, observamos que temas fonéticos, fonológicos e ortográficos ocupam doze páginas. O estudo morfológico do espanhol abrange cinquenta e quatro páginas. À sintaxe são dedicadas vinte páginas. Por sua vez, aspectos estilísticos (barbarismos, neologismos, idiotismos, etc.) são comentados em sete páginas. Finalmente, cabem à semântica apenas duas páginas.

O levantamento quantitativo acima realizado revela-se importante neste trabalho, pois pode indicar os assuntos que mais mereceriam atenção e estudo no contexto em que a obra esteve inserida. Para o autor, parece ser interessante, então, dedicar mais tempo, em ordem decrescente, à morfologia, sintaxe, fonética/fonologia/ortografia, estilística e semântica da língua espanhola.

A abordagem dos fenômenos linguísticos, em todos os âmbitos - morfológico, sintático, fonético – exceto ao tratar da estilística, é feita recorrentemente de modo contrastivo com o português, estratégica didática para o ensino do idioma estrangeiro, destacando ora semelhantes, ora diferenças com a língua portuguesa, como nos seguintes exemplos:

⌚ “O alfabeto espanhol tem as mesmas letras que o portuguez, possuindo mais tres que neste não existem: o ch, o ll e o ñ. O ch vem depois do l e o ñ de pois do n.” (NASCENTES, 1920, p. 7 [destaque para a diferença])

⌚ “É grande a correspondencia de genero entre as palavras portuguezas e as espanholas. Entretanto, não raro, apparecem palavras em que o genero differe e, não havendo attenção, é fácil comettermos um erro. O contraste é tão chocante que, uma vez notada a differença de gênero, nunca mais se esquece.” (NASCENTES, 1920, p. 20 [destaque para a semelhança e diferença].

⌚ "Poucas differenças da syntaxe portugueza apresenta a castelhana: por isso omitiremos todas as semelhanças. Na proposição simples, considerada quanto a seus termos, duas differenças capitães encontramos. Uma dellas delas é o

objeto directo esporadicamente preposicional, cujo emprego é mais extenso em espanhol.” (NASCENTES, 1920, p. 72 [semelhança e diferença])

🕒 “O léxico do espanhol que é tão parecido com o português na forma das palavras, também o é na significação delas.” (NASCENTES, 1920, p. 101 [semelhança])

Esta aproximação à estrutura temática da obra revela a finalidade didática do material e seu uso específico para estudantes brasileiros do ensino secundário, em que o estudo da morfologia e sintaxe – estruturas mais complexas e abstratas – tendem a ganhar maior espaço nas disciplinas de línguas. Além disso, a identificação ou oposição de certa estrutura da língua espanhola com a portuguesa é um recurso didático bastante usual na prática docente.

2.3. Textos finais: errata e índice

Após a gramática propriamente dita, segue uma única página de errata, diagramada em quatro colunas: nas duas primeiras colunas, aponta-se a página e linha do erro, respectivamente; por sua vez, na terceira e quarta colunas, indica-se o que está errado e o que deveria estar no lugar do erro. O índice, também de uma página, conclui a obra. Estas duas últimas seções, bastante sintéticas, alinham-se ao caráter objetivo e instrucional, típico das obras didáticas.

Cruzando dados para uma interpretação historiográfica

A publicação de livros sobre a língua espanhola é, portanto, recente no Brasil. A primeira obra, foco deste trabalho, é a *Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros*, publicada em 1920 e escrita por Antenor Nascentes, professor de espanhol do Colégio Pedro II.

Com base na análise realizada, vemos que o impulso para a produção desta obra pioneira é clara: ser o material didático para o ensino do espanhol, implementado pela lei federal nº 3.674, de 1919, no Colégio Pedro II. Esta foi a primeira instituição em que se ensinou oficialmente a língua espanhola no Brasil.

A implementação do espanhol ocorreu em um lugar de prestígio, considerado modelar para os demais institutos educativos do país. O Collegio Pedro II reunia – entre

os docentes – estudiosos brasileiros de renome nos estudos linguísticos. Não nos esqueçamos que, além de Antenor Nascentes, foram professores deste colégio os gramáticos de destaque como Manuel Said Ali, Cândido Jucá Filho, Serafim da Silva Neto, entre outros.

Escrito para um contexto de ensino, a obra gramatical é objetiva e concisa – contém 104 páginas – e aborda temas linguísticos diversos, dando prioridade a temas morfológicos e sintáticos, assuntos frequentemente mais explorados no ensino secundário (fato que se encontra até hoje nas escolas brasileiras). Além disso, é possível que estes temas sejam aqueles que apresentassem maiores particularidades da língua espanhola, se contrastado com o espanhol. Para comprovar ou não esta hipótese, uma análise ‘interna’, com um viés mais linguístico, precisa ser realizada.

As explicações e sistematizações gramaticais são integralmente escritas em português e o espanhol tem espaço apenas nas exemplificações que o autor oferece. Nascentes aproxima frequentemente os fenômenos linguísticos do espanhol aos do português, assinalando ora semelhanças, ora diferenças entre estes dois idiomas.

Com relação à composição do livro, percebemos que é uma obra simples – sem imagens e iconografia – voltada para um público que provavelmente desconhece a língua e que, por hipótese, ainda não a vê com tanto interesse, a ponto de investir em uma obra completa e sofisticada. O consumo desta gramática deve-se ao fato de ser, principalmente, uma ferramenta educacional para o público-alvo (estudantes) e não um objeto de aprofundamento ou estudo científico/acadêmico.

Vemos, assim, que esta obra - ponto de partida da análise - foi elaborada e publicada pensando em um contexto bastante restrito, de ensino secundário, visando um público não especializado - embora saibamos, também, que este é um momento em que o mundo e a cultura hispânicos estejam despertando interesse entre os brasileiros. Em síntese, podemos afirmar que o princípio da gramaticografia do espanhol no Brasil foi, basicamente, motivado por uma decisão governamental e não por um interesse real de um grupo de leitores ou estudiosos brasileiros.

(21) Referências

- AMARAL, Júlio. *Lecciones de español*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944 [2ª edição].
- ARAÚJO, Cátia. *O ensino de espanhol no Brasil: história de um processo em construção*. Londrina: Universidade de São Paulo, 2010.
- BARROS, Aristóteles de Paula. *Español: gramática y antología*. São Paulo: Edição Melhoramentos, 1949 [2ª edição].
- BECKER, Idel. *Manual de español*. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia editora nacional, 1944 [2ª edição – 1945].
- BLAIR, Ann. Reading strategies for coping with information overload ca.1550-1700. *Journal of the History of Ideas*, vol. 64, p. 11-28, 2003
- BRASIL. *Lei nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919. Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para exercicio de 1919*. Rio de Janeiro: MEC, 1919.
- GUIMARÃES, Anselmo. A língua espanhola como disciplina escolar: considerações iniciais de pesquisa. *VI Colóquio Internacional "Educação e contemporaneidade"*. Sergipe São Cristóvão: 20 a 22 de setembro de 2012.
- HANNA, Vera Lucia Harabagi. Reflexões sobre a trajetória do ensino de línguas estrangeiras no Brasil. *Revista do GEL*, São Paulo, v.6, n.2, p.207-231, 2009.
- JUCÁ FILHO, Cândido. *El castellano contemporáneo*. Rio de Janeiro: Editora Pan americana, 1944.
- LAGOSMARINO, Raul Gil. *Gramática castellana*. Porto Alegre: Edições A Nação, 1944.
- LUTHY, C. Where logical necessity becomes visual persuasion: Descartes's clear and distinct illustrations. KUSUKAWA, S.; MacLEAN, I. (eds.). *Transmitting knowledge. Words, images and instruments in Early Modern Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 97-134.
- NASCENTES, Antenor. *Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Livraria Drummond, 1920.

RODRIGUES, Fernanda dos S. C. *Língua viva, letra morta: obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro*. 342 p. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Espanhola e Hispano-americana). São Paulo: Universidade de São Paulo: 2010.

SOLANA, Vicente Solana e MORAIS, Bento Bueno. *Gramática castellana*. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1944.

SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. *Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna (Tenerife), 22-25 de octubre de 2003, ed. Corrales Zumbado, C.; Dorta Luis, J. et al. Madrid: Arco Libros, 2005[2004], p.113 – 145.

VECHIA, Ariclê. Imperial Collegio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. VECHIA, A.; CAVAZOTTI, M.A. A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 25 – 36.